**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

INFÂNCIA, TRABALHO E DIREITOS NO VALE DO MUCURI-MG.

SILVANIR MARCELINO DE MIRANDA

**ORIENTADORA:
PROFA. DRA. ZILDA MÁRCIA GRICOLI IOKOI.**

SÃO PAULO

2006

INFÂNCIA TRABALHO E DIREITOS NO VALE DO MUCURI-MG

SILVANIR MARCELINO DE MIRANDA

Tese apresentada à Faculdade Filosofia Letras
e Ciências Humanas, para obtenção do título
de Doutora em História Social. Orientação:
Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokoi.

2006

Ao meu pai, Manoel, *in memoriam*;
Às crianças que sofrem o jugo do trabalho precoce.

AGRADECIMENTOS

Minha história de vida se confunde com as histórias de camponeses e crianças narradas nesta tese. Estudos sobre migrações levaram-se a conhecer uma realidade sócio-cultural distante geograficamente da minha, mas ao mesmo tempo tão semelhante. Estimulada por conhecer as razões sociais que fazem do Brasil um país tão contraditório, busquei explicações nas histórias das crianças e adultos que possibilitaram esta pesquisa e a quem estendo meus agradecimentos mais profundos.

Agradeço a profa. Zilda pela sua obstinação em estudar temas que encaram nossas contradições e por reconhecer e dar oportunidade a pesquisadores que não possuem o perfil eminentemente acadêmico, mas dividem a experiência de pesquisa e de docência, numa postura engajada com a história do presente, que ela inspira tão bem.

Agradeço às professoras Maria Luiza Marcilio e Margarida Maria Moura pelas oportunas sugestões oferecidas no Exame de Qualificação. Ao Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, da Universidade de São Paulo, do qual faço parte como pesquisadora no projeto “Intolerância e resistências: 50 anos de luta pelos direitos no Brasil (1940-1990)”, que acolheu minha pesquisa e possibilita espaço de debate e projeção de temas relacionados à tolerância/intolerância. Da mesma forma, agradeço o apoio oferecido pelo CNPq na fase final da pesquisa ao Grupo de Seminários de pós-graduação, coordenado pela Profa. Zilda, que propiciou oportunidades de reflexões que subsidiaram a trajetória desta pesquisa. Apesar do distanciamento nos últimos meses, por exigências da pesquisa, agradeço a todos e espero continuar compartilhado momentos tão profícuos.

Agradeço especialmente amiga e amigos que partilharam comigo, mesmo que por vezes à distância, as angústias e expectativas em torno desta temática: Ana Maria, Vani e Vânia, Zé Wagner, Luis Amaral, Edimar, Cláudia, Fernando, Ângela e Valéria. No Vale do Mucuri, Alexandra, Fátima, Cristina, Lídia, Ádila, Romário, Silvio, Serafim, Isequias, Geosevania e a nova equipe do PETI.

Aos meus familiares, principalmente minha mãe, Aparecida e meu irmão, Ivan, cujo apoio foi decisivo no dia a dia e à minha filha, Maria Thereza, que nos últimos cinco anos foi fonte de inspiração e estímulo para a realização desta pesquisa, tendo que dividir a mãe com o trabalho e a pesquisa, sem quase nunca reclamar. Ao Marcelo, pelo apoio incondicional em todos os momentos e aos meus familiares da fazenda Palmeirinha, do Lajeado, da Ponte Nova, de Turiúba e Buritama.

RESUMO

Analisa a situação de crianças e adolescentes submetidas precocemente ao trabalho, numa longa duração histórica, que registra mudanças, como a passagem do trabalho infantil inserido na economia familiar camponesa para o trabalho infantil proletarizado, no contexto do êxodo rural ocorrido a partir dos anos 1960 no Vale do Mucuri – MG. Verifica que a população camponesa expropriada migra para diferentes contextos, como a cidade de São Paulo e a agricultura da cana e sofre perdas das condições de reprodução social. Analisa as situações de exploração do trabalho infantil e da situação da infância pobre apresenta-se como anômala em relação aos fundamentais que, simultaneamente iam se fortalecendo por meio de mediações que passaram a definir mudanças na doutrina jurídica sobre a criança e o adolescente e o mundo do trabalho. Considerado violência estrutural, o trabalho de crianças e adolescentes passou a figurar-se como intolerável e desde os anos 1970, com a Convenção 138/73 da OIT e no Brasil repercutiu nos anos 1980 por força dos movimentos sociais que forjaram conquistas de direitos que passaram a orientar as políticas sociais de atendimento à infância, inscritas no ECA. Nos anos 1990, dificuldades de ordem política e econômica vão desorientar a efetivação dos direitos conquistados. A política de erradicação do trabalho infantil é assumido pelo Estado a partir de 1994, com o PETI, que foi sendo implantado lentamente no país, assim como os Conselhos Tutelares. Para analisar a eficácia das políticas sociais para a erradicação do trabalho infantil, partimos da história de famílias e crianças do bairro Novo Horizonte e da Vila Solidariedade na cidade Teófilo Otoni sofreu um processo vigoroso de expansão da mancha urbana a partir dos anos 1970 em decorrência das migrações camponesas. A história dos habitantes permitiu relacionar expropriação camponesa, migrações e trabalho infantil às políticas sociais para a infância, especificamente o PETI e considerar que as mesmas são insuficientes tendo em vista que o grau de ausência de direitos fundamentais em detrimento das garantias legais.

ABSTRACT

This work analyzes the long-lasting situation of children and adolescents precociously subject to labor. It has been a historical situation, that went through changes such as the passage of child labor in the familiar economy to the proletary child labor that occurred within the rural exodus that took place in the years 1960s in the Mucuri Valley (State of Minas Gerais). We verified that the expropriated peasant population migrates to different environments, such as the city of São Paulo and places dedicated to the sugar cane agriculture, and lose conditions of social reproduction. This work also analyzes the situations of child labor exploitation – the situation of poor children is anomalous in relation to fundamental rights, and simultaneously those rights have been fortified by means of mediations, which resulted in changes in the juridical doctrine regarding the infancy, youth and the labor world. Regarded as a structural violence, the children and youngsters labor was considered intolerable since the years 1970s, through the ILO Convention 138/73. In Brazil, that change spread in the years 1980s by the force of the social movements that created the rights that served as basis for the social policies described in the Statute of the Children and Adolescent. In the years 1990s, social and political difficulties avoided the effectiveness of the rights conquered. The State of São Paulo assumed the policy of the child labor eradication in 1994, through a program (PETI) that has slowly being implanted in the country. At the same time, the Tutelary Councils were created. In order to analyze the efficacy of social policies for the eradication of the child labor, we based our study on the history of families and children of Novo Horizonte and Vila Solidariedade neighborhoods, in the city of Teófilo Otoni, State of Minas Gerais. That city suffered a massive process of urban expansion, from the 1970s on, as result of peasant migrations. The history of the inhabitants allows us to correlate peasant expropriation, migration and labor work to social policies for childhood, specifically the PETI, showing that those policies are insufficient, having in mind the degree of absence of fundamental rights and legal guarantees.

LISTA DE SIGLAS

ACLUMAVIS – ASSOCIAÇÃO DO CLUBE DE MÃES DA VILA
SOLIDARIEDADE
BR-116 – RODOVIA RIO BAHIA
CIDCA - CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE
CONANDA – COSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
CT – CONSELHO TUTELAR
CAIs - COMPLEXOS AGRO-INDUSTRIAIS
CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FDCA – FORUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FIA - FUNDA PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA
FEDCA - FÓRUMS ESTADUAIS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE
FNPETI – FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL
FUNABEM – FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM ESTAR DO MENOR
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA PNAD -
PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA DOMICILIAR
IPEC - PROGRAMAM INTERNACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL
LOAS – LEI ORGANICA DA ASSITENCIA SOCIAL.
MDDCA – MOVIMENTO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE
MNMMR – MOVIMENTO NACIONAL DOS MENINOS E MENINAS DE RUA
MJ - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
MT - MINISTÉRIO DO TRABALHO
ME - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MAS - MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
PRONAICA - PROGRAMA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA
E ADOLESCENTE
PGRM – PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA
PNDU – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DENVOLVIMENTO
SISAN – SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR/Lei 81/2006
SNDH – SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

LISTA DE MAPAS

NORDESTE MINEIRO	CAPA.
NORDESTE MINEIRO	19
VALE DO MUCURI	23
TEÓFILO OTONI – 2006	32
MUNICÍPIO DE TEOFILO OTONI	32
BAIRRO NOVO HORIZONTE	33
VILA SOLIDARIEDADE	37

SUMÁRIO

Introdução	01
 CAPÍTULO I – VALE DO MUCURI: TERRA, PODER E TRABALHO.	
I - Êxodo Rural e Trabalho Infantil	15
1. Vale do Mucuri	15
2. Bairro Novo Horizonte	33
3. Vila Solidariedade	37
4. Trabalho Infantil: Necessidades e Persistências	27
5. Seqüelas do trabalho Infantil	50
II - Terra, Poder e Trabalho	55
1.1 Exclusão e Reforma Agrária	61
1.2 Resistência Camponesa	63
1.3 Mediadores da Resistência no Nordeste mineiro	66
1.4 Historiografia e Resistência Camponesa	78
 CAPÍTULO II – MIGRAÇÕES, FAMÍLIA E CONDIÇÕES DE VIDA	
I - O Vaivém da Sobrevivência	82
1. A Politização do Urbano	86
2. O Migrante na Cidade	88
3. A Infância na Cidade	90
4. Trabalho Invisível	93
II - Expropriação e Condições de Vida	97
1. Contrastes e Lutas	104
2. Socialização e Busca da Subsistência	110
3. Bairro Novo Horizonte	116
4. Vila Solidariedade	125
5. Condições de Vida	142
 CAPÍTULO III – INFÂNCIA, DIREITOS E POLITICAS SOCIAIS	
I – Direitos Fundamentais	148
1. Direitos da Criança e do Adolescente	153
1.1 Erradicação do Trabalho Infantil	158
II. Infância Trabalho e Direitos no Brasil	166
1. Novas Mediações Novos Direitos	174
2. O Estatuto da Criança e do Adolescente	182
3. Erradicação do Trabalho Infantil	186
III – Necessidades Humanas e Direitos Fundamentais	189

CAPÍTULO IV - INFÂNCIA, POLÍTICAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

I. Infância, Políticas Sociais e Direitos	203
1. Políticas Sociais e Infância no Brasil	210
II. Criança, Família, Sociedade E Estado	215
1. O Poder Local e as Agencias Operadoras de Direitos	218
2. Conselho de Direitos e Conselho Tutelar de Teófilo Otoni	224
3. O PETI em Teófilo Otoni	236

CAPÍTULO V - DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE.

I - Novas Questões, Velhos Problemas	257
1. Desenvolvimento e Liberdade	257
2. Caminhos e descaminhos da cidadania no Brasil	260
II - Sociedade e cidadania	268
1. O lugar do não direito	279
III – Necessidades Básicas ou Mínimos Sociais	285
1. Persistência da “questão do menor”	287
2. Proteção e punição	291
Considerações Finais	298
Bibliografia	307

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Nas histórias de crianças, os estudos de algumas regiões indicaram que até o final da Idade Média havia uma “aproximação” entre elas e o adulto, pois ambos estavam inseridos nas coletividades e a educação se dava pelo convívio, cabendo à criança o papel de aprendiz por excelência. A partir do século XVII, a escola começou a substituir a aprendizagem por meio da educação familiar e passou a preparar as crianças para atuar na nova sociedade industrial emergente.

Para Del Priori¹, a história da criança brasileira é diferente, pois aqui “o sistema colonial não exigia a adequação física e mental dos indivíduos, e a industrialização chegou tardiamente”. Além disso, “a família patriarcal, plurilinear, articulada por bastardos e agregados permitiu uma diversidade de funções e de papéis” para a mulher e a criança.

A criança tem sua presença no trabalho desde as primeiras travessias do Atlântico, com a “preferência pelo trabalho miúdo, delicado e ligeiro de crianças pobres e sem perspectivas”². As crianças indígenas, socializadas num processo pleno de ritos integrados aos valores e símbolos relativos a cada etnia, tiveram seu modo de vida reorientado contra a “antropofagia, a nudez e a poligamia” ou foram destinadas às rodas dos enfeitados. Muitas estavam submersas nas relações sociais constituídas nas senzalas, fábricas, escolas ou vivendo na criminalidade, em casas de custódia, registradas nos documentos policiais. Nas relações familiares, aparecem ligadas ao setor do trabalho e revelam uma história de exclusão que não diferenciou adulto e criança pobre³.

Diferentemente da história de crianças na Europa, a das brasileiras não se distingue da dos adultos, ao contrário, é feita à sua sombra, nos diferentes espaços sociais, ganhando contornos semelhantes apenas no século XX, no âmbito da legislação internacional, que agrega preocupações semelhantes com a infância.

O interesse pelo estudo da família, da criança e do trabalho infantil no Brasil surgiu no âmbito de estudos populacionais vindos da Sociologia, da Antropologia e da Demografia e datam do início do século XX. Até então, os historiadores partiam de

¹ DEL PRIORE, Mary *História das crianças no Brasil. Introdução*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 8

² Idem, p. 13.

³ PIRES, Júlio Manuel, *Trabalho infantil: necessidade e persistência*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Economia e Administração da USP, 1988. p. 16..

temas relacionados ao modelo patriarcal de família, não se preocupando com as suas diferenças⁴. A produção intelectual sobre o trabalho infantil era escassa até a década de 1980, e os estudos indicavam apenas a sua existência, sem detalhamentos mais complexos. Eles buscavam relacionar trabalho e escola, constatando um *círculo vicioso* que define posições sociais.

A utilização precoce do trabalho da criança vai limitar-lhe as possibilidades de melhoria da escolarização fazendo com que ele reproduza as mesmas condições de vida de seus pais. Fecha-se assim, um círculo vicioso, no qual as próprias estratégias utilizadas na organização da vida familiar contribuem para que se reproduzam certos elementos da situação de trabalho e por extensão, a posição desse grupo na estrutura social⁵.

Em diferentes períodos, famílias e crianças pobres estiveram ligadas a mecanismos de exploração dada a condição de fragilidade social a que estavam inseridas. A mudança alcançada na Europa, em termos de legislação sobre a criança e seu trabalho, até o final do século XIX, chegou ao Brasil no contexto da implantação do republicanismo, aparentando grande avanço em relação à situação colonial. A partir de então, o problema do “menor” apareceu relacionado à questão da marginalidade, simplificando uma questão muito complexa e bastante heterogênea que é a do mundo do trabalho infantil. Mundo de uma “maioria invisível”, distanciada e diferente da compreensão que se tem da “questão do menor”. Casos de infração cometidos por uma ínfima minoria.

[Eles] emergem no noticiário de jornal e televisão e acaba transmitindo à opinião pública uma imagem bastante deturpada das crianças das famílias pobres como um todo. Inverte-se no imaginário popular, a ordem de grandeza entre os grupos de crianças de famílias pobres que são atiradas ao mundo do trabalho e à delinquência, relegando-as ao anonimato⁶.

⁴ SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*, . São Paulo: Editora Autores Associados, p. 32;

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 13.

⁵ PIRES, Júlio Manuel. *Trabalho infantil: necessidade e persistência*, 1988, p. 56. Indica uma versão, veiculada na sociedade em meados dos anos 1980, de que meninos de rua e internos da FEBEM estariam ligados à infração e à criminalidade. Contrariamente, como outros estudos já indicavam, associa os meninos de rua à busca da sobrevivência. Usa um dado incontestável. “Em 1985, das 50 mil crianças atendidas pela Febem, aquela parte considerada infratora não passa de três por cento”. FRONTANA, Maria Izabel. *Cotidiano de crianças e adolescentes nas ruas da metrópole paulistana: sob o fogo cruzado de posturas e opiniões* (1964-85), 1997 analisa a forma como as “crianças de rua” foram representadas pela imprensa paulistana durante o período ditatorial e os mecanismos da persistência da “questão do menor”.

⁶ PIRES, Idem.

Das conseqüências advindas dessa distorção, uma é a justificativa da utilização de soluções e práticas repressivas dirigidas a certas camadas sociais bem específicas. São imputadas as responsabilidades da situação de marginalidade à própria criança ou sua família é considerada “desajustada”, sem se levar em consideração os condicionantes socioeconômicos, eximindo-se, assim, a sociedade e a forma de organização econômica e política de qualquer responsabilidade. A estigmatização contra a criança pobre que está na rua expande-se sobre as demais produzindo um alheamento das outras classes sociais ao grave dilema da infância negada e aos riscos impostos às próximas gerações.

A fase do ser humano considerada infância é culturalmente determinada pelas diferenças sociais em uma dada sociedade. No capitalismo, “a situação de classe de cada pessoa tem um alto grau de hereditariedade, ficando muito difícil definir o grau de trânsito entre as classes componentes do sistema”⁷. Ocorre, assim, a reprodução da desigualdade social e, nesse âmbito, a tolerância ao trabalho infantil, que pode ser visto como “elo vital” de perpetuação da hierarquia social como ela é. Esse processo de reprodução tolerado permite que se mantenha um ocultamento da “maioria invisível” que trabalha, quando ela é vista da perspectiva da tolerância/piedade/caridade. Nesse sentido, é preciso uma postura teórico-metodológica cuidadosa e não se tomar abstratamente a categoria infância, pois sua correspondência precisa no mundo real não é fixa e requer considerar que não há infância e sim infâncias diferentes de acordo com as diferenças de classe social e cultural. Quanto a isso, nesta pesquisa, procuro focar a análise no universo da infância submetida ao trabalho infantil por condições históricas marcadas pelas perdas familiares das condições de reprodução social.

Em fins dos anos 1970, temas como criança de rua e trabalho infantil começaram a mobilizar as agências internacionais e a sociedade civil brasileira. A situação da criança passou a figurar nas discussões sobre direitos humanos e a ganhar espaço na mídia, nos estudos e em denúncias de diferentes entidades com atuação na área da infância e adolescência. O problema motivou movimentos sociais, sindicais, Ministério Público, Justiça da Infância e Adolescência, promovendo novas ordenações jurídicas e políticas sociais.

⁷ Idem, p. 12.

Estudos sobre o tema nas décadas anteriores, de aproximação com o cotidiano de crianças pobres, confirmam que elas já estavam expostas às brutalizações das relações capitalistas de produção desde o século XIX. Em vários flagrantes elas são vistas “pelos cantos”, ignoradas⁸, numa condição de anonimato e abandono que comporta silêncio, desconhecimento e encobre a tolerância a situações intoleráveis como ausência de direitos, de democracia e cidadania, enfim, privação de liberdade⁹.

As preocupações relacionadas à “supressão da infância” para a criança e a sociedade futura ainda são embrionárias e demarcam um quase ocultamento das reais dimensões e conseqüências geradas para uma parcela significativa de crianças que são socializadas pelo trabalho por gerações a fio, sem perspectivas de ruptura dos mecanismos de usurpação do tempo de desenvolvimento humano e cultural que poderiam se somar e fortalecer os processos de mudanças sociais.

Diante das inúmeras ausências — de conhecimentos, direitos, participação popular —, parti do pressuposto de que entre as políticas sociais para a erradicação do trabalho infantil e a realidade das crianças que trabalham existem distanciamentos, ambigüidades e contradições que se constituíram no longo processo de modernização sem mudanças das velhas estruturas da sociedade brasileira, na qual moderno e tradicional se fundem e coexistem em diferentes sociabilidades.

Os parâmetros utilizados para avaliar a eficácia das políticas sociais referentes à criança e ao trabalho infantil foram os dos direitos humanos. A perspectiva de análise é a do *ser social pobre do presente* — homem, mulheres, crianças, idosos — no mundo da pobreza, na longa duração histórica. Forma-se um círculo vicioso que repete, no seio da família, a reprodução ampliada da pobreza. O marco do tempo presente leva-nos a entender os nexos do passado na difusão de uma nova visão da infância que foi se constituindo desde a segunda metade do século XX. Foram as lutas operárias libertárias que alcançaram o tema da infância, atentando para uma agenda de direitos humanos, em oposição à visão que ainda perpassa a compreensão de muitos setores da sociedade sobre o tema.

Tomando os direitos fundamentais como parâmetros para confrontar as políticas sociais e a realidade do trabalho infantil, defrontamo-nos com contradições que sugerem inquietações e perguntas. Por que a intolerância aos direitos fundamentais da população

⁸ Martins, José de Souza. (coord.) *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil.*, São Paulo: Hucitec, 1991, p. 12

⁹ SEM, Amarthia. *Desenvolvimento com liberdade.* São Paulo: Companhia das letras 2000.

infantil das classes subalternas? Por que a tolerância ao trabalho infantil? Como podemos operar os conceitos de democracia, cidadania, desenvolvimento e liberdade adiante da realidade de crianças e famílias como as que serão analisadas nesta tese?

Afirmar que o trabalho rouba a infância de parcela significativa das crianças brasileiras submetidas a esse mundo disciplinador parece vago. Sentimos em, nossa pesquisa, um certo incômodo com afirmações que aparentemente implicariam uma localização estatística das infâncias roubadas. Entretanto, é preciso destacar que, apesar da imprecisão de dados e seriações incompletas, as estatísticas serviram para colocar em pauta o problema tanto por agências como UNICEF e UNESCO quanto por setores da sociedade civil, que denunciaram a exploração de jovens em carvoarias, mineração, na produção de cana e nas cidades. Assim, optei pelo enfoque qualitativo e por não tomar o conceito de trabalho infantil isoladamente do contexto da expropriação fundiária, das migrações e da urbanização, assim como por não deixar de registrar o marco da resistência e das lutas por direitos que permeia tais processos.

No século XX, essas lutas foram potencializadas a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, na década de 1960, com os Pactos de Direitos Econômicos e Políticos e de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, que possibilitaram uma nova visão e um novo aparato jurídico para apreender tais aspirações sociais de ruptura com a antiga tradição de segregação e controle da repressão contra os pobres, acentuadas quando da implantação do regime Republicano.

Partir da análise das condições de vida de famílias e crianças, sujeitos históricos silenciados pela violência estrutural, em última instância, permite o enfrentamento do problema epistemológico do ocultamento de sujeitos e do universo da subalternidade. Trata-se de uma postura metodológica que representa, para as Ciências Sociais, a superação do distanciamento da realidade que envolve a criança pobre, sua condição de vida e expectativas de futuro. Movi-me, assim, para e por uma *teoria do desconhecimento*¹⁰ para compreender, a partir de diferentes sujeitos e situações históricas, *resíduos não apreendidos*, nem pelos “discursos competentes” nem pelas formas legais ou pela historiografia, sobre a desagregação humana de setores da pobreza que reclamam novos entendimentos acerca da real natureza dos processos de exclusão¹¹.

¹⁰ LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia: Contribución a la teoría de las representaciones*. Fondo de Cultura Económica, México s/d.

¹¹ MARTINS, JS. “Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão”. In *Caminhando no Chão da Noite*, São Paulo: Hucitec/Abrasco, p. 101

Dentre os vários caminhos ou formas de entrar na História para compreender a ancestralidade de condicionantes históricos que expliquem fenômenos como pobreza, fome e trabalho infantil, um possível é penetrar na *vida cotidiana*, pois é nela que a História se desvenda ou se oculta, em *presenças e ausências*, revela aspectos da cotidianidade que podem esclarecer os mecanismos que reproduzem e se nutrem destes fenômenos, naturalizando-os. Assim, busquei captar a presença da criança no trabalho ao longo do processo de constituição da modernidade brasileira (Caps. I e II), registrar o papel de mediadores e mediações, como as formas jurídicas, a Igreja, o sindicalismo, os movimentos sociais, enfim, as representações que comportam valores e mudanças, leis e reformulações jurídicas desde o século XIX (Capítulo III).

O objetivo desta tese é enfocar a infância na perspectiva do mundo do trabalho, tendo como contraponto a evolução dos direitos fundamentais, focada na história do trabalho infantil no Vale do Mucuri, na cidade de Teófilo Otoni, ou Nova Filadélfia, fundada em 1853, percorrendo caminhos marcados pela tolerância e pela intolerância ao trabalho e demais mazelas sociais da infância.

Para a análise da problemática pautada nas possibilidades teórico-metodológicas correlatas a *uma diversidade de fontes* foram consultados os vários documentos jurídicos, entrevistados mediadores, busquei penetrar no cotidiano e produzi registros fotográficos. A intenção foi juntar o máximo de indícios, no intuito de situar sujeitos e processos sociais que envolveram famílias, crianças e adolescentes que vivem à margem dos direitos. Como Lefebvre¹², entendo que o estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na sociedade, como, por exemplo, a irracionalidade/incivilidade contida na miséria e no trabalho infantil. Pela vida cotidiana, podemos observar aspectos da cotidianidade e tentar olhar pelo avesso esse mundo no qual os determinismos e as opressões passam por racionais, embora, na realidade, seja a ideologia disfarçada de racionalidade e de ciência que se infiltra na cotidianidade. Pude observar, no cotidiano, o lugar onde se formularam os problemas concretos da produção e reprodução social, que, por exemplo, levaram crianças a trabalhar e, num outro movimento de interpretação, observar como essa realidade é representada por diferentes mediadores, buscando situar o cotidiano no global.

¹² LEFEBVRE, H. Idem.

Entendo que *o testemunho oral* se tornou um recurso potencial para captar aspectos da vida de famílias e crianças que permitiram situá-las, primeiro, no contexto das migrações e, depois, no contexto das cidades e em relação às políticas sociais contra o trabalho infantil. Ele possibilitou, ainda, apontar as contradições entre os direitos estabelecidos e a realidade social da infância que trabalha. Direitos entendidos como representações balizadas por valores historicamente constituídos, como, por exemplo, a tolerância ao trabalho infantil e, mais recentemente, a intolerância, ao menos de parte, da sociedade, que se fundamenta nos direitos humanos.

No mesmo plano, outro recurso metodológico de aproximação foi o da análise das condições de vida em registros *fotográficos*. Parti das considerações de que a “natureza fragmentada da vida moderna torna difícil o ajustamento à visão global” e que “a capacidade de visão de conjunto do observador depende da proporção de envolvimento dele em relação ao meio ambiente”. Em outras palavras, de que “o homem não pode ser separado daquilo que o cerca; ele se completa pelas suas roupas, sua casa, sua cidade e seu país”¹³, seus gestos, seus silêncios. Assim, considero a fotografia um recurso de pesquisa equivalente ao documento escrito, ou seja, um recorte da realidade, uma fração do real, uma iluminação do detalhe com vistas à compreensão do todo de que ele faz parte. A fotografia como recurso de pesquisa para a Sociologia, a Antropologia e a História estabeleceu-se no nível da descrição e da narrativa de aspectos visualizáveis como as imagens fixas oferecem a possibilidade de serem “demoradamente examinadas...”¹⁴.

Uma fonte inovadora foram as *cartas*, que ampliaram minha compreensão por me permitir contar com “as formas de escrever”, com *imagens*, *fala* da criança, da mãe, do pai, da avó, do avô e de outros que puderam mostrar a história “vista de baixo” e, por que não dizer, vista de dentro e relatada pelos próprios sujeitos, colaboradores desta tese.

Tal perspectiva de pesquisa é a confirmação da possibilidade de se fazer História à margem da realidade dominante, tomando o que é anômalo como referência de compreensão das formas de opressão¹⁵. Reconstituir processos sociais em diversidades e minúcias como contribuição no sentido de desideologizar “representações sobre” os

¹³ COLLIER Jr., John. *Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: EPU. Ed. Da USP, 1973.

¹⁴ LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1993.

¹⁵ MARTINS, A. *sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 15.

“ausentes” da História veiculadas por um “discurso competente” e dicotômico que tem como contra-face os subalternos como “os incompetentes sociais”¹⁶, “os marginalizados”, as “famílias desestruturadas”, os “menores abandonados” “o menor”, o “trombadinha”, o “pivete”, os “meninos de rua”, os “garotos da Febem”.

Dada a contemporaneidade do tempo histórico em questão, torna-se importante percorrer o caminho indicado por Le Goff¹⁷, para quem, ao historiador da história do presente, desdobram-se cinco pontos importantes para sua observação: contextualização do presente em uma longa duração, não se limitando a descrever e contar, mas explicar, ou seja, interpretar o presente com profundidade, tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo, enfim, “fazer do acontecimento aquilo que permitirá ao historiador do passado a reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração”.

Nesta investigação, em que incorporei ao título a *tríade* INFÂNCIA, DIREITOS E TRABALHO INFANTIL, considerei uma formação social constituída de superestruturas que instituem formas (idéias) e uma estrutura ou base econômica sedimentada em relações sociais que se entrelaçam no cotidiano. Ao desvendar os conteúdos sociais e também as formas jurídicas que engendraram a tolerância e a intolerância ao trabalho infantil, procurei responder às objetividades exigidas pela metodologia de referência e às subjetividades dos valores culturais e simbólicos dos grupos analisados.

Em si mesmas, as formas ou leis são abstratas, mas são também coisas mentais e sociais, ou seja, possuem dupla existência e manifestam-se nessa duplicidade que dissimula um movimento dialético da forma e do conteúdo, sendo este irreduzível às formas pela cotidianidade. As formas, simultaneamente, organizam o cotidiano e projetam-se sobre a cotidianidade como disciplinadoras e controladoras das ações sociais portadoras de rebeldias, resistências, visões diferentes de mundo. Apesar do controle, toda a forma não chega a reduzir a cotidianidade, pois ela sempre é nova, está sempre adiante, inspirando lutas, resistências, anseios não apreendidos. A teoria das formas permite ligar estrutura e superestrutura para melhor compreender as engrenagens de um *corpus jurídico* que distingue crianças e adolescentes, reconhecendo-as como

¹⁶ CHAUI, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 4ª ed. SP: Cortez 1989, p. 11.

¹⁷ LE GOFF, Jacques. “A visão dos outros: um medievalista diante do presente”. In CHAVEAU, A. & TÉTART, Ph. (orgs.) *Questões para a História do Presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUC, 1999, p. 93.

sujeitos de direitos especiais, realizáveis ou não por meio de deveres da família, da sociedade e do Estado .

Assim, ao focar as dimensões sociais do Vale do Mucuri — tais como a *superestrutura* — para analisar as *formas jurídicas*, como foram engendradas e como chegaram ao *cotidiano* pelas políticas sociais, priorizei analisar as *condições de vida* em *confronto* com as políticas sociais e seus fundamentos.

No capítulo I, parti de uma breve contextualização da ainda província de Minas Gerais, da ocupação e exploração da sua região Nordeste, pontuando as mudanças ocorridas na estrutura fundiária, intensificadas após 1930 e aceleradas no contexto político-econômico dos anos 1960. Um poderoso êxodo rural engendrou processos sociais de subalternização de milhões de camponeses, potencializando a problemática que envolve o trabalho infantil e as crianças de rua no contexto da urbanização acelerada dos anos 1970/80.

Novos mediadores entraram em cena e, pela leitura desses temas pelo viés da Teologia da Libertação e dos direitos fundamentais, estimularam debates nacionais em sintonia com a mesma discussão internacional em curso após a Segunda Guerra Mundial.

O processo econômico-social que engendrou a modalidade do trabalho infantil vinculou-se às mudanças na estrutura fundiária, às migrações do Nordeste mineiro para a agricultura paulista e para a capital do estado. Nesses dois fluxos migratórios, verifiquei mudanças nas formas de trabalho infantil que me permitem caracterizá-los como violência estrutural e institucional (Capítulos I e II). Na família camponesa, o trabalho tinha forte conteúdo socializante. Na família expropriada, transforma-se em elemento da cadeia produtiva, mesmo na informalidade.

Uma confluência de fatores políticos e econômicos, internos e externos, definiu os fluxos migratórios ao longo do século XX. No transcorrer dos últimos quarenta anos, fluxos estáveis transformaram-se em êxodo rural, tragando milhões de camponeses — homens solteiros e casados, mulheres solteiras, famílias inteiras — em decorrência das políticas de modernização agrária e agrícola empreendidas no período militar. Um fluxo de migração sazonal masculino, do Nordeste de Minas Gerais para as colheitas na agricultura paulista, definiu-se após a construção da BR-116 em seu trecho Rio – Bahia em fins da década de 1940 e início da seguinte.

O Nordeste mineiro foi alterado, e a rodovia substituiu os rios no processo de circulação econômica e social. A partir do regime militar, as migrações foram

aceleradas e, nos anos 1970, com os Complexos Agroindustriais (CAIs), foram direcionadas para a colheita de cana no Estado de São Paulo.

Em decorrência da expansão da agroindústria paulista e das mudanças ocorridas no processo de concentração fundiária no Vale do Mucuri, a partir dos anos 1980 mulheres e crianças misturaram-se aos homens nos canaviais, revelando que, na terra de origem, esta população se encontrava enfraquecida na luta de resistência à expropriação,¹⁸.

Tais mudanças eram em parte amortecidas pelo fenômeno da formação das grandes cidades do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, que absorviam contingentes populacionais de diferentes origens. O crescimento acelerado devido às condições de desenvolvimento urbano industrial e à chegada de migrantes forçou a formação de novos bairros, em muitos casos por comunidades camponesas que continuaram unidas por laços familiares e de compadrio, constituídos num processo secular nas ermas matas do Nordeste mineiro. No novo espaço urbano, a população migrante inseriu-se em outras relações sociais e de trabalho, conviveu com diferentes visões de mundo, engendrando uma cultura rural-urbana fortemente delineada no criado e recriado tecido social de cidades e metrópoles¹⁹.

No Capítulo II, “Migrações, família e condições de vida no Vale do Mucuri”, pautei-me nessa *tríade* para focar as *condições de vida, infância, cotidiano e trabalho* a partir das histórias de vida de famílias de dois bairros da cidade de Teófilo Otoni, Novo Horizonte e Vila Solidariedade, onde foram ouvidas cerca de cinquenta famílias entre janeiro de 2003 e janeiro de 2006.

A mancha urbana da cidade foi sendo expandida lentamente desde a sua fundação, em 1853, em decorrência de sua localização geográfica, mas sofreu uma explosão urbana a partir dos anos 1970 e início dos anos 1980 devido ao êxodo rural

¹⁸ A expansão da agroindústria paulista de cana sofreu estímulo nos anos 1980 com o Projeto PROÁLCOOL; no Nordeste mineiro, o agronegócio penetrava as estruturas fundiárias locais e potencializava a concentração de terra e a expropriação do camponês.

¹⁹ Buscamos acentuar os vínculos entre rural e urbano e a existência de uma ampla mancha de cultura entre Minas Gerais e São Paulo, espalhada para além da zona cafeeira — São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro — constituída desde os séculos XIX e XX. Fomos levados a supor que as migrações estenderam tal mancha pela Mata Atlântica, ganhando o Vale do Rio Doce no início do século XX e, nos anos 1940/50, chegando ao Vale do Mucuri. As evidências podem ser constadas nas inúmeras viagens empreendidas entre essas regiões por empresas de transporte intermunicipais de passageiros, tais como Itapemirim, São Geraldo, Gontijo, Saltares e tantas outras, realizadas de forma clandestina, alimentando laços familiares e sedimentando uma cultura rural urbana. No bairro Rio Cotia, no km 30 da Rodovia Raposo Tavares, toda sexta-feira sai um ônibus cheio de passageiros rumo ao Nordeste mineiro.

local e de outros estados do Nordeste e pelo contrafluxo das migrações, que passou a se verificar em decorrência da crise estrutural do capitalismo que atingiu diretamente a população migrante na cidade, provocando desemprego e subemprego.

Naquele momento, uma confluência de fatores e novos paradigmas fortaleceu os movimentos sociais, definiu mediações e mediadores, lutas e enfrentamentos em várias instâncias e com diferentes representações sobre a problemática da criança pobre e do trabalho infantil.

Nesse capítulo, procurei dar densidade às histórias de vida das famílias e crianças dos bairros analisados. Valendo-me da *história oral* de vida, tentei *reconstituir histórias de núcleos familiares* enfocando temporalidades diversas, situações e sujeitos históricos, num caminho contrário, uma história a “contra pêlo”, relacionando urbano e rural, destacando o trabalho infantil, *relações entre o hoje e o ontem*, encontrando reminiscências de um passado camponês vivido nas terras do Nordeste mineiro. Confrontei as reais condições das crianças da Vila Solidariedade e do Novo Horizonte em relação aos direitos humanos e à cidadania, às políticas sociais para a erradicação do trabalho infantil.

Da perspectiva do Direito, a realidade social dessas crianças em confronto com os meios jurídicos postos pelo novo paradigma determina que a tríade família, Estado e sociedade perceba a fragilidade das responsabilidades pelos cuidados e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Assim, um leque de questões foi suscitado em torno das razões da existência do trabalho infantil numa região assolada por migrações e concentração fundiária e da ausência de direitos mesmo com leis, justiça, conselhos e trabalho dos mediadores, e em detrimento de lutas e resistências.

No Capítulo III busquei identificar mediadores e mediações nacionais e internacionais, como movimentos sociais, Igreja Católica, Estado, Organização Internacional do Trabalho – OIT e outros órgãos das Nações Unidas como UNICEF e UNESCO para compreender como uma outra visão traduzida nos novos códigos de direitos civis e sociais foi assimilada nos anos 1980/90 como fruto das lutas realizadas, desde as ações das Comunidades Eclesiais de Base até o MNMMR – Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, na nova legislação e nas políticas sociais dos anos 1990 em diante.

Percebi as relações entre as expectativas de direitos e as políticas sociais criadas nos diversos programas nos últimos vinte anos, ao lado das lutas pela democracia e pela cidadania, enfim, observei a situação da infância pobre e as possibilidades de solução

para o trabalho infantil colocadas pelas políticas sociais na conjuntura dos anos 1990, que direcionou para a sociedade, por meio da participação ativa e criativa, parte substantiva das possíveis soluções lançadas para o problema. A pedra angular das possíveis transformações sociais passou a ser a participação popular.

No Capítulo IV, “Infância, políticas sociais e participação popular”, analisei como vem se dando o processo de municipalização das políticas sociais a partir da Constituição de 1988. Com a descentralização política, essas políticas ganharam novas fundamentações filosóficas para sua efetivação. O poder local tornou-se o principal personagem da descentralização administrativa no que se refere à formulação, implementação e gestão das políticas sociais para a infância. O objetivo foi tecer a teia do fato que, em Teófilo Otoni, permitiu verificar mudanças no que se refere à vida de famílias e crianças pobres que vivem nos dois bairros analisados. E perceber como a sociedade civil se engajou na interpretação e aplicação das novas legislações e das novas políticas sociais formuladas nos anos 1990. Nosso enfoque foi o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, sua qualidade, sua história em Teófilo Otoni.

Ao estabelecer relações entre as formulações legais e a realidade da pobreza verificada no cotidiano das famílias e crianças, foram possíveis mudanças e permanências nas condições históricas da exploração de crianças e adolescentes e nas atitudes culturais em relação a elas. Tais atitudes, como observou Oliveira e Silva²⁰, denotam a permanência de um discurso autoritário, mesclado de “proteção” e “punição”, em processos judiciais contra adolescentes infratores em São Paulo e, pode-se dizer, perpassou as diferentes instâncias que efetivam as políticas sociais nas sociedades locais, ou seja, mediadores e servidores que se comunicam e atuam partindo de diferentes visões sobre os problemas de pobreza, trabalho infantil, família, menino de rua etc. E também a permanência da tolerância ao trabalho infantil e os caminhos para sua regulamentação²¹.

No Capítulo V procurei estabelecer relações entre as condições de vida de famílias e crianças pobres do Nordeste de Minas Gerais tendo como contraponto a

²⁰ OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduina de. *O Controle Sócio-Penal dos Adolescentes com Processos Judiciais em São Paulo: entre a “proteção” e a “punição”*. Doutorado em Serviço Social. PUC-SP: 2005

²¹ David. Presidente da Cia Suzano de Papel e Celuloso, em 2003, *Sim ao trabalho infantil*. Revista Exame, 23/4/2003. Opinião, p. 130.

ideologia do progresso, desdobrada desde o final do século XIX em múltiplas circunstâncias históricas, como, por exemplo, a imposição dessa ideologia às culturas não européias, a pulverização de múltiplos e diversos tempos históricos estabelecidos no encontro do “moderno” e do “arcaico”. Encontro que engendrou, na sociedade brasileira, uma “modernização” sem mudança, na realidade, um desenvolvimento anômalo relacionado à modernização agrícola, que concentrou terra, provocou migrações, proletarização, desenvolvimento urbano-industrial e pobreza absoluta tanto no campo quanto nas metrópoles e cidades.

Os temas tratados nesta tese — pobreza, miséria, fome, trabalho precário, trabalho infantil — indicam a outra face de uma modernidade que convive e tolera, em diferentes graus, a violência aos direitos humanos, violência que, ao mesmo tempo, é tolerância a situações sociais impostas às crianças pobres, o que se afigura como irracionalidade, e que remete diretamente a outros temas, como pacto social, democracia, sociedade, sociedade civil, cidadania, políticas sociais e direitos humanos etc.

As questões relativas à condição do cidadão no exercício dos seus direitos e no cumprimento de seus deveres, ou seja, o exercício da cidadania, leva-nos à questão do pacto social vigente em nossa sociedade, traduzido na forma como o Estado atua em relação aos direitos fundamentais e às políticas sociais. Em outras palavras, remetem aos caminhos da democracia no Brasil. A sociedade vivencia o pacto social de forma diferenciada. A diferença maior é a que divide a parcela que o desfruta, porque está incluída no mercado, e a parcela que não o desfruta por estar excluída dele. Para este seguimento, o que estabelece sua condição de cidadão é a sua relação com a assistência social, ou seja, o lugar do não direito.

Pelas condições de vida, medidas pelas relações de trabalho, alimentação, moradia, educação e saúde, foi possível estabelecer relações entre direitos garantidos e não respeitados e, por exemplo, verificar a qualidade do exercício da cidadania entre as famílias analisadas, suas expectativas de futuro e os limites das políticas sociais.

Nesse quadro explicativo, procurei contextualizar as políticas e seus limites, a ausência de direitos humanos, e os caminhos da cidadania nas três últimas décadas, apontando questões relativas ao capital internacional, ao papel do Estado em suas metamorfoses — da nacionalização às privatizações — e as configurações das sociedade em sua efervescência de conflitos que empreenderam resistência ao processo de expropriação e migração mesclado com a espoliação rural e urbana. Os conflitos que

põem e repõem a questão do exercício da cidadania possibilitaram conquistas de direitos, deixando sempre exposta a questão da dívida social e da justiça social, que não se realizou principalmente a partir da década de 1990.

Em contrapartida, a questão da liberdade, entendida como melhoria nas condições de vida, garantia de direitos fundamentais e exercício da cidadania ou direito de desfrutar os benefícios do progresso que deveriam ser distribuídos para todos, estimulou o grupo analisado a uma maior participação nas esferas de decisão ou, pelo menos, indicou para a sociedade o risco futuro.

CAPÍTULO I – VALE DO MUCURI: TERRA, PODER E TRABALHO.

O tema criança abandonada aponta um problema social, já o tema criança sem infância indica um problema sociológico, uma mutação da sociedade, que se manifesta como problema social, mas que é também um problema político¹.

I - ÊXODO RURAL E TRABALHO INFANTIL

1. VALE DO MUCURI

Ao estudarmos uma região do Nordeste de Minas Gerais, impõe-se como primeiro esforço uma tentativa de contextualizá-la no âmbito de um estado de grandes extensões, marcado internamente por divisões regionais significativas.

Minas Gerais era a província mais populosa do Império, a maior importadora de escravos e a segunda maior produtora de café no século XIX. Uma visão geral mostra que a economia mineira se caracteriza pela diversidade econômica e pela importância das atividades mercantis não vinculadas à produção voltada para a exportação internacional. O café, já na década de 1870, assumiu o papel de economia de exportação, sendo a produção alimentar e, secundariamente, a mineração, o tabaco e o algodão atividades mercantis fundamentais para a inserção de Minas Gerais no processo de integração nacional.

As características importantes da economia cafeeira mineira são o reduzido tamanho da propriedade, o volume da produção e das possibilidades de expansão da fronteira. No quadro geral da província, o espaço geográfico ocupado pelo café não foi superior a 5% do território. Mesmo com a expansão contínua e sua importância decisiva como fonte de renda, não se alterou o quadro de diversidade econômica apontada no século XIX.

Considerações preliminares sobre Minas Gerais mostram sua configuração em um “mosaico de regiões” com interesses e força política próprios. No primeiro momento da República, a não integração entre as diversas regiões se traduziu em uma

1 MARTINS, José de Souza. *O Massacre dos Inocentes. Op. cit.*, 1993, p. 13

unidade política tensa, que viria comprometer a importância política do Estado. Somente sob a égide do PRM – Partido Republicano Mineiro conseguiu-se uma unificação política de interesses conflitantes.

O contexto de mudanças desta fase capitalista se ligou à crise dos anos 1880 pela expansão do movimento internacional de capitais, base das relações imperialistas e nova divisão internacional do trabalho; no plano interno, pela disponibilidade de capital aliada à rápida expansão da cafeicultura, que determinou profundas alterações na estrutura econômica e social.

Esta mudança advinda do processo de desenvolvimento capitalista,, dominou a economia nacional, já marcada por mudanças como a presença do Estado Nacional. O café, como primeira atividade exportadora não colonial, a diversificação da estrutura social, o incremento da vida urbana, as tentativas de organização do trabalho livre, dada a Lei de 1871, tanto traçaram o fim do escravismo quanto indicaram os rumos da organização do trabalho e os crescentes investimentos ingleses em infra-estrutura. A partir de então, começaram a se delinear as diferenças entre as elites regionais produtoras de café quanto à organização do mercado de trabalho livre.

Na região do café em Minas Gerais uma de suas diferenças em relação a São Paulo é que lá teve importância o trabalhador nacional, incluindo o ex-escravo, empregado como parceiro ou temporário, e a já pronunciada apropriação das terras cultiváveis. Em São Paulo predominou a imigração estrangeira, somada à possibilidade de terras, à necessidade cada vez maior de braços para a lavoura e ao aumento das fugas de escravos a partir do final de 1870. Outra característica importante da cafeicultura paulista foi a sua associação crescente com o capital comercial, implicando profundas transformações em toda a província, como um acentuado desenvolvimento urbano, o surgimento de unidades fabris e a diferenciação social.

Duas formas de relações de trabalho permitiram a continuidade da cafeicultura em Minas Gerais: a parceria com trabalhadores fixos residentes nas fazendas e o trabalho temporário com base no migrante sazonal oriundo de outras regiões do Estado.

A migração interna como um fenômeno social marcante em Minas Gerais foi um dos motivos de atrito entre as diferentes regiões e vinha à tona centrando dois pontos: o da moralidade e o da instabilidade da mão-de-obra. Um jornal da época assim expressou essa questão:

A procura de melhores salários, os auxiliares únicos de nossa lavoura, dirigindo-se para a mata onde se ocupam da safra do café não atendem

a que estes dias gastos na viagem de ida e vinda, bastante numerosos, juntos ao do descanso, constituem perda considerável e, descontando-se esta do salário obtido, bem pequena seria a diferença relativamente ao que poderiam conseguir aqui onde não falta trabalho nem ocupação lucrativa constante e remunerada. [...] Mas por motivos sociais muito mais elevados devemos nos esforçar para que cesse tal deslocamento. A família sem o chefe não se sente tranqüila e confortada no lar, fica condenada geralmente pelo imigrante a falta, privações, a tropeçar na desonra e entregar-se sem remate à prostituição, falemos claro[...]²

É clara a demonstração da necessidade de controle dessa mão-de-obra pelo capital. A justificativa ideológica aparecia na imagem de vadio e ocioso e mesmo no efeito moral, como a prostituição decorrente da migração que tendia a desestabilizar a oferta de mão-de-obra.

Os desdobramentos da história do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri a partir do final do século XIX são correlatas e permeadas de circunstâncias múltiplas — semelhantes e diferentes — que permitem entrecruzamentos riquíssimos de situações sociais ainda presentes. A característica comum aos dois lugares relaciona-se ao processo de exclusão da terra sofrido pelo camponês ao longo do século XX, cujas conseqüências podem ser observadas nas condições de vida de famílias que foram habitar as periferias urbanas da cidade, como as do bairro Novo Horizonte e da Vila Solidariedade.

Entre o Norte e o Leste de Minas Gerais, quatro importantes rios diferenciam paisagens, cultivos, meios e modos de vida. O maior deles, o Jequitinhonha, nasce na Serra do Espinhaço, entre as cidades de Serro e Diamantina, e deságua no Atlântico, na Bahia, ao norte de Porto Seguro.

Outro rio de grande importância é o rio Doce, a leste de Minas Gerais, que, ao ser conhecido e dominado, levou para seus vales e afluentes o fazendeiro, o confronto com os “botocudos” e a exploração de minérios.

Entre esses dois grandes rios, no centro da região, a sudeste de Diamantina, nascem os rios Mucuri e Todos os Santos. Este corta a cidade de Teófilo Otoni e o outro a vila Mucuri, 30 km ao norte, e depois se juntam e avançam para o Atlântico, ao sul de Porto Seguro.

2 Jornal *O Serro* - cidade do Alto Jequitinhonha - . Serro, 7 de maio de 1893, p. 1, citado por LANNA, Ana Lúcia Duarte. *O café e o trabalho “livre” em Minas Gerais – 1870-1921*, 198. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol, 6, nº 12, mar./ago/ 1986, pp42-57, p. 52.

Poucos quilômetros ao sul da nascente do rio Todos os Santos, nasce o rio São Mateus, cujo vale é o menor e que rumo para o Atlântico pelo Espírito Santo.

Dos quatro rios mineiros, dois, o Jequitinhonha e o Mucuri, ligam Minas Gerais e Bahia e dois, São Mateus e Doce, ligam Minas Gerais e Espírito Santo.

A ocupação e a exploração da região tiveram como núcleo originário a região da nascente do rio Jequitinhonha, em Diamantina, no século XVIII, por causa da mineração. Com a crise dessa atividade econômica, expurgos de populações — pobres e ricos — forçaram uma ocupação lenta no sentido oeste, pelo Jequitinhonha e seus afluentes, guiados por “descobertos” de ouro e cursos de rios e pela fartura em pedras preciosas, mata, água e terra fértil. Riquezas exploradas pelo trabalho alheio subjugado, do índio, do agregado, do posseiro, somado à sabedoria popular na busca pela sobrevivência, tirada do enfrentamento do homem com a natureza, que não foi generosa em toda parte.

Ao sul da barra do rio Araçuaí, e além das chapadas entre seu vale e o do Mucuri, pelo leste, sul e norte, tudo era uma imensa mata, que ia praticamente do Rio de Janeiro a Salvador. Era uma região “beliscada do interior pelo garimpo e bordejada no litoral pôr vilas pesqueiras”³.

No sentido contrário, de leste para oeste, a partir de meados do XIX, começavam a surgir interesses empreendedores na corte, que visavam a ocupação e colonização da grande região de mata inexplorada do nordeste de Minas Gerais, sul da Bahia e norte do Espírito Santo⁴. Interesse mercantil que pode ser datado pelas iniciativas de Teófilo Benedicto Otoni, sintetizadas no projeto da cidade Nova Filadélfia, atual Teófilo Otoni.

Somada aos esforços do Governo Imperial em pacificar os índios da região, desencadeou-se uma ocupação basicamente de exploração, que encontrou nas “roças” (já postas pelos camponeses) uma importância vital pelo valor trabalho agregado que elas possuíam. Elas passaram, então, a ser incorporadas pelo capital e, nesse processo, as famílias fundadoras das “roças” foram forçadas a migrar em várias direções, dentro do próprio Vale, por décadas a fio, saindo sazonal ou definitivamente.

Uma análise do movimento populacional dentro da extensa fronteira agrícola que foi o nordeste mineiro pode ser compreendida a partir do estudo da “ocupação sistemática da terra e da interpretação, por parte dos camponeses, dos diferentes sistemas de lavouras e meios ambientes”, processos que deixaram marcas nos regimes

³ RIBEIRO, E. M. “*Lavouras, Ambiente e Migrações no Nordeste de Minas Gerais*”. In: Travessia n.º 28, maio/ag. 1997b. pp. 29-31, p. 30

⁴ ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

de trabalho, no uso da terra, no sistema de herança e na apropriação fundiária com profundas referências na cultura local⁵.

Se no contexto do Nordeste mineiro hoje o Mucuri e o Jequitinhonha são vistos em separado, sua história é correlata e se confunde com o esgotamento do meio e das condições de reprodução da economia e cultura camponesa. O rio Mucuri teve suas águas, peixes e vazantes minguidos. Seus afluentes ficaram assoreados e sujeitos a enchentes súbitas⁶. Além de rios e peixes, foram-se também as matas e suas farturas e as riquezas das entranhas da terra. Lavouras, pastagens e mineração levaram a fertilidade da terra, a caça esgotou-se e o sol, praticamente de março a novembro, torra tudo que pode ficar em cima da terra. Por tudo isso, a fartura é uma lembrança forte e serve de referência na análise de Ribeiro.

A partir do século XIX, no vale do rio Mucuri, formou-se um tipo de lavoura decorrente de uma nova relação do homem com o meio, traduzida por seu uso abusivo e mobilidade espacial, possibilitados pela mata fértil, que levou a uma ocupação sem os critérios de preservação impostos pelos limites naturais do Alto Jequitinhonha⁷.

A mata foi sendo explorada por meio da abertura de capoeiras. Um pedaço era queimado (coivara) e, primeiro, plantavam-se milho, arroz ou abóboras “para amansar a terra”, depois se seguia uma alternância de culturas diferentes durante três ou quatro anos e, novamente, a capoeira entrava em descanso. Num todo, entretanto, ela era roça quase permanente. Por esse motivo, pela lógica capitalista da ocupação, foram negociadas antes das matas⁸, transformadas em fazendas, assegurando o domínio da fazenda pelo trabalho de posseiros e agregados, excluídos após os anos 1950.

A história do posseiro brasileiro repete-se no Mucuri. Uma história marcada pela perda da terra após a abertura da mata. Um processo, como ressalta Ribeiro, que entrelaça a questão produtiva e a questão fundiária, ou seja, “da roça de mata para a

5 RIBEIRO, E. M. *Lembranças da Terra: Histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem:MG, CEDEFES-Centro de Doc. Eloy Ferreira da Silva, 1997a, p. 34.

6 Entretanto, é preciso dizer que “no Jequitinhonha foi pior, porque além de tudo que se tirou do rio, foram assentadas dragas em suas nascentes e toda a água ficou turva, barrenta, imprópria para uso humano desde as altas cabeceiras em Diamantina até a barra de Belmonte”. Idem, p. 85.

7 No Alto Jequitinhonha os povoadores do século XVIII dosaram os recursos escassos oferecidos pelo meio — capões, campos e carrascos. Ribeiro, 1997. No Médio Jequitinhonha o uso da terra — capões e grotas — quase sempre foi associado ao sítio e ao uso familiar, representando uma parcela pequena da área total da região. MOURA, M. M. *Os Deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

8 RIBEIRO, Idem 1997a, ; MOURA, Idem; Martins, JS. MARTINS, J. de S. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 34, 67-71.

agregação e desagregação de lavradores, porque no Mucuri e baixo Jequitinhonha uma não se entende sem a outra”.

Durante o século XIX a entrada pela mata teve serena continuidade; entretanto, no final dele, baianos, mineiros do norte e mesmo nordestinos de vários estados chegaram ao nordeste de Minas por vários motivos e foram em diferentes direções: às Gerais, ao norte, para abrir posses nos capões do Alto Jequitinhonha, ou pelo rio Araçuaí, chegando às cabeças do rio Mucuri, ou atravessando o Vale do Jequitinhonha e em direção à mata Atlântica, até o rio “Pampa”, onde a terra ainda era livre para posse nos primeiros quarenta anos do século XX.

A grande seca nordestina do final do XIX chegou a atingir as matas do nordeste de Minas, sendo inclusive documentada pela Intendência Municipal de Filadélfia, atual Teófilo Otoni, em 1890:

Não ignora o Governo o lastimoso estado a que o norte de Minas está reduzido pela seca de três anos a esta parte tanto que mandou distribuir verbas pecuniárias por diversos municípios para socorro público. Apesar dessa boa medida a miséria e a fome continuam em sua carreira devastadora, levando a desolação e a morte ao seio de famílias mesmo abastadas, de um a outro extremo desta zona. [...] Este município de Filadélfia, por sua fertilidade, resistiu nos dois primeiros anos o flagelo, que arruinou os vizinhos municípios; porém, continuando a invasão de retirantes, que aos centos, quotidianamente, acossados pela fome, vêm nela se refugiar. Seus habitantes são espectadores de cenas em extremo constrangedoras; todos os dias, incessantemente, atravessam as ruas da cidade, grupos de mulheres e crianças esfarrapadas e famintas, famílias inteiras pedindo um punhado de farinha para lhes matar a fome e um canto onde se abriguem⁹.

Essa entrada forçada, por vários lados, inaugurou caminhos que foram percorridos e intensificados, marcando um processo acelerado de povoamento. “Entre 1860 e 1920, a população passou de 4.000 colonos para 160.000 habitantes e, apesar do crescimento natural, a maior parte desta expansão deve ser creditada à migração”¹⁰.

Até por volta de 1930, quando, ainda por causa da seca, mais baianos foram forçados a entrar pela mata, já iam “na dúvida de encontrar terra, mas com a certeza de uma agregação nas fazendas, porque as terras sem dono iam desaparecendo com o aumento da população”¹¹.

9 PALAZZOLO, Frei Jacinto. *Nas selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 170. Intendência Municipal de Filadélfia, 27/08/1890. O Documento faz referência ao Aldeamento dos freis Capuchinhos de Itambacuri que, apesar de toda provisão, por ter recolhido os flagelados que lá ocorreram, também estavam na eminência de fome..

10 Ribeiro, *Op. cit.* . 1997a, p. 24.

11 RIBEIRO, E. M. “Imigrantes, fronteira e agricultura nas matas do Vale do Mucuri - MG”. In *Travessia* nº 48, jan/abr-2004, p. 9

A selva unia Salto, Pampa e Espírito Santo e ligava cabeceiras e barras do rio São Mateus com a barra do Jequitinhonha e todo o sul da Bahia. Ela ainda pôde absorver, durante boa parte do século XX, os baianos que chegavam e os mineiros que sobravam das regiões de terras esgotadas. Nelas os índios Maxacali se esconderam por décadas a fio, assim como os 2.000 escravos libertos da antiga Colônia de Nova Viçosa, na Bahia. No seio da mata, eles refizeram a vida tribal e formaram um quilombo, vivendo isolados até os anos 1960/70.

Por um longo período, do início do séc. XIX até meados do XX, a migração mais intensa do homem do nordeste de Minas foi dentro da própria região. O agregado podia migrar até dentro da própria fazenda. Podia também, como pioneiro, buscar nova posse. Sujeitos de diferentes condições sociais enfrentavam a mata com o mesmo objetivo de extrair riqueza, usando as mesmas técnicas. O que os diferenciava era o uso do trabalho alheio, mantendo na terra um domínio mais estável e garanti-lo ante ou contra outros interesses.

Para o fazendeiro, o agregado significava a efetivação do domínio e da organização do trabalho. O ritmo do fazendeiro e do agregado era diferente. Este, muitas vezes esquecido a distância, possuía um ritmo marcado pela extração, por produção de mantimento, lazer farto, roça nova, e a fazenda era marcada pelo ritmo dos negócios, dos serviços, por extração farta, algum gado (antes de 1930) e produção de mantimento. Como a roça do agregado gastava um mínimo de trabalho, a fazenda recrutava seus serviços e organizava-se subjugando aos seus domínios uma comunidade estruturada em relações de favor e compadrio¹².

Fazenda, terra fértil e abundante, agregação e “roça de toco” são elementos constitutivos da fartura que sedimentou relações, em diferentes níveis, no nordeste de Minas nos séculos XIX e XX. As fazendas, como bem observou Ribeiro, eram comunidades vivas, cheias de gentes — brancos, negros e índios —, ligadas por laços de amizade, parentesco e obediência. Não eram apenas organizações de trabalho, ao contrario, desenvolveu-se nelas uma cultura, um modo de vida.

O poder do fazendeiro era exercido com habilidade, e de modo completo, sobre pessoas e terras, uma soma de elementos que lhe possibilitou acumular uma riqueza desvinculada do seu trabalho e vinculada ao trabalho alheio — à força de trabalho de homens, mulheres e crianças, brancos, negros e índios.

12 RIBEIRO, Op. cit. , 1997a, p. 26.

A agregação estruturou-se por meio de cinco origens principais: morgadio (herança exclusiva), migração, proteção ao índio, tomadas de posse pela fazenda e, por último, absorção de pessoas pelo serviço. Os resultados dependeram do modo como os homens lidaram com a terra e o ambiente.

A agregação por “proteção” ao índio teve início no século XIX e resultou no extermínio das tribos indígenas. Colonos “matavam aldeias”, e tribos recorriam a posseiros mais fortes, que podiam protegê-las de inimigos. Proteção que se dava em troca de submissão e trabalho, resultando, para o índio, na compensação da perda da mata original pelo ganho da mata da fazenda, que lhe permitia manter parte da velha cultura indígena extrativista, e da roça de alimentos. Este estágio de aculturação avançado, caracterizado pela fatura da “roça de toco”, seguida do agrego, que compensou o indígena pela perda da mata, representou uma triste equivalência da segurança da tribo¹³.

A imagem de grupos indígenas rivais entre si e aculturados pelo trabalho, subjugados pelo poder do colonizador, aparece nos relatos de Saint Hilaire e de Frei Jacinto Palazzolo, sobre o Aldeamento Indígena dos Freis Capuchinhos em Itambacuri. Imagens desse mundo fronteiro, entre a tribo e a roça da fazenda, aparecem também na lembrança de agregados que vivenciaram, na infância, os limites entre o mundo farto das roças e da mata, cada vez menos acolhedora e protetora para o indígena. Imagens de pequenos grupos indígenas que peregrinavam, errantes e famintos, com seus filhos às costas, em busca de comida. Antonio Bispo Portugal lembra da fatura da mata para o agregado e a já escassez da mesma para o indígena.

Apareciam lá uns índios... às vezes... a gente estava trabalhando na roça... eles chegavam à beira da roça, se tivesse uma coisinha eles pediam. Uma mandioquinha, às vezes um milho verde... eles saiam roendo... só que eram meio desconfiados com a gente, eram meio bravos. Mas eles já estavam começando a

13 Foto do Aldeamento Capuchinho em Itambacuri. In PALAZZOLO. Frei Jacinto. Op.cit., Anexo.

14 Um exemplo desta violência silenciosa é a curiosa figura indígena de Domingos Ramos Pacó, filho da índia Umbelina com o língua Félix Ramos. Ambos serviram aos Capuchinhos, o que levou Domingos a ser batizado, educado, feito cristão, ecônomo e nomeado professor do aldeamento. Sua história retrata uma dimensão aprofundada da condição de aculturação a que foram sendo submetidas as nações indígenas do nordeste de Minas Gerais, resgatada por Ribeiro, Op. cit., 1997a.

chegar. Passavam homem, mulher, menino. Aí a mata foi abrindo, aí também eles sumiram .

A abertura da mata engoliu tudo que ela continha: o indígena, a cobra surucucu, a onça, a paca, o caititu, o tatu. Desapareceram também a açafroa, o pequi, a puiaia, a sapucaia. No início da abertura, “a roça era cercada de tudo, pramode de paca, caititu e tatu não comer. O bichinho criava aí, ninguém matava eles não, porque tinha fartura, não tinha precisão” .

Nesse limiar do mundo, Miguilim viveu, no Mutum, sua infância precária, em terras que não eram de seu pai. Um lugar que comportava uma população diversificada, meio transeunte, que gravitava em torno dos serviços da roça e do gado . A roça de seu pai também era cercada e, em suas idas para levar o almoço, ficava encantado, e com medo, com os barulhos provocados por certos bichos, na mata que circundava seu caminho.

Aos poucos, entretanto, a cerca de arame farpado foi substituindo a cerca da roça. A partir de 1930, uma rearticulação no ritmo e nos negócios da fazenda levou fazendeiros a encontrar

[...] no gado leiteiro e de corte a possibilidade de gerar pré-condições para um ciclo de acumulação; com isto está se iniciando ao mesmo tempo a expulsão do agregado e a suspensão da licença para plantar ao sitiante. [...] É assim que a expulsão do agregado e a proibição de botar roça configuram transformações na fazenda, cuja lógica de reprodução consiste em ampliar os pastos para o gado, convertendo para este fim toda a terra disponível da propriedade .

Então, agregados e posseiros começaram a ser expulsos de vez. “Trocaram seus muitos alqueires de terra por uma caixa de cachaça, uma espingarda pica-pau e dez mil-réis. Quando a família saía da terra, fosse posse ou agrego, tinha pouco mais que nada

15 O triste desenlace da história dos grupos indígenas do nordeste mineiro pode ser retratado hoje pela história dos Maxacali, situados no município de mesmo nome, cujas reservas são entrecortadas por fazendas, não possuem nenhuma vegetação que possa garantir sua cultura extrativista e artesanal. Homens e mulheres consomem-se no alcoolismo, e suas crianças morrem acima da média por desnutrição.

16 Idem, p. 66.

17 ROSA, João Guimarães. *Manuelzão e Miguilim*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, s/d

18 RIBEIRO, 1997a . Uma consequência da expansão do gado e do pasto é a falta de água. A grama mais utilizada, a baquearia, produz muita semente, que, levada pelas enxurradas para os leitos dos rios e nascentes, juntamente com o solo erodido, produz um emaranhado de raízes que vão absorvendo e secando os rios e as nascentes. Este problema, somado ao desmatamento, leva à compreensão do fenômeno da seca na região.

para levar: o isqueiro, a escadinha de filhos, a espingarda pica-pau e o cachorro Brinquinho” .

Outro momento marcante no processo de integração foi a substituição dos rios e ferrovias por rodovias. O nordeste de Minas foi cortado, a partir da década de 1940, pela BR-116, pelo trecho desta rodovia federal conhecido como Rio – Bahia. Sua construção se insere no contexto de expansão do capitalismo para o campo, derivação do processo de globalização do pós-guerra, quando os fazendeiros da região substituíram o café do pequeno produtor pelo gado como forma de concentrar riqueza.

No processo de circulação das mercadorias e de aceleração dos negócios da fazenda ocorreu uma valorização das terras, e novas desagregações foram forçadas. As migrações daí decorrentes foram estimuladas pela nova rodovia. Um ciclo sazonal entre o nordeste mineiro e o norte/nordeste do Estado de São Paulo foi bem definido pelas décadas seguintes. Mudanças culturais significativas ocorreram, em ritmos diferentes, entrecruzaram-se, e as relações sociais sofreram abalos.

A construção da BR-116 provocou uma rápida valorização das terras às suas margens, num raio de muitos quilômetros. Mexeu com famílias de agregados, posseiros e sitiantes, que antes migravam na própria região. Além disso, as fazendas já vinham transformando seus negócios desde a década de 1930, ou seja, substituindo a agricultura pela agropecuária, num processo intenso de apropriação de novas terras, grande parte ainda devoluta. A contrapartida foi o desagregamento de famílias, transformando-as em parceiras ou forçando-as à migração para outras áreas ou para frentes de trabalho nas colheitas da agricultura paulista . As fronteiras internas ainda não se esgotaram nesse momento. As últimas do nordeste mineiro, inseridas na região do Mucuri, do Norte do Espírito Santo e da Bahia, ainda se mostravam abertas nos anos 1960 e tiveram ocupação rápida e com violência exacerbada nos anos 1970/80 marcando o último êxodo rural, um epílogo ainda inconcluso.

Para chegarmos ao último êxodo rural, empreendido a partir dos anos 1960/70, e constituirmos uma visão das mudanças ocorridas no século XX relacionando-o ao trabalho infantil, retomamos as determinações econômicas que, a partir de 1930, visaram integrar a propriedade rural ao mercado mais amplo, com a especialização na

19 Idem.

20 Exemplo emblemático desse processo é o movimento milenarista-messiânico do Catulé, ocorrido na fazenda São João da Mata, município de Malacacheta, em 1955.

produção de gado. Esta mudança gerou desagregação, pois o trabalho com o gado requer uma quantidade menor de trabalhadores do que o da lida na lavoura.

Com a expansão das fazendas a partir de 1930, a pequena propriedade fica condenada a desaparecer. O pequeno proprietário, o parceiro, o agregado e o posseiro são os sujeitos desse processo de desenraizamento que se embrenharam nos veios migratórios. A partir dos anos 1940, a BR-116 integrou a região ao Centro-Sul e aos estados do Nordeste, abrindo a possibilidade para que, a partir da década de 1970, outro movimento do capital colocasse a região como alvo da agroindústria — café, laticínios e frigoríficos —, marcando a penetração de grandes grupos econômicos, movidos pelo deslocamento e pela reorganização do capital financeiro, estimulados por subsídios governamentais e pelas guerras fiscais entre as várias áreas da federação.

O desfecho desses processos nas áreas rurais do nordeste mineiro foi o esvaziamento da área rural, restando apenas grandes fazendeiros, e, nas cidades, aposentados, funcionários públicos e trabalhadores bóia-fria. Os municípios ficaram submetidos aos complexos agroindustriais, e todos os produtos de consumo e subsistência vêm de fora, o que gerou um movimento brusco de despovoamento, que podemos chamar de último êxodo rural do Nordeste de Minas Gerais ainda em curso.

Uma diferença importante na ocupação destas últimas áreas livres do Mucuri é que, ao contrário das outras, ela não foi fruto da lenta consolidação da fazenda, mas marcada pelo conflito de posse entre a empresa e o Estado, pois, a SUDENE, na Bahia, e os planos especiais de crédito rural do Espírito Santo financiaram os equipamentos de empresas rurais, estimularam a concentração da terra, o reflorestamento e a agroindustrialização.

Essas áreas não foram apenas as últimas fronteiras agrícolas; foram também as de ocupação mais rápida e moderna, calcada numa violenta tomada de terras, que produziu, vinte anos depois, no início dos anos 1980, um movimento forte de luta de trabalhadores rurais sem terra, que agiram sem as peças das lembranças da fazenda, que sempre os tolheu, no baixo Jequitinhonha e Mucuri.

21 Depoimento de Romário José Rodrigues, membro da Comissão Pastoral da Terra e da Central Única dos Trabalhadores do Vale do Mucuri e Médio Jequitinhonha. In: MIRANDA, S. M. PEREIRA, José Roberto G. e TERRA, David. *A Exploração do trabalho Infantil no Mucuri e Médio Jequitinhonha*. São Paulo: CUT/OIT, 1998 p. 36.

22 RIBEIRO, Eduardo M. *“Migrações e retornos: breve história das viagens, lutas, vitórias e sofrimentos de camponeses do nordeste mineiro”*, 2001, p. 31.

23 RIBEIRO, E. M. Op. cit. . 1997a ; OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. A região às margens da BR – 116, o trecho Governador Valadares–Teófilo Otoni, na década de 1940/50, foi ocupado pelas fazendas antes da ocupação pela posse. Eram, em grande parte, terras devolutas. Depoimento de Silvio Pereira Rodrigues, em janeiro de 2005.

24 O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra do nordeste mineiro começa a se formar no início dos anos 80. A ocupação da fazenda Aruega (1986) é um marco da história do camponês mineiro na luta pela terra.

Dos milhares de camponeses expulsos ou ameaçados de expulsão da terra, e que hoje lutam subsidiados por uma nova visão sobre o uso da terra, tantos milhares de outros foram definitivamente embora e alimentam, com mão-de-obra barata, fronteiras e frentes de expansão em diferentes regiões do País.

Foram às fronteiras agrícolas da Bahia, Paraná, Espírito Santo e Goiás, em busca de terra, e participaram de quase todas as frentes de trabalho rural do Sudeste no séc. XX: São Paulo (1890/1960), sul de Goiás (1950/1970), Mato Grosso (1950/1970), Paraná (1950/1960). Depois, enfrentaram os empregos urbanos na construção civil de São Paulo (1970). Finalmente, na conjuntura adversa ao emprego dos anos 1980 recorrem ao corte de cana, ou a serviços urbanos residuais e temporários nas cidades grandes. Muitos foram e ficaram, outros foram e retornaram: isto dependeu do local de origem, família, relação com a terra e existência de fronteiras agrícolas, terra livre e oportunidades.

Desde a segunda metade da década de 1970, com a retração do emprego na construção civil em São Paulo, concomitante com uma “melhoria” por que passou a região com a entrada das agroindústrias, “a migração tornou-se uma opção cada vez mais difícil e o retorno, muitas vezes, quase uma contingência”. Desde então, as migrações rurais foram orientadas para cidades mais próximas, de mercados de trabalho mais difíceis, como Belo Horizonte, Betim, Ipatinga, cidades médias, como Teófilo Otoni, Governador Valadares, ou para as novas fronteiras, mais distantes, como Pará e Rondônia.

Encravado no coração do nordeste de Minas, o Vale do Mucuri pode estar representado, em suas diversas faces, na cidade fundada no século XIX, chamada por Teófilo Benedicto Otoni de Nova Filadélfia. Hoje, Teófilo Otoni é uma cidade média do nordeste mineiro, recebeu, em toda a sua história, um grande contingente de migrantes, que já não dispõem das tantas possibilidades oferecidas anteriormente.

No contexto nacional, além da expropriação territorial de milhares de camponeses, a região perdeu importância por causa da expansão das áreas cultiváveis e da produção agropecuária dos últimos trinta anos nas regiões Centro-Oeste e Norte do País, justificando em parte a falta de perspectivas de emprego para a imensa maioria dessa população sobrando, que vive em condições precárias, espalhada por cerca de quarenta favelas na periferia de Teófilo Otoni.

Desses intrincados processo de mudança, destacamos os grupos familiares por nós estudados, vivendo na periferia formada na cidade de Teófilo Otoni, a favela do Boiadeiro, hoje bairro Novo Horizonte, Zona Norte, e o Jardim Pindorama, hoje Vila Solidariedade, Zona Sul, localizados no mapa a seguir.

25 Sobre a formação do proletariado rural em São Paulo. José César. *Latifúndio e Proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural*. 1986.

26 RIBEIRO, Eduardo M. 2001, p. 31.

27 Idem.

28 Com cerca de 127 mil habitantes, formou-se às margens do rio Todos os Santos, que, mais alguns quilômetros a leste, se encontra com o rio Mucuri e depois com o Pampá, antes de Nanuque. Daí, então, se funde ao Mucuri, que, fortalecido, atravessa sozinho o extremo sul da Bahia até o mar. No sentido contrário, por Nanuque, entraram o capital, o comércio, a extração, o choque exterminador dos índios, os fazendeiros se depararam com as posses [as capeiras] e passaram a estimulá-la, fomentando a concentração fundiária atual.

3. BAIRRO NOVO HORIZONTE

Em finais da década de 1970 e início da década de 1980, o morro onde se localiza o Bairro Novo Horizonte era ainda a franja de um latifúndio, um lugar completamente desvinculado do centro da cidade. Terreno extremamente irregular, passou a pertencer — verbalmente — a dona Marieta, uma senhora antes agregada do latifúndio e que passou a viver nele solitariamente e em profunda miséria.

Agregados de todo o nordeste mineiro tornaram-se migrantes maciçamente, e muitos, em sua passagem por este entroncamento de estradas, acabaram, por falta de opção, ficando no lugar. Alguns procuraram esta senhora, que, em troca de alimento, concedia partes de “suas terras” para famílias errantes. Assim foi se formando a Favela do Boiadeiro, que se tornaria a expressão singular dos movimentos sociais na década de 1980, apoiados na ação da Igreja Católica local, naquele momento sob o bispado de Dom Quirino, que se inspirava na Teologia da Libertação e permitia sua aplicação nas CEBs, que se multiplicavam.

A favela foi um dos primeiro alargamentos da periferia da cidade de Teófilo Otoni.

Formou-se ao norte do ramal da BR-418 que liga Minas Gerais ao sul da Bahia. A margem da antiga Estrada do Boi já vinha sendo ocupada desde os anos 1940.

Moradores mais antigos contam que era comum, na época das águas, ganharem a vida desencravando carros e hospedando viajantes.

A migração intensificada nos anos 1960/70 e o refluxo dos anos 1980 fazem com que, pela passagem de milhares e milhares de famílias nesse entroncamento de estrada, alguns acabem fazendo um casebre e ocupando o morro na margem esquerda da estrada. A explosão urbana verificada na cidade a partir desse contexto produziu todo tipo de problemas urbanos. Um deles, enchentes violentas, desabrigou milhares de famílias, o que forçou o poder público a forjar a construção do bairro Jardim Pindorama nos anos 1980.

Essas famílias encontraram na nova cultura rural-urbana elementos culturais e políticos, oferecidos por mediadores vindos das comunidades rurais e urbanas, que, embrionariamente, realizavam no nordeste mineiro a mesma reflexão, organização e ação das outras regiões brasileiras e que, na década de 1980, irão engrossar os movimentos sociais e sindicais, com o apoio dos agentes pastorais ligados à teologia da libertação nas CEBs, analisado à frente.

A atuação dos padres portugueses e italianos era marcante e misturava-se aos movimentos populares. Eles sofreram retaliações após a deposição de dom Quirino da Diocese. A presença de padre Antonio Mamede no lugar, no início da década de 1980, e seu relato em 2005, permitiram-nos uma contextualização das lutas na ocupação da favela e também da trajetória da Igreja Católica²⁹. Segundo ele, a origem dessa população que se aglomerou na favela Boiadeiro era rural.

Todos que estavam aqui vieram da roça, ninguém pagou os direitos que eles tinham na roça, as plantações, alguns eram donos de terra, pequenos proprietários que foram despejados e vieram, é um drama, uma história triste esta de Teófilo Otoni!.

Os problemas sociais daquele momento eram diferentes, no sentido de que “havia muita gente na roça e muita gente chegou e comprou um barranco aí e fizeram as suas casas. Hoje o pessoal quer emprego, quer trabalho. Naquela época era a esperança da cidade agora é a esperança do emprego (desesperança)”³⁰.

²⁹ Entrevista concedida por padre Antonio Mamede em janeiro de 2005.

³⁰ Idem.

As lutas na Favela Boiadeiro não eram isoladas. No início de 1980 houve uma enchente muito séria no bairro vizinho, Bela Vista, que destruiu muitas casas e deixou milhares de pessoas desabrigadas. Conjuntamente, a população invadiu a prefeitura, que queria desapropriar a área, e o povo não deixou: fizeram uma organização e lutaram por seus direitos. Mais adiante, as lutas no morro do DR foram por falta de água.

A gente reunia uma noite em cada comunidade mais pobre, lia a Bíblia e refletia. O povo trazia os problemas, partia dos problemas e se organizavam. Então as mulheres resolveram lutar pela água. Foi uma velhinha lá na Copasa e disse olha, nos estamos precisando de água lá, não agüentamos mais carregar água. Depois foram umas dez e quando eles viram umas cinquenta mulheres, resolveram colocar água encanada no bairro.

Em outros bairros a mesma forma de organização procurou conseguir energia elétrica:

Nas celebrações as pessoas tinham o direito de pegar o microfone e falar a verdade. Isto coibiu muitos descasos. Por exemplo, a pessoa dizia: fui ao Hospital tal, falei com médico tal, tal enfermeira e não atenderam a mim, a alguém da família. Ou então: a polícia foi no morro, bateu, destruiu. O povo ouvia estes relatos, comentava e se indignava³¹.

As experiências de lutas coletivas pipocaram em diferentes pontos da periferia urbana de Teófilo Otoni. Naquele contexto efervescente, o Padre Geovanni, depois de perder espaço de ação dentro da Catedral, funda a Igreja dos Pobres, em torno da qual, e além dela, teve sua ação vinculada aos preceitos do Concílio Vaticano II. Tornou-se um nome conhecido e respeitado por todos os setores e mediadores. A construção da Vila Esperança deveu-se à organização do Comitê Popular, que empreendia negociações de terrenos, credenciamento de famílias e construção de casas em regime de mutirão e a lideranças como Vicentina, Liota, Lídia, Sandra, Romário, Tião, Cristina, Silvio, padre Domingos e tantos outros.

Em meio a confrontos ideológicos acirrados entre uma tradição política conservadora, uma administração municipal descompromissada com o quadro social cada vez mais crítico, sindicalismo, Igreja, movimentos sociais rurais e urbanos e o Partido dos Trabalhadores, registrou-se uma história de luta e resistência em favor dos subalternos no Vale do Mucuri desde os anos setenta. A década de 1990 foi palco de disputas políticas acirradas, vencidas pelo PSDB, que realizou grande parte do processo

³¹ Dom Quirino atuava junto, apesar da repressão política e da oposição eclesial. Idem.

de municipalização das políticas públicas por meio da Secretaria de Ação Social, baseada na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social, de 1994). Nossa aproximação com os bairros de Teófilo Otoni coincidiu com o último período do governo municipal de Getúlio Neiva, do PSDB, em 2002, de modo que, no capítulo IV, analisamos o processo de descentralização administrativa e a constituição das novas políticas sociais.

3. VILA SOLIDARIEDADE

Vila Solidariedade, mais conhecida como jardim ou bairro Pindorama, localiza-se na zona Sul da cidade. Um conjunto habitacional com 176 casas, com área construída de 18 m², em lotes de 125 m². Foi concluído em 1986 e possui estrutura urbana, com ruas padronizadas, saneamento básico, iluminação pública. Foi planejado para atender a um contingente de desabrigados das chuvas e à população flagelada oriunda de famílias camponesas que chegaram a Teófilo Otoni nos anos 1970/80. Comporta uma população de aproximadamente 1.500 habitantes, sendo numericamente significativa a população infanto-juvenil. Formada por famílias de baixíssimo poder aquisitivo, a ocupação média por casa é de nove pessoas, com densidade demográfica de 2 m² de área construída por habitante³².

Os recursos comunitários são um posto comunitário com telefone público, quadra poliesportiva, associação comunitária, pré-escola e cemitério. As ruas não são asfaltadas, e a imagem é de abandono: ruas esburacadas por enxurradas e muito mato. A população relata casos de escorpiões, lacraias e cobras. Os equipamentos públicos também se apresentam deteriorados. Se durante o dia há algum sinal de convivência e sociabilidade, segundo Cínthya, quando escurece ninguém fica na rua. É a hora em que o tráfico domina a comunidade³³.

Aspectos da Vila Solidariedade. 2005.

³² Dados obtidos em Projeto da Creche Cantinho da Solidariedade. Mimeo. Julho de 2005.

³³ Depoimentos em janeiro de 2005, abril de 2005, junho de 2005 e janeiro de 2006.

Moradoras da Vila Solidariedade – 2005

Repete-se em vários depoimentos o isolamento noturno, quando poucos taxistas e moto-taxistas arriscam-se a ir ao morro à noite. Segundo depoimentos destes últimos, se o motociclista deixa o farol aceso na subida, corre o risco de levar tiro por causa da luz. Em outras situações, roubam-lhes o dinheiro e a moto³⁴.

O acesso e a saída do bairro se dão por rua única. Na parte baixa localiza-se a Vila Esperança e a rua que leva aos bairros do sul, como Taquara, São Benedito, Barreiros e Jardim São Paulo. Os demais limites do bairro são fazendas de pastagens, um cemitério e, acima deste, o aeroporto.

4. TRABALHO INFANTIL: NECESSIDADES E PERSISTÊNCIAS

A pobreza das famílias, a falta de escolarização e o trabalho precoce são fenômenos de longa duração na nossa sociedade.

A utilização precoce do trabalho da criança vai limitar-lhe as possibilidades de melhoria da escolarização fazendo com que ele reproduza as mesmas condições de vida de seus pais. Fecha-se assim, um círculo vicioso, no qual as próprias estratégias utilizadas na organização da vida familiar contribuem para que se reproduzam

³⁴ Cínthia aconselhou-nos a deixar o bairro antes de escurecer. Confessou-nos posteriormente que o homem que controlava o tráfico — que, por sinal, era seu parente — havia manifestado interesse em saber sobre o nosso interesse no bairro. Em junho de 2005 ele já havia sido assassinado. O controle do tráfico muda frequentemente. No final de novembro de 2005, uma operação militar invadiu bairros e casas, chegando ao final com um número elevado de mortos.

certos elementos da situação de trabalho e por extensão, a posição desse grupo na estrutura social³⁵.

Comparados com os estudos mais recentes, observamos que essa modalidade de trabalho se transfigurou *de necessário à persistente*, incrementando a violência estrutural e institucional contra os pobres³⁶. Na década de 1950, “a idade média de início no mercado de trabalho era de 11 anos, variando, contudo, tal idade desde os 6 até os 15 anos, alterando-se conforme culturas e regiões distintas do território nacional”³⁷ e, por que não dizer, das diferentes condições sociais das famílias.

No Estado de São Paulo, um dado sobre a década de 1970 indica que, apesar de ser significativa a participação do trabalho infantil na agricultura, houve uma queda entre 1970 e 1975, possivelmente decorrente da proletarização rural e do avanço do capitalismo para o campo. Fator importante constatado é que a criança se faz presente todas as fases do processo produtivo.

Dado significativo é que a mão-de-obra infantil foi utilizada tanto diretamente no processo produtivo quanto em atividades domésticas. A utilização de crianças como força de trabalho foi mais pronunciada naquelas famílias que não detinham a posse da terra. Havia ainda uma porcentagem de crianças que trabalhavam sem remuneração, quando as atividades eram realizadas por “tarefa”.

Nas famílias de renda mais baixa, cujos pais são trabalhadores por conta própria ou assalariados subalternos, todos os membros da família têm que trabalhar para primeiro se manter e, depois, obter outros gastos. Por isso a escola não vem em primeiro lugar nas opções familiares.

A exclusão escolar pelo trabalho infantil caracteriza-se no fato de que a partir dos 13 anos aumenta significativamente o crescimento daqueles que só trabalham. Uma hierarquia de exclusão explícita em garotos de 7 a 14 anos, que nunca ou pouco freqüentaram a escola e que, comumente, são associados aos trabalhos com maior instabilidade ocupacional. Tudo indica que a exclusão escolar, a inadequação idade-série e a inadequação trabalho-escola passavam pela necessidade do trabalho dos filhos e pelo alto custo do material escolar. Essa situação ainda é visível nos dias atuais, demonstrando que o problema é endêmico e a ameaça de futuro para a vida da criança brasileira cada vez mais arriscada.

35 PIRES, Júlio Manuel. Op. cit, p. 56

36 GNACCARINI, J. César.” O Trabalho infantil na era da alta tecnologia”. In. MARTINS, J. de Souza. *O Massacre dos Inocentes*, Op. cit. 1991, p. 91.

37 PIRES. Op. cit. p. 58.

A utilização da mão-de-obra infantil, seja diretamente no processo produtivo, seja em atividades domésticas, constitui meio de que se vale o capital para rebaixar o valor da força de trabalho. A falta de acesso ou o baixo desempenho escolar constitui-se numa das formas de que se reveste a reprodução das desigualdades sociais, ou seja, a reposição de um contingente de trabalhadores sem qualificação, destinados a engrossar o exército de reserva ou o que hoje se constitui no conceito de população sobrando, que não será mais assimilada no sistema produtivo e no mercado.

No nordeste mineiro o trabalho infantil foi necessário e persistente e esteve embutido como natural nas relações de produção — nas atividades camponesas — em um amplo espectro de situações. Tradicionalmente ocupadas em atividades gerais da família camponesa, na medida em que foram se transformando as relações capitalistas, afetando a propriedade da terra, a expropriação camponesa alimentou fluxos migratórios que espalharam mineiros por diferentes regiões.

Gerações e mais gerações de posseiros e agregados viveram no mundo das fazendas, desbravando os limites das matas. Formaram famílias numerosas nas quais o trabalho da criança, desde mais ou menos sete anos de idade, era comum em diferentes atividades. José Pedro da Silva, nascido em 1922 no Vale do Jequitinhonha, foi lavrador a vida toda:

Eu me lembro que com 7 anos [...] eu já fazia as rocinhas. Papai roçou a terra e botou a roça e aí eu fiz do lado uma outra roça. Meus filhos também foram criados assim. Para roçar era eu. Agora, eles eram aqueles toquinhos, mas todo mundo estava de pé para auxiliar. Depois também aos poucos começou a crescer e os fazendeiros chamavam, às vezes, para trabalhar, a gente deixava ir os meninos, foi criando assim. Depois foi tudo na escola. Agora, quando estava na escola, não. Só podia trabalhar depois que chegavam da aula, Criei sete filhos, quatro era mulher. Fora sobrinhos que ia lá pra casa e criava. [...] Eu era assim, a casa cheia de gente³⁸.

Antônio Bispo de Portugal nasceu em 1930 em Itamarajú, na Bahia. Criado em terra devoluta (posse), lembra:

A roça era cercada de tudo para Paca, Caititu e Tatu não comer. Não tinha esse negócio de arado, não tinha negócio de jerico, era nos braços mesmo. Comecei a trabalhar com meu pai. Quando eu era de

38 Depoimento de José Pedro da Silva, nascido em 1922 no Vale do Jequitinhonha, lavrador durante a vida toda. Morou mais de quarenta anos em uma única fazenda, onde criou todos os seus filhos, a RIBEIRO, *Op. cit.*, 1997a, p. 44.

idade de 10 anos para 12 anos, o meu pai já, na verdade, já não fazia mais despesa comigo, não. Eu já fazia minhas rocinhas. A gente ajudava meu pai e meu pai ajudava a gente, então era assim. Foi uma família muito bem criada. Quando a gente fazia uma rocinha, o meu pai fazia a dele e todos ajudavam uns aos outros³⁹.

Os filhos trabalhavam também na hora de beneficiar (no pilão) os produtos que seriam vendidos ou consumidos pela família⁴⁰. Durval Barbosa conta que, na região de Pavão, aonde chegou em 1938, ainda não tinha fazendas, somente posse e muita mata. O povo trabalhava para formar as fazendas.

A família de Serafim Silva Cardoso viveu cinquenta anos na mesma fazenda. Em sua memória o trabalho precoce aparece como cooperação na manutenção do núcleo familiar.

Eu falo para os meus meninos hoje: quando nós éramos crianças de 8, 10 anos, não precisava que nosso pai nos desse roupa, porque a gente saía catando café. Catava um alqueire, oitenta litros, trazia, vendia aqui e tinha dinheiro para a roupa do ano todo⁴¹.

Em situações de busca por subsistência, a família camponesa necessita do trabalho infantil. Este, entretanto, era caracterizado como trabalho, socialização e cultura. A menor idade no trabalho e a frequência escolar da criança camponesa variavam de acordo com a condição da família, conforme mostrou Pires⁴².

Este sistema tradicional prevaleceu enquanto a família camponesa do nordeste mineiro conseguiu, lá mesmo, condições para se reproduzir, mesmo migrando internamente como fazendeiros, pequenos proprietários, agregados, posseiros, parceiros, rendeiros e outros. Digamos que as migrações sazonais funcionaram como meio de manutenção da condição camponesa. Entretanto, quanto mais vulneráveis os vínculos com a terra, mais a migração acabava sendo a única opção, pois milhares de famílias, compulsoriamente, perderam a terra de trabalho.

Partilhamos da constatação histórica de que o trabalho infantil é uma necessidade fundamental para milhares de famílias e que, por isso, persiste. Há uma diferenciação significativa no universo humano chamado de infância e, ainda, uma

39 Nasceu em Itamarajú, na Bahia, onde viveu até os 24 anos, depois mudou-se para uma fazenda em Almenara. Idem, p. 47.

40 Nasceu em Espinosa em 1920. Mudou-se para Pavão em 1938, onde ainda mora, em seu próprio terreno. Militante da Igreja, animador de comunidades, poeta e compositor, foi fundador do PT em Pavão. Idem, p. 49.

41 Nasceu em Poté em 1939. Lavrador, foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poté, o primeiro de Minas Gerais. Poeta e sindicalista, foi educador sindical da Fetaemg e o primeiro coordenador na CPT de MG. Idem, p. 165.

42 PIRES, Julio Manuel, Op. cit. .

diferenciação igualmente significativa no universo do trabalho infantil, cuja maior parte está oculta, silenciada e tolerada por relações econômicas e sociais seculares. A parte contemplada pelas políticas sociais é ínfima, o foco volta-se àquelas que estão submetidas às piores formas de trabalho e, no âmbito local, a justiça da infância e da adolescência atua com mais presteza na situação de infração, com medidas sócio-educativas⁴³, contidas no ECA.

Estudos mostram que quanto maior o grau de proletarização da família mais se dá a entrada precoce da criança nas atividades empreitadas pela família. Nas migrações ocorre a mudança do trabalho da criança e da família. Proletarizados, muitos vão compor os “sistemas de turmas”, formados por “gatos”, no corte de cana e nas colheitas agrícolas além do Estado de São Paulo — Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e outros estados — em diferentes frentes de trabalho⁴⁴.

Tomamos como referência para nossa análise o período a partir de 1930, mas tendo como referencial o pós-1964, quando ocorre o último êxodo rural decorrente da apropriação das últimas terras livres do nordeste mineiro, cujas características foram a intensa rapidez e a extrema violência. Uma apropriação que se deu não pelas fazendas, mas diretamente pela empresa agrícola. A mão-de-obra expropriada foi canalizada pelas migrações, mas parte dela foi proletarizada no mesmo lugar, em diferentes, porém escassos, postos de trabalho.

O fluxo sazonal para a agricultura paulista em decorrência da expropriação violenta absorve também mulheres e crianças, personagens novos que revelam a fragilidade da condição camponesa no nordeste mineiro.

Além da maioria que sai definitivamente, no interior do Vale as pequenas e médias cidades ampliaram suas periferias com sistemas de habitações precários em todos os sentidos, alojando uma quantidade de mão-de-obra sobrando que permaneceu

43. Advertência, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, privação de liberdade. A mais bem delineada é a liberdade assistida. Uma análise de processos de adolescentes infratores em liberdade assistida permitiu constatar que ainda prevalece uma cultura judiciária que reproduz práticas, expressões verbais que remetem, ainda, à doutrina da situação irregular.

44 Nos confins das diferentes fronteiras, onde fazendas continuam se formando, o “gato” continua subproletarizando a mão-de-obra de pessoas pobres de diferentes estados brasileiros. Na maioria dos casos, as condições de trabalho configuram-se como trabalho escravo. MARTINS, J. de S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In NOVAIS, Fernando (coord.) *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 659-725.

gravitando entre escassas atividades distribuídas em períodos esparsos do ano. A marca é do desemprego crônico.

Os habitantes do nordeste mineiro têm na história de vida uma relação íntima com as migrações. Muitos dos que nunca migraram têm a migração na família ou como alternativa possível. O trabalho é uma rotina imposta às crianças e aos adolescentes pobres desde o predomínio da economia e da cultura camponesas; entretanto, as mudanças ocorridas com a presença maciça do grande capital na região afetaram de modo irreversível as condições de trabalho e vida da população excluída da terra.

Na região de Novo Cruzeiro, no Médio Jequitinhonha, inúmeras fazendas de produção de café — Queimadão, Sul América, Sasasaki — absorvem o contingente de mão-de-obra assalariada de diversos municípios vizinhos. Um “gato” agencia, nas vilas próximas, mulheres e homens, jovens, adultos e crianças.

Em meados dos anos 1990, muitos trabalhadores despendiam cerca de quatro horas por dia entre preparar o almoço de madrugada – quatro horas - e chegar ao local de trabalho entre 7 e 8 horas. A viagem de caminhão ou ônibus geralmente dura mais de uma hora. O dia de trabalho se estende até às 17 horas, seguido de outra viagem de volta e da etapa dos afazeres domésticos. Pode-se dizer que ocorrem migrações diárias entre a residência e o local de trabalho, ou semanais, para aqueles que moram mais distantes ou para quem o acesso é mais difícil ou moram em barracões durante a semana, que se estende de segunda a sábado.

Fazenda de café: Grupo Sul América – Novo Cruzeiro – MG –1998

Fazenda Gravatá – alojamentos de bóias-frias – 1998

Trabalho infantil na colheita de café – 1998

Os irmãos Maurício e Juarez, com 13 e 14 anos, em 1998 trabalhavam na fazenda Queimadão, numa jornada com início na madrugada, com o preparo da bóia, e depois com a viagem de caminhão até o eito. Moram numa “grota” — pequeno terreno de terra baixa, com uma poça d’água, insuficientes para manter a família. Todos, pais e vários irmãos, são bóias-frias. Transitam por diferentes serviços esporádicos e freqüentaram pouco a escola⁴⁵.

Ao longo da BR-116, no trecho que liga Teófilo Otoni a Padre Paraíso, passando por Mucuri e Catuji, as cidades abrigam remanescentes de famílias que saíram da terra e que se ligam ao ciclo das colheitas. Tanto é que, no período da colheita do café — maio/julho — a evasão escolar é altíssima. Uma professora do Mucuri, conta em seu relato, como a escola é importante, mas não mais do que o trabalho, quando este

45 MIRANDA, PEREIRA E TERRA, Op. cit. .

aparece. É a oportunidade de ter comida, um chinelo ou tênis e, quem sabe, uma bicicleta.

Outra atividade que perpassa as gerações é a prostituição adulta e infantil. Há famílias, que moram às margens da BR, em que avós e mães de meninas que se prostituem foram também prostitutas. A rodovia é fonte de subsistência que não seca. Muitas adolescentes vão para outras cidades, principalmente para Belo Horizonte, e sustentam as famílias — filhos, pais, irmãos — com a atividade sexual⁴⁶.

Em vilas como Mucuri (distrito de Teófilo Otoni) e Padre Paraíso, setenta quilômetros ao norte, é intensa a presença de crianças trabalhando como vendedores às margens da BR.

Vendedores de sorvete. Padre Paraíso – 1998

Os meninos são vistos com mais frequência nas ruas. Fazem frete — carregam compras — nas proximidades de supermercados e feiras, além de olhar carro, engraxar, vender picolé, frutas, catar latinha, papelão, ferro-velho etc. Começam a aparecer meninas vendendo sorvete em algumas localidades.

Outra dimensão do trabalho infantil é o trabalho doméstico, na própria família ou em outras. No nordeste mineiro é comum a prática, em famílias da cidade, de assumir uma menina da roça e, em troca de casa e comida, ela ser explorada nos serviços da casa, de forma silenciosa e invisível. No seio das famílias pobres, é comum

46 É o caso de Sabrina, do Jardim Pindorama, em Teófilo Otoni, nos dias de hoje. De Patrícia, do Mucuri, desde 1997.

as crianças trabalharem, principalmente as mais velhas, nos cuidados da casa e dos irmãos menores. É o caso de Aiandra, filha de Cida, do Jardim Pindorama, que, quando não está na creche e a mãe está trabalhando, cuida das três irmãs menores, dá comida e limpa a casa.

Filhas de Aparecida Nogueira – 2005

Um panorama do final dos anos 1990 mostrava que continuava havendo uma demanda pelo trabalho da criança. Os maiores indícios de exploração aparecem entre os bóias-frias mirins. Trabalham em longas jornadas diárias e em diferentes atividades, como, por exemplo, as “meninas formicidas”, que espalham agrotóxicos, e as “florzinhas”, que polinizam plantações de maracujá, crianças que catam restos de cassiterita e que, na Zona da Mata pernambucana, pegam na foice a partir dos sete anos.

Em muitas situações a força de trabalho da criança está embutida no aluguel da mão-de-obra do pai. Em diferentes colheitas, inclusive as de fumo e sisal, em

carvoarias, garimpos e no trabalho informal nos centros urbanos, desempenhando um leque de atividades, as crianças estão gerando riqueza⁴⁷.

O trabalho infantil como violência estrutural e institucional tornou-se objeto de reflexão, no Vale do Mucuri, no mesmo movimento de reflexão e ação embasado nos direitos humanos, disseminado pela Igreja Católica, especialmente pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do novo sindicalismo dos anos 1980. Ao questionar a propriedade da terra, a Igreja Católica acompanhou o processo de urbanização acelerada por que passou a cidade de Teófilo Otoni, destacando os avanços que ele produziu sobre a exploração do trabalho infantil.

A atualidade do tema reside no fato de que persistem as causas que engendram injustiça e desigualdade, que expropriam famílias, crianças e jovens de seus direitos básicos. Questões importantes relacionadas ao tema passam por fragmentação teórica e pela orientação das políticas sociais. Fragmentação teórica porque muitas pesquisas são desenvolvidas no interior de diferentes campos das ciências humanas e sociais a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas, sem interlocução entre elas e entre os pesquisadores, enfim, “é precário o diálogo entre os diferentes campos do saber”⁴⁸.

Quanto à orientação das políticas sociais, a fragmentação aparece no entendimento do que seja o universo da infância e da adolescência, que, ao invés em vez de ser entendido como categoria social, é reduzida a faixas etárias, a níveis de escolaridade, a estratos e grupos sociais, desaparecendo diferenças de gênero, de culturas, etc. Outro agravante é que, quando entram na escola fundamental, as crianças deixam de ser crianças e tornam-se alunos, perdendo-se o controle das políticas de direitos à infância, que serão retomadas quando das políticas sociais para a erradicação do trabalho infantil que tem como foco principal o espaço da escola como lócus privilegiado para a solução do problema⁴⁹.

A atuação do Estado e da sociedade organizada, além das ONGs, é a mais diversificada possível (estratificada e desigual), principalmente a partir de 1990, com o desmonte do aparelho de Estado em combinação com iniciativas locais. Não rompe é rompido o círculo círculo perverso da pobreza/evasão escolar/pobreza, ao contrário,

47 RIZZINI, Irma. *Pequenos trabalhadores do Brasil*. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 376.

48 Idem.

49 “Lugar de criança é na escola”. Uma Contribuição da CNTE e da CUT à formulação de políticas públicas de erradicação do trabalho infantil. CNTE/CUT/OIT, 1998.

observa-se que ele é solidificado por 8, 12 ou mais horas de trabalho diário, diurno ou noturno, em atividades formais e informais, na zona rural e urbana, em detrimento do aparato legal que as protege. Em diferentes situações, as crianças são inseridas precocemente no mercado de trabalho, elas.

[Elas]“vão sendo socializadas para viver a infância não como um momento de esperança e de sonho, momento do que será, mas momento de dor,, do castigo e da punição sem sentido, pelo mero fato de serem filhos de pais que vivem, possivelmente, os últimos capítulos da história da extinção de sua classe social ou de seu grupo”⁵⁰.

Inserido no âmbito da cadeia produtiva, o trabalho infantil, que se configurou no Brasil, após os anos 1960, no vaivém das migrações, foi o de crianças e de adolescentes vítimas de violência institucional e estrutural, porque ocorrem sistematicamente e por não criar condições para que famílias e crianças tenham os direitos básicos, posto que figuram em todos os documentos que se sucederam à Declaração dos Direitos Humanos. Como violência institucional, podemos citar os compêndios jurídicos que pretenderam controlar uma classe de crianças e jovens, tidos como “perigosos”.

5 . SEQÜELAS DO TRABALHO INFANTIL

A necessidade da infância justifica-se porque a percepção da criança é difusa e desorganizada; por isso ela necessita passar por períodos de amadurecimento sem queima de etapas. Como a criança que trabalha ainda está na fase da percepção desorganizada, daí a propensão aos acidentes.

O trabalho precoce impede que a criança tenha um desenvolvimento harmonioso, ela queima etapas do crescimento pelo em prol do amadurecimento precoce. Trabalhar na infância tira da criança a oportunidade de — nesta época tão profícua, quando tudo que se ensina é aprendido rapidamente — de dedicar-se ao aprendizado diversificado e lúdico, estimulando a criatividade e o senso investigativo e crítico e lhe impõe-lhe rotinas alienantes e violentas, que suprimem oportunidades que possibilitariam o desenvolvimento pleno e o acesso ao exercício da cidadania

Mesmo que a criança tente consolidar escola e trabalho, o cansaço toma conta e não há disposição para freqüentar a escola: elas dormem em sala de aula ou simplesmente não conseguem um bom desempenho e acabam evadindo-se ou se

50 Martins, José de Souza, *O Massacre dos Inocentes...* Op. cit. . p. 11.

arrastam pelas séries, porém, com poucas chances de competir no mercado de trabalho. Transformam-se em jovens franzino, pela alimentação parca e inadequada. Muitas exibem uma musculatura desenvolvida precocemente. Estão mais propensos às lesões físicas, como deformação óssea, atrofia muscular, intoxicação, perda de membros, picadas de animais, queimaduras, etc.

Além das seqüelas físicas e sociais, aquelas que advêm da estrutura psíquica, no caso do jovem trabalhador, que também neste caso necessita da sucessão de etapas, sem interrupção, sempre com bons exemplos e de reforços positivos, encontra, no ambiente de trabalho, condição adversa, que poderá levá-lo à baixa estima e à depressão.

O amadurecimento precoce a que é submetido no mundo do trabalho, muitas vezes, leva o jovem trabalhador, para se adequar ao ambiente social de trabalho, a iniciar hábitos como o uso de álcool ou fumo para se adequar ao ambiente social de trabalho, como forma de reconhecimento, como homem, pelo grupo de adultos com quem o qual convive⁵¹.

Elvira Cosendey entende “que a existência do trabalho infantil é a soma da ausência de políticas sociais, na verdade é a falência de todas elas”⁵²., que se arrastam por décadas neste país. A autora considera que ainda é são necessárias para que surtam efeito, “uma nova visão sobre a questão e ampla discussão com a sociedade”.”, pressupostos de que se deve investir em conscientização e formação de uma cultura de tolerância, paz e direitos. Políticas públicas que busquem a conscientização da sociedade sobre os malefícios do trabalho infantil. Outros fatores que devem ser cobrados da sociedade são responsabilidade em gerar filhos, planejamento familiar e paternidade responsável...

Consideramos que a existência do trabalho infantil comporta todas as ausências referidas por Cosendey, porém convém reafirmar que sua existência se vincula-se a questões de ordem estrutural, como distribuição de terra e de renda. Quanto à necessidade de uma “nova visão”, entendemos que ela já existe e foi aprisionada nas formas legais a partir dos anos 1980. Se elas alterarão ou não as estruturas, é uma questão que está colocada. Pretendemos buscar uma explicação que deve vir daqueles

51 COSENDEY, Elvira.. *O Trabalho Infantil: Características e malefícios*. In MARQUES, M^a Elizabeth; NEVES, Magda de A. e CARVALHO NETO, Antonio. (orgs) *Trabalho Infantil: Infância Roubada..* Belo Horizonte: PUC-MG, Instituto de Relações do Trabalho, 2002.

Trabalho infantil: infância roubada Deve-se considerar que a adolescência é um período de transformações e angústias, em que o jovem está mais vulnerável à influência do grupo, segundo.

52 Idem.

que experimentam a vida nos limites da subsistência e que necessitam da eficácia das leis.

O conteúdo de exploração implícito nas diferentes formas de trabalho infantil tende a ser omitido porque é considerado natural na complementação da renda familiar. O problema é tão complexo quanto a sua solução. O passo mais recente para sua resolução converge no o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que se baseia na descentralização político-administrativa e na participação de organizações da sociedade na formulação e co-gestão de políticas para atender crianças e adolescentes que trabalham, além do enfrentamento da erradicação da pobreza com programas de geração de emprego e renda para as famílias pobres, segurança social, educação, serviços básicos de saúde, enfim possibilitar meios de acesso à cidadania e permiti-los viver a plenitude da infância. Tais temas passaram a ser debatidos nacionalmente há pelo menos três décadas pelos movimentos sociais e foram apreendidos no plano legal, no ECA, no CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), na LOAS e na LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Dentre as seqüelas do trabalho precoce figuram o crescimento e o desenvolvimento deficientes nas crianças filhas das famílias bóias-frias, em relação aos adolescentes de famílias burguesas. As diferenças entre ambas são muito grandes e chegam a comprometer “as respostas fisiológicas dos adolescentes bóias-frias, particularmente a capacidade de trabalho”⁵³.

A violência contra a criança é recriada pela reprodução de desigualdades na participação da renda nacional, pela reprodução de “modos insuficientes de ganhar a vida”, “. É, portanto, uma violência estrutural, como aquela que se configura na generalização de turmas relativamente fixas, sem registro legal em carteira de trabalho, para as crianças e suas famílias. O sistema de trabalho que não assegura:

“Acesso a qualquer espécie de mobilidade social, e, mais, de exercício de liberdade, posto que se encontram em situação de verdadeiro isolamento local e impedidas de se desligarem de seus senhores, uma vez que lhes falta acesso a mínimas possibilidades de qualificação,

53 GNACCARINI, Op. cit. . 1991, p. 91. O autor baseia-se em pesquisas realizadas na Região Canavieira de São Paulo em 1986, no âmbito do NEPP -Núcleo de Estudos de Políticas Públicas /UNICAMP. BILAC, Elizabete Dória (coord.). *Trabalho infantil no Brasil, o mercado, a família e a criança*. (Nepp/Unicamp) Mapa de Indicativos do trabalho da Criança e do Adolescente. Ministério do Trabalho e Emprego. Modulo II – Condições de Trabalho a que estão Submetidos Crianças e Adolescentes e Possíveis Repercussões à Saúde. p. 183-214. 2005.

exigida pela vida e trabalho na cidade. Sua condição de bóia-fria foi eternizada para toda a vida⁵⁴.

Por mais perverso que seja, muitos pais achavam vantajoso o sistema de turmas, pois era onde encontravam possibilidade de trabalho para os filhos menores de quatorze anos, — “entendem que é preferível que esteja engajada na turma do que na rua, quando não pode estar na escola. As relações violentas estão atadas por laços complexos, mercantis/patriarcais, sustentados pelo direito de mando sobre as crianças, pelo xingamento violento/ e/ou humilhação. Um

“[Um] conjunto de atitudes, diante dos demais trabalhadores e face ao turmeiro, a conduta em relação ao outro sexo, a acomodação no pouco trabalho sem nenhuma disciplina e a verdadeira indiferença em relação ao trabalho ínfimo, revelam a completa desmoralização dessas crianças e o ingresso numa situação de classe quase tendente à lumpemnização; o salário reforça as diferenças naturalizadas nas discriminações, estabelecendo as bases morais e os incentivos motivacionais para a concorrência dos trabalhadores entre si... Para além da igualdade formal que o salário implica essas crianças, filhas dos subalternos mais excluídos, não se espelham em nenhuma identidade possível e, portanto, em nenhuma relação real de concorrência”⁵⁵.

Situações semelhantes e simultâneas ocorrem ainda hoje em diferentes pontos do País. A agroindústria sucro-alcooleira, dos estados de Pernambuco e Alagoas demonstra uma preferência pelo trabalho infanto-juvenil, uma mão-de-obra disponível, por absoluta falta de opções educacionais concretas e, sobretudo, pelo monopólio da terra⁵⁶. Em garimpos, em carvoarias, no trabalho doméstico, enfim, há um espectro de exploração espalhado e que se renova, sedimentando uma condição social de violência aos direitos de crianças e adolescentes.

Os movimentos sociais do campesinato brasileiro mantiveram a criança no anonimato ou se referiam a elas de forma genérica, em meio às ações dos adultos. Tal anonimato é rompido, nos contextos das grandes metrópoles, na década de 1980, porém, não por suas próprias voz, e sim por diferentes mediadores. No meio rural, as mazelas do trabalho infantil e das condições de existência da população infanto-juvenil

⁵⁴GNACCARINI, Idem, p. 93.

⁵⁵ Idem, p. 111/112

⁵⁶ ARAÚJO, Teresa C.; DABAT, C. e DOURADO, Ana. *Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco*, op, cit, p. 410

começaram a ser desvendados por pesquisadores e pela grande imprensa, somente na década de 1990.

As formas legais oriundas da relação entre Estado e criança pobre caracterizam o trabalho infantil como violência institucional e estrutural, pois seus efeitos, no cotidiano, devem ser vistos como fator de rebaixamento do valor da força de trabalho, e acaba, no núcleo familiar, o filho desempregando o pai.

Nos canaviais e laranjais paulistas, nos cafezais de Minas Gerais e do Espírito Santo e em tantas outras regiões do Brasil, crianças trabalham, em grandes, médias e pequenas propriedades e negócios agrícolas, beneficiando, com sua energia vital, em algum lugar da cadeia produtiva, o acúmulo de capital. A energia que deveria ser usufruída em benefício próprio, para seu desenvolvimento pessoal, no sentido mais amplo do termo, é carregada como mais –valia, formando a rede da de acumulação do capital.

A longevidade dessa realidade diversificada é a mesma estruturalmente e pode ser traduzida nos estudos realizados sobre o trabalho da criança e de adolescentes, na Zona da Mata pernambucana, ao que confirmarem que a situação atual de trabalho superexplorado, “não é a expressão de uma situação momentânea, particular, mas é decorrente da história da pobreza que tem origem num modelo de desenvolvimento secular, centrado na grande lavoura e no monopólio da terra. No caso das crianças e adolescentes da cana, da Zona da Mata pernambucana, elas guardam resquícios fortíssimos do sistema secular de exploração. “Revelam a continuidade de um ciclo de vida do qual estão excluídas as condições básicas de alimentação, moradia, saúde, educação e garantias trabalhistas”. São enclaves de pobreza que apresentam índices de analfabetismo, entre crianças e jovens de 17 anos, de 59% e de 62%, que começam a trabalhar entre 7 e 10 anos de idade⁵⁷.

57 Idem. p. 411

II - TERRA, PODER E TRABALHO

1. DE CAMPONÊS A PROLETÁRIO

A sociedade brasileira foi fundada no meio rural e traz a marca do domínio da fazenda no processo de ocupação do território nacional e no uso do trabalho alheio. Traduz, essencialmente, nos três primeiros séculos, o domínio do rural sobre o urbano, a predominância da vida agrária sobre a cidade, a importância do senhor da terra ante o comerciante urbano, sem, entretanto, encerrar um mundo independente um do outro, ao contrário⁵⁸.

A sociologia rural no Brasil teve como ponto de partida, ao analisar a sociedade agrária brasileira, o “exotismo” da vida do trabalhador rural em suas diferentes nomenclaturas e de acordo com a região e as ocupações⁵⁹. Apesar da diferenciação de nomes, regiões e ocupação, e da vastidão do espaço brasileiro, a estrutura social do caipira — o homem do campo — não se caracteriza pelo isolamento, pois numa sociedade como a brasileira — dadas as suas proporções — coexistem, no tempo e no espaço, mais de um tipo de sociedade caipira.

Se até fins do século XIX esses processos culturais se davam numa sociedade agrária, na qual as cidades eram subordinadas, a partir de então, e mais intensamente dos anos 1960, eles passam a ocorrer em uma sociedade cada vez mais marcada por caracteres urbanos. A cidade tende cada vez mais a dominar o campo, reduzindo-o a uma posição não apenas de subordinação, mas de inferioridade⁶⁰.

58 DIEGUES JÚNIOR, Manuel. “Populações rurais brasileiras”, SZMRECSÁNYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo (org.) *Vida Rural e Mudança Social*. 3ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979, p. 123.

59 PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. “Do Rural e do urbano”, In: *Vida Rural e Mudança Social*, In. SZMRECSÁNYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo (org.) *Vida Rural e Mudança Social*. 3ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979. Diferentes referências foram e são empregadas para representar o camponês brasileiro: caipiras, caboclos, tabaréus. DIEGUES JÚNIOR, idem, 129/139, relaciona os trabalhadores rurais sem terra, conforme se apresentam em diferentes divisões: 1 – arrendatários e parceiros; podem ser também chamados de arrendatários, rendeiros, parceiros, meeiros, terceiros, quotistas, foreiros, locatários, vazanteiros (aqueles que arrendam terra ou trabalham em parceria); 2 – diferentes relações do trabalhador sem terra em terra alheia: ajustado, alugado, lavrador, agregado, morador, colono, empreiteiro, roceiro, jornaleiro, cultivador, diarista, plantador, tarefeiro, peão, vaqueiro, camarada, trabalhador de enxada. Segundo a função específica que exercem: encoivarador, enxadeiro, foiceiro, roçador, limpador, mateiro, peneirador, podador, terreireiro, subidor, abalizador, batedor, catador, colhedor, barcaceiro. Segundo o produto que exploram: seringueiro, castanheiro, colhedor de carnaúba, cortador de cana, ervateiro, extrator de cera, poaieiro... Sobre a condição de assalariado rural, clandestino ou não, Gnaccarini relaciona: volantes; “bóias-frias”; “paus-de-arara”; “birola”; “queima-lata”; “clandestinos” etc. Outros: “pingaiada” “chapa” “corumbras”.

60 PEREIRA DE QUEIROZ, M. Isaura. “Da Europa, o novo gênero de vida (burguês ocidental, eminentemente citadino, impresso no modo de vida da aristocracia rural) irradiou-se para o Brasil ainda

Com o fim da escravidão, disseminaram-se formas de exploração do trabalho alheio, de índios, brancos e negros, nas diferentes relações de produção no meio rural. Uma gama de personagens do universo rural sofreu transformações em suas relações econômicas e culturais. Foram reduzidos a moradores urbanos, proletarizados, subalternizados e excluídos dos processos produtivos que vigoraram no Brasil após a abolição e, concomitantemente, ao desenvolvimento capitalista propriamente, com a sua irradiação da cidade para o campo por meio “da expansão de uma economia de mercado moderna, que conduzia em seu bojo a transformação do trabalho em mercadoria e a universalização do trabalho livre”. Nesse processo, os proprietários de terra foram beneficiários, mas as massas despossuídas de terra foram irremediavelmente compelidas ao pauperismo e condenadas à marginalização⁶¹.

Um quadro da sociedade rural brasileira sugere uma hibridação dos processos de ocupação e exploração econômica no espaço agrário. Em decorrência da inversão cidade–campo, diferentes estágios de desenvolvimento, permeados por diferentes temporalidades, forjaram o encontro do arcaico com o moderno, que se misturam e aparecem de diferentes modos, engendrando processos de modernização agrícola, urbana, na legislação, que culminaram na formação dos proletários — rurais e urbanos — e na definitiva separação do lavrador dos meios de produção — a terra de trabalho, o conhecimento das técnicas agrícolas, sua interação com o meio, as relações sociais e culturais — e no desenraizamento cultural. Fase mais aguda deste processo tem início na década de 1960, quando a condição de vida do lavrador já era de extrema precariedade em todos os sentidos e sem perspectiva de mudanças, conforme atesta o documento *Posse e uso da terra e desenvolvimento socioeconômico do setor agrícola*,

O trabalhador agrícola médio vem sendo enganado a cada passo de sua vida: no momento de ser contratado; quando recebe os salários; quando o produto é dividido; ou na hora de ser despedido... Vive em continuo temor de dispensa, de punição e ocasionalmente de terror. Não tem cada decente, nem alimentos e água suficientes, nem

no séc. XIX (1829/1930), sem que este país tivesse, porém, entrado na senda da industrialização” (texto escrito em 1969) Idem, 173.

60 PEREIRA DE QUEIROZ, Idem, p. 174.

61 FERNANDES, Florestan. “Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil”. In: *Vida rural e mudança social..* SZMRECSÁNYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo (org.) *Vida Rural e Mudança Social*. 3ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979, p. 107.

instrução, nem facilidades médicas e nem esperanças de melhoria [...]

⁶².

A subalternidade tende a aumentar pelo diagnóstico apresentado, porque há um exercito de trabalhadores de reserva de modo que a melhoria das condições de vida e de trabalho e as expectativas de organização e lutas, ou seja, as expectativas de direitos são nulas diante da consideração de que “os empregadores geralmente têm mantido os seus trabalhadores ‘em movimento’, desorganizados e desorientados, pobres e sem instrução”. Sendo sistematicamente eliminadas as possibilidades de acumular economias, isso resulta em um estado permanente de dependência do empregador⁶³.

A subordinação do setor produtivo aos desígnios da extração da renda processa-se em larga escala. “Na qualidade de devedores, fregueses, arrendatários ou ‘vendedores’ de produtos agrícolas, eles são até considerados como uma fonte de renda adicional dos proprietários de terras. Uma estrutura de poder foi consolidada e se renova na organização do empregador, que:

Rebate qualquer ameaça ao seu — do proprietário — quase absoluto controle sobre o trabalhador por meios coletivos sutis e sem alarde. [...] Embora alguns grandes empregadores de mão-de-obra admitam a existência de graves injustiças e mau tratamento ao trabalhador rural [...] o modelo de conduta que domina o cenário é o dos grandes proprietários de terras e o seu conteúdo é marcado pelo ponto de vista que considera os trabalhadores rurais como instrumentos de trabalho — insumo da produção — e não como indivíduos com direitos e benefícios sociais, políticos econômicos que a sociedade pode distribuir⁶⁴.

Uma massa expressiva de trabalhadores foi sendo excluída das possibilidades de acesso à terra e submetida às novas relações de produção, de trabalho e sociais. O proletariado rural é forjado pelo desenvolvimento das forças produtivas na modernização agrícola e pela conseqüente divisão social do trabalho, por um lado, e, por outro, pelas mudanças nas relações sociais de produção, no campo, entre fazendeiros, posseiros, agregados, parceiros e assalariados.

A modernização agrícola da década de 1960 mexeu com a estrutura social no nordeste mineiro de diferentes maneiras. Os processos mais ou menos lentos de

62 Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA), *Posse e uso da terra e desenvolvimento socioeconômico do setor agrícola*: Brasil, União Pan-Americana, Washington, 1966, pp. 615-616. apud IANNI, Octavio. *Relações de produção e proletariado rural*. IN Vida Rural e Mudança Social, SZMRECSÁNYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo (org.) *Vida Rural e Mudança Social*. 3ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979, p. 155.

⁶³ Idem

⁶⁴ Idem.

migração, que funcionaram como solução de sobrevivência a camponeses removidos de suas terras, ganharam espessura, movimento e novos personagens.

De forma diferente, a modernização da agricultura paulista configurava-se nos complexos agroindustriais de produção de açúcar, álcool e sucos. Nesses complexos, as mudanças nos processos de trabalho engendraram formas aviltantes de exploração, em flagrante contradição entre o grau de conhecimento tecnológico, a alta concentração de renda extraída da terra e a exploração do trabalho de homens, mulheres, velhos e crianças. Em flagrante contradição com os valores, princípios e recomendações do último meio século sobre direitos humanos.

Os complexos agroindustriais e as metrópoles incorporavam de diferentes formas o camponês nas novas relações que se lhe apresentavam. Um intenso vaivém de camponeses, que saíam, mas continuavam mantendo relações de parentesco e vizinhança com as comunidades camponesas de origem. Relações culturais chamuscadas por uma variedade imensa de novos elementos.

Dados da concentração fundiária no Brasil,

“revelou que 52,3% dos estabelecimentos rurais do país têm menos de 10 ha. e ocupam tão-somente a escassa área de 2,8% de toda a terra possuída. Em contrapartida, 0,8% dos estabelecimentos têm mais de 1.000 hectares e ocupam 42,6% da área total. Mais da metade dos estabelecimentos agropecuários ocupa menos de 3% da terra e menos de 1% dos estabelecimentos ocupa quase metade.[...] Em 1950, apenas 19,2% dos lavradores não eram proprietários dos seus estabelecimentos rurais. Em 1975, essa porcentagem tinha subido para 38,1 %. Em 1950, para cada lavrador não proprietário havia 4.2 que eram proprietários. Em 1975, para cada lavrador não proprietário havia apenas 1.6 proprietários. [...] a situação em relação aos pequenos produtores agrícolas é ainda mais grave. Em 1975, para cada lavrador proprietário havia um não proprietário da terra, no que se refere aos estabelecimentos com menos de 20 ha. Se nos limitarmos aos estabelecimentos com menos de 10 ha. que constituem mais da metade das unidades de produção do país, notaremos que para cada lavrador proprietário há 1.3 lavradores não proprietários. Desde 1950 vem se agravando essa proporção, o que indica que um número crescente de lavradores não tem terra. [...] Entre 1950 e 1970, as oportunidades de trabalho para terceiros na agropecuária, assalariados e parceiros subordinados, caíram em cerca de um milhão e meio de empregos⁶⁵.

⁶⁵ CNBB, Igreja e Problema da Terra. Documento Aprovado pela 18ª assembléia da CNBB. Itaiçi, 1980. p. 2.

As décadas que se seguiram — 1970/1980 — deram mais densidade a esses processos conflitantes. Entre eles, a disputa pela terra não foi amenizada. Ao contrário, mesmo com a repressão, e por causa dela, o “massacre dos posseiros” está registrado na historiografia.

O estrangulamento da pequena agricultura, está intimamente associado à expansão das pastagens e a política inadequada de reflorestamento. Em 1970, os estabelecimentos agropecuários com mais de 20 ha. tinham 50,6% da sua área tomados por pastos e apenas 8,5% por lavouras. Já os pequenos produtores, com estabelecimentos de menos de 20 ha., dedicam 50,1% de suas terras à lavoura e 21,1% à pecuária.

Outro fator que estimulou a concentração fundiária foi a política de incentivos fiscais, uma das causas fundamentais da expansão das grandes empresas agropecuárias à custa e em detrimento da agricultura familiar. Até julho de 1977, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia havia aprovado 336 projetos agropecuários, nos quais seriam investidos 7 bilhões de cruzeiros. Dessa importância, apenas 2 bilhões correspondiam a recursos próprios das empresas, enquanto os restantes 5 bilhões, mais de 70% do total, eram provenientes dos chamados incentivos fiscais, uma política que revela o Estado comprometido com os interesses dos grandes grupos econômicos. Neste sentido o PROÁLCOOL, a política de incentivos, na Amazônia, que leva à fome as populações ribeirinhas⁶⁶.

Neste mesmo processo ampliado, a expropriação de camponeses é acelerada em vários lugares, provocando alterações profundas nas culturas locais. No Nordeste mineiro, em 1985, dados da concentração fundiária mostram a seguinte situação:

<u>ESTABELECIMENTOS RURAIS</u>			<u>ÁREA OCUPADA</u>	
Menos de 100 ha	81.183	83%	1.867.382 HA	19%
De 100 a 999	16.137	15,71%	4.552.604 ha.	46,34%
Mais de 1000 ha	1.363	1,32%	3.404.155 ha	34,56%
TOTAL	102.683	100%	9.824.141	100%

⁶⁶ Idem.

Observamos que, enquanto a maioria dos pequenos estabelecimentos, ou seja, 83%, ocupam uma pequena quantidade de terra (195 ha da área), as grandes propriedades, além de serem a minoria, (1,32%), ocupam a maior parte das terras agricultáveis (34,65). Outra leitura significativa é que 9.183.336 ha (93,47%) são utilizados para a pecuária de caráter extensivo, que utiliza grandes extensões de terra. O restante, 101.133 ha. (1,02%) para a lavoura permanente. O café, uma cultura permanente, porém o emprego de grande contingente de mão de obra está associado apenas à época da colheita. Fora deste período não há demanda por mão-de-obra na região e as migrações voltam a funcionar como única solução para as famílias expropriadas e desempregadas que foi se concentrando nas periferias das cidades da região⁶⁷.

⁶⁷ Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário – Censos Econômicos 1985 – Volume 4, número 3 – Região sudeste – FUNDAÇÃO

1.1 EXCLUSÃO E REFORMA AGRÁRIA

Ao longo do século XX a concentração fundiária excluiu homens, mulheres e crianças do acesso à terra. As fazendas transformaram seus negócios, a partir da década de 1930, no Nordeste de Minas Gerais, mudando da agricultura para a pecuária, e depois de 1960 para a agroindústria. Foram mudanças que impuseram à sociedade camponesa alterações profundas nos modos de reproduzir os meios de vida, no universo cultural diluído e alargado, no *vaivém* constante das famílias, que:

Procurando uma vida melhor, andaram por mais de um século pelo Nordeste de Minas formando [a princípio] correntes de migrações miúdas. O deslocamento ocorreu primeiro no sentido Norte-Sul, da Bahia ou do Rio Pardo para o Mucuri e Jequitinhonha; aí deslocou no sentido geral do Leste, entrando na mata do Mucuri ou no baixo Jequitinhonha; daí torceu rumo para o Sul, novamente, para o Pampa ou Sul da Bahia, ou o São Mateus, que foram as últimas matas. Acabadas as matas, a fertilidade e a abundância das fronteiras agrícolas internas, os mais jovens dessa população móvel de agregados foram procurar novas fronteiras em outras regiões. A partir dos anos 70 buscaram fronteiras urbanas, em São Paulo, ou a fartura em outras matas, no Norte e Oeste do país. Os mais idosos foram para as cidades do Jequitinhonha e Mucuri mesmo, ou acompanharam os filhos nesta vida errante⁶⁸.

Num mundo rural assolado por constante concentração fundiária, índios, agregados, posseiros, parceiros e arrendatários foram sistematicamente impedidos de permanecer em terras que garantiam produção e reprodução familiar. O processo de perdas de condições das relações sociais e de produção camponesas tem como desfecho, no século XXI, a história de famílias espalhadas por diferentes caminhos, mas que podem ser vistas pela história das famílias dos bairros Novo Horizonte e Vila Solidariedade, em Teófilo Otoni, estudadas nesta tese.

Expectativas de direitos referentes à terra já eram presentes desde os anos 1940 em organizações religiosas, sindicais e partidárias. Na transição de 1950 para 1960, intelectuais e políticos já relacionavam a fome e as migrações a um modelo de agricultura que se desenvolvera, de forma extensiva, centrada na produção de exportáveis, ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do povo. Indicavam o histórico desajuste econômico produzido por um desenvolvimento anômalo, desdobrado num neocolonialismo que se desenvolvia, limitado a certos setores mais rendosos, como indústria de alto padrão moderno e uma

68 RIBEIRO, 1997a, Op. cit. , p.29.

agricultura de índole feudal, apegada a rotinas conservadoras. Em outras palavras, subdesenvolvimento significa desnível econômico, disparidade entre os índices de produção, renda e consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões que compõem o espaço sociogeográfico de uma Nação⁶⁹.

Um projeto de reforma agrária, segundo Castro, deveria partir da revisão das relações jurídicas e econômicas entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais. Regulamentar a exploração da propriedade agrária e a desapropriação das terras, os arrendamentos rurais, os contratos de trabalho e vários outros aspectos⁷⁰.

O dilema entre pão e aço implicava a decisão por um modelo que levasse à correção de desníveis e disparidades econômicas, sociais e regionais, ou investir na industrialização intensiva, sacrificando durante certo tempo as aspirações de melhoria social da coletividade.

O termo “dilema”, para referir-se a esta questão, ganhou significado profundo se levarmos em conta que, naquele momento, o problema estrutural da terra era tão acirrado que, no início dos anos 1960, tramitavam no Parlamento cerca de 170 projetos de lei referentes à terra. O principal obstáculo à reforma agrária estava na rigidez do preceito constitucional (1946) que garantia o direito de propriedade e só admitia a desapropriação mediante o pagamento prévio, em dinheiro, pelo justo valor, o que tornava necessária uma soma fabulosa para as desapropriações necessárias aos interesses sociais. O problema era o justo valor: ele deveria ser justo em relação ao mercado ou em relação ao interesse social?

Uma nova visão sobre a reforma agrária emergia na América Latina depois dos anos 1950 e procurava relacionar “reforma agrária e desenvolvimento econômico e social”, ou seja, terra para fins sociais. No Brasil, tal idéia foi configurada na Lei nº. 4.504 de 30/11 de 1964, Estatuto da Terra, que, junto à Emenda Constitucional nº. 10,

69 CASTRO, Josué de. *A geografia da fome*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1965, p. 264-280; MARTINS, J. de S. também fala desse desenvolvimento anômalo; desenvolvimento capitalista: sem liberdade. Um desenvolvimento centrado na visão de mundo de uma elite econômica, política e intelectual que determinou padrões de comportamento, modos de pensamento, desenvolvimento científico e tecnológico, que apenas uma parcela dos homens pode desfrutar, e mesmo no desfrute dos bens há uma hierarquia que determina quem vai morrer primeiro, quem vai ter mais benefícios, quem vai ser incluído, quem vai ser empregado, quem vai passar fome... a “compensação” são as políticas sociais afins.

70 CASTRO, Idem.

de 10/11/64, alterou o artigo nº. 147 da Constituição Federal de 1946, que se referia ao pagamento da indenização cabível às terras desapropriadas⁷¹.

Apesar de agregar uma concepção avançada em termos de reforma agrária, o Estatuto da Terra serviu de instrumento ao regime repressor, que engessou as lutas por direitos sociais ligados à terra, mas não abafou a resistência que se evidenciava assustadora, considerando-se o número de trabalhadores rurais assassinados em diferentes pontos de País.

Instrumento de distensão e controle do regime militar sobre a terra, o Estatuto, apesar conter mais avanços até que a Constituição de 1988, porque preconizava a desapropriação de terras para fins de reforma agrária, “foi produzido com finalidades militares, justamente para assegurar a luta popular no campo, mantendo-a num âmbito que a tornou politicamente administrável”⁷².

Após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural — regulamentação legal da situação do trabalhador rural —, em 1963, e as primeiras desapropriações de terras por interesse social contempladas no Estatuto da Terra em 1964. Ações que significavam avanços demasiados nas políticas sociais para os grupos civil e militares da burguesia rentista que pode optar por um regime autoritário que dissociou democracia e desenvolvimento econômico, forjando uma “modernização” que necessitou militarizar o à questão agrária.

Segundo Martins, uma manobra de poder que confirma a sua interpretação de que a história republicana apresenta um movimento pendular do poder entre governos ditatoriais e militares e governos civis, no qual governos militares e governos civis se alternaram no poder. Neste movimento, os governos civis “foram, e continuam sendo, grupos armados, com exércitos privados e, freqüentemente, com grande capacidade de mobilizar a força pública, as polícias estaduais militarizadas, para, pela violência, impor, sua vontade política e econômica”⁷³.

1.2 RESISTÊNCIA CAMPONESA

71 MEDINA, Carlos Alberto de. “Estrutura de poder e resistência à mudança: a reforma agrária e os obstáculos à sua implantação”. In: SZMRECSÁNYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo (org.) *Vida Rural e Mudança Social*. 3ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979. Idéia vigente na Carta de Punta Del Este, 1º a 6º parágrafos, onde declara seus objetivos, p. 191.

72 MARTINS, J de S. “As lutas dos trabalhadores rurais na conjuntura adversa” In: *A chegada do Estranho*, In *a chegada do Estranho*. SP: Hucitec, 1983, p. 83/94. Política de usar o Estatuto da Terra para desapropriar terras apenas em áreas de conflitos. KOTSCHO, R. *O Massacre dos posseiros: conflitos de terra no Araguaia–Tocantins*. Petrópolis, RJ: Vozes, Vozes, 1986.

73 MARTINS, Idem.

A transição da condição de camponês para proletário se deu por meio de processos híbridos de modificações e combinações de valores culturais e de padrões de comportamentos individuais e coletivos, por intermédio de crises e movimentos de rebeldia, revelados em fenômenos como o messianismo, o cangaço, a liga camponesa e o sindicato rural, e completa-se com a efetiva separação entre o produtor (o lavrador) e a propriedade dos meios de produção (a terra).

O messianismo em geral esteve ligado às transformações nas relações sociais de produção; já o cangaço, originariamente ligado ao sistema de violência monopolizada pelo fazendeiro ou coronel, esteve relacionado ao poder entre os coronéis, de modo que o que ele combatia não era a propriedade em si, mas a propriedade dos seus inimigos, passando, num momento posterior, a exprimir as reações da “classe baixa”, ou seja, das populações camponesas, que eram atingidas pelo poder dos fazendeiros de diferentes modos. Acabou fugindo ao controle do fazendeiro e ganhando a denominação de “banditismo social”. A miséria engrossou suas fileiras, “miséria causada pelo aumento de população numa terra pobre e cansada”⁷⁴.

Como sujeito de resistência e em confronto com ao poder do fazendeiro, o camponês destaca-se a partir da década de 1940 e abala o tradicional equilíbrio estabelecido historicamente entre as oligarquias rurais e o poder⁷⁵. Na década seguinte, as Ligas Camponesas formaram-se em torno das reivindicações dos camponeses dos engenhos de açúcar do Nordeste, numa reação às condições econômicas e sociais adversas em que se encontravam como produtores. Reação à forma pela qual se repartia o produto do trabalho.

Ligas e sindicatos rurais são contemporâneos, surgiram com o divórcio definitivo entre o lavrador e a propriedade dos meios de produção, rompendo as “bases do universo comunitário em que o fazendeiro, o capataz e o lavrador apareciam como membros de um mesmo nós coletivo”. Um “nós coletivo” falso, pois o lavrador, elo mais fraco na cadeia do sistema produtivo (que começa com a força de trabalho do lavrador e termina no mercado internacional), tem o produto de seu trabalho repartido

74 RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*, apud IANNI, Op. cit. , 157.

75 MARTINS, J. de S. *Os camponeses...* Op. cit. p. 67. Entre os vários conflitos de camponeses citados pelo autor, situa o episódio ocorrido entre parceiros, no Catulé, em Malacacheta, região de Teófilo Otoni, em decorrência da construção da rodovia Rio-Bahia,

por muitos, sobrando-lhe muito pouco. Um pouco que o joga para fora do sistema de participação dos benefícios cunhados pelo próprio homem⁷⁶.

No universo de exclusão, tão bem delineado pelo Relatório do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola, referido atrás, é possível vislumbrar a condição da infância pelo significado extenso de uma das iniciativas da primeira Liga, a “Liga Camponesa da Galiléia”, originada em 1955, que se configurava:

[...] como uma sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, cujos primeiros objetivos eram, “fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixõezinhos de madeira destinados às crianças que, naquela região, morrem em proporção assustadora...”⁷⁷

Eram filhos de foreiros, tradicionalmente explorados e, a partir de então, excluídos da condição de moradores das terras dos engenhos, que se modernizavam para atender ao mercado internacional do açúcar após a Segunda Guerra Mundial.

À proletarianização do camponês não se seguiu uma legislação trabalhista. A CLT de 1943 não demonstrou uma preocupação especial com o trabalhador agrícola. Somente depois de vinte anos, após o forte agravamento dos antagonismos sociais e políticos, formalizaram-se as condições de contrato de trabalho no campo, com o ETR – Estatuto do Trabalhador Rural, 1963.

A partir de 1955, e até 1963, a organização do trabalhador rural teve estímulo nas ligas camponesas. Após o Estatuto, as condições de contrato de trabalho e sindicalização foram sistematizadas e passou a existir uma ação combinada das reivindicações do trabalhador rural e da atuação do Estado pela institucionalização das relações de produção no campo. Os sindicatos passaram a ser criados numa escala maior que as ligas, absorvendo muitas destas, devido aos maiores recursos organizatórios e financeiros dos partidos e movimentos sociais (PCB, PTB, Igreja etc.) interessados em desenvolver suas bases políticas. A SUPRA (Superintendência para a Reforma Agrária), órgão do governo João Goulart nos anos de 63-64, incentivou a criação de sindicatos rurais, provocando a redução do campo de ação de Francisco Julião e do PSB.

Em 1963 existiam 270 sindicatos rurais, 557 outros sindicatos, dez federações sindicais oficialmente registradas e mais 33 aguardando registro oficial. Com a regulamentação da sindicalização rural, houve um realinhamento das forças políticas que atuavam no campo. No contexto de disputa pela legalização das federações, surgiu

76 IANNI, Op. cit. .

77 Idem, p. 156.

a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas). No seu interior, a maior influência era do PCB, seguida da AP e de grupos cristãos do Nordeste.

Após a regulamentação e o reconhecimento da nova legislação camponesa, em janeiro de 1964, em março do mesmo ano todo o movimento camponês caiu sob intervenção militar. Líderes políticos camponeses foram eliminados da cena política. Os sindicatos não foram mantidos fora da lei como as ligas, mas houve intervenção governamental, e os temas que eram discutidos passaram a ser diluídos nas ações de dentro das paróquias.

É importante considerar que toda a militarização que se seguiu no campo não evitou que se desenvolvessem tensões sociais; ao contrário, a forma como foi interrompida a atividade sindical no meio rural brasileiro provocou um agravamento dos antagonismos sociais, "tanto assim que o proletariado rural teve que reiniciar a sua luta pelo direito à sindicalização, como condição preliminar para reivindicar condições mais equânimes nos contratos escritos ou verbais de trabalho, como medida básica para preservar-se fisicamente"⁷⁸.

1.3 MEDIADORES DA RESISTÊNCIA NO NORDESTE MINEIRO

Nas primeiras décadas do século XX a fronteira interna da região cafeeira de Minas Gerais (sudeste) já estava fechada, de modo que o ciclo cafeeiro tendeu às terras do leste, nas imediações do Vale do Rio Doce⁷⁹. Nesse lugar, na década de 1940/50, os conflitos pela terra e seus personagens já estão enunciados por um novo fechamento de fronteiras, pelo qual o camponês se firma como excluído da propriedade da terra. Os diferentes interesses são mostrados pelos estudos de Maria Eliza Linhares Borges⁸⁰, sobre o movimento de mobilização político-ideológica dos setores subalternos do campo no Vale do Rio Doce, leste de Minas Gerais, entre as décadas de 1940 e 1960, o que permite uma comparação com o que ocorreu, no mesmo período, no Mucuri, ao norte.

78 Jornais *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, analisados por IANNI, obra citada, nota 10, pg. 158. O clima das tensões sociais no campo é perceptível pela manchetes de jornais dos anos 1968, 69 e 70: "Lavradores pedem que estatuto vigore"; "No campo só o patrão é contra a associação"; "Continua a invasão no Paraná"; "Denunciada escravidão no Pará"; "Onde há terra pode custar a morte"; "Lavradores iam ser vendidos em Mato Grosso; detidos os caminhões".

79 LANNA, Ana Lúcia Duarte. *O café e o trabalho "livre" em Minas Gerais – 1870/1920*. In Revista Brasileira de História. SP: vol. 6 n° 12, mar./ago. 1986, p. 42-57..

80 BORGES, Maria Eliza Linhares. "*Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais*"; "*Estilistas urbanos do universo rural: o PCB na luta pela sindicalização rural em Minas gerais*". In Revista Brasileira de História, vol 24, n° 47, p. 303-326, 2004.

Nessa região, com a decorrente valorização das terras, houve um acirramento das fronteiras internas, que até então permitiam mobilidade e espaço para os diferentes interesses. Ainda havia muita terra devoluta que se tornou fazenda antes da posse. Os sintomas mais imediatos desse acirramento são as migrações sazonal e interna para as matas do Rio Pampa, do sul da Bahia e norte do Espírito Santo e a intensificação da parceria⁸¹. Nessas novas fronteiras passou a existir um equilíbrio precário entre fazendeiro, posseiro, agregado índios e quilombolas, que, entretanto, não resistirá ao novo movimento de apropriação de terras promovido no pós-1964, que ocasionou outro fechamento de fronteiras, considerado rápido e muito violento⁸².

Observamos como esses movimentos de apropriação de terras e exclusão do camponês já estavam bem delineados desde finais dos anos 1940, nas matas do Vale do Rio Doce, que serviram como refúgio dos índios botocudos até adentrar o século XX. A abundância de terras e a necessidade de mão-de-obra para a lavoura atraíram para aquelas matas fazendeiros, famílias de posseiros, meeiros e agregados nas primeiras décadas do século XX, levando a uma expansão das fronteiras internas nos anos 1940/50 e, conseqüentemente, a um acirramento dos conflitos pela terra, como os que ocorreram entre camponeses e fazendeiros em Governador Valadares em 1964.

O processo acelerado de valorização das terras pela passagem da BR-116 nos anos 1940 desencadeou um acirrado processo de apropriação de terras, associado à necessidade de ampliação dos negócios das fazendas. Esse movimento do capital pôs a nu a real condição da massa camponesa ao desencadear processos simultâneos de apropriação capitalista da terra, exclusão camponesa e migrações.

A expectativa de reforma agrária posta por João Goulart gerou diferentes interpretações e formas de lutas entre fazendeiros, camponeses e mediadores⁸³. A forma como a organização dos camponeses se deu em Governador Valadares pode ser comparada ao que ocorreu no município de Poté, cerca de cem quilômetros ao Norte, onde foi fundado o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais de Minas Gerais, em 1961.

A dimensão do conflito pela terra em Governador Valadares nos momentos que antecederam o golpe militar revelou o pavor da oligarquia agrária pela reforma agrária,

81 CASTALDI, Carlo. *A aparição do demônio no Catulé*. In *Estudos de Sociologia Rural*. São Paulo: Editora Anhembi, 1957... QUEIROZ, Renato da Silva. *A caminho do paraíso: O surto messiânico-milenarista do Catulé*. São Paulo: FFLCH/USP, CER, 1995.

82 RIBEIRO, Op. cit. . 1997a.

83 BORGES, Op. cit. . 2004.

os diferentes mediadores da questão da terra. Tudo isso pôde ser visto pelo que a cidade viveu em princípios de 1964, quando se apresentava partida ao meio. Seu centro foi tomado pelas Marchas com Deus pela Pátria e a Família. Fazendeiros, industriais, comerciantes, bancos e políticos, como em outros lugares, uniram-se aos militares. Na periferia, que se expandia ao incorporar os excluídos do campo, formavam-se favelas, onde a aproximação de causas comuns passou a estimular a discussão sobre a terra e a organização dos camponeses, que se deu sob diferentes influências.

No início dos anos 1960, os camponeses do Nordeste mineiro, expropriados ou ameaçados de expropriação, começaram a esboçar um princípio de organização. O sindicalismo rural foi pioneiro em Minas Gerais, em Governador Valadares e Poté, nos anos 1961/62, e pode ser traduzido na figura de Serafim Silva Cardoso, um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poté⁸⁴. As memórias de Cardoso reconstituem uma trajetória de lutas na qual se imbricam diferentes aspirações e interesses. A Igreja Católica, por intermédio de um padre reconhecido porque “gostava de assuntos sociais”, acabou inspirando na comunidade camponesa, à qual a família de Serafim pertencia, elementos de reflexões que acabaram levando ao sindicalismo. Entretanto, os desdobramentos do sindicalismo, assim como do Concílio Vaticano II, durante o regime militar, foram cerceados, e a ação de sindicatos e comunidades religiosas de certa forma se fundiram, buscando de forma comunitária uma evangelização que refletia sobre os dilemas do migrante, da expulsão da terra, do não acolhimento na cidade, da inexistência de emprego.

O sindicalismo embrionário teve que se confundir com as ações religiosas, pois só existia espaço para ações que acontecessem juntas, mas, mesmo assim, exprimia uma luta que confundia a experiência de lavradores migrantes, que passaram de sitiantes ou agregados a excluídos e de excluídos a retornados. Os conflitos pela terra sucederam-se nos anos 1970 em diferentes regiões do País. Um novo sindicalismo ressurgiu, diretamente sob os efeitos de Medellín. Era o início de um período profícuo em reflexões das bases comunitárias, que uniam os subalternos pela conscientização de suas fragilidades e direitos negados.

84 Serafim vive em Poté e é liderança sindical respeitada e conhecida na região. Poeta e sindicalista, foi educador sindical da FETAEMG e o primeiro coordenador na CPT de MG. Possui um rico acervo de memória e composições musicais. Durval Barbosa nasceu em Poté em 1939 e também foi lavrador. Juntamente com Serafim, fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poté, o primeiro de Minas Gerais. RIBEIRO, Op. cit. . 1997a, 161.

Na região, “combinando teimosia e fé, estruturaram a Pastoral da Terra e o Movimento dos Sem Terra, que passaram a organizar a luta por terra dos sitiantes, agregados e migrantes, que retornavam ou que jamais partiram”.

Nenhum dos compromissos religiosos ou políticos, métodos ou instrumentos estavam elaborados quando a Pastoral Rural nascia movimentando os remanescentes do velho sindicato de Poté. De acordo com as lembranças dos que viveram este momento, tudo foi inventado, porque das antigas lutas dos anos 1960, que construíram os sindicatos de Governador Valadares e Poté, pouco restou além da lembrança e do medo⁸⁵.

No decorrer das lutas, de agregados que se tornaram posseiros, migrantes que retornavam e sitiantes que não tinham mais lugar nas terras dos pais, formou-se um clima que possibilitou que o direito dos posseiros validasse muitas ações dos sindicatos e forneceu ao tema do desagregado um inusitado apelo à luta por terra no Nordeste mineiro⁸⁶.

Dessa reflexão interiorizada pela Igreja e pelos sindicatos, sobre desagregado e luta pela terra, reapareceu, com os desdobramentos doutrinários do Concílio Vaticano II (1960-64), a ação de uma Igreja e de um sindicalismo renovado, sintetizado na Comissão Pastoral da Terra, em 1979. Segundo José Romário Rodrigues, agente pastoral e influente militante político do Mucuri:

a Igreja teve fundamental papel de despertar o sentimento de solidariedade e justiça. A partir de 1975, mais no Mucuri, surgiram os primeiros trabalhos de organização e resistência e passam pela sindicalização. Organizar sindicatos onde não tinha, fazer oposição sindical onde já tinha, tendo em vista que os sindicatos eram controlados pelo fazendeiro⁸⁷.

85 RIBEIRO, Idem, p.163.

86 A partir da década de 1940, líderes camponeses do partido comunista utilizaram a estratégia de se infiltrarem em movimentos camponeses e interferir na organização das lutas. Vários casos são mostrados pela historiografia, por exemplo, a presença de Jofre Soares em Rubinéia e Santa Clara no Oeste paulista; REIS Nazaré dos (PUC1992), em Governador Valadares, No Mucuri, os mediadores da resistência pela terra aparecem nos relatos relacionados sindicatos e igreja, aparentemente sem uma mediação explícita do PCB. As polêmicas dos mediadores que representavam as lutas dos camponeses expropriados, por exemplo, a posição do PCB que não reconhecia na luta do camponês como alternativa anticapitalista, o direito à terra. Compactuava com uma visão dogmática e abstrata das reais lutas, lutavam pelo direito ao trabalho assalariado, não concebiam a dimensão dos direitos econômicos sociais e culturais. Entretanto, esta é uma história que está para ser contada no Vale do Mucuri. Junto a Padre Domingos que atua na região junto à CPT e à Casa dos Movimentos, sindicalistas e líderes rurais, há um projeto embrionário que poderá transformar-se em uma pesquisa (História Oral) sobre o universo da atuação destes diferentes mediadores que se fundiram - aparentemente sem uma nítida definição ideológica - em favor dos camponeses expropriados que transitavam pelas regiões. Muitos deles citamos nesta tese; muitos ainda estão nos embates políticos atuais e são fontes fundamentais na reconstituição dessa ausência (ou não) na historiografia do Vale do Mucuri.

87 RIBEIRO, Idem, p. 165.

Cria-se, então, uma prática de reivindicações de políticas públicas que abrange o campo e a cidade. Na ebulição dos problemas e lutas no contexto do Mucuri, vários movimentos vão se tornando independentes. Rodrigues lembra que o PT, no Mucuri, surgiu junto com o PT nacional, “justamente porque já havia uma política de oposição iniciada pelos padres da Igreja Católica pós Vaticano II”. Ele aponta que a região do Mucuri “revela um vanguardismo, tanto na fundação do PT quanto da CUT, em 1983”. E conclui: “o Mucuri foi vanguarda, tanto na ação da igreja quanto do movimento sindical”⁸⁸.

A Igreja foi, por um longo período, um apêndice institucional do Estado, mesmo depois da proclamação da República. No topo da sua hierarquia, bispos permaneceram longo tempo cooptados pelo Estado e, na base, os padres foram cooptados pelos grandes proprietários de terra mas, quando nos anos 1960, se abriu o conflito entre a Igreja e o Estado, a hierarquia avança paralela ao Estado centralizador e autoritário e acabará assumindo o velho conflito desse Estado com as oligarquias políticas regionais, buscando como base própria de legitimidade política a massa de excluídos, marcando um encontro moral entre trabalhadores e Igreja⁸⁹.

A prática e o ensino social da Igreja Católica na América Latina podem ser divididos em duas fases: pré e pós-Concílio Vaticano II. A fase pré-conciliar é caracterizada por compreender a sociedade civil como sociedade perfeita, em cujo interior se movem todas as outras sociedades, reduzindo os fatos sociais ao que ocorre no âmbito da Igreja, do Estado e da família, sem enxergar as mudanças ocorridas com a Revolução Industrial. Outra característica é a assunção acrítica do individualismo burguês do pensamento social e político europeu, de origem contratualista e lockiana, em que o sujeito é considerado individualmente e torna-se valor absoluto, desarticulando a reflexão social da reflexão teológica, fato que provocou a desarticulação entre a Igreja e o mundo. Nessa fase, a relação da Igreja com as estruturas sociopolíticas liga-se à defesa da ordem vigente por meio da obrigação moral, pelo qual a pátria e a família são os lugares clássicos do exercício da autoridade e da defesa de si mesmas, ao procurar obter dos poderosos espaços e paz suficiente para poder evangelizar e sacramentalizar.

88 Depoimento de José Romário RODRIGUES. apud MIRANDA, PEREIRA E TERRA, Op. cit. , p. 36.

89 MARTINS, J. de S. “As lutas dos trabalhadores rurais na conjuntura adversa”. In: *A chegada do Estranho*. Op. cit. 1983, pp. 83/94.

A primeira mudança na doutrina social da Igreja, no sentido de pensar o trabalhador, ocorre com a encíclica *Rerum Novarum* (Das coisas novas), de 1891, que teve como título “Sobre as condições dos operários”. Entretanto, a estrutura eclesial não reconhecia ainda a necessidade de reformas radicais nas condições dos operários, o que denotava um nítido desconhecimento dos feitos sociais e culturais da Revolução Industrial.

Sobre a propriedade privada na fase pré-*Rerum Novarum*, a concepção girava em torno de que ela é um direito natural antes de ser positivo: a “autonomia da pessoa humana se funda na propriedade privada”. O acesso a ela, pelo operário, dar-se-á pelo recebimento do salário. Quarenta anos depois, a encíclica *Quadragesimo Anno* sustentava ainda a concepção de que a propriedade privada é o apoio de todo sistema econômico. Notas de mudanças aparecem somente na *Mater et Magistra*, ao “compreender que a segurança do homem e da família não se baseia só na propriedade privada, mas também em determinadas instituições sociais”. Mesmo assim, a noção de direito à propriedade privada ainda estava ligada à de direito natural, que deve ser assegurada como garantia de liberdade da pessoa e elemento indispensável “à instauração da ordem social”⁹⁰.

Após o Concílio, ensino e prática da Igreja passaram por mudanças profundas, principalmente no que diz respeito à articulação trabalho e propriedade. Esta deixa de ser o ponto de origem da ordenação social e passa a se subordinar ao trabalho e ao trabalhador⁹¹.

Na primeira fase pós-Vaticano II, o documento *Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo hoje*, de 1965, e posteriormente a encíclica *Laborem Exercens*, de 1981, distinguem o trabalho no sentido técnico-objetivo e o trabalho no sentido subjetivo, colocando a primazia do segundo sobre o primeiro, ou seja, do trabalho sobre o capital. Reconhecem que “toda a perversão no âmbito social e econômico tem como fonte a inversão destes valores”. Perversão como o trabalho como mercadoria e a

90 MIRANDA, S. M. de. *O Vaivém da sobrevivência: A Pastoral Migratória e as migrações no Brasil na década de 80*. São Paulo: PUC, 1993, pp. 13-17.

91 Idem, pp. 54-55. O Concílio Vaticano II foi anunciado em 1959, iniciado em 1962 e concluído em 1965. O Documento de Medellín, *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio* (Colômbia), de 1968, é o resultado da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, cujo objetivo era promover a aplicação do Concílio Vaticano II no continente. Outro documento que marca essa nova trajetória da Igreja é de 1979, resultado da III Conferência do Episcopado Latino-Americano, reunido em Puebla (México), e tem como título *A evangelização no presente e no futuro da América Latina* e o objetivo é repensar os dez anos do Documento de Medellín.

conseqüente alienação do homem, já que ele é tratado como instrumento de produção. A luta de classes é vista como “reação contra a degradação do homem como sujeito do trabalho e contra a exploração que a acompanha”. As organizações sindicais passam a ser consideradas legítimas, pois são “expoentes desta reação”. Sobre o direito à propriedade privada, fica implícito que a única posse legítima é a que vem do trabalho em prol do trabalhador, que a propriedade se adquire, primeiro de tudo, pelo trabalho e para servir ao trabalhador, mesmo que isso implique a socialização dos meios de produção, pois o que se quer é a “destinação universal dos bens”⁹².

A emergência de novos temas e estilos, propostos pela Teologia da Libertação, manifesta-se em grupos de jovens católicos que atuavam em comunidades rurais e nos bairros da periferia das cidades. Um quadro de um engajamento político, no qual a imagem de Cristo é referência para uma luta de libertação pautada em uma ação comunitária. Um tipo de engajamento católico, em contraposição ao catolicismo centrado na salvação individual e no conformismo político e diferente, também, do catolicismo rural, que, por séculos, esteve distante da ortodoxia eclesiástica, foi mais útil na consolidação das relações sociais entre os camponeses, como o compadrio e outros laços que sustentavam as comunidades.

As origens dessa mudança de conjunto por que passará a Igreja na década de 1970 vem de uma “tomada de consciência” de sua perda de influência entre a população mais pobre, sobretudo a partir dos anos 50, diante do crescimento do pentecostalismo, da umbanda, do afastamento das práticas religiosas e da sombra do comunismo e dos sindicatos.

Em seu interior, grupos leigos da Ação Católica ligam-se a lutas populares, denunciam a injustiça das estruturas vigentes, formam o Movimento de Educação de Base no Nordeste, “com a motivação inicial de fazer frente ao crescimento da influência esquerdista, procurando oferecer vias alternativas de mudança social”⁹³, e, ainda, setores do clero lançam em Pernambuco a criação de sindicatos rurais, fazendo com que os vínculos criados produzissem efeitos que alteravam o sentido original dessas práticas.

O efeito do golpe militar de 1964 sobre a ação da Igreja recaiu diretamente sobre os núcleos militantes da Ação Católica, do MEB e de sindicatos rurais. No interior da

92 NEUTZILING, Inácio. “Trabalho e propriedade: cem anos de ensino social da Igreja”. In: *Travessia, Revista do Migrante* nº. 9, set/dez, 1990, p. 33, citado por Miranda, Op. cit. . 1993, p. 17.

93 SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena: : experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 155.

hierarquia, os conservadores venceram os renovadores, que foram largados às perseguições. Entretanto, a semente da mudança já estava plantada, e os agentes intensificaram suas atividades, retomando a mística dos cristãos perseguidos, fazendo a crítica das injustiças, temas que encontravam “profundas e difusas aspirações presentes na sociedade, às quais faltavam formas para ganhar corpo”⁹⁴.

Após o golpe, em 1968, no encontro regional Sul 3 da CNBB, um dos temas foi a importância da Reforma Agrária. Os bispos escreveram uma carta a Costa e Silva, defendendo a formação de uma vigorosa classe média rural, constituída por propriedades familiares. Lembravam também, à Costa e Silva, que o “compromisso de Castelo Branco com a Reforma Agrária estava colocado no texto que embasava os fundamentos do Estatuto da Terra”⁹⁵, ou seja, a desapropriação para efeitos sociais paga com títulos públicos.

À medida que aumentavam, tensão social e repressão, se explicitava, na estrutura da Igreja, uma divisão entre conservadores e progressistas. Grande parcela do clero era partidária da concepção que a defesa da justiça, da terra e dos direitos humanos era uma postura solidária e política. Além disso:

O acirramento da repressão e a perseguição aos membros da Igreja, apontados como lideranças dos conflitos sociais permitiram uma aproximação cada vez mais explícita entre os diferentes grupos partidários [...] Para apoiar a luta dos sem-terra a Igreja propôs a criação de mecanismos de defesa jurídicos como a Comissão de Justiça e Paz e a Comissão Pastoral da Terra. Por esse trabalho articulava-se o movimento pastoral urbano com o rural. Os centros de apoio e de pesquisa foram se constituindo, coletando informações, organizando dossiês sobre os rumos dos camponeses deslocados para várias frentes de colonização no Norte e Centro-Oeste⁹⁶.

Em 1969 os setores conservadores da sua estrutura perdem posição, e os agentes pastorais que se ligavam às organizações populares e eram perseguidos encontram mais apoio na CNBB. Essa mudança representava sinais das organizações que fizeram a Igreja ressurgir com os pobres, nas comissões pastorais e comunidades de base, que passaram então a interferir “na própria organização interna da Igreja, alterando o funcionamento das paróquias e o papel do vigário”, tudo sob os moldes de Medellín, ou seja, sob a aplicação do Concílio Vaticano II ao subcontinente, mais especificamente o

94 Idem. p. 157.

95 IOKOI, Z. M. Gricoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo-Brasil e Peru, 1965 – 1986*. Tese de Doutorado, USP, 1990 p.101.

96 Idem, 103/104

chamamento à ação transformadora da América, começando por conhecer o homem latino-americano⁹⁷.

Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix, no Mato Grosso, em 1971, ao ressaltar a importância de uma Igreja comprometida com a dignidade do homem e consciente de que a libertação dos pobres passa pelo rompimento das cadeias que escravizam não só o seu trabalho, mas também a sua consciência é um dos primeiros sinais do envolvimento prático da Igreja com a questão agrária. Fica entendido que o problema da terra no Brasil é um problema político decorrente de um pacto político que expulsa os trabalhadores rurais e indígenas, que os transforma em vítimas da miséria e do desaparecimento sumário.

A partir de então, em 1972, a Igreja definiu uma pastoral indigenista e criou o CIMI – Conselho Indigenista Missionário e uma pastoral da terra, em 1975, com a Comissão Pastoral da Terra. Passa então a articular a pastoral dos subalternos, embasada em uma compreensão de que os grandes empreendimentos e os grandes projetos têm chegado ao campo para buscar terra e destroem os modos de vida das populações locais. Em contrapartida, “o projeto alternativo encabeçado pelos trabalhadores e pela Igreja, valoriza a família, resgata a fartura da economia familiar autônoma, como instrumento de combate ao intercambio desigual, de origem colonial, que evidencia como o intermediário da comercialização de excedentes tem contribuído para a manutenção da pobreza e do atraso no campo”⁹⁸.

Uma reflexão sobre o “dilema” das classes subalternas mostra que o conhecimento que temos é mediado e permeado por ideologias e concepções teóricas que, em suas manifestações, evidencia uma crise de mediações⁹⁹ sobre as classes subalternas. Martins mostra que os movimentos camponeses que se apóiam na prática religiosa têm um projeto político apenas implícito, porque a Igreja tem um projeto religioso e não político. “Por outro lado, os partidos de esquerda têm um projeto para a classe operária e não para a categoria de pessoa”. Mais ainda, na prática e na teoria dos partidos não se recuperou ainda a importância histórica da individualidade, que tem na reconciliação da pessoa consigo mesma (e não com o indivíduo), na superação da

⁹⁷ SADER, op. ci, 1988, p. 163.

⁹⁸ IOKOI, Idem.

⁹⁹ MARTINS, J. de Souza. “Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão”, In *Caminhando no Chão da Noite*, São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1993, p. 99.

alienação, um elemento historicamente essencial. Ele alerta que a falta dessa compreensão empobrece a mediação política da Igreja, do mesmo modo que reduz a ação dos partidos e gera uma concepção pobre e aparelhista da relação entre Igreja e trabalhadores rurais nos movimentos sociais no campo¹⁰⁰

Uma postura metodológica seria, então, a perspectiva de partir do conhecimento dos subalternos sobre si mesmos, sair da perspectiva do discurso competente e dicotômico que tem como contraface os subalternos como “os incompetentes sociais”. Para tanto, são necessárias outras falas, que possam “desvendar os mecanismos da “incompetência social” e desfazer internamente o discurso da “competência”¹⁰¹.

A história da exclusão e da marginalização é a história do capitalismo, de modo que o subalterno não é uma condição que supostamente se extinguirá com o desenvolvimento capitalista¹⁰², conforme pensou Lênin sobre o camponês russo, pensamento que alimentou uma ala da esquerda política brasileira. Para Martins, a desagregação humana de setores da pobreza reclama novos entendimentos da real natureza desses processos, que se atualizam e subalternizam grupos crescentes, nos países pobres, nas regiões pobres dos países ricos, mas também nos espaços ricos dos países pobres.

O negro e a mulher continuam subalternizados em muitas partes do mundo. Mas há novos subalternos desse processo — os jovens de toda parte, as crianças, os velhos¹⁰³. As crianças que trabalham são filhas da dívida externa, estão, em todas as fases dos processos produtivos, expostas à violência estrutural e à reprodução ampliada da subalternidade, que se evidencia em um amplo espectro, correspondente à diversificação das relações que o capitalismo impõe para sua reprodução.

Considerando tais diversidades, torna-se possível compreender que a história de cada grupo desata contradições internas que dizem muito mais que a contradição primeira do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, a contradição burguesia-proletariado. Nesse sentido, para observar o movimento dos camponeses e das classes subalternas, será necessário buscar suas implicações históricas mais profundas e levar

100 Martins, J. de S. “Impasses políticos dos movimentos Sociais na Amazônia”. . 1993 p. 73.

101 CHAUÍ, M. “O Discurso Competente”. In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1989, pp. 3-13.

102 “A ida para a cidade eleva a personalidade civil do camponês, liberando-o das inúmeras travas de dependência patriarcais e pessoais e de estamento que são tão vigorosas nas aldeias...”. V. I. Lenin, *El Desarrollo del Capitalismo in Rusia*, p. 534 apud Martins, *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1993, pg. 10

103 Martins, J de S. Idem, p. 11.

em conta suas condições de vida e as perdas sofridas em decorrência das diferentes formas com que o capital se faz presente no mundo camponês, provocando movimentos inconclusos e lentos, correspondentes ao também inconcluso processo de reprodução capitalista.

A condição subalterna do camponês aparece na privação do conhecimento pleno, por parte das populações camponesas, das situações e do processo histórico que explicam a sua condição. Uma espécie de insuficiência cultural, expressão da própria subalternidade do camponês, componente da pobreza. Um desencontro entre a sua consciência e a sua situação, que no caso do operário figura como alienação e no caso do camponês como atraso, arcaísmo e ignorância. Não se fala em alienação do camponês porque se pressupõe que ele vive fora do sistema capitalista. Entretanto, isso é ideológico e impede que se veja que a pobreza e a miséria existem e que “há uma diversificação ‘interna’ às classes subalternas cujo desconhecimento empobrece a compreensão de suas lutas e de suas possibilidades históricas, porque omite seus dilemas e suas debilidades. Nenhum discurso unifica tal diversidade, ao contrário, mistifica-os, empobrece a interpretação de sua realidade”. Dessa forma, o autor conclui que “a crise principal, hoje, não está nos movimentos populares: está nos grupos de mediação, os grupos de apoio que têm entendido mal a luta no campo. Reduziram-na a uma luta estritamente econômica pela terra”¹⁰⁴.

Como esses grupos constituem representações sobre um discurso carregado de conteúdo ideológico, a consequência direta é o bloqueio da luta principal por uma disputa entre as organizações políticas e os movimentos sociais.

As organizações sindicais e partidárias têm insistido no argumento de que os movimentos sociais são espontâneos e, por serem espontâneos, não contêm um projeto político. Impõe-se a mediação e o primado do partido político e passam a trabalhar em favor da mediação das organizações políticas, das quais os movimentos sociais deveriam ser instrumentos. Empenho no esvaziamento dos movimentos sociais, porque presumivelmente concorriam com as organizações. Hoje essa concepção está no discurso de quase todos, mesmo em setores da CUT e do PT, entidades políticas que supostamente compreendem e valorizam a importância dos movimentos sociais.

Foi constituída uma estratégia suicida no âmbito dos grupos progressistas, que é a da disputa dos partidos com os sindicatos, e vice-versa, pela hegemonia do processo

104 Idem 107

político. A concepção que domina é a de que os movimentos sociais são transitórios, devendo existir apenas na fase da mobilização dos trabalhadores. Infelizmente, uma parte da Igreja também assimilou o discurso organizacionista e começou a ver com desdém os movimentos sociais. Mas, por outro lado, as organizações políticas encaram a Igreja como uma presença transitória nas questões sociais e políticas, considerando-a um mal necessário, porque ela não é um partido. Teria sido apenas um abrigo temporário durante o período de repressão política.

Somada a tudo isto, segundo Martins, “a tradição de nossas esquerdas ainda é uma tradição iluminista, contratual, anticlerical e age como se ainda estivéssemos no século XIX”¹⁰⁵, não levando em conta os *nós* que articulam e desarticulam as relações sociais e econômicas no processo de dominação, registrado em minúcias por Fontenelle na perspectiva da superação de uma visão dicotômica e apontando diferentes tempos e temporalidades históricas, um entrecruzamento de diversas dimensões sociais no mundo da dominação. No mundo dominado contemporâneo, as crianças sem infância, filhas da dívida externa, estão entre milhões de famílias que formam uma espécie de humanidade separada e mutilada, um Quarto Mundo que, em última instância, coloca toda a sociedade em perigo.

Um mundo de “mudos” que precisa ser considerado. E é a partir deles que se deve buscar conhecer as situações-limite a que uma parcela significativa da infância está sujeita, que este momento vital da humanização que é a infância está sendo ocupado pelo tempo do trabalho, da exploração e da violência e, por fim, questionar quais os processos que estão suprimindo a infância na nossa sociedade e quais as consequências. Para tanto, é necessário que o pesquisador adote uma postura sociológica que não se limite à descrição de características e à indicação de causas, mas que indague sobre o modo como os problemas se fazem presentes na consciência social¹⁰⁶.

O caminho metodológico precisa ser bem demarcado, pois é necessário superar a tendência do sociólogo e do cientista social de interessar-se por informantes que estão no centro dos acontecimentos. É necessário não descartar, no grupo de estudos, aquela parcela de seres humanos silenciosos, os que às vezes não falam, com mulheres,

105 MARTINS, J. de S. *Caminhando no ...* Op. cit. , 1983, p/94.

106 MARTINS, A *sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002

crianças, os velhos, agregados da casa, dependentes, os que vivem de favor, os mudos da história, que não deixaram textos escritos, documentos¹⁰⁷.

A Sociologia que chegou até nós oculta aquele que não fala. O indivíduo, o sujeito, o cidadão é apenas aquele que fala, que tem direitos. As mediações que se formam carregam uma forma antiga — baseada na razão iluminista — e não conseguem dar conta da diversidade de novos sujeitos e de novas formas de lutas¹⁰⁸. Na trama total da História há os que falam e os que silenciam e falam por meio do silêncio, aqueles que foram obrigados a dissimular seu dizer. As Ciências Humanas, com exceção da Antropologia, “não têm sido capazes de decifrar o silêncio daqueles que não foram eleitos pelo saber acadêmico como informante válido”¹⁰⁹.

1.4 HISTORIOGRAFIA E RESISTENCIA CAMPONESA.

Na historiografia brasileira, as questões relacionadas a camponeses e reforma agrária ou a política agrícola e agrária apresentam-se sob duas perspectivas de observação que se dividem quanto ao entendimento das transformações por que passaram as populações rurais em sua relação com a terra e a chegada, em ritmo acelerado e linear, do modo capitalista de produção.

Uma perspectiva que pode ser considerada evolucionista defende que a reorganização da produção e dos recursos tecnológicos por si resolverá o problema do “atraso” e da “situação desumana” a que está submetida parte da população camponesa. Não há luta nem resistência do camponês, segundo essa perspectiva, pois sua inserção no mercado, paulatinamente, o libertaria do intercâmbio desigual, o que se daria pela intervenção competente do Estado. Ao camponês caberia a produção da agricultura alimentar, que, na realidade, foi aos poucos sendo asfixiada pela divisão que se operou no desenvolvimento agrícola imposto pelo regime militar entre a pequena propriedade e os grandes complexos agroindustriais. Essa tendência passou a vigorar quando da aplicação do Estatuto da Terra, a partir de 1964, e pela revogação do artigo 147 da Constituição de 1946, que havia emperrado por décadas a questão da reforma agrária.

¹⁰⁷ Idem. p. 21.

¹⁰⁸ MARTINS, José de Souza. “Dilemas sobre ... Op. cit, 1993, 95.

¹⁰⁹ MARTINS, José de Souza. *Mudanças políticas no campo 1991 —*. “Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida”. In: MARTINS, José de Souza. (coord.) *O Massacre dos Inocentes ... 1991*, pp. 51-80.

Para outra linha de interpretação, a questão agrária foi tratada como um problema estrutural, fruto de uma formação econômico-social que, submetida ao modo de produção capitalista, apresenta transformações crivadas pela desigualdade de tempos históricos simultâneos resultantes das diferenças em que se deu o encontro da economia capitalista com o tempo camponês. Nesse processo de transformações, resistências e lutas, por meio de ocupações de áreas de latifúndio ou de terras devolutas, o camponês foi considerado sujeito questionador e vítima da desigualdade produzida nas economias de tipo capitalista. Por isso, a renda fundiária passou a ser compreendida também em seu conteúdo político.

Essa linha considera que moderno e arcaico convivem como elementos simultâneos na sociedade rural moderna, que geram contradição e permitem aos camponeses entender sua realidade e organizar resistências que transcendem o nível econômico¹¹⁰.

A colonização do Nordeste mineiro, segundo a primeira perspectiva, vê a região a partir de certa “pobreza ideológica”, fruto de uma “estagnação secular” causada por fatores climáticos, atraso tecnológico nos fatores de produção, não adoção de insumos produzidos pela indústria, estrutura fundiária com predominância da pequena propriedade, com baixos índices de produtividade e responsável pela pobreza e atraso da população e pelo êxodo rural. Ela inibe, na realidade, uma visão crítica dos processos de transformações econômico-sociais que, na sua complicada dialética, evidenciam o *modus operandi* das classes sociais em transformação.

A economia da fazenda é considerada a primeira grande responsável tanto pela pobreza quanto pelo êxodo rural, pois desde os anos 1940, com a intensificação da agropecuária, expulsou-se o agregado de suas fronteiras internas. Além disso, é necessário relacionar outros elementos, como políticas governamentais, concentração de terra, reforma agrária, política agrícola, política agrária, que ao longo do século XX

110 IOKOI, Z. M. Gricoli. Op. cit, 1986. p. 82. Na primeira, estão autores como Velho e Silva, J. G., e na segunda, MARTINS, J.S. e Oliveira, A. U. de, bem como Gnaccarini, Cândido, p. Singer, F. Fernandes. MEDINA, C. A. de. “Estrutura de poder e resistência à mudança: a reforma agrária e os obstáculos à sua implantação”. In: *Vida rural e mudança social, Op. cit.* . A discussão política sobre as características da estrutura agrária e as tendências de sua transformação ou permanência está marcada, também, por duas correntes de interpretação. A primeira de caráter liberal-igualitário e a segunda de influência marxista, ora radical ora não. No primeiro grupo estão cientistas sociais influenciados por T. Lynn Smith, como Arthur Rios e Freitas Marcondes, e no segundo autores como Caio Prado Jr., Manoel Correia de Andrade e Alberto Passos Guimarães. Cf, nota 4 p. 193. Certamente podemos relacionar os movimentos de literatura regionais, fortalecidos desde os anos 1940, como José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e os estudos de Josué de Castro entre outros.

foram sendo criadas a partir da perspectiva da luta e da resistência, e entender também que:

A pobreza ideológica da terra é representação transversal à sociedade agrária e às políticas estatais que perpetuam a idéia de que solos pouco produtivos, agredidos ora por seca ora por enchentes, explicam a dependência do lavrador face aos fazendeiros e de sua disponibilidade generosa¹¹¹.

As mudanças que aceleraram o processo de proletarianização do camponês são interpretadas como “naturais”, com base em uma visão evolucionista que não observa a variedade das formas assumidas pelas contradições do capital e não reconhece a força histórica das lutas sociais no campo.

O Nordeste mineiro, genericamente chamado de Vale do Jequitinhonha, comporta significativas diferenças geográficas e nuances sociais. É mais conhecido pelo seu avesso, ou seja, pelos recortes preñes de ideologias, como aquela que pretende explicar pela “naturalidade” desses fenômenos uma realidade forjada por uma visão que tende a empobrecer a concepção de contradição, substituindo-a pelas concepções de articulação e subordinação, o que encobre o fato de que o próprio processo de produção e reprodução do capital cria e mantém formas sociais não capitalistas, que viabilizam a exploração capitalista e a acumulação, como a peonagem, o sistema de turma, o trabalho infantil, o trabalho doméstico, a prostituição infantil etc.¹¹².

Ela oculta uma realidade maior, a partir da qual se explica o processo que desmatou as montanhas, secou veredas, transformou floresta em roça e “manga” (pastagem), expropriou e excluiu camponês, introduziu agroindústria e agropecuária, gerou pobreza, mortalidade e trabalho infantil. Uma realidade que envolve camponeses e numerosos assalariados do campo, ou seja, de exclusão em relação a direitos fundamentais, como o direito ao trabalho, direito de ir e vir, direitos civis que são lugares-comuns em outras sociedades.

111 MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 p. 5

112 MARTINS, J de S. *Os novos sujeitos das lutas sociais, dos direitos e da política no Brasil rural.* ” In *A chegada do estranho*. SP: Hucitec, 1993, p.112. O texto foi escrito em 1983, e o autor abre a possibilidade de discutir direitos humanos. São cerceadas no seu livre-arbítrio umas parcelas significativas da população migrante, que é conduzida de uma cidade a outra, por serviços de triagem de migrantes, feitos em rodoviárias e estações ferroviárias, evitando, assim, a permanência dessa população sobrando nos seus espaços urbanos. ZAMBIASI, Alberto Romano. *A Realidade sobre a Migração Brasileira: relato de viagens pelas ferrovias Central do Brasil-1968 e Alta Sorocabana* - In *Travessia*. Revista do Migrante. São Paulo: Centro de Estudos Migratório, Ano XVIII, nº 52, Maio-Agosto de 2005, p. 5-15, p. 13.

Apesar da total exclusão de direitos, três frentes de lutas sociais no campo são bem delineadas nos anos 1980: dos assalariados, contra uma legislação divorciada da realidade do bóia-fria; dos posseiros, pelo cumprimento do Estatuto da Terra, pois sua existência a partir de 1963 não foi suficiente para fazer com que cada conflito provocasse a desapropriação; e dos sem-terra, que questionam diretamente a propriedade da terra, que absorve a terra como reserva de valor¹¹³.

113 Dados sobre conflitos são fornecidos pela Arquidiocese de São Paulo por intermédio da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados (dez./1978), porta de entrada da discussão sobre direitos humanos nos movimentos sociais da década de 1980, âncora da mobilização em torno dos problemas relativos à criança e ao adolescente.

CAPÍTULO II – MIGRAÇÕES, FAMÍLIA E CONDIÇÕES DE VIDA

Saberíamos muito mais das complexidades da vida se nos aplicássemos a estudar com afinho as suas contradições em vez de perdermos tanto tempo com as identidades e as coerências, que essas têm obrigação de explicarem-se por si mesmas.

José Saramago

I - O VAIVÉM DA SOBREVIVÊNCIA

Considerações importantes devem pontuadas quando se pretende abordar o universo das migrações. Sobre as migrações que se acentuaram no Vale do Mucuri, Ribeiro pontua três: “o universo das migrações é povoado por diferentes sujeitos: sitiantes ou seus filhos, que exploravam terra própria, ou então agregados: lavradores que exploravam, por cessão, áreas pelas quais não pagavam direitos”¹. Nos dois casos, o homem estava ligado à produção de subsistência e, além do trabalho empregado, era uma produção quase sem custo. Para o agregado, entretanto, significava mais trabalho, porque a concessão da terra era paga com dias de serviço ao fazendeiro.

O segundo aspecto a considerar é que “os destinos destes migrantes não eram individuais: eles os construíram em família e comunidade, escolhendo migrar para onde havia possibilidade de apoio de um amigo, parente ou conhecido que já se estabelecera antes”. Nos centros urbanos, bairros iam sendo construídos numa dinâmica correlata à constituição de novos laços, relações sociais, movimentos sociais etc.

Em terceiro lugar, os destinos não eram necessariamente excludentes, mas recheados de oportunidades e idas e vindas por fronteiras agrícolas, nas cidades, retornar à comunidade ou ir para outra fronteira, desenhando um cruzamento de caminhos, um intenso vaivém de homens casados, moços e moças solteiros, mulheres sozinhas com filhos para criar, famílias inteiras que se deslocaram temporária ou definitivamente, movidos todos, pelas muitas possibilidades de combinações entre categorias, coletividades e destinos, para as famílias camponesas

1 RIBEIRO, Op. cit. 1997, p. 42.

Tal diversidade de motivações e consequências das migrações coloca-nos diante das dificuldades de uma análise que contemple todos os seus aspectos. Por isso, para fins de buscar explicações nas origens, sobre questões relacionadas à infância, ao trabalho infantil e aos direitos da criança e do adolescente, mostrando como estes temas ganharam dimensão nacional e internacional dentre o amplo espectro das migrações, partimos de dois fluxos: as migrações para as cidades e as migrações sazonais para a agroindústria paulista da cana, provocando o trabalho infantil no campo e na cidade.

As transformações econômicas ocorridas no Estado de São Paulo ao longo do século XX deveram-se, entre outros fatores, ao projeto governamental que estimulou esses deslocamentos para substituir a anterior força de trabalhadores imigrantes europeus, cujo fluxo havia se interrompido desde a primeira guerra mundial².

A sazonalidade entre os dois estados é antiga e já era bem definida nos anos 1940. Estudos e relatos confirmam: “desde 1951 que saio de minha terra todos os anos. Já fui pra Maringá, Franca, Valparaíso, Paraná. Fico 5 ou 6 meses fora e depois vorto pra casa, conforme a colheita. Não gosto de deixá a família. Saio porque sou obrigado. A muié cuida da roça”³..

A luta para permanecer na terra de trabalho revela que esta não é mero meio de vida, mas envolve um universo simbólico, com aspectos espirituais, sociais, culturais. “A terra da gente é que é lugar da gente. Aqui [no canavial] a gente ta no meio do desconhecido”⁴

A mulher foi o elemento fundamental de resistência à expropriação. Foi a última a migrar, assegurou por décadas, juntamente com crianças e idosos, a roça, a condição da família camponesa. Entretanto, sua resistência acabou sendo minada, quando foi obrigada a se transformar também em proletária na agroindústria paulista.

Essa quebra é confirmada pelo aumento do número de mulheres que se tornam migrantes na década de 1970, diversificando, pela primeira vez, o fluxo sazonal de migração, até então masculino. Além delas, as crianças também aparecem como personagens novas, denunciando que seu trabalho também se transformou de familiar em proletário, passando a compor a cadeia produtiva em diferentes atividades.

2 PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930/1950*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 2000.

3 MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias*. In Travessia, Revista do migrante. SP: CEM, nº 1, maio/agosto de 1988 p. 13.

4 Idem.

Em seu estudo sobre a formação da empresa agrícola e as relações de trabalho em São Paulo, Gnaccarini analisou a migração sazonal de mineiros para a agricultura paulista da cana, apontando sua presença naquele setor, classificando-os como “classe de párias”, no sentido de que suportaram mais o jugo do trabalho proletário, por ter-lhe sido imposta, culturalmente, uma condição moral perante si — camponês de cultura enraizada — e perante sua família, que permaneceu na terra, unidade de produção de subsistência⁵ Tal consideração pode ser fundamentada na expressão “sair é um jeito de ficar”, própria da compreensão de sua condição de camponês, que, para manter a terra, resistir ao processo de expropriação acentuada que vem se dando, por diferentes formas, desde a década de 1930, teve que se submeter ao desenraizamento temporário, situação que piorou na conjuntura da modernização conservadora da agricultura brasileira nos anos 1970/80, quando se deu.

A generalização do emprego de trabalhadores assalariados no campo em atividades por empreitada, de curta duração, e com relações empregatícia, clandestinas. A condição de vida daí derivada foi responsável pela situação real e efetiva de pobreza absoluta em que se encontram ainda hoje “milhares de crianças trabalhadoras, cujo destino, desde tenra idade, as vinculam à produção, nas mais modernas usinas sucroalcooleiras, cujos produtos desse trabalho são mercadorias muito valorizadas como o álcool-anidro carbureto, o açúcar e a soja, os concentrados cítricos, o amendoim, etc.”⁶

A contradição máxima do trabalho do bóia-fria infantil é a sua inserção “na era da alta tecnologia” da empresa agrícola do Estado de São Paulo, pois, ao mesmo tempo em que a empresa domina o conhecimento tecnológico, a alta concentração de renda, submete o proletariado rural a graus extremados de exploração, como o do sistema de turmas ou empreitada, que absorve homens, mulheres e crianças de ambos os sexos e de todas as idades, camuflando a exploração.

Tal sistema permite verificar como a criança está exposta à brutalização das relações sociais em decorrência da forma assumida pela expansão do capitalismo. Demonstra, também, “relações sociais permeadas de extremos, entre a

5 GNACCARINI, “O trabalho infantil agrícola na era da alta tecnologia” In: MARTINS, J. de S. *O massacre dos ...* 1991, p. 94.

Uma confirmação nesse sentido pode ser observada nas greves de bóias-frias de Guariba - SP, no início da década de 1980, quando os “mineiros” dividiram a categoria. A opção pelo trabalho era justificada por esta condição moral. No período da safra, o homem acumular algum pecúlio que será destinado à manutenção da família e da propriedade do camponês. Em 2005 a condição de trabalho nos canaviais paulistas não havia melhorado, ao contrário, lideranças religiosas e sindicais denunciavam até morte de trabalhadores, dada a jornada extenuante de trabalho a que são submetidos no corte da cana.

6 Idem, p. 98

supressão física de crianças por pistoleiros, junto com seus pais, e a imposição à criança da dura disciplina do trabalho, pelos próprios pais, para assegurar a inserção precoce do imaturo na lógica da reprodução do capital, pela qual elas vão sendo “socializadas para viver a infância não como um momento de esperança e de sonho, momento do que será, mas momento do que dói, do castigo e da punição sem sentido, pelo mero fato de serem filhos de pais que vivem, possivelmente, os últimos capítulos da história da extinção de sua classe social ou de seu grupo”.⁷

O trabalho de crianças na agricultura paulista aumentou com regular constância nas décadas de 1980/90. Um trabalho que entra em competição com o de adultos, sem que se deva a qualquer vantagem específica relativa a condição especial da força de trabalho da criança, como seria no caso de atividades que requeressem destreza e fino sentido, por isso a sua marca é a da mais brutal exploração, e o seu único sentido, o aproveitamento, pelos empregadores, da total incapacidade de defesa dessas crianças, pela absoluta falta de regulamentação de seu emprego pelo poder do Estado⁸.

Três conseqüências do emprego dessa força de trabalho se manifestam de forma estrutural: exerce pressão no mercado de trabalho igualmente em prejuízo dos trabalhadores masculinos adultos; mantém o subemprego de mulheres e crianças, submetendo-as a um estado de “permanente precariedade”; quanto ao emprego, estão em condição a mais indefesa diante do capital, que reduz drasticamente os dispêndios de salários e encargos sociais. São conseqüências que, em conjunto, engendraram mecanismos estruturais da exploração capitalista no campo e que explicam o porquê da acentuada desigualdade entre o campo e a cidade, acrescida ainda às desigualdades regionais.

Diante do resultado das pesquisas realizadas entre trabalhadores bóias-frias nos canaviais paulistas, que apontam condições de desenvolvimento desses trabalhadores em extrema desigualdade se comparadas a outras classes sociais da infância, pode-se concluir, no que se refere à criança, que não há previsão de melhoria possível, ao contrário: “a tendência para o futuro é a concentração de menores nas áreas urbanas, acompanhando a dinâmica espacial da população brasileira. Mas os menores muito pobres que trabalham continuarão, ainda por muito tempo, a se concentrar nas áreas

7 MARTINS, José de Souza, Idem, 1991, p. 11.

8 Idem, 12

rurais”⁹. As transformações no modo de trabalho agrícola não propiciaram nenhuma melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, ao contrário, piorou o quadro de pobreza, miséria e migrações em decorrência da entrada maciça de oligopólios na agropecuária e na agroindústria alimentar, por exemplo.

A razão do acirramento das desigualdades é que o trabalho assumiu o caráter descartável da mercadoria, mero “insumo” produtivo e, na relação de troca, engendra a lumpemproletarização e expõe as mazelas de um modelo de desenvolvimento que não esteve historicamente desvinculado de um projeto de desenvolvimento social¹⁰. As políticas sociais criadas sob o comando da política econômica tentam apenas administrar uma dimensão da exclusão social por meio de projetos e programas focados nas *piores formas de trabalho* ou em crianças que se encontram em situação de *risco social*. Configura-se uma conjuntura socioeconômica que concentra capital e renda numa ponta do sistema e, na outra, generaliza o emprego de trabalhadores assalariados no campo, em atividades por empreitada, de curta duração, com relações de trabalho clandestinas, gerando condições de vida real e efetiva de pobreza absoluta. Condições a que estão imersas milhares de crianças, e trabalhadores em geral, nas mais modernas usinas e fazendas de diversos estados, como nas fazendas de café, frigoríficos, laticínios, mineradoras, reflorestadoras do Vale do Mucuri e do Nordeste mineiro.

1. A POLITIZAÇÃO DO URBANO

As transformações urbanas intensificaram-se a partir de 1930 por diferentes fatores. Segundo Evelyn Levy, “as críticas condições de vida urbana para a grande maioria da população darão ensejo ao aparecimento de fatos políticos novos”¹¹. Conforme registra Florestan Fernandes, ao analisar o folclore e as mudanças sociais ocorridas nesse período, ocorria um padrão de mudança acelerado da metrópole, em todos os sentidos, de modo que fortes valores culturais tradicionais praticamente desapareceram.

9 LIMA & BURGER, 1988:371. Pesquisa realizada com trabalhadores mirins, bóias-frias, pelo NEPP/UNICAMP. apud GNACCARINI, J. C. O trabalho infantil ... 1991 p. 91.

10 MARTINS, J. de S. A sociedade vista... op. cit, 2000. ; CASTRO, Josué de. A Geografia da ... op. cit, 1965.

11 LEVY, Evelyn. Olhando para trás: 40 anos de planejamento urbano em São Paulo. In Espaço & Debates. Revista de estudos Regionais e urbanos. Ano V, nº 15, 1985, p. 35 p. 35.

Daí pode-se observar um delineamento das instituições e dos mediadores, que serão personagens de um processo que tendeu a se acelerar até meados da década de 1980.

A “revolução urbana” está assumindo, entre nós, padrões comparáveis ao crescimento das cidades industrializadas da Europa e dos Estados Unidos. Em consequência a “urbanização” se faz à custa da desagregação da “cultura popular” e em condições que favorecem muito pouco o influxo construtivo desta sobre a formação da “civilização industrial urbana”¹².

Carolina Maria de Jesus, em seu diário *Quarto de despejo*, retrata a visão crítica de uma pessoa do submundo da metrópole paulistana vivendo às margens do Rio Tietê, na favela Canindé, no final da década de 1950. Migrante vinda de Minas Gerais, viveu na favela com seus três filhos durante toda a década de 1950. Catava papel, ferro-velho, garrafas, tomate descartado na fábrica Peixe. Passava por várias ruas do centro, e a rota de volta para o Canindé devia ser feita pela Avenida Tiradentes. Ao final dessa década, Carolina relata a presença intensa de “nortistas” na favela e o número expressivo de brigas que envolviam a “peixeira”. Passou muita fome nesse período, juntamente com seus filhos¹³.

Ela se relacionava com uma gama imensa de personagens urbanos em sua luta pela comida de cada dia e em suas experiências subjetivas. Descrevia a metrópole como uma casa cujo centro era a sala de jantar, o lugar do comércio, das vitrines, do trabalho e da fartura, os jardins, as casas de alvenarias com vasos coloridos nas janelas e, nos fundos, o quarto de despejo, a favela, onde estava jogado tudo que não tinha mais serventia. A cidade estava doente, ela dizia. A doença era a favela, a fome.

As Sociedades Amigos de Bairro (SABs) surgiram na década de 1940. Foram fonte de organização. Em 1947, o aumento das tarifas de bonde e ônibus deu origem a um movimento de depredação de veículos que culminou com a demissão do prefeito designado.

Os sujeitos da articulação dessas forças políticas em nível municipal se constituíram a partir das organizações populares espontâneas que se aglutinavam em torno das SABs. Paralelamente a elas, desenvolveram-se os Comitês Populares Democráticos, criados pelo Partido Comunista, aproximando-se de uma série de problemas cotidianos que pressionavam as massas populares. Importantes também foram os movimentos autonomistas (São Caetano, Osasco, Barueri), que, embora

12 FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Anhembi, 1961

13 DE JESUS, Carolina Maria. Quarto de despejo: o grito da favela que tocou a consciência do mundo inteiro. 2ª ed. São Paulo: Edibolso, 1976.

classistas, refletiam igualmente as pressões populares que reivindicavam um maior controle sobre o poder municipal.

Entre 1945 e 1964, as “questões urbanas” foram objeto de intervenção dos poderes municipal e estadual e, embora o perfil da cidade mudasse, os problemas continuavam semelhantes. Entretanto, o panorama era diferente em termos políticos. As classes populares não se manifestaram a respeito dessas questões até meados da década de 1970. Foram, aos poucos, ganhando ressonância com o apoio de instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, o movimento estudantil, os partidos de oposição e a Associação Brasileira de Imprensa – ABI.

Para a classe dirigente, os problemas urbanos praticamente se circunscreviam à circulação, até que se iniciou um processo de politização do urbano por parte de segmentos organizados das classes dominadas.

No período populista, as questões urbanas penetram no Estado, de forma tímida, no espaço político da Prefeitura, em parte trazidas pela Câmara e pela pressão exercida pelas associações profissionais que, ao mesmo tempo, estão mais ou menos vinculadas a uma incipiente tecnoburocracia pertencente ao Departamento de urbanismo¹⁴.

A politização do urbano se fez, portanto, no circuito movimentos populares, associações profissionais, partidos, Câmara e Executivo. Para cada um destes atores a participação foi diferenciada, segundo suas respectivas posições no jogo político. Para as classes trabalhadoras, levantar as questões urbanas equivalia a desenvolver a luta de classes num plano outro que o das relações de trabalho — ligado à sua reprodução —, no plano político de conquista de cidadania. É importante considerar que uma parte significativa da força de trabalho não estava engajada no plano das lutas sindicais, pois se encontrava no setor terciário, sem vínculo empregatício.

2. O MIGRANTE NA CIDADE

A idéia de melhorar de vida desencadeou processos de muitas faces, que envolveram camponeses pobres expulsos da terra que garantia a reprodução da cultura camponesa. Realimentados pela esperança de encontrar novas formas de reprodução no mundo urbano, de subir na vida, as migrações para a cidade foram intensificadas na

¹⁴ LEVY, Op. cit. p. 37.

segunda metade dos anos 1970. Muitas comunidades rurais transplantaram-se para as cidades e formaram bairros com características muito peculiares, marcadas por vínculos culturais modernos e tradicionais. Permanece viva, no espaço urbano, uma rede de relações precárias, com base na família e na localidade de origem, assegurada por um sistema de lealdades pessoais e familiares¹⁵.

As circunstâncias desses novos espaços de interação rural e urbana sugerem novas e múltiplas possibilidades de submissão do trabalhador e toda sua família ao novo mundo do trabalho. O contato com os serviços urbanos possibilita maiores oportunidades, como de educação, lutas e conquistas de direitos e exercício de cidadania.

Dois aspectos relacionam-se na explicação das migrações para as cidades: a expropriação e as migrações forçadas, promovidas pelo movimento de penetração do capitalismo no campo, e um vigoroso dinamismo industrial concentrado na Região Sudeste. Na Grande São Paulo, a partir dos anos 1950, esse dinamismo levou a mancha urbana a aumentar nove vezes até 1980 e “desencadeou um processo de assentamento urbano que reservou as áreas centrais, melhor equipadas, para as camadas médias e alto poder aquisitivo e segregou a classe trabalhadora nas múltiplas, longínquas e rarefeitas periferias da Metrópole, particularmente no entorno dos principais troncos ferroviários e rodoviários”¹⁶.

Tal vigor relaciona-se ao processo de internacionalização da produção de mercadorias e serviços no âmbito das economias periféricas. As regras impostas pelo sistema financeiro internacional ganharam força e submeteram as políticas nacionais aos interesses dos grandes bancos e empresas multinacionais. A especificidade do Brasil nesse complexo processo, segundo Kowarick e Campanário, “é o seu rígido atrelamento

15 GOMES, Jerusa Vieira. Socialização: um estudo com famílias de migrantes em bairro periférico de São Paulo. Paulo. SP: IPUSP (mime) (Tese de Doutorado) 1987.

Exemplo da Vila Helena, no Município de Carapicuíba, na Grande São Paulo., também analisada por MELLO MELLO, Sylvia Lesser de. “Constância e permanência: as mulheres de um bairro da periferia de São Paulo”. In Travessia, maio/ago/90, p. 17

Outro exemplo é o Bairro Rio Cotia, km 29 da rodovia Raposo Tavares, Município de Cotia, que, devido ao grande contingente de migrantes de Salinas/Jequitinhonha-MG, pretendeu se chamar Nova Salinas. Semanalmente, um ônibus clandestino faz o trajeto de ida e volta, alimentado laços entre parentes e amigos, sedimentado laços entre o rural e o urbano.

16 KOWARICK, L. e CAMPANÁRIO, M. A. “São Paulo: Metrópole do subdesenvolvimento industrializado”, In As Lutas Sociais e a Cidade; São Paulo: Passado e Presente.(vários autores)2ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d, p.57-61.

ao esgotado modelo de substituição de importações”, quase todo dominado pelo capital multinacional¹⁷.

Entretanto, aquela capacidade produtiva expressiva desde os anos 1950 sofreu uma profunda retração durante os anos 1980 por causa dos novos padrões de competitividade impostos, de fora ao esgotado modelo técnico-industrial gerado pelo processo de substituição de importações.

Os novos padrões de competitividade impuseram um processo de reajustamento estrutural da economia que, na metrópole, provocou profundas alterações no seu papel econômico e na qualidade de vida da sua população, marcada por acentuada pauperização e violenta segregação sócio-espacial, alto valor dos imóveis, obstáculo ao acesso aos serviços urbanos¹⁸. Em outras palavras, o processo de internacionalização do mercado brasileiro presenciou a queda do poder econômico e político, ligado ao capital nacional, e este, por sua vez, se tornou parceiro menor na sua associação com os grupos multinacionais e o Estado. Em síntese, o modelo econômico implantado no pós-guerra reproduziu e aprofundou um padrão perverso de capitalismo, associado, até o final dos anos 1970, ao acelerado crescimento econômico com acentuada pauperização.

Na década de 80, coube à classe trabalhadora o ônus do ajuste estrutural, que levou a renda familiar média na Região Metropolitana de São Paulo a cair cerca de 50% entre 1977 e 1987¹⁹. O núcleo social mais atingido foi a família, e, dentro dela, quem mais sente as conseqüências é a criança. A manifestação de como a criança está mais vulnerável é o aumento do número de menores na rua, mensurados em pesquisas quantitativas e qualitativas evidenciando um cotidiano de trabalho precoce²⁰. O pano de fundo que se vê é o desemprego em massa, a desumanização da moradia, enfim, um mundo onde as condições e o nível de vida se configuram como um Quarto Mundo.

3. A INFÂNCIA NA CIDADE

17 Idem.

18 CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000

19 Idem, 59.

20 SPINDEL, Cheywa R. *Crianças e adolescentes no Mercado de trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1989. A características dos estudos iniciais sobre criança no trabalho e nas ruas tendem a ser quantitativos, apesar que no geral os dados que informam sobre tal realidade, foram e ainda continuam sendo pouco seguros em algumas situações.

O exemplo do processo de constituição da Vila Helena, município de Carapicuíba, na zona oeste de São Paulo, mostra como grupos de migrantes, mineiros na sua maioria, foram chegando:

Construindo paulatinamente suas casas, dotando o bairro de uma igreja, pequenos armazéns, vendinhas, escolas que se instalam e a obtenção de benefícios urbanos, como luz elétrica e água encanada e por outro lado, a formação dos laços de amizade, a definição de alguns papéis no bairro, o estabelecimento de hábitos e, acima de tudo, formação de uma densa atmosfera de humanidade que impregna todos os lugares da vila²¹.

Nesse novo espaço de sobrevivência, grupos de mulheres lideraram movimentos pela pré-escola, juntamente e por meio das Comunidades de Base e das Sociedades de Amigos de Bairro. Em mutirão, a população foi construindo suas casas em terrenos exíguos, gerando espaços públicos de socialização que misturavam o público e o privado.

A Vila foi o solo positivo para a assimilação de hábitos e costumes urbanos na reelaboração de usos e costumes rurais para a cidade. Nela os migrantes reconstruíram relações - de parentesco, de amizade, - rompidas pela migração, tornando-se produtores de um modo de vida semi-urbanas, “primeiro porque estão distantes das zonas mais antigas e mais urbanizadas da cidade, as zonas “modernas” de serviços ou comércio sofisticado, depois, porque de fato a construção dos bairros foi obra dos migrantes, surgida de sua experiência anterior, de sua pobreza material e de uma vivência muito especial da metrópole”. Elas representam o processo de inclusão possível dos migrantes na vida da urbe e a sua exclusão. A cultura da pobreza é verificada no tipo de moradia e no trabalho que realizam. Os homens estão vinculados à construção civil, ou são eletricitas, carpinteiros, encanadores, pintores, a maioria sem vínculo empregatício, e as mulheres vinculadas ao trabalho doméstico²².

Dado o abandono institucional que caracteriza a relação das classes dominantes com as dominadas no País, é possível verificar que faz parte do processo de adaptação dos migrantes a formação de redes informais de sustentação mútua, desde o local de origem, para momentos de necessidades mais agudas, fazendo da solidariedade um sentimento fruto de uma experiência concreta de ajuda. Esta rede de proteção é ainda

21 MELLO, Sylvia Lesser de. “Constância e permanência: as”, Op.cit. 1990, p. 17.

22 Idem.

mais forte quando envolve o grupo das mulheres que constituem laços sociais mais perenes.

É comum mulheres sozinhas como chefe de família, com filhos às vezes de mais de um homem. Elas demonstram uma extraordinária capacidade de resistência a situações violentas, enfrentando o abandono, o alcoolismo, a agressividade dos homens. Trabalho e vida se confundem. Tudo é urgente no cotidiano e tudo é necessário. Sonham com o futuro, projetando-se no futuro dos filhos. Buscam a manutenção da existência de si mesmas, da sua prole e da espécie humana. Autores como Lefebvre e Marx já haviam destacado o peso que recaía sobre as mulheres. Marx mostrou que a mulher é explorada pelo modo de produção capitalista, e pela apropriação que o sistema faz de sua prole, tirando-a do seio materno quando ela se desloca para o trabalho²³.

Pesquisas sobre a criança em vilas urbanas durante a década de 1980 e 1990, constataram que o número de crianças que aparecem nas ruas centrais da metrópole paulistana é infinitamente menor que o número das que vivem nos bairros populares, entre a família, a rua, a escola e o trabalho. Crianças “comuns”, por isso as mais esquecidas, e, nesse sentido, mais marginalizadas, uma vez que delas a sociedade sequer se apercebe, a não ser quando elas irrompem à cena pública. Relegadas ao sombrio caminho do trabalho precoce dentro dos lares e até da delinquência. Carregam nas costas um ônus pela forma como estão constituídas as dinâmicas do capitalismo. São tragadas pela cotidianidade e reproduzem sistemas de valores relacionados à família, a honra, ao pai provedor, a criança, ao trabalho²⁴. Neste denso campo de carências, quando não estão na escola, no trabalho, ou dentro de suas casas e barracos, a rua é o lugar preferido de crianças de todas as idades. A escola, apesar de precária, tem múltiplas representações: educação mesmo, perspectiva de mudar de vida, lazer, lugar de amenizar a fome. E, por pelo menos meio período, as mães depositam a confiança de que seus filhos estão sob os cuidados dos professores, e elas podem então trabalhar. Fora desse período eles estão nas ruas, trabalhando, em casa ou em casa de vizinhos e parentes²⁵.

23 LEFEBVRE, H. O cotidiano na vida moderna; MARX, K. O capital, vol. II, analisou anúncios de indústrias procurando operários no séc. XIX, quando se deparou com a preferência pelo trabalho cativo da mulher, dada a necessidade de manter seus filhos ao menos alimentados. p. 23-25.

24 MADEIRA, F. R. Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

25 Vestem-se do melhor modo para ir à escola, há orgulho nesse ato, porém, a experiência dura pouco, muitos saem por vários motivos, outros são “arrastados”, poucos chegam a completar a 8ª série. Ocupam

As experiências da infância, embora do ponto de vista pessoal sejam sempre solitárias, são partilhadas por muitas outras crianças, num nível de intimidade inigualável e inimaginável para quem tem origem em outras camadas sociais. É visível o trânsito de crianças, principalmente as menores, de uma casa a outra e pelas ruas. De fato, a família constitui o eixo da vida de todos. Os membros que nela permanecem organizam-se de maneira a assegurar a sua permanência. Caso de abandono de crianças é raríssimo, e de marginalidade também²⁶.

Possivelmente os laços de familiaridade e vizinhança, bem como os espaços de sociabilidade são determinados por diferentes questões estruturais de cada comunidade e de cada momento histórico. Há uma hierarquia no universo da pobreza, assim como no universo de valores.

4. TRABALHO INVISÍVEL

No contexto metropolitano de São Paulo, a partir dos anos 1960, o grande êxodo rural absorvido não gerou desemprego porque, apesar da crise da regulação fordista, existia um setor informal mal-estruturado e pouco conhecido, que desempenhava uma função essencial de absorção dos migrantes em transição para o mercado formal. Na década de 1970, com os sinais de estagnação das economias de grande porte — inflação e desemprego —, as fronteiras da economia formal foram alteradas e só então a interação entre o formal e o informal mudou, surgindo as principais questões sobre a chamada “economia invisível”. Na década seguinte, com a crise estrutural do capitalismo — econômica e financeira, de políticas públicas de ajuste e desregulamentação —, o setor informal passou a ser visto como um modelo alternativo de desenvolvimento, como resposta às distorções criadas pelo Estado, tornado, a partir de então, um termo polissêmico que permite englobar sociedades do Norte e do Sul²⁷.

posição central na família. MELLO, Idem. Alerta que, apesar da aparente descrição do bairro referir-se a um quadro de pobreza, há, na realidade, uma miséria mais profunda, que se revela nos gestos [dúbios], nas roupas, nos rostos [no silêncio], a despeito dos sorrisos. São crianças de famílias muito pobres, originárias do interior de Minas Gerais e de estados do Nordeste que, apesar da estereotipia dominante da associação entre pobreza-migração-desarranjo familiar, são organizadas segundo o modelo nuclear e mantêm laços com a família mais ampla — compadres, parentes — tanto no ambiente rural quanto no urbano.

26 GOMES, Op. cit.

27 CARVALHO NETO, Antonio; NEVES, Magda de Almeida e JAYME, Juliana Gonzaga. “Setor informal: abrigo para o trabalho infantil”. In: CARVALHO NETO, Antonio. (orgs) Trabalho Infantil: Infância Roubada. Belo Horizonte: PUC-MG, Instituto de Relações do Trabalho, 2002.

O surgimento do setor informal é explicado, por uma visão liberal, como “a resposta das forças do mercado contra a economia engessada pelo excesso de regulação estatal”, sendo o empreendedor informal

O setor informal continua sendo a dimensão das relações de trabalho que mais camufla o uso do trabalho infantil. Já evidenciado desde os primórdios da Revolução Industrial, ele não deixou de existir, mas, enquanto vigoraram o desenvolvimento e o pleno emprego nos países centrais — o Estado Social —, as atividades informais eram vistas como marginais e secundárias, e as principais questões giravam em torno da absorção dos desempregados pelo mercado de trabalho formal.

Inegavelmente o trabalho infantil traz a marca da informalidade. A desregulamentação tem vínculos estreitos com a ilegalidade, a insalubridade, o risco, a baixa ou nenhuma remuneração. Em países como o Brasil, o setor informal é tolerado e até organizado pelo poder público, o que remete às dificuldades da normatização do direito e de sua fiscalização e erradicação.

Uma análise acurada mostra que, num contexto de décadas de deterioração social, econômica e política, o setor informal pode ser uma barreira a uma miséria ainda maior e um espaço derradeiro de luta pela sobrevivência.

O problema está presente na agenda internacional de governos, empresas e centrais sindicais de trabalhadores:

A exploração do trabalho das crianças está presente na cadeia produtiva de grandes empresas transnacionais, formadas cada vez mais por um grande número de pequenas empresas, que podem, na ponta deste processo, utilizar a mão-de-obra infantil. Este é um caso típico de relações imbricadas entre o setor formal, informal e o trabalho infantil²⁸.

O êxodo rural que se estendeu dos anos 1930 aos anos 1980, como já apontamos, mesmo em diferentes ritmos, envolveu milhões de pessoas, contribuindo, juntamente com a desregulamentação fordista, para o aumento do excedente de mão-de-obra e a contínua substituição do trabalho formal pelo informal. Somados a isso, nas décadas de 1980 e 1990, o crescimento lento da economia e a pesada carga tributária impulsionaram as pequenas e microempresas rumo à informalidade, levando também ao

“um herói econômico que logra sobreviver e mesmo prosperar, apesar da perseguição estatal contra suas atividades”. Já a perspectiva estruturalista entende que o trabalho informal não seria uma irrupção advinda dos de baixo, mas uma estratégia de acumulação de capital das empresas formais modernas, como as formas alternativas de trabalho utilizadas pelas grandes empresas formais, como os contratos de prestação de serviços e a terceirização da produção de bens e serviços para reduzir custos e escapar da regulamentação do Estado, pp. 81-82

28 *idem*, 86. Ocorre no Vale Mucuri, nas empresas agroindustriais — Laticínios e Frigorífico -, da região de Águas Formosas no Vale do Mucuri.

crescimento da ilegalidade na contratação. Nesse quadro, o trabalho infantil intensificou-se e torna-se explicitamente trabalho explorado.

No início do novo século, apesar do avanço da legislação que protege crianças e adolescentes e do decréscimo apontado pelas estatísticas no número de crianças que trabalham, o problema do trabalho infantil ainda é grave²⁹. Os principais motivos apontados nas análises sobre as causas do trabalho infantil, todos eles complexos, são a pobreza, a má distribuição de renda e uma cultura do trabalho vinculada à ideologia que prega a moral dissimulada da exclusão: que ele enobrece; criança trabalhadora não rouba e nem se entrega a vícios; a atividade remunerada de crianças e adolescentes complementa a renda familiar e ajuda a reduzir a pobreza.

Esse discurso, preconizado pelos empregadores, é amplamente difundido e aceito pelos segmentos mais pobres da sociedade e mesmo pelas crianças, quando estas afirmam que gostam de trabalhar. Entretanto, o que está submerso é a realidade dos excluídos, por etnia, gênero ou classe social, disponibilizando a mão-de-obra infantil e utilizando para si o argumento moral do trabalho. Tais argumentos terminam por estigmatizar o futuro adulto, que, sem condições de estudar e brincar, tem as chances de competir por uma vaga no mercado de trabalho diminuídas diante dos que tiveram oportunidades diferentes na infância e na adolescência.

Não é verdade que só há crianças trabalhando em países subdesenvolvidos, embora nestes a incidência seja maior. Trata-se de um fenômeno mundial, que normalmente atinge mais as minorias étnicas e as comunidades de migrantes. Ocorre em diferentes setores, desde os de tecnologia avançada, ligados à exportação, disseminado pelo setor informal, na família, fora dela e na agricultura. Entretanto, os três setores que mais concentram esse tipo de trabalho são agricultura, serviço doméstico e setor informal. O informalidade, o setor de serviços é o que apresenta o crescimento mais rápido do trabalho infantil e onde ele é mais tolerado, por não ser considerado penoso, perigoso ou insalubre.

A exploração da mão-de-obra infantil aparece envolta em explicações que mais escondem do que esclarecem suas questões. Na agricultura, ocorre que muitos pais somente são contratados se seus filhos participarem do trabalho, ficando o seu trabalho

29 Em 2001 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, do IBGE, mostra uma queda de 27% no número de crianças trabalhadoras entre 1992 e 1999. Atualmente estima-se que o número de crianças que trabalham chegue a 2,2 milhões. CARVALHO NETO, Antonio; NEVES, Magda de Almeida e JAYME, Juliana Gonzaga. “Setor informal: abrigo para ... Idem, p. 90.

sem remuneração alguma. O trabalho doméstico, apesar de não ser exclusividade da menina, mas é ela a mais vulnerável e seu trabalho mais invisível e de difícil regulamentação, esconde jornadas intermináveis, redução nos cubículos destinados à seu abrigo, perda das relações sociais e trabalho contínuo. Além de sua exposição a abusos de várias naturezas, facilitados pela baixa ou nula remuneração.

II - EXPROPRIAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA

Uma característica marcante no processo de ocupação da última fronteira interna ao nordeste mineiro a partir da década de 1960 refere-se à rapidez e ao grau de violência com que ela se deu³⁰. Num curto espaço de tempo, as terras que permitiram posse e agregação ao camponês, serviram de esconderijo de índios e quilombolas, foram apropriadas, afetando o precário equilíbrio dos meios de sobrevivência que ainda restava entre o homem e a terra.

Uma marcha ininterrupta de extermínio da mata, das gentes, dos meios de produção tradicionais e destruição das culturas. Os que restam dos índios do Vale do Mucuri vivem em áreas demarcadas por meio de demandas judiciais intrincadas, como é o caso do povo maxacali, que vive em duas reservas que seriam contíguas se não fosse uma fazenda que demandou por terras e dividiu a reserva, separando o território. As terras que lhes restaram, entretanto, assim como a quase totalidade do nordeste mineiro, são desprovidas de vegetação, e os maxacali não dispõem mais de matéria-prima necessária para a reprodução da sua cultura artesanal. Sobrevivem da cultura da roça, que está sujeita a longas estiagens, comuns na região. A fome e a carência alimentar são freqüentes nas comunidades indígenas. Denúncias recentes de órgão de defesa dos direitos humanos revelam o flagelo de um povo que assiste, impotente, suas crianças morrerem de fome.

Com seu desaparecimento, a organização social ligada à fazenda produtora de alimentos foi substituída por outra, à qual o próprio fazendeiro teve que se submeter, ou seja, ao grande capital que controla toda a produção agropecuária local. Em termos econômicos, predominou a agropecuária ligada a grandes grupos econômicos, como laticínios e frigoríficos, desde os anos 1960, em decorrência dos efeitos do movimento do capital ocorrido na região.

Nas periferias urbanas de cidades pequenas e médias, o ex-camponês é observado, a partir de então, segundo uma outra lógica de exclusão, a dos direitos sociais — o maior deles, a falta de emprego que condena o núcleo familiar.

30 RIBEIRO, 1997a, Op. cit. p. 36; BORGES, Maria E. Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais, Op. cit. 2004.

As diversas faces da história do Vale do Mucuri estão representadas em Teófilo Otoni³¹. Com 127 mil habitantes, congrega em seu entorno perto de quarenta novos bairros, em formação acelerada desde os anos 1980, muitos deles considerados favelas. Uma cidade média do nordeste mineiro que comporta os mesmos problemas de carência de infra-estrutura urbana, desemprego, subemprego, moradia, saúde e educação, permeados de violência, semelhante ao que ocorre nas grandes metrópoles.

A área do município é de 4.212 km² e está dividida em quatro distritos e seis povoados, chegando a contar com cerca de noventa comunidades rurais³². A área rural está praticamente esvaziada do posseiro e do agregado³³; restaram o bóia-fria, nas franjas das pequenas cidades, os pequenos proprietários, que em parte se proletarizam, o médio proprietário, que desenvolve agricultura e pecuária, e a grande propriedade, com os Complexos Agroindustriais (CAIs), que se abastecem dessa mão-de-obra disponível e barata³⁴.

Processos econômicos, como a modernização agrícola, políticos, como a ditadura militar, e sociais, como as migrações e a explosão urbana, se relacionam às disputas pela terra. As perdas das condições de reprodução social de milhares de famílias camponesas estão sintetizadas nos modos de subsistência das famílias dos bairros Novo Horizonte e Vila Solidariedade, que vivem nos limites da subsistência e da exclusão de direitos, apesar dos direitos fundamentais conferidos nos documentos.

Do ângulo da criança que trabalha, observamos que os aspectos dessa anomalia são evidentes se confrontadas as suas condições de subsistência com os direitos apreendidos na lei³⁵. Suas famílias geralmente são numerosas, com mais de seis pessoas, a maioria criança e adolescente. Quase a totalidade de adultos está

31 Fundada às margens do rio Todos os Santos que se encontra com o Mucuri e depois com o Pampá, antes de Nanuque. Daí então o Mucuri, fortalecido, atravessa sozinho o extremo sul da Bahia até o mar. No século XIX, por esse caminho, em sentido contrário, por Nanuque, entraram o capital, o comércio, a extração, o choque exterminador dos índios; os fazendeiros se depararam com posses [as capoeiras] e passaram a disputá-las, fomentando a concentração fundiária atual. Cerca de 30 km ao sul de Teófilo Otoni, antes de Itambacuri, nasce o rio São Mateus, que se interpõe entre o Vale do Mucuri e do rio Doce e deságua no mar em São Mateus/Conceição da Barra, no Espírito Santo. O rio Doce deságua mais ao sul, em Linhares/Regência, no mesmo estado.

32 Depoimento de Silvio Rodrigues Pereira. Junho de 2005. Lajinha, Distrito de Teófilo Otoni. Depoimento de Serafim Gonçalves concedido em janeiro de 2006.

33 Cerca de cem mil pessoas na cidade e 27 mil na área rural.

34 O município recebe influências de parte do Médio Jequitinhonha, pelos seus lados Norte e Oeste, onde predominam um relevo mais acentuado, menor índice pluviométrico e menores áreas produtivas (as grotas). O fenômeno da migração sazonal é mais antigo tanto para outras regiões fora do estado quanto internamente.

35 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1965); Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (1989); Constituição (1988); Estatuto da Criança e do Adolescente ECA.

desempregada. Muitas mulheres são arrimo de famílias de quatro filhos ou mais, com menos de dez anos³⁶.

A carência imediata é alimentação. A fome ameaça, desequilibra famílias inteiras. Não há segurança alimentar, trabalho, são precários os serviços de saúde, transporte, educação e habitação.

A história do Vale do Mucuri a partir da década de 1930 mostra a quebra sucessiva das relações tradicionais entre o homem e a terra. A agricultura começava a ser trocada pelo gado e, o pasto passou a ocupar as terras que antes eram usadas, mais ou menos sem conflitos, por fazendeiros, posseiros e agregados³⁷. Entre 1940 e 1950, a construção da BR-116, em seu trecho Rio – Bahia substituiu os rios no processo de circulação de mercadorias e integrou a região ao Nordeste e ao Sudeste do País. Ocorreram, assim, expropriação de camponeses pela valorização das terras e mudanças nas relações de trabalho. Agregados e posseiros tornaram-se parceiros ou migraram definitivamente. Conflitos e litígios tornaram-se corriqueiros e diluídos entre as montanhas e grotas do nordeste mineiro. Nos anos 1960/70, a política agrícola e agrária do regime militar intensificou a expropriação e inflou ainda mais os veios migratórios³⁸. De forma direta, naquele período foram engendradas as novas formas de exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes, ou seja, ocorre a proletarianização do trabalho infantil juntamente com o trabalho de todo o núcleo familiar.

Nos anos 1980, mulheres e crianças que vinham cortar cana no interior do estado de São Paulo, procedentes do nordeste mineiro, representavam, na realidade, a fragilidade das famílias camponesas na sua relação com a terra. O enfraquecimento dos vínculos do camponês com a terra, naquela região e em todo o território, foi intensificado a partir dos anos 1960, provocando o quase esvaziamento da região. A realidade social que se observava nos canaviais paulistas, em relação a crianças e mulheres entre os migrantes sazonais, expunha contradições profundas diante do novo

36 Dona Fátima, Dona Eva, Cida, Eliana, Sandra. Alguns maridos, além dos filhos com estas mulheres, numa média de quatro cada uma, possuem outra família, com mais filhos. O marido de Cida, por exemplo, além das quatro filhas que tem com ela, possui mais três. É um rapaz de 26 anos. A história do Sr. Avelino demonstra essa tendência numa dimensão maior. Ele, migrante de várias paragens, deixou família na cidade grande, com quatro filhos, voltou para Teófilo Otoni e constituiu nova família, com cinco filhos. Vivem na Vila Solidariedade, rua das Camomilas.

37 MOURA, M. M. Op. cit..

38 Migrações que há muito alimentavam de braços as fazendas mineiras, paulistas e mato-grossenses e as cidades que se industrializavam, formando uma mancha cultural que se acentuou pela migração sazonal e pela migração campo–cidade, entre Minas Gerais e São Paulo, observáveis hoje nas histórias da maioria das famílias.

paradigma dos direitos da criança e do adolescente que era instituído pelo artigo 227 da Constituição de 1988 e pelo ECA, e estimulava questionamentos no sentido de entender por que mulheres e crianças, que tradicionalmente permaneciam na terra de trabalho enquanto os homens migravam sazonalmente, estavam migrando também.

Ao longo da década de 1990 parecia-nos que a implantação da doutrina dos direitos protegia apenas sutilmente a realidade das crianças submetidas ao trabalho. Na colheita de café de julho de 1997/98, muitas mães relataram que não estavam trazendo suas crianças para ajudar, já que o ganho era por produção, porque os “gatos” e os fazendeiros tinham conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e medo da fiscalização. Os depoimentos demonstravam, por parte dos pais, uma certa frustração, primeiro porque a ajuda dos filhos era indispensável; eles estavam de férias escolares; ficar em casa não significava que não estavam trabalhando, além disso, a preocupação em deixá-los em casa sozinhos era muito grande, pois eles se ausentavam durante toda a semana, ficando nos alojamentos das fazendas³⁹.

Apesar de começar a surgir alguns programas sociais de geração de renda familiar, inseridos no que passou a ser chamado pelas políticas sociais de Rede de Proteção Social, as iniciativas assinalavam no sentido de incentivar acesso e permanência de crianças na escola. O lema era: Lugar de Criança é na Escola. Entretanto, as ramificações da Rede estendiam-se por uma malha muito aberta, de modo que a realidade mais profunda de meninos como Juarez e Mauricio, não chegava a ser capturada. Eram semi-analfabetos em 1997 e já tinham uma história de longos anos de trabalho proletário, ou ainda, dos alunos da professora Rocilma, do distrito do Mucuri, município de Teófilo Otoni, que continuavam esvaziando a classe na época da colheita do café, praticamente a única época do ano em que se tem serviço garantido. Ou ainda o caso de Maria Helena (1998, 14 anos), do mesmo distrito, e de tantas outras meninas que continuam se prostituindo na BR-116 como forma de ganhar, desde cedo, sua sobrevivência e a de sua família. Ou de tantas outras, que trabalham na mesma BR vendendo café, frutas etc. e nas cidades, vendendo picolés, fazendo fretes, catando papelão, latinha e ferro velho; nas regiões rurais de agropecuária — Topázio Americaninha e Águas Formosas — trabalham em laticínios, frigoríficos, olarias etc.⁴⁰

39 Depoimento de janeiro de 2005.

40 MIRANDA, PEREIRA E TERRA. Exploração do Trabalho Infantil no Médio Jequitinhonha e no Mucuri. Op, cit, 1998. O espectro da exploração da criança e do adolescente não se alterou a partir de então. Nossa pesquisa registra o agravamento das condições de vida e ausência de direitos entre 2002 e 2006 nas comunidades dos bairros Novo Horizonte e vila Solidariedade.

Duas sérias dificuldades imediatas se impuseram na definição do objeto desta pesquisa: o cenário diverso do trabalho infantil — mas semelhante em aspectos estruturais — e a vasta dimensão do nordeste mineiro. Assim, a escolha da cidade Teófilo Otoni, no contexto da ocupação e exploração do nordeste mineiro, tendo como referência a história de famílias expropriadas da terra que vivem em sua periferia e se situam na categoria de excluídos da terra, e dos demais direitos humanos. A temática do trabalho infantil será analisada tendo como referência o contexto da região, a realidade de famílias e crianças que estão submetidas ao trabalho como meio de ganhar a própria subsistência, por um lado, e pelo lado do poder público, verificar a eficácia da política social criada contra o trabalho infantil, especificamente o PETI.

Para definirmos um começo, pensamos em buscar contato com famílias que tivessem ocorrência registrada nos Conselhos Tutelares. Sabíamos, por intermédio de diretores de escolas e de conselheiros tutelares, que o funcionamento do Conselho era precário diante da realidade social gritante de crianças submetidas ao trabalho, violência doméstica, abuso sexual etc.⁴¹ Considerávamos que elas poderiam revelar sua trajetória, sua condição real de existência, enfim seus meios de subsistência.

Seria, de fato, um caminho de pesquisa viável, entretanto, num segundo momento, considerando que, das diversas formas possíveis de analisar a história social e explicar aspectos de sua trama, recuperar as narrativas sobre a vida cotidiana, sem demarcações prévias, objetivando destacar as fragilidades existentes no vivido de milhões de seres humanos que se encontram em situações de limites existenciais por causa de privações materiais e culturais, das conquistas que deveriam ser usufruídas por todos. Decidimos estabelecer contato direto com famílias de dois bairros considerados os mais problemáticos em todos os aspectos da vida social: o bairro Novo Horizonte, antiga favela Boiadeiro, e a Vila Solidariedade (antigo Jardim Pindorama)⁴². A partir do ponto de ônibus central, começamos a observar as pessoas que iam para os diferentes bairros⁴³. No trajeto para o Pindorama, perguntamos sobre o Posto de Saúde. Uma mulher que amamentava uma menina e tinha outra no colo nos informou e, assim, a

41 Idem.

42 Em 9 de janeiro de 2004 estivemos no IBGE, falamos com Omar, que ofereceu várias dicas sobre os bairros mais pobres de Teófilo Otoni, ressaltando o Pindorama. Resolvemos que iríamos até esses bairros sem qualquer intermediação. Todas as pessoas com quem conversei me alertaram para que não levasse nada de valor aparente e que não ficasse lá à noite. Muitos me disseram que não deveria ir lá sozinha; apenas Omar considerou que, se não fosse à noite, eu poderia ir sozinha.

43 Trabalhadores, gente aparentemente muito pobre. Observei muitos aleijados na rua, achei um índice muito elevado. O ônibus chegou. Jovens, idosos, mulheres e crianças.

partir dela, passei a conhecer um grupo de famílias desse bairro, que subsidiam nossa pesquisa, num total de 15⁴⁴, depoentes ou colaboradoras.

No outro bairro considerado “problemático”, Novo Horizonte ou Favela do Boiadeiro, foi feito um levantamento qualitativo sobre o PETI junto a crianças e famílias que lá vivem há mais de uma década. Em quatro ocasiões, entre 2003 e 2006, procuramos observar diferentes aspectos daquela comunidade de quase mil famílias que se amontoam em pequenos casebres distribuídos em diferentes becos. Uma ruela calçada de pedras dá acesso ao interior do bairro, de onde saem inúmeros becos e outras ruelas que possibilitam o trânsito intenso da população. As casas são muito pequenas, sem qualquer planejamento de construção — na realidade a construção da casa é um projeto de vida e vai sendo realizado à medida que se ganha além das necessidades mínimas de alimentação, como se verá adiante⁴⁵.

O predomínio de um urbano precário em todos os sentidos colocou-se como única opção para esses camponeses cada vez mais separados da natureza. Jogados em um espaço que praticamente não existia, tiveram que forjar bairros, novas formas de socialização, novos valores, novas dependências e submissões, uma somatória de novas dimensões que engendrou uma cultura rural-urbana que se apresenta em meio à mobilidade intensa e extensa das migrações. Muitos homens se foram para sempre, continuam indo ou indo e voltando. Muitas mulheres com menos de 23 anos já são mães de quatro filhos e os criam sozinhas ou com a ajuda dos mais velhos, avós e bisavós. Em meio ao desemprego crônico, as perspectivas presentes e futuras quanto a educação, condições de trabalho, padrão alimentar, infra-estrutura urbana, grau de organização da sociedade civil, espaço de cidadania são miragens.

As famílias pesquisadas são expressões sociais autênticas da intensa expropriação do camponês brasileiro, visto pelo processo ocorrido no nordeste mineiro. Vivem hoje nas franjas de tantas cidades grandes, pequenas e médias, dependentes de trabalho assalariado e das políticas sociais. Perderam praticamente todo o conhecimento que garantia a sua subsistência com meios próprios e técnicas rudimentares de uma cultura que se estabeleceu em harmonia com o meio, que em alguns momentos e lugares

44 Anexo: Quadro de Famílias.

45 Chegamos no bairro por meio de conhecimentos de padre Geovanni. Hospedamos na casa da Professora Maria de Fátima Martins Silveira, cuja família, especificamente sua mãe, dona Maria, teve papel preponderante no movimento de lutas urbanas nos anos 1980, na favela Boiadeiro.

foi farto e em outros muito escassos. Um saber que deixou de ser usado pelos mais velhos e que os mais novos crescem sem conhecer.

Encontramos em Teófilo Otoni, entre aquela multidão de excluídos da terra já indicada por Ribeiro (1997), ausentes dos movimentos populares e de organizações sindicais: Maria Helena e sua família, Cinthya, seus quatro filhos e marido, Cida e suas cinco filhas, Vanilda e seus quatro filhos, dona Izolina, mãe de Cida, que tem filhos espalhados pela migração, dona Fátima, mãe de Cíntia, Sabrina e Renata e avó de dez netos, e tantos outros. Essas pessoas tiveram em suas famílias, há duas gerações ou mais, histórias semelhantes às lembradas por antigos agregados da região sobre a família extensa, a fazenda, a posse, a migração. São ex-agregados, parceiros, rendeiros e mesmo pequenos proprietários cuja divisão sucessiva de terras tornou sem terra. Para o enorme contingente populacional que hoje gravita na sua periferia, a migração sazonal continua sendo uma contingência necessária para alguns chefes de família⁴⁶.

São famílias que encurtaram a diferença de idade entre as gerações. Dona Fátima, por exemplo, uma mulher de menos de cinquenta anos, já é avó de uma menina de 12 anos. É freqüente bisavó cuidar de bisneto, como dona Serafina, enquanto as netas ou netos cuidam da vida em outros lugares⁴⁷. Por causa desse processo de reprodução de gerações acelerado, a grande maioria dos moradores do bairro Novo Horizonte nasceu no meio urbano, acentuando o completo desligamento da cultura camponesa. Os mais velhos ainda relatam vínculos diversos de seus antepassados com a terra. A maioria é ex-agregado, ex-posseiro, ex-pequeno proprietário. Lembram de um passado em que a relação com a terra aparece como um período bom. Muitos alimentam o sonho de voltar. Muitos acham isso impossível, não conhecem o MST. Alguns mantêm relações familiares com a roça etc.

As perspectivas de futuro para a maioria, pode-se dizer, já estão definidas: o difícil retorno à terra perdida, a certeza da migração como única solução, a insegurança alimentar, no emprego, na habitação, saúde, e a educação em condições precárias.

46 Conforme a situação da família de Cinthya e Fabiano, moradores da Vila da Solidariedade; ele trabalha numa fazenda no Espírito Santo; vem ocasionalmente, manda dinheiro e telefona. Cf. Anexo Quadro das Famílias.

47 Dona Serafina cria dois bisnetos, filhos de um neto criado também por ela.

1. CONTRASTES E LUTAS

Uma breve análise dos números do cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 1998), sobre a situação de acesso à terra e da propriedade da terra rural no Brasil, revela que os minifúndios e as chamadas pequenas propriedades rurais (áreas inferiores a quatro módulos) totalizavam 3.183.055 imóveis (88,7% do total de imóveis), detendo 92,1 milhões de hectares (apenas 22,2% da área total cadastrada). Enquanto isso, as chamadas grandes propriedades totalizavam 104.744 propriedades (2,9% do total de imóveis), detendo, porém, 238,3 milhões de hectares (57,3% da área cadastrada no País). A desigualdade atinge o extremo com 21 mil megalatifúndios (imóveis com área superior a 50 módulos), representando apenas 0,6% do total de imóveis rurais cadastrados, detendo, porém, mais de 149 milhões de hectares, ou seja, cerca de 40% da área cadastrada no Brasil.

Tais números indicam o contexto de concentração e expropriação que procuramos mostrar ao analisar o trabalho infantil sob o viés das migrações. Dados oficiais do IBGE e estudos do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário e de outras instituições apontam para a existência, na área rural, de mais de 5 milhões de famílias demandantes de terra no Brasil. Também de acordo com dados oficiais, há terras disponíveis, dentro dos limites da legislação vigente, para assentar mais de 2,5 milhões de famílias⁴⁸.

São dados que justificam o suposto de que os problemas vividos hoje pelas populações das periferias urbanas, numa explicativa de regresso ao passado, relacionam-se, necessariamente, às migrações que se deram em decorrência do esvaziamento que ocorreu no campo após 1964. Esvaziamento claramente estampado nos dados acima, se processou levando migrantes em várias direções e em duas conjunturas diferentes. No primeiro momento, a partir de 1964 até o início dos anos 1980, as migrações sazonais se consolidavam entre o Nordeste mineiro e o Nordeste paulista e a as grandes metrópoles que continuaram absorvendo migrantes até o início dos anos 1980, entretanto, a partir de então, no cenário da crise estrutural do capitalismo do período, a piora nas condições de vida passaram a inibi-las, gerando um contra-fluxo nos movimentos migratórios que se reorientarão para cidades menores, como Teófilo Otoni.

48 Trechos da Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
http://www.dhescbrasil.org.br/_plataforma.

A história que se desdobrou a partir daí representa o desfecho do desenraizamento da cultura camponesa. Nesse processo, movimentos sindicais, populares, políticos e religiosos debateram-se na angústia de não saber como substituir aquela velha ordem, que acabou confundida por uma modernização conservadora, que incorporava desdobramentos de diferentes temporalidades, diferentes escalas valorativas, que se entrecruzaram: relações de produção modernas e arcaicas coexistindo no mesmo espaço/tempo, consideradas pelos setores das classes dominantes como o tempo histórico a serem eliminados: o atraso do Brasil explica-se pela existência do campesinato responsável e culpado pela pobreza.

Os problemas sociais tornaram-se latentes em Teófilo Otoni desde a década de 1970. Até então, eles eram encarados pela sociedade tradicional somente da perspectiva da piedade/caridade. Os mediadores da “opção pelos pobres” submetiam tais problemas a uma reflexão política que fortalecia convicções e ações de lutas realizadas pelas organizações populares. Esse movimento local amadureceu em consonância com o fortalecimento da Teologia da Libertação e da ação dos agentes pastorais junto aos excluídos do campo e da cidade e aos processos de abertura política que se deram no início dos anos 1980, marcados pela conquista de direitos e de espaços públicos por parte da sociedade civil.

Podemos considerar um marco desse processo o ano de 1977, quando o movimento de atuação da “igreja dos pobres” no Vale do Mucuri foi fortalecido com a chegada, da Itália, para se somar a outros padres que já se encontravam em Teófilo Otoni, de três jovens seminaristas italianos, Bruno, Lino e Geovanni⁴⁹.

Eles viram uma cidade “circundada de morros com casinhas equilibrando-se nas encostas, qual presépio artisticamente montado”. No centro, a Catedral, uma “construção imponente de torres altas e com uma imagem de Cristo, de braços abertos na entrada, no alto do morro, envolvendo amorosamente a cidade que nascera Filadélfia e se tornara Teófilo Otoni, capital das pedras preciosas”. Região de oligarquia agropecuária, formava uma sociedade fechada e elitista de famílias tradicionais. Sem indústria, com muitas pedras preciosas, centenária na divisão social — bem determinada

49 Padre Celestino, Domingos e outros já animavam os trabalhos das CEBs, rurais e urbanas. Geovanni (...) chegou em Teófilo Otoni em 1978 onde ainda vive. As pressões internas fizeram com que deixasse a Catedral e fundasse a Igreja dos Pobres, onde exerceu o sacerdócio até 2004, quando, por ordem da Diocese teve que entregar a chave da Igreja. Em 2005/6, padre Geovanni celebra somente na capela que fica dentro da “Casa Emaus”, onde vive.

pela minoria rica e a maioria pobre. Nenhuma consciência de classe, aliás, adormecia no fatalismo de “que foi Deus que quis assim”, “que foi sempre assim”⁵⁰.

A Catedral recebia um público seletivo que intimidava o povo humilde, oriundo das migrações rurais, que fervilharia na periferia da cidade nos anos subsequentes. Humildes e sem alternativa, muitos viram na luta suscitada pelas reflexões propostas nas CEBs e nos grupos de catequese e evangelização a possibilidade de alguma mudança nas condições de vida. Lideranças como Padre Geovanni passaram a visitar os bairros, conversar com as pessoas, saber-lhes da vida, dos problemas, dos desejos. A cidade se descortinava em um entorno de carências.

“Faltava tudo, do emprego à moradia, do saneamento básico à saúde, da fraternidade à dignidade. A água tratada era privilégio de alguns bairros. A grande maioria da população periférica usava água de cisternas e córregos, quase nunca próprios para o consumo humano, o que levava à proliferação de doenças. Crianças subnutridas sustentando enormes barrigas sobre pernas finas e a cor amarelo-opaco, denunciavam a presença de verminoses e era cena cotidiana, escandalosamente comum. Esgotos correndo a céu aberto e a fome se alastrando, contrastavam tristemente com as igrejas cheias, as procissões concorridas e os tapetes maravilhosos pintados no chão, por vários quilômetros na procissão de Corpus Christi⁵¹.”

Além da situação social que constatava, o que intrigava o jovem padre era aquele cristianismo que não levava à ação, que dizia “Pai Nosso” e não enxergava a necessidade do irmão. Uma procissão de dezembro de 1978, festa da padroeira, Imaculada Conceição, expressou por meio de diferentes faixas a denúncia da precariedade da vida que o povo vivia: “Oh Virgem Imaculada, o povo toma água contaminada!”; “Imaculada Conceição, o povo não tem pão!”; “Virgem Maria, o povo não tem moradia!”.

Os conflitos rurais refletiam as lutas urbanas, uma vez que no capitalismo não há separação no processo de acumulação. Assim, as lutas sociais por equipamentos urbanos indicaram o protagonismo da resistência que, nos anos 1980, iniciava-se no nordeste mineiro. Neles estavam envolvidos diferentes mediadores, que lutavam por justiça social, como militantes políticos, sindicais, agentes pastorais, voluntários e necessitados, num engajamento político expressivo, como no Comitê Popular, síntese de um conjunto expressivo de aspirações fortalecidas por meio de reflexões e assembléias

50 VASCONCELOS, Sonia, Vila Esperança, p. 14

51 Idem, p. 15

populares, objetivando a compra de terrenos para a construção de casas para a população pobre da cidade.

Este exemplo de organização e engajamento da sociedade nos movimentos sociais por moradia tornou-se conhecido nacionalmente. Outros exemplos semelhantes já vinham ocorrendo no Vale do Jequitinhonha e no Mucuri desde o final dos anos 1970. Na zona rural, o novo sindicalismo ressurgiu simultaneamente à Comissão Pastoral da Terra, como um sinal de fortalecimento da Igreja Católica pela ação dos teólogos da libertação nas Comunidades Eclesiais de Base, que aglutinavam pessoas diretamente atingidas pela expropriação de terra e pelas migrações tanto nas roças quanto nas periferias urbanas em expansão. Inúmeras formas de organização produziram elos de solidariedade mais amplos e motivou Eder Sader a anunciar os novos personagens que irrompiam a cena.

Sindicalismo rural, Comissão Pastoral da Terra, Movimentos dos Sem Terra, Partido dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores e movimentos sociais mesclaram-se como mediadores engendrados na luta por direitos, lutando lado a lado por terra, trabalho, moradia, saúde, educação, alimentação, etc.

Nos processos de lutas por reforma agrária, a Pastoral da Terra e o MST divergiram quanto aos métodos de ação. A primeira optou pela luta pelo acesso à terra pela via da legalidade e o segundo, pela ocupação de terras devolutas e legalização posterior, de modo que as ocupações de terras não produtivas por camponeses sem terra, ocorridas em meados dos anos 1980, foram vanguarda no Estado de Minas Gerais⁵². Na realidade, a forma como diferentes mediadores se engajaram em diferentes lutas, atuando em diferentes movimentos, demonstra um vanguardismo inédito disseminado entre as montanhas dessa vasta região⁵³.

Em meio a tantas iniciativas — na cidade, a dos moradores da favela Boiadeiro⁵⁴, do Comitê Popular, da construção da Vila Esperança, Bairro Taquara, São Benedito e outros⁵⁵ —, o exemplo da Cooperativa APJ-Aprender Produzir Juntos⁵⁶ e da Casa das Meninas⁵⁷ expressam o engajamento significativo de um conjunto de

52 Ocupação da Fazenda Aruega (198), município de Novo Cruzeiro, região do Médio Jequitinhonha. No mesmo município, famílias remanescentes da Aruega foram assentadas no Assentamento Santa Rosa. Relatório, 1998.

53 Um grupo de mediadores articulados em torno da CPT, do PT, sindicatos, CUT e da Casa dos Movimentos teceu uma rede de militância que cobre grande parte do Mucuri e do Médio Jequitinhonha.

54 Hoje Bairro Novo Horizonte. Adiante, depoimento de Padre Mamedi.

55 Iniciativa de padre Geovanni, Domingos e lideranças locais.

56 Iniciativa de padre Geovanni, Domingos e lideranças locais.

57 Iniciativa de irmã Zóe, outros agentes pastorais e voluntários.

mediadores que foram sujeitos de um intenso processo de envolvimento da sociedade na luta por direitos sociais, que, na virada do século XXI, passa por um redimensionamento, que pretendemos apurar nesta tese (Capítulo IV), como um refreamento decorrente dos efeitos da regulação do capitalismo na versão neoliberal.

A partir da década de 1970 os movimentos populares substituíram, em muito, o papel do Estado no dever de promover bens coletivos. É esta a conclusão de muitos militantes que se engajaram na luta por direitos. Segundo relatam, as comunidades eram muito unidas, e envolviam-se não só os necessitados, mas muitos que, por motivos religiosos e políticos, trabalhavam em mutirão, aos domingos, na construção de casas em Vila Esperança, Taquara e outros bairros formados pela iniciativa da sociedade civil⁵⁸.

No âmbito da política, os relatos dão conta também de que o poder público era composto forças políticas conservadoras que historicamente se beneficiaram do lado esplendoroso da região, ou seja, do mercado internacional de pedras preciosas e do mercado e produção agropecuária subordinadas aos CAIs e que nas disputa ideológica com os movimentos sociais organizados promovia a contra-informação a fim de confundir a população e colocá-la contra os movimentos sociais e as lideranças.

Ao longo dos anos 1980 e boa parte dos 1990, o Comitê Popular criado pelas lideranças populares conquistou um espaço de ação na sociedade urbana e rural. No final dos anos 1990, devido aos efeitos contraditórios do neoliberalismo, cresciam e se faziam sentir no refluxo dos movimentos sociais e, por outro lado, o aumento da pobreza e desemprego verifica na situação social de antigos camponeses em sua vida nas cidades. Em meio a estes condicionantes, verifica-se que, em termos de politização e sindicalização, uma defasagem, tendo em vista que, no desdobramento do sindicalismo e dos movimentos populares no contexto do nordeste mineiro, os sindicatos “organizam-se em áreas camponesas e prosperam na independência da terra partilhada do alto Jequitinhonha, mas raramente conseguem agir junto às multidões de excluídos da terra e saídos da agregação, que perambulam nas cidades e vilas do Nordeste de Minas e Sul da Bahia”⁵⁹.

58 Depoimentos de Vicentina, Liota, Lídia, Fátima, Padre Mamede, Padre Geovani, Cristina e outros que hoje lamentam o esvaziamento dos movimentos sociais.

59 RIBEIRO, Op. cit. 1997a.

Multidões em todas as franjas de vilas e cidades compuseram a nova paisagem urbana; um cenário de casas muito pequenas e baixas, janelas pequenas, no máximo quatro cômodos e quintais exíguos. Idosos saudáveis e doentes transitam entre homens desocupados, crianças correndo ou trabalhando e mulheres apressadas, muitas arrastando sua prole na realização das tarefas diárias. Nos finais de tarde, muitos trabalhadores que saíram de manhã — mulheres e homens — surgem de volta, na ponta das vilas, após um dia de trabalho nas agroindústrias locais.

Apesar de serem apresentadas como vanguarda do “novo sindicalismo”, juntamente com CPT, CUT e PT, as relações entre estas multidões observadas por Ribeiro nas cidades do nordeste mineiro e nas famílias de Vila Solidariedade e Novo Horizonte podem ser avaliadas pelo insignificante número de pessoas com carteira de trabalho assinada. Naquele período, não havia qualquer tentativa de aglutinar ou se aproximar dos trabalhadores informais que, mesmo assim, ocupavam os espaços públicos nas greves ou nos protestos. A população desempregada ou subempregada, atrelada politicamente ao Estado (municipal/federal), pelos benefícios concedidos pelos programas do governo, perdeu paulatinamente suas formas autônomas de organização. Em 2006 há um esforço para concentrar todos os benefícios anteriores (Vale-Gás, Bolsa-Escola etc.) no Bolsa-Família.

O aumento da cidade engrossou uma sociedade civil não organizada, sujeita a uma gama de carências materiais e ausência de direitos. A parcela que vai se manter organizada é ínfima, a maioria está absorvida e consumida na cotidianidade, com a luta pela sobrevivência, cuja necessidade primeira é saciar a fome. Famílias que são obrigadas a preparar todos os seus membros para a luta cotidiana da sobrevivência, num contexto de desempregos.

Esta parcela da sociedade que vive na completa alienação e que depende das políticas sociais está cada vez mais distanciada da cultura camponesa e mais mergulhada no mercado. Nesse intervalo de passagem, as lutas, as reflexões, as conquistas parecem apagadas, as novas gerações não parecem ter interesse ou estímulo para lutas coletivas. Nesse universo cultural, percebemos uma sociedade civil dividida, frágil, abandonada pela Igreja, desorganizada, confusa quanto à sua própria história e dependente das políticas sociais. Aparecem laços de solidariedade, mas também há

desavença e violência de toda ordem. Impera uma intolerância tecida socialmente em diferentes gradações das relações sociais⁶⁰.

Entre casais, é marcante o número de mulheres que se tornam arrimo de família, com muitos filhos. Os maridos saíram por diversos motivos e não comparecem no cumprimento da uma paternidade responsável. Em lares como o de Cida Nogueira, Eliana Fontoura, Sandra, dona Fátima, Renata, Sabrina e outras, é nítida a condição social da mulher na vida cotidiana com o fardo que lhe recai sobre os ombros⁶¹.

2. SOCIALIZAÇÃO E BUSCA DA SUBSISTÊNCIA

Sobre a criança, no seio de famílias tão vulneráveis do ponto de vista dos direitos fundamentais, recai um mundo demarcado pela busca da sobrevivência por meio do trabalho precoce, pela falta de oportunidade, pela rígida desigualdade social, tolerância ao trabalho infantil e intolerância aos direitos fundamentais.

As relações sociais, culturais e lúdicas da infância vivida no bairro Novo Horizonte e na Vila Solidariedade restringem-se às vivenciadas em exíguos quintais e interiores dos lares, interiores de berçários, creches, escolas e programas sociais. Uma sociabilidade demarcada pela condição social da família, do bairro e pelas relações com os serviços públicos.

No espaço interno às duas comunidades, verificamos sutis diferenças nas relações cotidianas, que, entretanto, não mudam as causas estruturais. No Novo Horizonte, em razão da aglomeração de pequeníssimas casas contíguas umas às outras, habitadas por parentes próximos e vizinhos antigos, com quintais emendados e trânsito freqüente entre os membros das famílias, os vínculos sociais podem ser observados em várias manifestações de envolvimento mútuo, como, por exemplo, o uso coletivo de uma mesma geladeira. Como nem toda família possui, é comum que a casa que tem uma guarde os alimentos perecíveis das outras famílias, principalmente o leite que é recebido da Pastoral da Criança três vezes por semana. Em pequenos quintais cercados, numa nítida demarcação de um espaço privado mínimo, crianças brincam entre irmãos,

60 A divisão de doações de mercadorias usadas entre as famílias causa muito desafeto e acirra os conflitos de convivência já existentes. Muitos detalhes de histórias ocultas são revelados por comentários tecidos como crítica à vida de outrem. O círculo de relacionamentos dessas famílias se restringe aos familiares próximos, um ou dois amigos do trabalho ou vizinho, e baseia-se em práticas que visam resolver necessidades ligadas à alimentação e à saúde.

61 LEFEBVRE, H. O cotidiano na ...Op. cit.

primos e vizinhos. As brincadeiras envolvem restos de brinquedos adaptados para outras formas de brincar.

Brinquedos e brincadeiras. Novo Horizonte – 2005.

Na Vila Solidarietà a diferença imediata está na forma como a população chegou até o bairro: os moradores habitavam um local de risco e foram desabrigados por enchentes. Depois dessa tragédia, a vila planejada no alto do morro Pindorama, com ruas e casas para 150 pessoas. Pode-se dizer que a agregação social existente quando das enchentes, já frágeis pelas próprias circunstâncias, enfraqueceram ainda mais o processo de transferência para a Vila. Os que foram eram os que estavam em abrigos públicos e não haviam encontrado nenhuma alternativa até então. Como massa de manobra do duro jogo político que se travava nas disputas municipais, a Vila ganhou do poder público o nome de Solidarietà, e as ruas nomes de flores, mas as carências não foram reduzidas.

O perfil da comunidade só é semelhante à do Novo Horizonte no que diz respeito às carências essenciais. Quanto à socialização, na Vila a intimidade entre as casas é menor e os laços de parentesco mais espalhados por diferentes bairros, cidades e roças vizinhas. Há maior mobilidade populacional: muitos dos que chegaram com a fundação do bairro foram embora e muitas outras pessoas já passaram e também se foram em busca de novas oportunidades de subsistência. Outros elementos

determinantes na precária sociabilidade da Vila são a violência e o tráfico de drogas, que obrigam que famílias e crianças fiquem reclusas em suas casas após o anoitecer.

A participação política resume-se ao voto com fraca conscientização política. Não é clara a idéia de que os problemas sociais foram engendrados por uma estrutura fundiária, política e econômica que concentrou renda e excluiu a maioria dos brasileiros das riquezas e bens produzidos. Permanecem as práticas coronelistas e populistas expressas na troca de voto por cesta básica, dentadura, laqueadura de trompas — aliás, a troca mais esperada pelas mulheres com quem conversamos que ainda não são operadas.

Os sinais da fraca organização e participação política aparecem nos movimentos sociais, que passam por uma fase de desarticulação acelerada. Um centro de convergência das forças sociais, a Casa dos Movimentos, não funciona mais com o mesmo dinamismo que apresentava até o final da década de 1990. Houve uma fragmentação dos espaços de trabalho de muitas instituições que compartilhavam o mesmo espaço. As lutas e as lideranças dispersaram-se em várias atividades e houve até abandono da militância. Um dos desfechos foi a expulsão de padre Geovanni da Igreja dos Pobres, construída pela sua comunidade ao longo de mais de duas décadas. Ao mesmo tempo em que se dá esse estrangulamento nas bases dos movimentos sociais e o cerco da cúpula romana aos padres dos pobres, a oposição política petista, que se confrontou duramente com as forças conservadoras, conseguiu eleger uma petista para prefeita da cidade.

O trabalho infantil é constatado na área rural — como bóias-frias e em diferentes atividades — e nas cidades e vilas — como carregadores em feiras e mercados, guardadores de carro, vendedores de frutas e picolés, catadores de material reciclável, dentro dos lares etc. Nas cidades e vilas cortadas pela BR-116, o modo de subsistências de famílias pobres, remanescentes de antigas migrações, incluem o trabalho subalterno em várias atividades e também a prostituição adulta e infantil, masculina e feminina na rodovia⁶².

62 MIRANDA, PEREIRA E TERRA, Op. cit. 1998

A criança pobre tem uma infância mesclada por brincadeira, escola e trabalho. O tempo destinado às brincadeiras é escasso e, em muitos casos, a parcela destinada ao trabalho é maior do que a destinada à escola e ao lazer.

Uma pesquisa foi realizada em 1998 em Águas Formosas, com cerca de sessenta crianças, que deveriam representar em um relógio como eram ocupadas as horas do seu dia (o tempo real) e em outro, o tempo ideal. É surpreendente como o tempo de descanso, lazer e escola é menor que o tempo destinado ao trabalho. O tempo ideal, inversamente, é representado por períodos muito maiores destinados a descanso, lazer e escola. Apesar da categoria trabalho não desaparecer, o tempo destinado a ele é reduzido a cerca de 20% do tempo real⁶³.

No seio das famílias muito pobres, quando há trabalho a escola é secundária, pois no trabalho está a garantia de sobrevivência do núcleo familiar. A professora Rocilma, do distrito Mucuri, cortado pela BR-116, relatou-nos esta prioridade na fala de um aluno, em 1997.

A gente vai na casa de uma criança destas e começa a falar: você precisa estudar seu futuro e tal e ela começa a falar: eu não tenho o que comer, eu não tenho o que vestir, meu pai, o que ganha, não dá prá sustentar ninguém. E a gente fica assim ... Uma criança disse: “entra aqui, vem cá, olha a minha casa, olha meus irmãos, olha o fogão, olha se a gente tem alguma coisa para comer, olha meu pai, não tem emprego. O que você quer que eu faça? Que a gente fique assim? Que eu estude? Minha vida vai ser o quê?” ... Choca⁶⁴.

A evasão escolar e o baixo nível de aprendizagem escolaridade são comuns entre essa população. Apesar da escola/educação ser um valor compartilhado com as classes médias e ricas, ela não é prioritária entre os pobres onde o imperativo trabalho/subsistência pauta o cotidiano das crianças.

Na fazenda Queimadão, na região de Novo Cruzeiro, dois irmãos — de Jenipapo (uma roça) —, Juarez, 15 anos e Maurício 13, não estudavam em 1998 porque saíam muito cedo de casa — às 6 horas — e chegavam por volta das 19 horas. Não sobrava tempo, e a família não podia prescindir do trabalho deles. Levantavam-se por volta das 4 horas. Havia dias em que eles mesmos faziam a comida, em outros, a mãe fazia. No café da manhã, não tomavam leite, só café, e comiam alguns biscoitos, porque de manhã

63 Idem, p. 43.

64 Idem, p. 38

não sentem fome. Almoçavam às 11 horas, no mesmo lugar onde estavam trabalhando⁶⁵.

Nesse mesmo período, no Vale do Mucuri, o jovem Paraíba, menino criado nas ruas de Teófilo Otoni⁶⁶, as filhas de dona Fátima, Cinthya e Sabrina e Vanilda, Cida, Fabrício, Fabiano e outros passavam pela experiência de usar a rua como meio de sobrevivência. Maria Helena e Patrícia passavam pela iniciação na prostituição na BR 116, no trecho entre Teófilo Otoni e Padre Paraíso ou Catuji.

O desabrochar dessas vidas apontou mudanças e permanências estruturais, como a exclusão definitiva da terra e sua continuidade nos espaços urbanos em diversas dimensões. Exclusão de direitos sociais básicos necessários a uma vida digna: direito a vida, saúde, trabalho, alimentação, moradia, educação, proteção no trabalho, justiça, liberdade, respeito e dignidade.

A relação entre a rodovia e o comércio sexual é tão intensa que, no imaginário local, “ficar na BR” é sinônimo de prostituição. Adriana disse que, por vontade de sua mãe, ela não ficaria na BR. “Se ela pudesse ajudar a gente, a gente não ficava não”. “Muitas meninas daqui vão para a BR. Só que eu conheço, são umas 20. Tem de 15,16 e mais anos. Minha irmã, Juliana, tem 18. Já faz 4 anos que ela começou”⁶⁷, acrescenta.

Agentes de saúde relatam:

A prostituição infantil é o que mais assusta no Mucuri. Meninas, por volta das 18h00min horas ou mesmo antes disso, com shortinhos, camisetinha, parece que estão brincando mas elas estão praticando a prostituição para sobreviver. Assusta. A incidência de doenças sexualmente transmissíveis é muito alta, recorde de todo o município⁶⁸.

Decorrentes dessa situação de pobreza familiar que vulnerabiliza famílias e crianças, iniciativa da sociedade que marca os passos iniciais de uma trajetória de envolvimento de diferentes mediadores com a tragédia social sofrida cotidianamente por crianças muito pobres, a Creche Nino (1984) e a Casa das Meninas (1987) são

65 Idem, p. 32. Interrompem o serviço, sentam-se sob a sombra de um pé de café e almoçam. Naquele dia 15 de julho de 1997, o almoço era arroz, feijão e molho de chuchu. Depois do almoço, vão comer novamente somente no jantar, porque entre o almoço e o jantar disseram não sentir fome.

66 Em 2006, com cerca de 27 anos, sobrevive fotografando pessoas em eventos ou na rua. Conhecido por ter proximidade com as famílias de bicho-preguiça que vivem nas árvores da praça central, lugar onde dormiu muitas noites e ainda é seu ponto de referência profissional. Depoimentos colhidos em diversas ocasiões, entre 2003 e 2006.

67 Idem 27

68 D. Jurailde de Brito Souto. In MIRANDA, PEREIRA E TERRA. A exploração Op. cit., p. 18.

experiências pioneiras com prostitutas em “zonas” de regiões próximas às rodovias BR-116 e BR-418. Vinculadas às CEBs, são o resultado de um trabalho que teve início na década de 1980, a partir de contatos feitos com mulheres prostitutas e da verificação de suas necessidades diárias em relação aos filhos. A iniciativa de fundar uma creche, relata-nos irmã Zoe, evoluiu de um pensamento inicial:

Ter uma presença solidária no meio das mulheres vítimas da prostituição e descobrimos logo que essas mulheres são ou negras e/ou geralmente analfabetas e que vem da roça, ou de cidades pequenas que estão morrendo a partir do êxodo rural. Depois dessa primeira presença, depois de 2 anos de convivência percebemos, por causa das crianças que nasciam na zona, que conviviam com mulheres meretrizes e com focos de muita violência, um quadro de muita tristeza, a necessidade de fundar uma creche. Se a criança não estava ali, estava na favela com a mãe, 3, 4 crianças. Também percebemos mulheres morrendo por fazerem abortos, tomando indiscriminadamente remédios para botar fora a criança. A partir de uma assembléia com mais de 40 mulheres, elas descobriram que elas próprias deveriam cuidar dos filhos. Duas delas dispuseram-se a sair da zona, da prostituição e começar a trabalhar, morar na casa que adquirimos, a Creche Niño⁶⁹.

A Casa das Meninas surgiu em razão da ocorrência de casos de , meninas grávidas a partir dos 12 anos na creche para crianças pequenas. Tais iniciativas contaram com o trabalho de diferentes mediadores inseridos nos movimentos sociais, sindicais e voluntários a partir dos anos 1970.

A ausência de direitos é uma permanência na vida das famílias analisadas. As formas como os direitos elementares são negados são fortes no cotidiano das crianças pobres — na irregularidade na garantia da alimentação, nas doenças decorrentes da nutrição deficiente da mãe, na falta de condições para o aleitamento, falta de programa de complementação de renda, nas condições precárias de saneamento, habitação e segurança, de atividades culturais, lazer e esporte, na falta de condições materiais para o convívio familiar por miséria, doença ou desemprego.

3. BAIRRO NOVO HORIZONTE

Os núcleos familiares que visitamos no bairro Novo Horizonte são formados por pessoas que chegaram ao local nos idos de 1980. Elas lutaram para permanecer nos

⁶⁹ Idem, p. 24.

pequenos lotes “cedidos” por dona Marieta, nas encostas do morro que lhe havia sido doado verbalmente. Após o litígio contra as famílias que ocupavam “ilegalmente” o morro ter sido favorável às mesmas⁷⁰, cada metro quadrado tornou-se propriedade particular e tem valor de mercado, assim como cada metro quadrado de material investido no acabamento das construções. Muitas pessoas chegaram, compraram parcelas menores e foram se aglomerando de forma a alojar uma família extensa que foi chegando aos poucos. Muitos nasceram e constituíram famílias que hoje contam com uma média de cinco filhos, sendo comum terem muitos parentes espalhados pelos becos internos da favela. A história dessas famílias remete às experiências relacionadas diretamente à exclusão territorial, social e cultural que tentamos descrever nesta tese.

Dona Maria Neuza e netos – Novo Horizonte – 2005.

Em torno de dona Maria Neuza Luiz Santos, 54 anos, espalham-se cinco filhos e 13 netos. Ela conta que todos da família trabalharam desde cedo. Seus dois filhos mais novos, Bruno Francisco Marim, de 14 anos, e Carlos Roberto Luiz Santos, de 17 anos estiveram no PETI durante três anos, mas foram expulsos porque faltavam muito para ficar na rua. Bruno confessa que quer voltar porque os serviços na feira estão muito fracos. Está atrasado na escola: na 4ª série.

70 Cf. Depoimento de Padre Mamedi sobre as origens da comunidade do Boiadeiro, capítulo I.

Acima de Carlos, ela tem Rodrigo L. Santos, de 19 anos, com problemas de saúde mental. Dona Maria Neuza não recebe nenhum benefício. Bruno trabalha na rua e Carlos trabalha como “chapa”, juntamente com vários outros homens do bairro.

Ela tem três filhas: Márcia Luiz dos Santos,, Neuzilene Francisco Lopes, e Maria Aparecida Luiz Rodrigues. Todas moram próximas de terreiro (como assim? isto está dúbio, lembra terreiro de umbanda...). Suas crianças transitam entre quintais repletos de lixo. Brincam com restos de brinquedos.

Márcia Luiz dos Santos e filhos – Novo Horizonte – 2005.

Márcia tem 5 filhos — de 10, 9, 5, 3 e 1 ano — e mora ao lado de sua mãe, numa casa pequena, onde vive e ainda administra uma *venda* no cômodo da frente. . Não tem Bolsa-Família. Diz que já fez inscrição várias vezes, na Secretaria de Ação Social, mas nunca foi atendida. É enfática ao dizer que, quando não tem nada para comer, sai para pedir. Faz isso desde os 5 anos de idade. Marcela Luz dos Santos, sua filha de 10 anos, às vezes sai sozinha para pedir⁷¹.

A família de dona Maria Neuza agrega ainda, nas imediações de seu terreiro, a filha Neuzilene Francisco Lopes, que tem 5 filhos — 8, 5, 4 e 2 anos e um bebê de cinco meses, cujo marido foi assassinado em agosto de 2004. Ela não tem Bolsa-

71 Depoimentos concedidos entre 2004 e 2005. Márcia responde a processo por homicídio. Em 2004 assassinou seu cunhado, marido de Neuzilene.

Família. Há mais de três anos que fez o cadastro, e ainda não recebeu. Em 2006 estava desempregada.

Maria Aparecida Luiz Rodrigues tem 4 filhos — 14, 11, 9 e 5 anos. O mais velho, Gilvan, esteve durante 2 anos no PETI. Mudou três vezes de Núcleo, esteve no Ione Lewy, Germano Augusto e São Jacinto. Saiu porque se desentendeu com o instrutor de capoeira. Segundo Gilvan, ele teria torcido seu braço. Em 2005 uma diretora de escola recusou-se a aceitar sua matrícula, alegando que ele era muito bagunceiro. Em 2004 ele não estudou. Conta que ficava na rua, brincava, jogava bola e também trabalhava. Em 2005, no segundo semestre, estava freqüentando um projeto de *futsal* do técnico Gilberto Gouveia.

Gilvan, 14 anos. Bairro Novo Horizonte/2005

A família de Dona Maria Neuza não é um caso isolado dentro da favela, ou seja, as famílias procuraram formas de subsistência, constituíram arranjos familiares que solidificam laços mesmo em meio a tragédias, como a ocorrida nesta família: Márcia assassinou o marido da irmã Neuzilena que ficou encarregada de criar três filhos. Vivem no mesmo quintal, os primos brincam juntos.

Desse núcleo familiar com 13 crianças e sete adultos, todos desempregados, sobressai a falta de condições mínimas de sobrevivência e a ausência de direitos, a começar pelo direito ao trabalho. Os homens disputam serviços esporádicos no ponto dos “chapas” e as mulheres trabalham quando aparece um “bico”. Direito a uma alimentação que garanta o desenvolvimento saudável, fora dos riscos de desnutrição, verminoses e outras doenças decorrentes da fome. Direito a uma moradia decente e a saneamento básico, educação de qualidade, cultura e lazer.

Dona Maria, Neuzilene, Márcia e Maria Aparecida estão à frente de famílias que sobrevivem no mais profundo da exclusão social e não recebem nenhum benefício regular da Assistência Social. Os programas oferecidos dentro das novas formulações das políticas sociais, como o PETI a partir de 2001, não foram bem avaliados por parte desses jovens e crianças a eles vinculados. As reclamações coincidem em muitos pontos com as reclamações das crianças da Vila Solidariedade: péssimas instalações. Ao que tudo indica, as entidades que funcionam no atendimento à infância, como escolas e creches, foram designadas para receber um núcleo de funcionamento do PETI quando a infra-estrutura da unidade já era insuficiente para as funções regulares. No dia-a-dia, as crianças dos dois bairros se sentiam segregadas e tidas como intrusas nas unidades que freqüentavam.

Muitas violências estabelecidas na cultura institucional de atendimento às classes populares são explicitadas, por parte de funcionários, em preconceitos quanto à origem social das crianças e em referências às suas famílias, estigma que persiste em detrimento da lei indicar outro sentido, o sentido dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, que reúne a universalidade dos direitos fundamentais.

Gilvan, 13 anos, esteve durante dois anos no PETI, mas não foi feliz. Indispôs-se com diretores e instrutores. Sentiu-se agredido pelo professor de capoeira, que “lhe torceu o braço”. Preferiu deixar o programa e sofreu a rejeição do sistema, que recusou sua matrícula por causa do seu espírito “bagunceiro”. Perdeu dois anos de escolaridade.

As expectativas de futuro de Gilvan dependem de uma série de fatores. Com dois anos atrasado na escola, ele precisa contar com a volta ao programa e com chances objetivas de emprego na fase adulta, que está próxima. Como essa chance não é garantida nem aos adultos, Gilvan deveria ainda contar com um programa profissionalizante que ampliasse suas oportunidade de disputar o primeiro emprego, o que não aconteceu nem com Moisés nem com Fernanda, que já têm mais de 16 anos,

saíram do PETI e continuaram na informalidade e com defasagem escolar. Ele no tráfico e ela catando latinhas e trabalhando como servente de pedreiro.

É provável que Gilvan tenha que conciliar um subemprego com a escola e somar-se mais tarde à gama de jovens desempregados, visíveis às portas das casas, nas ruas e becos que se comunicam.

Gilvan é apenas mais uma criança de Teófilo Otoni que tem que se submeter à “viração” por pertencer a uma família extremamente pobre, com irmãos menores e pais desempregados⁷². Tantas outras tentam conciliar escola, PETI e o trabalho possível. As oportunidades são poucas, e os pontos muito disputados. Um deles, a Feira Coberta da Bela Vista, funciona na avenida que também é a BR-418, nas imediações dos bairros Bela Vista e Novo Horizonte. A feira funciona sexta à noite e sábado, e grande parte da população abastece suas casas com seus produtos. É grande a aglomeração de meninos disputando para “olhar” um carro, fazer um frete em troca de alguns reais.

Meninos do Novo Horizonte. Feira Coberta – 2006.

No final do bairro, no topo do morro, estão as pastagens da fazenda à qual as terras do bairro pertenciam e um campo de futebol que expressa o perfil de uma socialização masculina com a presença bem demarcada na constituição do Boiadeiro Futebol Clube e de uma série de jogos de “pelada” que acontece em finais de tarde e de semana.

72 “Viração” no sentido de “se virar”, de ter que angariar a própria sobrevivência e ainda ajudar a família. GREGORI, Maria Filomena. Viração: experiência de meninos de rua.

Crianças do bairro Novo Horizonte – janeiro de 2006.

O aspecto interno da comunidade é desolador do ponto de vista da higiene pública. Lixo e fezes de cachorro estão por toda parte, rodeados de mosquitos. Em muitas vielas o esgoto doméstico corre a céu aberto. Na maioria dos casos, as crianças andam descalças e com pouca roupa porque o calor é muito forte. Muitas apresentam ulcerações na pele em decorrência de picadas de mosquitos e pernilongos. Além disso, não é raro ocorrer morte de criança por picada de escorpiões, que se reproduzem nos lixos. Há também incidência de picada de lacraia.

Maria da Cruz, 41 anos, tem cinco filhos, de 17 , 13, 11, 8 e 5 anos. Seu marido, José Maria P. de Souza, 42 anos, está desempregado e faz “bico” como “chapa”. Segundo ela, todos os filhos trabalham desde pequenos. O mais velho, Paulo César, de 17 anos, estudou somente até a 4ª série.

Tiago Vitor, de 11 anos, não está no PETI. Trabalha catando latinhas, ferro-velho, fazendo fretes. Em 2005 não queria freqüentar mais a escola. Ana Cristina, de 8 anos, também não está no programa e também trabalha.

Maria da Cruz e filhos – Novo Cruzeiro – 2005.

O marido de Maria da Cruz, como muitos homens do morro, trabalha como chapa. Ele ainda é jovem, mas está desempregado há muito tempo, além de ter tido dois dedos da mão direita amputados por acidente de trabalho, pelo qual não recebeu nenhuma indenização e nenhum benefício da Previdência Social. Tornou-se alcoólatra, agride a família toda e especialmente Ana Paula, de 13 anos⁷³, com palavras ofensivas.

A casa de Maria é extremamente pobre⁷⁴. Fere qualquer comparação com o que se considera direito à moradia. Outro direito ferido nessa família é o direito ao trabalho para o chefe da família. Com 40 anos de idade, há anos José Maria não consegue trabalho para prover sua família.

73 Os xingamentos do pai à filha são direcionados à sexualidade precoce. Na visão dele, ela está “se perdendo”. Em julho de 2005, ela estava vivendo praticamente fora de casa. Namorava um rapaz de 20 anos que já tem uma filha. Em janeiro de 2006 o ex-namorado não vivia mais no bairro — estava fugido — e Ana não vivia em companhia do pai e da mãe. Depoimentos concedidos em janeiro de 2005, junho de 2005 e janeiro de 2006.

74 Em janeiro de 2006, a casa ganhara uma melhoria — favor político —, mas a situação era só um pouco menos caótica do que antes.

Maria da Cruz, filhos e marido – Novo Horizonte – 2006.

As políticas sociais não atendem seus filhos e sua família. Eles vivem em situação de risco social. Seus filhos não estão no PETI e não recebem a Bolsa-Família. A fome e a violência rondam Maria da Cruz e sua prole. A violência dentro de casa, inclusive com agressões físicas, envolve todos. O interesse principal das crianças é a comida. As privações são de várias naturezas.

Pode-se considerar que a trajetória de luta dos moradores do bairro pela defesa da terra e urbanização da favela foi vitoriosa naquele contexto do início dos anos 1980. As conquistas de direitos por habitação, mesmo que precária, não garantiram, entretanto, acesso a outros direitos e, em última instância, caíram no nada se considerado o desdobramento dessa história nos anos 1990. As famílias conseguiram seus casebres, mas os adultos não conseguem emprego e todo o núcleo familiar imerge na exclusão de direitos.

Muitas famílias dependiam da comida de um “sopão” que funcionou até 2005. No almoço e no jantar, na hora da sopa, todos comiam. Atualmente elas não passam fome porque há uma rede de assistência social formada por instituições de diversas vocações — civis e religiosas — que canalizam para as panelas dessas famílias os ingredientes da cesta básica. É o caso de Neuzilene, que ficou viúva e desempregada. Recebia uma cesta básica de uma Igreja Pentecostal. Maria da Cruz também sobrevive assim, como veremos à frente.

Um programa do governo federal implementado pela Pastoral da Criança com o trabalho de voluntários distribui leite três vezes por semana. As famílias do Novo Horizonte deslocam-se até o bairro vizinho, Bela Vista, para pegar o leite — mulheres, senhoras e crianças caminham cerca de 3 km para isso.

Nas famílias de Novo Horizonte e Vila Solidariedade, o leite que entra é distribuído pelo governo. A maioria das crianças, e a própria família, não inclui em sua alimentação frutas e verduras. A dieta básica constitui-se de arroz, feijão, macarrão, açúcar, farinha, café, pão.

4. VILA SOLIDARIEDADE

Há um problema de identidade do bairro, relacionado à sua história: no mapa da cidade ele aparece como bairro Solidariedade; no imaginário social, é o Jardim Pindorama e para as entidades civis é a Vila Solidariedade. As razões são várias. Jardim Pindorama era o morro do cemitério antigo. Acima, foi construído o aeroporto. Nos anos noventa, em meio a conflitos ideológicos, o poder público construiu ruas 150 casas minúsculas, de quarto, cozinha e banheiro, e remanejou para lá as famílias desabrigadas de enchentes, como citamos anteriormente. Solidariedade foi o nome designado para equiparar a ação do poder público à ação da base da sociedade organizada, que vinha incentivando a construção de casas populares em mutirões, cujo exemplo mais evidente ganhou o nome de Vila Esperança, no pé do morro, apoiados por mediadores dos movimentos que existiam desde 1980 em razão de uma militância política e religiosa consistente, que questionava uma estrutura social injusta e as elites econômicas e políticas que faziam vista grossa às desigualdades sociais. Tais movimentos faziam o papel do Estado ao realizarem construções de bairros novos em regime de mutirão. O poder público, além de não apoiar, trabalhava contra as iniciativas do Comitê Popular encabeçado pelo padre Geovanni.

O atendimento inicial à infância na Vila se deu pela instalação de um núcleo do CIAME – Centro Integrado de Atendimento ao Menor, com o apoio da prefeitura e da FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor, para crianças e adolescentes, num número aproximado de 300, em 1997. O espaço a ele destinado consistia numa área construída de 36 m², num terreno de 250 m²⁷⁵. Em razão da precariedade do atendimento no Centro, surgiu uma organização oriunda de grupos de mães ligadas aos trabalhos de orientação às crianças do núcleo. A partir de 1988, o Grupo de Mães, composto por 25 pessoas, passou a organizar a produção e, no ano seguinte, legalmente, transformou-se na ACLUMAVIS – Associação Comunitária do Clube de Mães Vila Solidariedade.

75 Observa-se que a área construída e o tamanho do terreno são insignificantes diante da pretensão de atender a 300 crianças. Essa obra inicial de 36 m² foi sendo expandida a partir de então. As dependências internas aumentaram cerca de dez vezes, e os projetos de expansão não terminam.

No mesmo conjunto arquitetônico da ACLUMAVS funciona a Creche Cantinho da Solidariedade, presidida por Graça Valverde⁷⁶, com cerca de 200 crianças de 0 a 6 anos e 11 meses, e inúmeras outras atividades e grupos de produção, como o de adolescentes com bordado em ponto de cruz, 12 a 18 anos, de crianças com crochê e tricô, de 7 a 12 anos, o grupo de mães orientadas em corte e costura, profissionais e aprendizes, grupo de adolescentes do sexo feminino, de 7 a 18 anos, em marcenaria.

Os grupos, compostos por adolescente e crianças ficam com 50% do que produzem. A instituição promove a venda em feiras e espaços alternativos. Num espaço que deveria promover a eliminação do trabalho infantil, o trabalho continua a ser a solução.

Fica até contraditório, porque aí, de alguma forma, ele está trabalhando, mas está protegido dentro de uma entidade, não está fazendo serviço vexatório nem de rua. Se a menina borda uma toalha, um tapete e vende por 200,00, ela ganha 100,00. Para ela é vantagem, eu não considero isto um trabalho⁷⁷.

A Vila pulsa dentro da creche. Libera as mães dos cuidados com os filhos para o trabalho fora. O critério da creche não é atender somente aos filhos de mães que estejam trabalhando, principalmente porque o vínculo da criança com a instituição não é esse. Ela é, antes de tudo, fonte de alimentação. Salvo raras exceções, os pais estão desempregados, o que significa fome.

Muitas relações sociais do bairro passam pela creche. A presidente exerce um poder sobre a comunidade, no sentido que poder mediar casos — tutelar — que as pessoas não conseguem desentranhar sozinhas no exercício da cidadania.

Várias pessoas passaram pela creche, como crianças ou voluntárias, uma prática ainda comum. Todas as crianças passam por lá até 7 anos, depois a grande maioria vai para escolas de ensino fundamental II e as que estiverem no PETI fazem a jornada ampliada nas suas dependências.

Um detalhe que esclarece as precariedades na institucionalização do atendimento à infância é o fato da creche da Vila Solidariedade funcionar mediante um “arranjo” institucional para receber verbas, pois não é conveniada com a prefeitura para receber verbas federais do Programa de Atendimento à Criança de 0 a 6 anos – PAC. À época, ela devia ao INSS, e esse é um critério que excluiu a entidade da obtenção de verba. Foi

⁷⁶ Coordena, organiza e ensina os trabalhos comunitários que giram em torno da ACLUMAVS. Graça Valverde chegou junto com o bairro, montou e administra o emaranhado de atividades. É amada e odiada ao mesmo tempo. A interferência da creche na comunidade, e vice-versa, é inevitável.

⁷⁷ Depoimentos de Sandra Otoni Vamberg concedidos em janeiro e abril de 2005.

feito, então, um acerto para que ela recebesse um montante para 60 crianças como extensão de outra creche. Entretanto, ela é a única entidade que tem convênio com a Assistência Social para o atendimento de crianças de 7 a 17 anos, um atendimento que é uma necessidade social dado o número elevado de crianças no bairro e porque quando a criança completa 7 anos é excluída do PAC. Nesta idade, ao começar a frequentar o ensino fundamental, não há nenhuma outra atividade criativa que substitua a necessidade de arcar com as despesas do núcleo familiar, ou seja, da própria sobrevivência. Se não existir nenhum programa de 7 a 17 anos, fatalmente a criança acabará indo para a rua⁷⁸.

Dona Fátima criou Renata, Cínthya e Sabrina, Dona Etelvina criou Cida, Eliana, Wagner e mais dois filhos. As três filhas de dona Fátima, mais Cida e Vanilda, filha de dona Tereza e do Sr. Adão, em meados dos anos 1990 usavam a rua como forma de ganhar a própria subsistência. Conheceram outros meninos, com os quais vieram a se relacionar, e hoje todas elas são mães de quatro filhos cada uma, em média, somando um total de 21 crianças.

Dona Fátima, os netos e a filha Renata – 2005.

São mulheres novas, com menos de 25 anos. Trabalham por empreitada, contratadas pela Prefeitura. Dependem da creche para deixar as crianças. Mesmo

78 Graça Valverde recebe R\$ 1.700,00 por mês do município e consegue segurar umas cem crianças.

quando não estão trabalhando, a creche funciona como a alternativa de ter ao menos uma refeição por dia.

Cinthy e Fabiano conheceram-se na rua. Ela passou por um envolvimento com drogas de forma intensa. Até roubava na rua para obtê-las. Tem quatro filhos, três meninos e uma menina. Parou de usar drogas apenas recentemente, quando a filha de poucos meses quase morreu de anemia. Cinthya também é anêmica e sabe que não tem o tipo de alimentação de que necessita. Muitas vezes não come para deixar para os filhos. Passam inúmeras privações. Moram em uma casa construída pela Prefeitura, quando da construção do Bairro, em precárias condições em todos os sentidos. Não possuem nenhuma mobília. O piso é de chão batido e o banheiro não tem descarga⁷⁹.

Em 2004, Fabiano trabalhava, a dez reais por dia, para a Prefeitura, em regime de terceirização, no serviço de obras públicas. Quando a Prefeitura não emprega, praticamente todos do bairro ficam sem ganhar nada. Muitos passam fome. Desde o final de 2004, ele deixou o Pindorama e foi para o Espírito Santo trabalhar por menos de um salário mínimo. Vem esporadicamente ver a família.

Família de Cinthya e Fabiano – 2004.

Cinthy esteve durante um bom período ligada aos trabalhos da creche e do Clube de Mães. Aprendeu a bordar profissionalmente. Depois optou por trabalhar também nos serviços de obras públicas para a Prefeitura. Durante o primeiro semestre

⁷⁹ Depoimentos concedidos em janeiro de 2004, abril e junho de 2005 e janeiro de 2006.

de 2005, estava contratada. Trabalha o dia todo, e as crianças ficam um período na escola. Antes, elas ficavam na creche o dia todo; hoje só a menina fica o dia todo. Seus filhos não estavam no PETI.

Além dos filhos Cinthya cria uma menina que, na realidade, é sua sobrinha, filha de Fabiano com sua irmã Renata. Ela se chama Raiane e tem 11 anos. Espera poder entrar logo no Programa. As cinco crianças desta família, Raiane, Breno, João Vitor e Maria Fernanda, não possuem nenhum brinquedo. Roupas e calçados são todos ganhos. Às vezes não conseguem sequer comprar um chinelo. A compra do material escolar tira o dinheiro da comida, do gás, da água ou luz.

A mãe de Cinthya, dona Fátima, que mora na Rua das Tulipas, também ganhou a casa em que vive com Renata e os filhos, Sabrina e os dela. Trabalha por dia em algumas casas que a chamam de vez em quando. São muitas as crianças porque os filhos de Cinthya também transitam direto entre as duas casas, que distam apenas uma quadra e meia.

Sabrina é a filha mais nova. Durante vários anos usou a rua como forma de subsistência. Passou a usar drogas e a se prostituir. No primeiro semestre de 2005 ficou em Teófilo Otoni, após dar à luz um menino em novembro de 2004. Em julho de 2005 estava se preparando para voltar para Belo Horizonte, onde fazia programas. Engravidou pela quarta vez em 2004. No período de novembro de 2004 a julho de 2005, quando esteve em Teófilo Otoni junto do filho, fazia programas praticamente todas as noites.

Sabrina e seus três filhos – 2005.

Em janeiro de 2004, Cinthya reconhecia que a irmã descia para a cidade à noite para fazer programas e dizia que quase sempre era o dinheiro que ela trazia que dava para comprar comida para as crianças.

Em janeiro de 2006, Sabrina ainda estava na Vila solidariedade, cuidando das crianças enquanto a mãe trabalhava. Na casa de um quarto vivem sete pessoas. Sabrina e seus três filhos, dona Fátima, um filho de Renata e uma filha de Cinthya. Dona Fátima e Sabrina recebem a Bolsa-Família e uma Bolsa do PETI, pois cuidam do filho de Renata que vive em sua casa. Outro rendimento vem do trabalho doméstico e esporádico de dona Fátima.

Elas vivem na Vila desde 1985. A pequena casa da rua central, doada pela Prefeitura, que originariamente abrigava dona Fátima e as três filhas, ficou cheia de netos. Abriga cinco, e fora de casa tem mais seis.

Segundo Sabrina, passam muita fome. São muitos os dias em que não há comida, principalmente nas férias, quando a creche está fechada. Ela consegue esperar, agüentar a fome, mas as crianças reclamam a falta de alimento⁸⁰. Com frequência,

80 Depoimento concedido em janeiro de 2006.

“pessoas da rua”, ou seja, mediadores filantropos, visitam o bairro doando algum tipo de alimento, até carcaça de frango.

Vanilda e Joãozinho – 2005.

Vanilda nasceu em 1975 e lembra-se de ter vivido no Morro do Rádio, na favela do Boiadeiro e no Morro do Cemitério até chegar no Pindorama/Solidariedade. Seu pai, Sr. Adão Dias, era sitiante na região de Itamunheque, distrito de Teófilo Otoni, numa propriedade de 250 alqueires. Foi forçado a vender por causa de conflito com fazendeiro. Dona Tereza conta que ela e seus dois irmãos foram dados pelos pais para outros os criarem. Nasceu na região de Pedro Versiane, distrito de Teófilo Otoni e trabalhava em pedreira. Casou-se muito cedo com Adão e teve oito filhos, dos quais quatro morreram. Ela desconhece as causas das mortes de seus filhos. Diz que “adoeciam e morriam”⁸¹.

81 Depoimento concedido em janeiro de 2006.

Dentre os vários momentos difíceis de sua curta vida de 25 anos, a fome do início dos anos 1980 é uma lembrança marcante. Com 7 anos de idade já trabalhava, com 9 anos pedia na feira, depois começou a usar drogas e a se prostituir. Ficou vinte anos envolvida com drogas. Com 15 anos foi mãe de Felipe, praticamente criado pela avó. Em seguida, o pai de seu filho foi assassinado, provavelmente executado. Praticou a prostituição por muito tempo.

Às vezes chegava em casa e não tinha nada, saía para a rua e quando chegava, trazia dinheiro e comida. Minha mãe perguntava: onde você arrumou este dinheiro? Eu dizia. Trabalhei e ganhei. Comprava pão, leite. Pegava ficha também, no INSS — dormia na calçada e de manhã vendia a minha vaga. Vinha, comprava um pão e um leite e trazia para casa. Hoje em dia nada me abala mais. Eu trabalho, qualquer serviço eu faço⁸².

Para Vanilda, a infância foi difícil. O pai vendia sorvetes, ganhava muito pouco e era doente. As necessidades materiais e a falta de oportunidades distanciaram Vanilda da escola. Ela reconhece que recorria ao expediente da prostituição, que acabou levando-a para o Rio de Janeiro, com um freqüentador da Feira de Pedras, onde por quase dois anos foi mantida como escrava sexual. Nesse período perdeu o contato com a família.

No início dos anos 1990, de volta a Teófilo Otoni, Vanilda foi mãe pela segunda vez, de Ingrid. Alguns anos depois, um crime de estupro seguido de morte de uma menina de 13 anos, no Morro do Pindorama, foi atribuído ao pai de Ingrid, “Guima”, que é foragido da polícia. Há uma apreensão freqüente pela possibilidade da sua volta.

Vanilda freqüentou as ruas de Teófilo Otoni juntamente com Cida, Cíntia, Sabrina, Fabiano, Cristiano e outros. Esteve envolvida com drogas durante nove anos. O pai de seu filho mais velho foi assassinado, o de sua filha é acusado de estupro e assassinato. Passou fome e necessidades de toda ordem. No início do ano 2000, conheceu Rogério, com quem tem três filhos, e começou a trabalhar na Prefeitura, na gestão de Edson Soares. Depois, na gestão de Getúlio Neiva, a pressão por disciplina e assiduidade no serviço, com ameaças de demissão por estar grávida, fez com que Vanilda entrasse em trabalho de parto quando ia trabalhar, e a criança, ao nascer, segundo a mãe, estava deformada em virtude da máquina por ela usada para cortar grama, muito próxima à barriga. A partir da morte desse filho, Vanilda teve depressão e

82 Depoimento concedido em janeiro, abril e junho de 2005 e janeiro de 2006.

passou a tomar medicamentos. Em seguida engravidou e teve João, de 2 anos e meio, e depois o caçula, de menos de 1 ano⁸³. Quando seu último filho tinha um mês incompleto, no final de 2006, Vanilda passou a ganhar a vida como catadora de materiais recicláveis.

Eu já catava quando era criança, já tinha experiência com isso. Minha mãe e o Felipe olham o Alex, e o Joãozinho fica na creche o dia todo. Desço para a cidade seis horas, pego o carrinho no depósito e saio para rua. Já tenho algumas pessoas que guardam para mim. Converso, dou bom dia, boa tarde, e peço para guardarem material para mim. Em algumas lojas a gente entra na loja e pega. Eu ando em todo o Centro, no São Jacinto, Ipiranga, Palmeiras, Bela Vista e outros⁸⁴.

Vanilda: mais uma Carolina Maria de Jesus – 2006.

Franzina, circula pela cidade em jornadas que ultrapassam dez horas. A alimentação é escassa. Pertence à ACLUMAV, usa o depósito e recebe de 15 em 15 dias. Entretanto, de vez em quando, quando falta alguma coisa — comida ou remédio —, coleta o dia todo e vende em outro lugar, onde se paga na hora. O importante é levar o dinheiro para a necessidade imediata.

Ela considera que a Prefeitura não lhe dará mais emprego por causa do ocorrido com a perda de seu filho. Como não há outra opção de trabalho, assumiu a identidade de

83 Ela considera que não conseguiu mais emprego na Prefeitura em decorrência desse acidente. Sempre recusam seu pedido. Referem-se a ela e ao episódio do filho natimorto. Ela foi demitida assim que retornou da licença gozada pelo INSS e nunca mais foi contratada. Ficou desempregada desde então.

84 Depoimento de janeiro de 2006.

catadora de material reciclável, para quem os materiais são vistos no seu devido valor, e não como lixo. Vive na Vila Solidariedade há 13 anos, ou seja, desde 1992.

Dona Tereza, que depois de viver em outros lugares, vive em uma casa ao lado da casa de Vanilda, com seu filho caçula, cuida dos quatro netos. Ela considera que, para ter uma alimentação boa, os filhos bem de saúde e poder levá-los para passear, é muito difícil — “pobre não leva filho para passear”, pois mas para dar uma boa alimentação, incluindo carne, frutas, verduras, leite para toda a família, teria que ganhar uns R\$ 400,00.

A gente aprendeu a economizar muito porque pelo que a gente passou antes a gente não pode pedir a Deus demais porque o pouco que ele faz já é o bastante. Quatrocentos, duzentos já era bom demais para comprar comida. Aqui em casa entra duzentos e poucos do Rogério e uns oitenta meu por quinzena. A gente não passa mais fome, mas passa muita vontade de comer carne, frutas. O dinheiro não dá nem para o leite. Minha conta de água e luz estão sem pagar, foram cortadas⁸⁵.

Felipe, 12 anos, está no PETI, Ingrid, 10, está na escola e aprende a bordar em um projeto que funciona na creche das 7 às 10 horas da manhã. Quando vem para casa, já vem alimentada.

A creche ajuda muito com a comida, a gente trabalha e a criança fica lá e já vem embora alimentado e tomado banho. No período de férias faz falta. No dia a dia a comida é só arroz e feijão, uma carne só no final de semana, verdura e fruta é muito difícil entrar em casa. Roupas e sapatos só ganhados. O que eu mais lembro da minha infância é a fome. Às vezes nos estava com fome e mãe dizia, não tem comida, colocava sal na farinha e dava, nos tomava água e dormia. Quando pai chegava se ele trazia alguma coisa ele acordava nos e dava. Mas a fome era direta, todo dia. A fome matava nós. Hoje em dia nossa vida é boa⁸⁶.

O flagelo da fome atingiu muitas famílias em Teófilo Otoni nas últimas décadas. Vanilda não se recorda de ação social que a tivesse ajudado de alguma forma. Praticamente não estudou. Considera que pelo menos hoje “estes programas do governo ajudam um pouco o povo pobre”⁸⁷.

85 Idem.

86 Idem.

87 Idem.

Dona Etelvina, filhas e netos – 2004.

Em 2004, Aparecida N. dos Santos, havia se separado do pai de suas filhas e vivia com as quatro meninas na Vila Solidariedade, em um cômodo construído em um terreno, parte dele dentro de um buraco. Do material usado na construção — telhas e blocos —, parte foi comprada, parte foi doada. O banheiro é fora e foi construído pela Prefeitura na parte do terreno que é aterro. Antes de morar na Vila, ela esteve em um abrigo para flagelados de enchente.

Viviam nessas condições quando, com 11 meses, Adrieli apresentou um quadro de desnutrição acentuado. Sua recuperação dependia de uma boa alimentação. Mesmo com todas as carências alimentares, Aparecida amamentou Adriele até um ano de idade. Sua alimentação paralela à amamentação passou a ser a comida que é comum a todos, ou seja, os itens da cesta básica. Laticínios, frutas, verduras e carnes não fazem parte da alimentação de todas as famílias analisadas. Certamente comprometimentos com a saúde, como a de Adrieli, estarão presentes em sua vida adulta. Aparecida reconhece que chegam a passar fome.

Eu ainda passo muita falta de muitas coisas; quando não tenho dinheiro, compro fiado na venda, algumas pessoas ajudam, mas tem dia que falta tudo. Quando não tem o que comer, se tiver a farinha eu dou ela pura pras meninas. Alguma vez nós ganha uma comida de outro dia, um pão, porque quando elas vem da creche vem querendo comer alguma coisa. A gente que é mais velha entende, às vezes eu e a mãe passamos sem almoçar, só com o café. Quando só tem um punhadinho de arroz, nós pensa assim: nós é grande, não vamos por esse arroz no fogo não, vamos deixar para as crianças quando chegarem da creche. A gente faz até sem gordura. Um arroz, um feijão

para dar pra eles agüentar até o outro dia quando chegar na creche. Mas é como diz: come hoje já pensando no dia de amanhã⁸⁸.

Aparecida e Vanilda foram meninas que buscaram suprir na rua as faltas de dentro de casa. Além das privações materiais e da ausência de direitos, elas experimentam, no cotidiano, o preconceito contra quem mora em favela e o péssimo atendimento no serviço de saúde⁸⁹.

Raquel, marido e filhos – 2005.

A história de Raquel, 30 anos, não é diferente. Teve sete filhos, entre 17 e 25 anos, e dois morreram⁹⁰. Raquel e seu marido encontravam-se desempregados em janeiro de 2004, por isso ele estava trabalhando de ajudante de pedreiro — “trabalha uma semana, em um lugar, 15 dias em outro. Agora ele está trabalhando de ajudante de pedreiro aqui mesmo e é a ultima semana; depois nós não sabemos o que vamos fazer”.

Dos filhos de Raquel, somente Tawan, seu filho de 11 anos, está no PETI, apesar de Tainá e Taric já estarem em idade de ser incluídos. Segundo Raquel, dizem que não é permitido mais de um filho.

O que me ajuda agora é que tenho a Bolsa-Família, minha salvação é esse dinheiro, 95 reais e os 15 do PETI. Com o dinheiro do cartão,

88 Depoimentos concedidos em janeiro, abril e junho de 2005 e janeiro de 2006.

89 Não pensam em se juntar ao MST.

90 Tawan, 11, Tainá, 9, Taric, 7, Talisso, 4, e Ronieri, 2 anos e 10 meses. O sobrenome de todos é Silva Magalhães. Depoimento concedido em janeiro e abril de 2005.

compro coisas para dentro de casa, ajudo a pagar conta de água. Agora mesmo estou com três talões de luz sem pagar, um de 20 reais, de 26 e de 33 reais⁹¹.

Assim como os demais moradores da Vila Solidarietà, a família de Raquel é dependente dos programas sociais e do trabalho oferecido pela Prefeitura através do parque de obras. Como o bairro foi fundado para atender aos flagelados de enchentes, pelo ex-prefeito Getúlio Neiva, na última eleição (2004), que elegeu a prefeita atual, Maria José, do PT, Raquel se sentiu na obrigação de votar novamente nele em reconhecimento ao que ele teria feito para os moradores. Confessa que na verdade ficou com medo de que, caso ganhasse, ele não ajudasse mais o bairro. São nítidas a política assistencialista tradicional no município e a dependência da população das políticas sociais existentes.

Todos daqui estão indo lá todos os dias, já demos os nomes. Estou cobrando o serviço que ela prometeu a nós. Estamos precisando com muita urgência. Igual eu, a qualquer hora eu posso ficar sem luz. Não passamos fome assim, mas comemos, assim, às vezes, só uma sopa de macarrão. Igual no Natal, nós passamos muito apertado, só com sopa de macarrão. Minha mãe mora lá embaixo, e quando falta tudo eu vou lá e trago alguma coisa e faço para os meninos comer. Fora das refeições, não tem nunca um lanche, bolacha, um bolo, um leite, frutas, nada disso. Vou ser sincera, já tem mais de dois meses que eu não sei o que é colocar uma banana para meus filhos. Meu mais novo toma Mussilom, mas está tomando leite com café, quando tem o café; quando não tem, ponho açúcar e dou. Eu sei que ele está necessitando disso. Não pego nem o pão que a creche está distribuindo⁹².

Três filhos de Raquel freqüentam a creche de manhã; à tarde vão para a escola.

Eles estudavam no Tancredo (Escola Estadual), mas estou mudando de escola porque lá é muita bagunça. Já teve até uma morte dentro do colégio. Não é por preconceito, mas aqui em cima tem muita criança rebelde. Você manda seu filho pra escola e fica muito preocupada⁹³.

A Escola Estadual Tancredo Neves é a mais próxima da Vila e fica em outro bairro. Para chegar até ela, as crianças, em grupos de irmãos e amigos, percorrem um caminho entre áreas desabitadas, acessível somente para pedestres. A única rua de acesso ao bairro é a Rua das Tulipas, que fica no lado oposto. Camilo Pereira de Souza, 13 anos, estuda nessa escola e freqüenta o PETI à tarde, na creche da Vila Solidarietà. Ele e algumas crianças da vizinhança que freqüentam a mesma escola

91 Idem.

92 Idem.

93 Idem

relatam situações de preconceitos explícitos por serem muito pobres e morarem na Vila Solidariedade. Na realidade, no âmbito do preconceito, a identidade dos moradores liga-se ao nome popular do bairro, ou seja, Jardim Pindorama. “Pindorama” é sinônimo de marginalidade e exclusão social.

Camilo, mães e irmãos – 2005.

O valor das tarifas públicas pesa muito no orçamento familiar:

A conta de água vem na média de R\$ 90,00 e a luz R 40,00. Tenho só geladeira porque a TV está quebrada. Tenho dificuldade de pagar estas contas. No mês que vou pagar a água, fico sem fazer a feira, porque se não pagar, cortam. Passamos muitas necessidades das coisas... Chegamos a passar fome, quando passa uns três dias sem ter tudo; nunca falta assim tudo, mas faltam as coisas

O sonho de dona Maria é ter emprego:

No final do mês ter o meu dinheiro para fazer a feira, pagar minha luz. Estou com talões sem poder pagar: R\$ 33,00, 28,00, 50,00 e 18,00. Tinha mais um de água que eu peguei, o dinheiro da Bolsa-Escola que

este mês veio R\$ 30,00 e paguei porque se tiver três vencidas eles vem e cortam⁹⁴.

Lila e José Mauro também sonham com um emprego. Nasceram em Teófilo Otoni; os pais dele também, mas os de Lila vieram de uma fazenda próxima, no distrito Pedro Versiani. Moram na Vila Solidariedade há mais de vinte anos. Ela estudou até a 5ª série e parou porque começou a namorar com 14 anos e com 15 teve o primeiro filho, Vitor Manuel, e depois Ana Luiza. Nunca foi para a rua, trabalhou de empregada doméstica desde criança. Eles confirmam que a Prefeitura é única oportunidade de emprego que se encontra.

A não ser quem está acostumado a trabalhar em casa de família para ganhar 5 ou 10 reais. Como é o meu caso, sempre trabalhei em casa de família, bem ou mal eu sempre ganhei. Agora este da Prefeitura não compensa não, pega sol, pega chuva, um encarregado ruim que maltrata a gente⁹⁵.

Lila, José Mauro e filhos – 2005

94 Depoimento concedido em janeiro e abril de 2005.

95 Depoimento concedido em janeiro de 2005.

Segundo José Mauro, se a pessoa não trabalhar nos feriados e nos finais de semana, eles falam que mandam embora, fazem muita pressão.

A falta de emprego no Vale do Mucuri ainda faz da migração sazonal a opção derradeira na busca da sobrevivência. Fabiano, marido de Cinthya, começou, em 2004, a viajar para o Espírito Santo para trabalhar como diarista em uma empresa que executa trabalho de eletrificação rural, programa do Governo Federal. Em 2006 ele estava no mesmo emprego, porém já havia sido removido para Itambacuri, próximo a Teófilo Otoni. José Mauro relata que viajava muito para trabalhar fora. Trabalhou muito tempo em fazendas na região de Muriaé (MG), como diarista, na capina, no curral. Em uma delas trabalhou muito tempo e tornou-se empregado próximo do fazendeiro. Estudou até concluir o ensino médio.

A renda mensal da família de Lila e José Mauro não chega a um salário mínimo. Recebem Bolsa-Escola (R\$ 55,00) e R\$ 25,00 do PETI. Lila tem a convicção de que o rumo para a dignidade é ter trabalho.

No meu modo de pensar, eu preferia que ele me desse o meu trabalho, porque a gente não pode ficar dependendo todo mês daquele tiquizinho que ele tá dando; ele deve espalhar serviço para o Brasil inteiro. Você não sabe! Não tem nada melhor do que você trabalhar e todo mês saber que vai receber do seu suor. Ninguém quer ganhar dinheiro à toa. Não sei não, a gente não critica ele, não, mas hoje em dia nosso governo é muito fraco, principalmente para os humildes⁹⁶.

A implantação das políticas sociais para a infância em Teófilo Otoni apresenta-se de forma caótica. Lila, analisando a situação vivida na Vila Solidariedade, observa:

Agora mesmo está todo mundo desempregado, muitos têm o cartão e muitos não têm. Se todo mundo tivesse sem o cartão, muitos estavam passando fome porque, com ele, se é 40 ou 50, dá pra comprar um pacote de feijão, um pacote de arroz. Mas a gente quer uma coisa certa... Dizem que porque o Lula deu estes cartões tem muito desemprego. Não é nada disso, antes dele entrar já tinha muito desemprego no Brasil. Não foi o Lula que arruinou o Brasil, foi muitos governos que fez muita bagunça e ficou esta desorganização, esta falta de emprego. Lula não tem culpa no cartório não... Não porque eu sou petista não⁹⁷.

No cotidiano, o conflito aparece em situações como esta, relatada por Lila:

Esses dias, tinha uma mulher lá na Prefeitura criticando ele, dizendo pra que isso que ele está fazendo e tal, falando que com esses cartões as pessoas não querem mais trabalhar; aí juntou um monte de gente em cima dela e xingou ela [...] A gente não quer comprar móveis, a gente quer uma moradia boa, um alimento sadio, ter uma forma de viver melhor, ganhando o dinheiro da gente⁹⁸.

96 Idem.

97 Idem.

98 Idem.

A insegurança alimentar ronda todas as famílias analisadas. Em todos os casos, os benefícios sociais são em grande parte revertidos para pagar tarifas públicas. A organização da comunidade mais necessitada é praticamente nula. Segundo Lila, nem para reclamar das contas de luz e água o povo se une.

A COPASA tira muito da gente, cobra um absurdo, é roubo, eles tiram sem dó. Aqui em casa é só nós e pagamos R\$ 50,00, é um absurdo. A gente acaba pegando o dinheiro do cartão para pagar a conta de água, o que a gente vai fazer? Tira da comida para pagar a água. A gente passa muita falta das coisas porque paga o que não gastou e poderia estar comprando outras coisas para as crianças, é difícil demais⁹⁹.

Dona Fátima, esposa do Sr. Avelino, também afirma que “a ajuda, apesar de não ser regular sempre que chega, chega numa hora boa, tem sempre um talão de água ou luz para pagar. O Cartão Cidadão só vem R\$ 15,00 de dois em dois meses, é o Vale-Gás. Vai passando do jeito que Deus quiser”¹⁰⁰.

A alimentação é pobre em vários sentidos. Raquel há muito não dá uma banana para os filhos; Cinthya sabe que sua anemia não sara por falta de alimentação completa. Adrieli, desde que substituiu a amamentação, não teve uma alimentação que vencesse sua desnutrição; Lila sabe que no dia-a-dia “o principal é a verdura para dar às crianças da gente. As verduras são mais caras, mais difíceis, A gente compra um quilo de uma coisa, um quilo de outra e vai passando... mas nada como se a gente tivesse o emprego, segundo Raquel.

A instabilidade no emprego é fator de instabilidade emocional no grupo familiar. Os depoimentos são repletos de angústia diante de uma situação que parece inexorável. José Mauro diz que aparenta calma, “mas a gente mesmo é quem sabe, a gente põe nas mãos de Deus e corre atrás”¹⁰¹.

Migração, sazonalidade, instabilidade alimentar e ascendência rural são características da história dos moradores da Vila Solidarietà.

O Sr. Evangelista Alvelino dos Santos (Sr. Chico), 53 anos, nasceu na roça, em Santaninha.

Meu pai tinha uma terra e eu trabalhei nela. Eram 70 alqueires de terra. Depois vendeu porque naquela época terra não tinha valor, pai não dava valor a filho, e o filho também não sabia que ia acontecer o que está acontecendo, então, acabou em nada. Os filhos foram saindo para um canto e outro para o outro. O que restou foi uma casinha de dois cômodos que minha mãe morava quando ela morreu. Ela morreu e eu nem vi porque estava trabalhando do Rio de Janeiro. Fui duas

99 Idem.

100 Depoimento concedido em janeiro e abril de 2005.

101 Depoimento concedido em abril de 2005,

vezes trabalhar lá, fiquei uma boa temporada trabalhando na Odebrech”¹⁰².

Ele é pai de filhos de 11, 9, 8 e 4 anos. Somente o mais velho está no PETI. A justificativa que davam para não incluir os demais filhos era que não era permitida a inscrição de mais de uma criança por família. No início de 2005, ele estava desempregado. Nos últimos oito anos esteve ligado ao trabalho de diarista na Prefeitura. Estava na expectativa de contratação. “Hoje não trabalhei (meados de janeiro), tem dias que não trabalho. Fui pra lá — no parque de obras — a semana inteirinha. Saio daqui às 06h00min e volto lá pelas 12h00min horas. A Prefeitura só contratou um pouco”.

Esta também era a rotina de Aparecida Nogueira, que depende do dinheiro de cada dia de trabalho para conseguir comprar comida para suas quatro filhas: sem comida e sem expectativa de trabalho¹⁰³. Nestas condições instáveis vive a totalidade das famílias do bairro: Cinthya, Eliana Fontoura, Aparecida, Sabrina, Raquel e seu marido, Lila e José Mauro, Vanilda, Eliana Nogueira, Fabiano, Fabrício, Júlio César, Sandra e outros.

5. CONDIÇÕES DE VIDA

Consideramos alguns itens como indicadores das necessidades básicas das famílias da periferia de Teófilo Otoni: tarifas públicas, alimentação, habitação, trabalho, educação, saúde e vestuário e redução das tarifas dos serviços públicos. Destes itens de consumo, os que mais pesam no orçamento das famílias analisadas são as contas de energia elétrica e água. Nas contas da CEMIG, além dos 25% de ICMS, o consumidor ainda é taxado em 18% para a iluminação pública, num total de 43%, quase a metade além daquilo que se consome. No carnê de IPTU é cobrada a limpeza de ruas e o recolhimento de lixo, o que nem sempre acontece com regularidade. As ruas são sujas e há mato crescendo nos limites do bairro. A população frequentemente encontra lacraias e escorpiões infiltrados nas fretas das casas sem acabamento¹⁰⁴. Muitas famílias não conseguem pagar as contas em dia. É comum famílias com várias contas em atraso e muitas com energia ou água cortadas. Em muitas casas não tem geladeira e mesmo TV ou chuveiro elétrico¹⁰⁵.

102 Depoimento concedido em janeiro de 2005

103 Depoimento concedido em janeiro de 2005.

104 Depoimentos de Lila e José Mauro, concedidos em junho de 2005 na Vila Solidarietà.

105 Vanilda estava sem água e sem luz em janeiro de 2006. .

Dada as condições de vulnerabilidade existencial, estas famílias estabelecem relações sociais bem definidas com os serviços de creche, escola, posto de saúde e programas sociais — Bolsa-Família, PETI. A creche e a escola são fundamentais como fonte de alimentação e para a mãe ficar livre para o trabalho, quando aparece¹⁰⁶. A organização social entre elas as famílias das duas comunidades é muito fragilizada.

A discussão que se trava internacionalmente sobre a fome considera que, além do impacto biológico, ela “é um fenômeno que incorpora dimensões relacionadas a diferentes necessidades históricas, culturais, psicológicas e espirituais dos seres humanos, incluindo a questão básica da dignidade”. A população que se encontra abaixo da linha da pobreza está em situação de insegurança alimentar, ou seja, não tem garantido o acesso diário a uma alimentação adequada, podendo em diferentes momentos ser submetida à fome, seja do ponto de vista quantitativo, seja qualitativo¹⁰⁷.

A fome e suas seqüelas entrelaçam-se a outras carências materiais visíveis nas casas, nas roupas, nas faces e nos corpos magros e franzinos, na ausência de direitos fundamentais básicos e, menos visíveis, nas carências culturais, na falta de oportunidades. Muitas famílias são ameaçadas constantemente pela fome na Vila Solidariedade e no bairro Novo horizonte. A alimentação é extremamente precária e gira em torno dos ingredientes da cesta básica. Há casos de anemia, verminose e desnutrição. Na Vila Solidariedade, as famílias de Cinthya e Aparecida Nogueira vivem este drama.

Cinthya viveu muitos anos nas ruas e afirma que um dos atrativos nelas é a comida. De sua trajetória de vida, hoje com 24 anos e quatro filhos, ela diz que a insegurança alimentar é constante. Ela e seus filhos carregam sérios comprometimentos na saúde relacionados à pobreza alimentar. Confessa que tem medo do seu futuro e do de seus filhos. Que muitas vezes tem vontade de ir para a rua novamente, pedir comida quando não tem. Diz que seu filho mais velho questiona por que não tem as coisas, por

106 Em janeiro de 2006, estava em curso um cadastramento para o Bolsa-Família. O PETI, a partir de 2005, teve uma expressiva mudança, um reconhecimento das fragilidades a que este programa está submetido, dada a forma meteórica como ele foi implantado, sem a infra-estrutura física e humana necessária. Trechos da Plataforma DESC.

107 a) 54 milhões de pessoas estão sujeitas à fome; b) Os 24 milhões que se encontram abaixo da linha da indigência, segundo o mesmo documento do governo brasileiro, estão submetidos diariamente às diferentes dimensões da fome, incluindo a situação indigna de sobreviver à custa de restos do lixo e da alimentação dos outros.

que ela chora, não dorme... Além da anemia que ela sabe não curar por falta de comida, toma um calmante — diazepam — receitado no posto de saúde do bairro¹⁰⁸.

Não sei, eu to vendo que se eu não arrumar um serviço logo, bom, a mesma coisa que aconteceu comigo vai acontecer com eles. João Vitor, o mais velho, também está sempre acordado à noite e sempre pergunta por que que a gente ta chorando, porque que falta as coisas, porque que não tem ... A gente não consegue explicar... Tenho medo que eles comecem a pensar em sair para conseguir as coisas que faltam... Tento guardar para mim, não demonstrar¹⁰⁹.

A filha de Aparecida Nogueira, Aiandra, de 2 anos, é desnutrida e teve verminose antes de 1 ano de idade. No final de 2004, ela ficou internada com diarreia por muitos dias e requer um cuidado alimentar constante. Entretanto, leite, frutas e verduras são alimentos raros nessas famílias. Aparecida é arrimo de família, tem quatro meninas, moram muito mal, passam necessidades profundas e até fome. “Eu ainda passo muita falta de muitas coisas, quando não tenho dinheiro compro fiado na venda, algumas pessoas ajudam, mas tem dia que falta tudo”¹¹⁰.

Quando não tem creche funcionando e Aparecida sai para trabalhar, Amanda, de 8 anos, é quem cuida da casa e das irmãs menores.

O desemprego é marcante entre as famílias analisadas; chega a atingir 90%. Considerando o trabalho como um direito fundamental, pois dele depende a estabilidade social da família, e que a maioria dos chefes de família vive o desemprego crônico, o direito ao trabalho, que deveria ser garantido a todos, é desrespeitado. Vive-se na dependência do emprego temporário oferecido pela Prefeitura, de forma terceirizada, pela Secretaria de Obras Públicas. Quando esta não emprega pelo menos um de cada família, a insegurança alimentar abala o núcleo familiar¹¹¹. Em decorrência da instabilidade social das famílias, a migração sazonal do homem ainda continua sendo única opção¹¹². Muitos, por falta de trabalho, passam horas do dia no ponto dos “chapas” — muito disputado —, esperando um serviço qualquer.

108 Depoimentos concedidos em janeiro e abril de 2005.

109 Depoimentos concedidos em janeiro e abril de 2005.

110 Depoimentos concedidos em janeiro e abril de 2005.

111 Como era o caso da família do Sr., Evangelista Alvelino dos Santos em janeiro de 2005, quando a prefeita Maria José assumiu. Todos os dias, bem cedo, ele ia para o parque de obras para saber se teria serviço. Foi um período de grande insegurança para todas as famílias. A mesma expectativa vivia Aparecida Nogueira.

112 É o caso de Fabiano, marido de Cinthya, que atualmente trabalha no Espírito Santo.

Dona Anair e parte de sua família – 2005

Os filhos de Dona Anair, do bairro Novo Horizonte, estão desempregados, e, dentre as diferentes maneiras de ganhar a vida, uma é juntar fezes de boi do pasto de uma fazenda contígua ao bairro, secar e vender na feira como adubo para jardim e horta. Uma quantidade enorme de mão-de-obra ociosa, energia humana impedida de lutar por melhores condições de vida por falta de oportunidades¹¹³.

Os níveis de escolaridade são baixos, e os índices de evasão altíssimos. Predominam o analfabetismo e poucos anos de escolaridade — menos de cinco anos¹¹⁴.

O aproveitamento escolar das crianças é muito criticado. O grau de aprendizagem dos filhos de Eduardo — ele próprio estudou somente até a 5ª série — é muito baixo. Segundo o pai, seus filhos “não sabem nada; se mostrar e perguntar qual é a letra A, não sabem”. Ele considera que a escola “não vale nada, só sabe mandar reclamação. Você sabe, toda criança é levada. Eu chego lá e digo, não manda me avisar não, fez o errado, bota de castigo”¹¹⁵.

As condições materiais das famílias impedem-nas de cumprir as responsabilidades com os filhos, ou seja, prover seu desenvolvimento físico e psíquico e

113 Depoimentos concedidos em janeiro e abril de 2005.

114 Fabiano, 23 anos, marido de Cinthia, da Vila Solidariedade, é analfabeto como tantos outros.

115 Depoimento concedido em janeiro de 2005. Eduardo arrepende-se de ter sido indisciplinado na escola, de não ter estudado, gostaria de voltar a estudar, preocupa-o sair viajando e deixar os filhos. É caminhoneiro. Caso raro de contrato de trabalho.

os encargos com alimentação, educação, saúde, moradia etc. Daí o grande número de crianças na “viração”.

A situação aviltante a que estão submetidas famílias e crianças confronta-se com todos os direitos que deveriam ser contemplados e acarreta um ônus que a sociedade não tem sabido equacionar: desenvolvimento e liberdade das privações materiais.

O caso de Felipe é significativo. Em uma manhã de sábado de janeiro de 2005, pudemos fotografá-lo vendendo temperos na Feira Coberta. Era muito pequeno, de 5 para 6 anos. Um ano depois o encontramos novamente, no mesmo espaço, só que à noite, no funcionamento dos bares. Um irmão mais velho também fazia o mesmo. A cesta de temperos que carregam nos braços pesa mais de três quilos. O pai os traz — vem de longe, de bicicleta — e fica em um bar próximo esperando o término das vendas. É ele quem prepara os temperos, e os meninos vendem aproveitando-se do compadecimento público, ganhando dinheiro extra e produtos da feira e dos bares. Certamente os dois irmãos conseguem manter boa parte das necessidades básicas da família.

Felipe, 6 anos – Feira Coberta.

O caso de Felipe é conhecido das autoridades que passam pelo local. Elas comentam com os garçons, mas ainda não conseguiram enquadrar o pai. Este, por sua vez já comentou com os mesmos garçons que o irmão mais velho de Felipe enveredou pelo tráfico.

Outros elementos que dão indício do grau de comprometimento do futuro de inúmeras crianças e adolescentes são, por exemplo, as suspeitas de tráfico de adolescentes para a prostituição sob o pretexto de trabalho em cidades grandes, tema freqüentemente comentado, mas muito pouco apurado.

Rosa, 30 anos, cunhada de Luiz Cláudio, desenhista de fisionomias que trabalha na praça central, estava aflita porque sua filha adolescente, de 16 anos, teria vindo para São Paulo trabalhar. A mãe sabia, mas a adolescente viajou sem qualquer autorização escrita. Ela suspeita de um comerciante do bairro — açougueiro —, conhecido por Zu, que seria o intermediário de uma rede de traficantes de mulheres, até para o exterior. Entretanto, não tomou as medidas necessárias para denunciar a saída da filha. Um caminho possível seria começar pelo Conselho Tutelar.

A criação dos filhos de Rosa — Cecília, 16 anos e Paulo, 12 anos — é encargo de sua mãe. Ela vive trabalhando fora, no centro da cidade, segundo seu cunhado, exercendo a prostituição, o que ela própria não admite. Paulo possui uma deficiência no braço esquerdo, mas não tem nenhum direito perante a Previdência Social. Seu rendimento escolar é baixo e ele apresenta necessidades evidentes de fonoaudiologia. Vende, na praça central, quadrinhos trabalhados em madeira, preparados por Luiz Cláudio (o desenhista e tio). Ganha comida e guloseimas e angaria dinheiro para seus sonhos de consumo. Naquele momento — janeiro de 2006 —, o sonho era ter um celular e arrumar a bicicleta.

Paulo, filho de Rosa, e seu amigo – 2005.

É possível dizer que as condições de vida da população não melhoraram. Muitas famílias não têm nenhum benefício. Algumas têm o Vale-Gás e poucas, a Bolsa-Família. Casas muito precárias, sujas, quintais cheios de lixo, como o de Dona Maria Neuza, com cachorros doentes circulando entre lixo, terreiros exíguos, crianças confinadas em quintais cercados de restos de materiais, bambus e arame farpado.

Todos os aspectos apontados sobre as condições de vida material faz famílias, da sociabilidade de famílias e crianças, as poucas expectativas de futuro, ainda assim é quase impossível hierarquizar o nível das carências, uma vez que elas se encontram nos mais profundos aspectos da vida que se move longe dos direitos fundamentais não apenas definidos pelas agencias internacionais, mas assinado pelo governo brasileiro. Neste sentido, o Cap. III, visou delinear as circunstâncias históricas dos direitos fundamentais.

CAPÍTULO III – INFÂNCIA, DIREITOS E POLITICAS SOCIAIS

Nenhum povo poderia viver, se antes não avaliasse o que é bom e o que é mau (...) Muitas coisas que um povo considerava boas, considerava-as outro, como escárnio e opróbrio: foi o que achei. Muitas coisas achei, aqui, chamadas mal e, acolá, ornadas de purpúreas honraria. (...) Uma tábua de tudo que é bom está suspensa por cima de cada povo¹.

I – DIREITOS FUNDAMENTAIS

Percorrer a trajetória histórica dos direitos permite-nos observar as leis na perspectiva das lutas por eles, o que nos coloca diretamente em relação com o problema dos excluídos. A história dos direitos humanos mostra que os direitos conquistados custaram à humanidade muita dor. Após uma trajetória de mais de dois mil anos, na passagem do século XIX, em meio a questionamentos de várias naturezas, houve o reconhecimento de um novo lugar para os sujeitos, embasado no reconhecimento do mundo dos valores e na natureza inacabada do homem. Novos valores se firmaram e vieram a convergir, após guerras e experiências totalitárias de poder, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e nos Pactos de 1966 – de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos Sociais e Culturais —, que perpassaram códigos, leis, estatutos e convenções desde então² e deveriam estar representados na efetivação das políticas sociais em geral.

A Declaração Universal de 1948 provocará um impacto nas constituições, legislações e jurisprudências nacionais, em tratados internacionais, convenções, resoluções e recomendações que emanarão das Nações Unidas desde então. Um impacto que pode ser medido nos longos 18 anos entre a adoção da Declaração e a dos dois Pactos de 1966, período em que se formou um “entendimento de que alguns princípios da Declaração Universal se impõem como parte do direito internacional consuetudinário”³.

¹ NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra*, I, 15.

² Questões colocadas, que caracterizam o final do século XIX: “Se o próprio homem e não a divindade ou a natureza em geral” é o fundamento do universo ético”; COMPARATO, Fábio K. *A Afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2001. Sobre o mundo do trabalho: Quais os mecanismos de exploração do sistema capitalista sobre o mundo do trabalho, quais os custos humanos sobre a revolução industrial.

³ TRINDADE, Antonio Augusto C. “O Legado da Declaração Universal e o Futuro da proteção internacional dos Direitos Humanos”. AMARAL, JR. A. & PERRONE-MOISÉS, M. (org.) *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*, São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999 p. 26.

Segundo estudiosos sobre a importância e a evolução dos direitos humanos, o alcance das obrigações convencionais internacionais em matéria de proteção dos direitos humanos ainda não é bem compreendido e poderia ser mais bem explorado pelos agentes do poder público. Há, na realidade, uma falta de vontade do poder público de promover e assegurar a proteção dos mais fracos e vulneráveis, considera Trindade⁴.

Consideramos que falta também uma vontade vinda da sociedade civil — organizada e não organizada que imbuída de um forte sentimento de solidariedade humana, faria avançar o direito. Uma vontade que uniria pela base a sociedade em prol dos direitos humanos, o que não verificamos no estudo sobre a sociedade de Teófilo Otoni, percebemos que ainda hoje, mesmo depois da Constituição de 1988, onde se ampliou o campo dos direitos fundamentais, a existência da lei não significa o seu cumprimento. Ao contrário, os movimentos sociais lutaram pela formulação de textos legais e ainda precisariam encontrar tempo para prosseguir na mobilização em busca do seu cumprimento.

A fragilidade na aplicação dos direitos humanos permite a um estudioso como Talbi afirmar que eles são, ainda hoje, conjuntos de valores mal definidos e ambíguos que estão longe de ser universalmente reconhecidos e respeitados. Faltaria, segundo ele, “realizar a educação para a tolerância e a elaboração da nova ética que só poderá ser global, planetária e respeitosa das adversidades e das liberdades individuais”. Uma ética da responsabilidade, que consiste na compreensão, na aceitação e no respeito ao outro.

Os direitos humanos podem ser considerados a nova “religião secular” da nossa época, já que as relações entre religião e direitos do homem devem comportar e desenvolver uma noção de “cidadania” universal, “ancorada em uma ‘cultura’ mundial dos direitos do homem”. Segundo Cotler, pesar das ambigüidades entre “universalismo” e relativismo cultural, tal possibilidade estaria em uma “hermenêutica dos direitos do homem” aplicável a todas as religiões e apoiada na própria “universalidade” das religiões. O cerne dessa “cidadania planetária está no reconhecimento de certas normas — uma tábua de valores — a que todos devemos nos dobrar: o morticínio, a tortura, a escravidão, o expurgo étnico, a violação e o racismo não podem ser defendidos por nenhuma crença que respeite a humanidade e a religião”⁵.

⁴ TALBI, Mohammed. Tolerância e intolerância na tradição muçulmana. BARRET-DUCROCQ, Françoise (dir.) *A Intolerância*. Tradução de Eloá Jacobina. Academia Universal das Culturas; Foro Internacional sobre a Intolerância. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.55

⁵ COTLER, Irwin. *Religião, intolerância a cidadania: rumo a uma cultura mundial dos direitos humanos*. In: BARRET-DUCROCQ, F. (dirg.) *A tolerância* Op. cit. . p. 60/65

Há uma humanidade comum... Se ela é freqüentemente violada/violentada, o problema não está nos direitos religiosos, mas na política, na psicologia, na prática da exclusão, de preconceitos, da satanização do outro. É nossa responsabilidade, portanto, entrar na psique do outro, procurar interiorizar seu sofrimento, mesmo que nos seja difícil. E é apenas nesse momento que reconheceremos, ou melhor, que respeitaremos nossa humanidade comum e a dignidade do caráter único do outro.

Segundo Trindade⁶ a Declaração Universal, como centro irradiador de uma tábua de valores retém sua importância nos esforços correntes para tornar os direitos humanos a linguagem comum da humanidade. Direitos humanos como um “adquirido civilizatório”, que são frágeis pois podem se adensar ou se fragilizar, segundo Lafer. São valores ou bens culturais embasados na realidade e possuem também um significado que aponta para a direção do “dever ser”, que contém uma incompletude perene. Referem-se à realidade, mas a ela não se reduzem, possuem várias dimensões e até gradações hierárquicas. Daí a noção de valores fundamentais (adquirido axiológico) de convivência humana, historicamente constituída a partir de processos históricos que incorporaram legados irradiadores de feixes axiológicos, configurações de um sentido de direção, como grego, romano, cristão, liberal e socialista⁷.

A polaridade entre a visão liberal e a socialista que permeia a sociedade ocidental moderna nos permite localizar os fundamentos do aparato legal sobre os direitos humanos. Então, para o *liberalismo*, o governo é para o indivíduo e não o indivíduo é para o governo; a liberdade é entendida como distribuição de poder político, econômico, cultural entre os governados e limitação, pelo Direito, do poder dos governantes; o indivíduo tem “direito a ter direito”. Para o *socialismo*, o que impera é a exigência da igualdade perante a vida e a cultura, concebida como um direito de crédito, reconhecido a cada ser humano, de participar do “bem-estar social”, daquilo que a espécie humana, num processo coletivo, vai acumulando no decorrer do tempo.

São posturas opostas e que remetem à distribuição dos bens adquiridos, pautados em relações sociais de exploração e de reprodução de desigualdades ou, em outras palavras, na questão do desenvolvimento e da liberdade.

A realizabilidade de direitos depende da capacidade dos valores se efetivarem historicamente na *práxis*, com apoio numa determinada realidade sociopolítico-

⁶ Idem..

⁷ LAFER, Celso. “Resistência e Realizabilidade da Tutela dos Direitos Humanos no Plano Internacional no Limiar do Século XXI”. AMARAL, JR, A. & PERRONE-MOISÉS, M. (org.) *O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*, Op. cit. p. 442.

econômica. Por outro lado, um sentido de inexaurível contido nos valores fundamentais aponta para a percepção de que certos valores se referem à realidade, mas nela não se esgotam, o que talvez queira dizer que o não realizável hoje dos direitos fundamentais — que são muitos, principalmente para famílias e crianças do Mucuri — já está posto como reivindicação nas lutas que vão sendo constituídas na cotidianidade que envolve os sujeitos na totalidade da trama social. Nesse sentido, para Lefebvre⁸, a cotidianidade não é apreendida na sua totalidade nem pela filosofia e nem pelas formas legais. Os resíduos não apreendidos, ausentes da compreensão dos mediadores e mesmo dos próprios sujeitos, se somam continuamente, engendrando, do velho, o novo.

Os direitos humanos firmaram-se na agenda internacional desde a I Conferência Mundial de Direitos Humanos de Teerã, em 1968, que significou um marco nesse processo de entendimento, quando da avaliação de duas décadas de experiência da proteção internacional dos direitos humanos.

Dela saíram 29 resoluções sobre questões diversas e o endosso, pelas resoluções subseqüentes, da inter-relação ou indivisibilidade de todos os direitos humanos. A abrangência de medidas da I Conferência está relacionada às observações e advertências contidas na Proclamação de Teerã sobre Direitos Humanos como, por exemplo, a advertência para as “denegações maciças dos direitos humanos”, que colocavam em risco os “fundamentos da liberdade, justiça e paz no mundo”, assim como para a “brecha crescente” entre países economicamente desenvolvidos e os países em desenvolvimento, que impedia a realização dos direitos humanos na “comunidade internacional”.

Ela adverte para o fato de que as descobertas científicas e os avanços tecnológicos alcançados terem aberto amplas perspectivas de progresso econômico, social e cultural, eram eminentes os riscos de que grande contingente da humanidade não venha a desfrutar de tais benefícios. Enfim, o parágrafo 13 dessa Proclamação sintetiza os perigos da não realização dos direitos humanos: “Uma vez que os direitos humanos e as liberdades fundamentais são indivisíveis, a realização plena dos direitos civis e políticos sem o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais é impossível”. A tese da inter-relação ou indivisibilidade dos direitos humanos passou a ter “aceitação virtualmente universal”⁹.

⁸ LEFEBVRE, H. *O cotidiano no...* Op. cit. 1991.

⁹ TRINDADE, “O Legado da Declaração ... 1999. op. cit, p. 29.

Como a Declaração Universal dos Direitos Humanos não é juridicamente obrigatória aos Estados, foram promovidas negociações para a elaboração de um Pacto Internacional de Direitos Humanos que orientasse sua aplicação nos países que a ratificassem. Porém, dada a Guerra Fria, as negociações que se deram após a Segunda Guerra, resultaram em dois Pactos Internacionais diferentes, mas que se completavam. Um de Direitos Civis e Políticos – DCP e, outro de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – DESC, ambos de 1966, mas que passaram a vigorar somente após 1976.

A partir do final da década de 1960, devido à pressão do Movimento dos Direitos Humanos Internacionais contra o regime do *apartheid* na África do Sul e das denúncias de violações de direitos humanos por ditaduras militares em várias partes do mundo, as lutas para a aplicação sincrônica dos dois códigos foram estimuladas e se constituíram no complexo jurídico dos direitos humanos.

Os direitos econômicos, sociais e culturais estão fundamentados no movimento socialista do século XIX, que, desde o início, priorizou uma hierarquia de valores tendo como valor supremo a igualdade de todos os grupos ou classes sociais no acesso a condições de vida digna. Assim, o elemento comum ao conjunto dos direitos contemplados nesse Pacto visava:

A proteção das classes ou grupos sociais desfavorecidos, contra a dominação socioeconômica exercida pela minoria rica e poderosa e contra a antijuridicidade ou inércia Estatal, traduzida na negligência ou recusa dos órgãos públicos em limitar ou controlar o poder econômico privado¹⁰.

Essa recomendação via no papel do Estado um moderador da burguesia em seu afã de acumulação, em relação à superexploração do trabalhador arriscado a morrer na miserabilidade. Como exigências de superação da inércia estatal em evitar abusos dos poderes públicos em favor dos poderosos, os direitos humanos declarados no Pacto de Direitos Econômicos Sociais e Culturais objetivam políticas públicas ou programas de ação governamental coordenados entre si e fundamentados no princípio da solidariedade como esforço para livrar o homem da necessidade e do temor da insegurança. Apóiam-

¹⁰ COMPARATO, F. K. A afirmação ... op. cit, p. 64.

se nos ditames da justiça distributiva ou promocional, na repartição das vantagens ou encargos sociais em função das carências de cada grupo ou estrato da sociedade.

Os direitos fundamentais básicos que devem nortear as políticas sociais estão sintetizados no artigo 22 do Pacto dos DESC que define:

Toda pessoa como membro de uma sociedade tem direito à previdência social, ao trabalho, a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência de acordo com a dignidade humana.

E o artigo 25 afirma:

Toda pessoa tem direito a um nível suficiente para garantir sua saúde, seu bem-estar e de sua família, no tocante à alimentação, à vestimenta, à moradia, aos cuidados médicos e também aos serviços sociais necessários.

A maternidade e a infância têm direito a ajuda e assistência especiais. “Todas as crianças, sejam nascidas no casamento ou fora dele, desfrutam a mesma proteção especial”.

O artigo 26 defende:

Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que concerne ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissionalizante deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve ser aberto em plena igualdade a todos em função do mérito. A educação deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao reforço do respeito aos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais, Deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos¹¹.

Paralelamente às discussões para a constituição dos pactos internacionais de direitos humanos, no âmbito das Nações Unidas foram elaboradas *convenções* destinadas a proteger grupos de indivíduos e certos tipos de violações. As principais são: de eliminação de todas as formas de discriminação racial (1965); de não discriminação de gênero e de afirmação dos direitos da mulher (1979); contra a tortura e outras práticas cruéis, desumanas ou degradantes (1984); dos direitos da criança (1989).

1. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

¹¹ Idem., p. 342.

No que diz respeito à criança e ao adolescente, depois de 1919, como parte do Tratado de Versalhes, foi criada a Organização Internacional do Trabalho – OIT, que se juntou, em 1923, à ONG Unin for Child Welfare para elaborar princípios que fundamentassem os direitos da criança, os quais foram incorporados pela Liga das Nações, que formulou a *primeira* Declaração dos Direitos da Criança, em 1924.

Essa primeira declaração definia os direitos da criança em quatro sucintos itens:

1. A criança tem o direito de se desenvolver de maneira natural, material e espiritualmente;
2. A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser encorajada; o órfão e a abandonada devem ser abrigados e protegidos;
3. A criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo o tipo de exploração;
4. A criança deve ser educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos¹².

Estes poucos artigos, marcados pela ausência de coercitividade, deram início ao *reconhecimento dos direitos da infância* e da necessidade de sua proteção e engendraram mudanças em relação à concepção acerca da autonomia e dos direitos da criança e do adolescente. Estava implícito, nesses poucos artigos, o importante conceito denominado *interesse superior da criança*, retomado na Convenção de 1989.

Em novembro de 1946, por causa de milhares de crianças órfãs ou deslocadas da guerra, a ONU criou o Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância Necessitada – UNICEF (Nation United Nations Internacional Child Emergency Fund). Em 1953 esse órgão, segundo a Assembléia Geral da ONU, passou a ser permanente e a estender sua ação aos serviços sociais para a criança e sua família.

No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, representou um código de princípios e valores universais embasados em uma *concepção inovadora*, que entendia os *direitos humanos como universais* e que a sua proteção não poderia se resumir ao domínio reservado do Estado, porque revelava tema de legítimo interesse internacional. Outra concepção inovadora foi a de que os direitos humanos compõem uma *unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada*, na qual os direitos civis e políticos devem se conjugar com os direitos econômicos, sociais e culturais. Ela inovou ainda ao combinar o discurso liberal

¹² MARCILIO, Maria Luiza. “A lenta construção dos direitos da criança brasileira no século XX, ”. In Revista USP. São Paulo: (37):46-57, março/maio, 1998 p.49.

da cidadania com o discurso social, de forma a cruzar tanto direitos civis e políticos, pelos arts. 3º a 21, como direitos sociais, econômicos e culturais, pelos arts. 22 a 28¹³.

Em 1959 a Assembléia Geral da ONU adotou a Declaração dos Direitos da Criança, resumida em dez princípios que buscaram ampliar e atualizar a proteção enunciada nos quatro artigos da declaração de 1924.

Após 1965, as discussões internacionais suscitadas pelos DESC estimularam a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho – OIT/1973 sobre a *idade mínima do trabalhador*. Solicitou-se que os países especificassem a idade mínima de admissão ao trabalho, recomendando-se “que elevem progressivamente esta idade mínima a um nível que possibilite o mais completo desenvolvimento físico e mental dos menores”; “que não seja inferior à idade em que cessa a obrigação escolar, ou seja, 15 anos”¹⁴.

Essa Convenção passou a ser mais um elemento para uma reflexão ampliada, embasada nos direitos humanos e no estado de direito, que, em seus desdobramentos, gerou uma teia de discussões internacionais sobre a infância, tecida por organizações internacionais e movimentos sociais, que sintetizaram, em 1989, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente. Estes passaram a ser reconhecidos como seres dotados de qualidades intrínsecas e de condições peculiares de existência, sendo por isso portadores de direitos especiais, pelos quais a família, a sociedade e o Estado devem zelar, a fim de que sejam conferidos de fato.

A II Conferência Mundial de Direitos Humanos das Nações Unidas, em junho de 1993, resultou no propósito de que a aplicação dos direitos humanos nos dias de hoje deve assegurar a “indivisibilidade na prática, com atenção especial às pessoas discriminadas ou desfavorecidas, aos grupos vulneráveis, aos pobres e aos socialmente excluídos, em suma, aos mais necessitados de proteção”. Seu preâmbulo conclama o para a “busca de soluções globais para problemas que afetam a todos os seres humanos, pela aspiração comum a valores superiores”. Fomenta a criação da infra-estrutura necessária ao fortalecimento das instituições nacionais para a vigência dos direitos

¹³ PIOVESAN, Flávia, *Temas de Direitos humanos*, 2ª ed, ver., ampl. E atualizada. São Paulo: Max Limonad, 2003 p. 41.

¹⁴ Convenção Nº 138.

humanos, a mobilização de todos os setores das Nações Unidas em prol da promoção dos direitos humanos e mecanismos globais e regionais de proteção.

Na Declaração dirigiu-se os direitos humanos de pessoas em determinada condição ou situação, aos direitos humanos das mulheres e das crianças. Deixa claro que “as obrigações convencionais de proteção vinculam os estados partes, e não só os governos”. Ela reclamou ainda um “maior fortalecimento na inter-relação entre democracia, desenvolvimento e direitos humanos” e endossou os termos da Declaração das Nações Unidas de 1986, sobre o direito ao desenvolvimento, inserindo-o definitivamente no universo conceitual do Direito Internacional dos Direitos Humanos¹⁵.

Aos Estados cabe o provimento de recursos internos capazes de reparar as violações dos direitos humanos: “fortalecimento de sua estrutura de administração da justiça à luz dos padrões consagrados nos instrumentos internacionais de direitos humanos”.

As perspectivas atuais de implementação dos fundamentos filosóficos do Pacto dos Direitos Econômicos e Sociais nas políticas sociais em vigor não são positivas. O ponto frágil é quanto à instauração de uma nova ordem econômica, em que o trabalho não esteja sujeito à dominação dos capitalistas¹⁶, visto que a ordem econômica vigente tanto sujeita o trabalhador quanto desconsidera os instrumentos necessários para um desenvolvimento econômico equilibrado¹⁷.

O conflito que se estabelece é de princípio — o de que todos têm direito ao acesso às condições para uma vida digna, a começar pelo direito ao trabalho —, o que remonta às lutas socialistas do século XIX. O Pacto pressupõe a constante e programada interferência do poder público na esfera privada para a progressiva eliminação das desigualdades sociais. Assim, tem como objetivo políticas públicas movidas por uma série de atos, dos mais variados tipos, unificados por comunhão de escopo e organizados num programa de longo prazo¹⁸.

As contradições apontadas nas relações entre políticas sociais e o neoliberalismo indicam que este se apóia em um discurso abrangente, mas que sua ação está formatada na equação do pouco investimento social. As políticas sociais estão sendo sufocadas

¹⁵ TRINDADE, op. cit, 1999, p. 31

¹⁶ COMPARATO. Op. cit. 2001, p. 350.

¹⁷ DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Política Social e política Econômica*. In revista Teoria e Debate, nº. 50, fev./abr. 2002, p. 28-33.

¹⁸ COMPARATO, Idem.

pelo predomínio da política econômica voltada para os interesses do capital financeiro. ao ser detalhado no próximo capítulo desta tese. .

Em relação às políticas sociais para a infância, a afirmação, no ECA, de que todas as crianças têm seus direitos reconhecidos e respeitados parece repetir o discurso liberal que a todos iguala absolutamente no plano jurídico e no plano das idéias, quando se sabe que a própria ordem econômico-social não respeitará o estabelecido.

1.1 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Na economia camponesa, o trabalho infantil fazia parte do trabalho necessário à manutenção do núcleo familiar e era ligado a diferentes atividades. No cômputo geral, pode-se dizer que a criança pobre submetida ao trabalho produz mais-valia e desde cedo arca com os custos da sua existência. Em muitos casos é com o seu trabalho que se mantém a família toda.

A OIT adotou instrumentos para controlar a exploração no mundo do trabalho desde a sua fundação em 1919. Sob o impacto das discussões sobre direitos humanos a partir dos Pactos de 1966 — Direitos Políticos e Direitos Econômicos, Sociais e Culturais —, publicou a Convenção 138, de 1973, sobre a Idade Mínima.

As Nações Unidas, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1989, reconhece esses direitos partindo do direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (art. 6). Os pais têm responsabilidade compartilhada na criação de seus filhos, e o Estado deverá apoiá-los nessa tarefa. A criança tem direitos de gozar o melhor padrão possível de saúde e serviços correlatos (art.14), direito a um nível de vida adequado (art.27), ao lazer e a atividades culturais (art. 31), direito de ser protegida contra a exploração econômica e o trabalho prejudicial ao seu desenvolvimento (art. 32) e contra todas as outras formas de exploração¹⁹.

Como parte do sistema internacional de tratados de direitos humanos, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança relaciona-se com outros *seis tratados* considerados fundamentais: o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Inumanas ou Degradantes.

Todos esses tratados têm como órgão de controle um Comitê encarregado de examinar os progressos realizados no cumprimento das obrigações contraídas pelos Estados-membros mediante a análise de relatórios, conforme estipulado no artigo 44 da Convenção sobre os Direitos da Criança, por exemplo.

Os princípios da Convenção figuraram na Constituição Federal de 1988, no capítulo V e no artigo 227, que fundamenta o ECA. Os instrumentos ou medidas a

¹⁹ A Convenção é um documento síntese da evolução dos direitos da criança. É dividida em quatro blocos. A primeira parte, com 36 artigos.

serem adotados pelos governos nacionais abrangem programas de ação para remover as crianças de tais formas de trabalho, a atenção a crianças em risco, em especial às meninas, a assistência direta para reabilitação social e integração de crianças removidas, programas educacionais incluindo o acesso à educação básica gratuita e o treinamento vocacional e, ainda, mecanismos de monitoramento. As ações requeridas aos governos incluem a designação de autoridades competentes para a implementação da Convenção, o estabelecimento de sanções penais e a listagem dos tipos de trabalho que serão banidos — e que deverá ser revisada sempre que necessário.

Um tema de extrema relevância abordado pela CIDCA é o reconhecimento dos direitos econômicos, sociais e culturais das crianças e dos adolescentes. O artigo 4º estabelece que os estados partes adotem medidas administrativas, legislativas e de outra índole com vista à implementação dos direitos ali reconhecidos. Afirma que, em relação aos direitos econômicos sociais e culturais, os estados-partes adotarão essas medidas utilizando ao máximo os recursos disponíveis. Tal afirmação gera dois problemas: o da definição do que seja a *implementação* e o da identificação do nível de gastos de cada Estado²⁰.

A falta de compromisso efetivo dos estados com a concretização dos direitos, especialmente os sociais, sob o argumento da falta de capacidade econômica, é correlata a três artigos da Convenção — 4º, 23 e 27 —, nos quais ela condiciona a adoção de medidas concretas em prol da infância à existência de possibilidade e de acordo com os recursos disponíveis, em contradição com outros dispositivos do texto que estabelecem compromissos taxativos.

Outros problemas referem-se aos conceitos jurídicos que sustentam a Convenção, ou seja, ao fato de serem, muitas vezes, formulados de maneira indeterminada e não coercitiva, dando margem a ambigüidades. Outra questão mal colocada é a indevida divisão em direitos individuais, civis e políticos, por um lado, e direitos econômicos, sociais e culturais, por outro. A Declaração e o Programa de Ação de Viena, aprovados pela Conferência Mundial de Direitos Humanos em 25 de junho de 1993, são enfáticos contra essa divisão:

Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes e estão relacionados entre si. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global e de

²⁰Implementação que remete a um conjunto de medidas não só legislativas, mas principalmente orçamentárias, administrativas e políticas, que, juntas, levam à concretização de um ou mais direitos.

maneira justa e eqüitativa, em pé de igualdade e dando a todos o mesmo peso²¹.

Não se justifica, portanto, “a ressalva feita pelo artigo 4º ao limitar a adoção das medidas para a implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais ao máximo de recurso disponíveis”²². Tal ressalva pode estimular que os estados deixem de cumprir seus deveres frente a proteção à infância sob o argumento da falta de recursos, tornando letra morta as disposições atinentes aos direitos sociais..

No início do século XXI, dez anos após a assinatura da Convenção de 1989 e da implantação, no Brasil, do Comitê Internacional de Defesa da Criança (1991), foi aprovado um conjunto de diretrizes — transnacionais — para ajudar os estados-partes a redigir e estruturar seus relatórios iniciais, que deveriam versar sobre as dificuldades e os obstáculos encontrados para a implementação da Convenção. O Comitê orienta que os informes venham de uma análise crítica que possa estimular a especificação das prioridades de implementação e os desafios futuros. O que se observa é a lentidão e a falta de mecanismos apropriados para tratar a situação dos estados que não apresentam relatórios, apesar do compromisso assumido. Nesse século que se inicia, faltam ao Comitê Internacional cerca de cinquenta relatórios, um deles do Brasil.

São pontos positivos a adesão massiva à Convenção, com o estabelecimento de um mecanismo de avaliação, a independência dos membros do Comitê, sua competência de auto-organização e prerrogativa de recolher dados em fontes que não sejam os relatórios dos estados.

Seus obstáculos, entretanto indicam que os estados pouco se sentem ameaçados por um órgão internacional de controle cujos mecanismos estabelecidos não cumprem de maneira satisfatória seu papel, ou seja, não punem os que não entregam seus relatórios, os que entregam relatórios incompletos, não enviam representantes às reuniões etc. Outro problema é a superposição de órgãos de controle no âmbito das Nações Unidas.

Dentre as redes internacionais, nacionais e de ONGs que atuavam na defesa e implementação dos direitos da criança e do adolescente no que tange ao trabalho infantil

²¹ ANDRADE, Anderson Pereira de. *A Convenção sobre os Direitos da Criança em seu décimo aniversário: avanços, efetividade e desafios*. <http://www.ambito-juridico.com.br/aj/eca0004>, acesso em 10/05.

²² Idem..

no início da década de 1990, a OIT destacou-se na promoção de uma campanha para a ratificação da Convenção 138 (1973) sobre a idade mínima para o trabalho. Naquele contexto, ela promoveu simultaneamente o Programa Internacional Contra o Trabalho Infantil (IPEC), assumido no Brasil pelos ministérios da Justiça (MJ), do Trabalho (MT), da Educação (ME) e da Assistência Social (MAS) em 1994²³. A partir de então, já contando com a efetiva discussão na implementação do ECA, do CONANDA, dos Conselhos de Direitos e Tutelares e da LOAS, as políticas sociais começaram a ser formuladas sobre pressupostos opostos aos de antes do ECA, do ponto de vista administrativo e da conjuntura econômica. Administrativamente, ocorria a descentralização ou municipalização em decorrência da conjuntura econômica da regulação neoliberal do capitalismo a partir do governo Collor.

No conjunto, as ações do Estado na década de 1990 no que concerne aos direitos sociais e econômicos giraram em torno do que ficou conhecida como rede de Proteção Social, que engloba uma série de iniciativas para complementação de renda, geração de renda ou renda mínima. A quantidade de programas que foram disseminados pelo Brasil é incontável e não partiu somente do Estado; ao contrário, o que se verifica é a expansão das iniciativas do Terceiro Setor. Este tem procurado debater o trabalho infantil por meio de documentos como a “Recomendação sobre eliminação do trabalho infantil”, preparatório para a discussão do tema na Conferência de Oslo do mesmo ano. Dele saiu uma “Agenda de ação”, que destaca as formas mais intoleráveis, que devem ser eliminadas. Também a Declaração da Assembléia Geral da OIT de 1998 refere-se “às piores formas” de trabalho infantil em suas diversas modalidades.

Após a Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, de 1988, a Convenção 182 da OIT, de 1999²⁴, que versa sobre a proibição das piores formas do trabalho infantil tem uma recomendação que a acompanha, a Recomendação Nº 190, que serve de guia para uma ação nacional sobre a questão. Um dos seus elementos-chave recomenda que se considerem os pontos de vista não só das organizações de trabalhadores e

²³ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também firmou convênio com a OIT para disseminar, dentro do movimento sindical, uma consciência crítica sobre os direitos da criança e do adolescente trabalhador. Por este convênio, a Central realizou uma pesquisa sobre o trabalho infantil em mais de oito localidades: Sertãozinho, SP; Santos, SP; Franca, SP; Catadores do babaçu, Pará; Médio Jequitinhonha e Mucuri e outras. Por meio da Secretaria de Políticas Sociais, parece que durante os anos 1990 a Central se interessou abertamente pelo tema. Nos últimos anos, o empenho parece que não é mais o mesmo. Os antigos mediadores são atuantes do FNPETI. CEDOC/CUT. 2004.

²⁴ Vigora desde 19 de novembro de 2000. Em Janeiro de 2002, 113 países haviam ratificado a Convenção No. 182, o que atribui a esta convenção a distinção de ter tido a mais rápida taxa de ratificações, um indicativo do compromisso mundial para banir tal prática.

empregadores, mas também de outros grupos, incluindo de crianças, jovens e seus familiares, o que raramente acontece. A prática mais comum é a imposição de programas, muitas vezes ficando claro que estes serviram como instrumento político eleitoral, como foi o caso da implementação do PETI em Teófilo Otoni e é o caso da ausência de perspectiva de gênero e de gerações nas políticas sociais.

A compreensão sobre o significado do trabalho infantil relacionado a cadeia produtiva, subsidia a ação da OIT pois reconhece que o este trabalho não ocupa postos de trabalho para jovens, “nem é trabalho valioso nem o aprendizado combinado com a escolarização, que impulsiona as perspectivas presentes e futuras de uma criança. Nas suas piores formas é abuso de poder. São adultos explorando jovens, ingênuos, inocentes, fracos, vulneráveis e inseguros, para fins de lucro pessoal”²⁵. Sobre a ratificação da Convenção 182, sobre as piores formas de trabalho infantil, a OIT alerta que a sua ratificação formal é a parte mais fácil, “a mais difícil é encontrar escadas para tirá-los dos poços de violência e discriminação em que vivem”,²⁶.

As piores formas de trabalho infantil incluem todas as formas de escravidão e práticas similares como venda e tráfico de crianças, servidão por dívidas, trabalho forçado ou compulsório, incluindo o recrutamento de crianças em conflitos armados, prostituição e pornografia infantil, atividades ilícitas, incluindo o tráfico de drogas, e trabalhos que possam prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças, os quais deverão ser identificados por legislação e regulamentação nacionais. Crianças forçadas a trabalhar, principalmente em decorrência de situação de pobreza ou miséria absoluta de sua família. Nessas circunstâncias vivem as crianças e os adolescentes de Teófilo Otoni ouvidos nesta tese.

A Marcha Global Contra o Trabalho Infantil para promover a Convenção 182 da OIT iniciou-se em 1996 atrelada a antigas reflexões sobre direitos humanos. Em 1998, com a maior coalizão das organizações não governamentais ao movimento, veio à tona a realidade do trabalho infantil, já indicada pelos relatórios de instituições que investigavam esse tipo de violação de direitos humanos.

Apesar de não ter poder oficial, a Marcha Global foi reconhecida como representante da sociedade civil e participou das negociações do Fórum das Nações Unidas em Dacar, em abril de 2000, do qual participaram cerca de 150 países, que se

²⁵ SOMAVIA, Juan, Diretor Geral da OIT. *A Call for Universal Ratification*, apud TRECHOS DO RELATÓRIO BRASILEIRO SOBRE DHESC DA PLATAFORMA BRASILEIRA DE DHESC. Mimeo, 2004.

²⁶ Idem..

comprometeram a pôr fim às piores formas de trabalho infantil e a ampliar a obrigatoriedade da educação gratuita, obrigatória e de qualidade²⁷. Ficou claro, graças aos seus efeitos, que a única forma eficiente de exigir compromissos de governos e exigir direitos é a ação organizada.

A ação sindical deve assumir uma tarefa importante, uma vez que a criança que trabalha é oriunda de famílias de trabalhadores desempregados ou desorganizados, como é o caso dos habitantes do bairro Novo Horizonte e da Vila Solidarietà. Ela pode pressionar os políticos para a formulação e implementação de leis locais, fortalecendo a ação da sociedade local. Entretanto, as centrais sindicais e os próprios sindicatos têm se transformado em aparelhos burocráticos articulados com a utilização de fundos públicos e desvinculados das bases dos trabalhadores e de seus locais de moradia.

As duas Convenções da OIT, a 138 e a 182, foram ratificadas pelo Brasil em 2000, o que fez com que o país entrasse em uma fase delicada, a de fazer valer as palavras que estão nesses documentos, fase talvez a mais difícil se pensarmos na ausência de distribuição de rendas, nas opções econômicas e no descaso com essa questão. No âmbito das negociações da Organização Mundial do Comércio, o tema é discutido somente na perspectiva de guerra comercial entre as nações²⁸.

A ação contra o trabalho infantil restringe-se a combater as piores formas, deixando oculta e desassistida a maior parte da infância submetida a formas de trabalho como o doméstico, por exemplo.

Na periferia de Teófilo Otoni, pudemos observar como as políticas sociais para a infância em geral, e em particular as que visam a erradicação do trabalho infantil, estão distantes de permitir que a criança de fato saia do trabalho e permaneça na escola, instituição privilegiada no sentido de buscar observar a criança naquele período antes destinado ao trabalho.

As campanhas oficiais e da sociedade organizada — “Lugar de criança é na escola”; “Não ao trabalho infantil” — elevam a escola a único lugar possível onde a criança deveria estar para não se submeter ao trabalho. Apesar de fundamental, essa

²⁷ Manila, 1998. Objetivo: chamar a atenção para a grave situação da infância no mundo. Fazer a sociedade compreender que o trabalho infantil é exploração que mutila o equilíbrio psicológico, físico e moral de uma criança, comprometendo a vida de um adulto e o futuro de um país. SATIARTI Kaylaschi. Revista Caros Amigos, s/d.

²⁸ PASTORE, José. *A Evolução do trabalho humano: leituras em relações do trabalho*. São Paulo: Editora LTr, s/d.

dimensão é muito restrita, o que nos direcionaria para a análise da escola como locus privilegiado para a formação integral da criança, assunto que daria muitos desdobramentos, pois o que se verifica em relação a essa instituição, se consideradas as pesquisas recentes, é que ela não consegue sequer realizar suas funções pedagógicas básicas.

A experiência do PETI mostra que o comum é que o benefício, que deveria se reverter para a criança, acabe indo para a família como um todo, convertido em alimentos e no pagamento de taxas de água e energia elétrica. Entretanto, é clara a dificuldade em separar o que deveria ser da criança e da família nesse campo, tendo em vista que a ameaça da fome atinge todo o núcleo familiar.

A efetivação de políticas sociais para a erradicação do trabalho infantil falha ainda em seu compromisso com as famílias, no sentido de propiciar seu processo de promoção social.

Outras limitações podem ser observadas, por exemplo, nas críticas feitas pelas próprias crianças ao PETI, na falta de perspectiva para os jovens que estão saindo do programa e, por último, na questão de gênero, ausente nessas políticas sociais.

A convenção 182 alerta para o fato de ter havido uma diminuição do número de crianças trabalhando entre 1992 e 2003, mas ter aumentado o número de meninas no trabalho no mesmo período²⁹.

Trabalho infantil feminino em Poté - MG – 2006.

²⁹ OIT, Genebra, 2001 : “OIT – Um manual para as ONGs”. Minority Rights Group ternational. Londres, 2002, *apud* TRECHEOS do Relatório ... Op. cit, 2004. . Entre 2005 e 2006, observamos meninas vendendo sorvetes em Poté, Minas Gerais, e em Cotia, São Paulo.

A Convenção 182/1999 objetiva que os estados ratificantes adotem conjuntos de medidas envolvendo a elaboração e implementação de programas nacionais de ação para a eliminação das piores formas de trabalho infantil. A Emenda Constitucional nº 20, que incorpora a Convenção 182, altera o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição de 1988, deixando-o assim redigido:

Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos³⁰.

Ao traçar as diretrizes para a implementação das convenções, a OIT considera que são necessárias linhas efetivas da ação social e política nos três níveis da federação, com metas e prazos definidos, de forma coordenada entre trabalhadores, empregadores e governos, dentro da cadeia produtiva. Lembra aos empresários que, no marco da responsabilidade social responsável e sustentável, utilizem os recursos legais existentes, como os mecanismos relacionados à dedução no imposto de renda anual, para destinar recursos financeiros ao Fundo da Criança e do Adolescente do município a fim de atender às necessidades de crianças afastadas do trabalho e promover a inclusão adequada dos adolescentes no mercado de trabalho.

Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente em Teófilo Otoni, até 2005, tiveram suas atividades limitadas justamente por falta de projetos. Autoridades e órgão públicos dos três níveis devem prever recursos para essa demanda social, intensificar a fiscalização e promover diálogos com os setores produtivos. Devem ainda estimular o Ministério Público e o Ministério do Trabalho a seguir intermediando os acordos. Sindicatos e sociedade civil devem se engajar na denúncia da exploração do trabalho infantil³¹.

³⁰ Oliveira, Oris.

³¹ Desde junho de 2002 a OIT instituiu o dia 12 como o Dia Mundial contra o Trabalho infantil. O ano de 2005 teve como tema o trabalho infantil na mineração.

II. INFÂNCIA TRABALHO E DIREITOS NO BRASIL

Uma abordagem sociojurídica dos direitos da criança no Brasil abrange *quatro períodos*: caritativo-religioso; filantrópico-científico-higienista; militar-científico; democrático-humanista. O primeiro, abrangendo o período de 1500 até 1889, pode ser chamado de caritativo-religioso por causa da assistência à criança órfã ou exposta. Durante esse longo período, em 1738, é fundada no Rio de Janeiro a primeira Casa dos Expostos do Brasil, instituição onde funcionava a Roda dos Expostos³².

Até 1964, pode-se dizer que se trata de uma abordagem filantrópico-científico-higienista. Pautado por uma assistência à infância órfã, abandonada e delinquente, baseava-se na racionalidade científica, para a qual o método, a sistematização e a disciplina tinham prioridade sobre a piedade católica anterior. Trata-se de uma visão sobre a criança que une os ideais positivistas republicanos com a necessidade de criação de instituições governamentais que proporcionem educação elementar e capacitação profissional para que a criança no futuro possa obter seu sustento, evitando o surgimento da delinquência juvenil.

O primeiro Código Penal republicano, de 1890, estabeleceu as fases da infância, que marcavam o sujeito no ato da infração penal. Os de idade inferior a 9 anos eram considerados inimputáveis; aqueles cuja idade estava entre 9 e 14 anos eram recolhidos quando apresentavam discernimento; e os que estavam entre 14 e 21 anos, pelo fato de ainda não ter chegado à maioridade, eram beneficiados com certos atenuantes. Ainda predominava a Teoria da Ação com Discernimento.

³² VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os direitos da criança e do adolescente – origem, desenvolvimento e perspectivas: uma abordagem sócio-jurídica*. Nos trabalhos da Constituinte de 1823, José Bonifácio defende um projeto em que “a escrava, durante a prenhez e passado o terceiro mês, não será ocupada em casa, depois do parto terá um mês de convalescença e, passado este, durante o ano, não trabalhará longe da cria”. Mas a primeira Constituição (1824) sequer menciona a criança e o adolescente. O Código de 1830 comporta a teoria da ação em discernimento, segundo a qual a imputabilidade está baseada na condição pessoal de maturidade do agente diante do ato ilícito praticado. Assim, tornava isentos de criminalidade os menores de 14 anos quando não fosse provado o discernimento do fato, mas, mesmo assim, estes eram recolhidos às Casas de Correção até completarem 17 anos. Em decorrência da Campanha Abolicionista, em 1862 o Senado aprova a lei Silveira da Mota, estabelecendo “a proibição de venda de escravos sob pressão e exposição pública, bem como a proibição de, em qualquer venda, separar o filho do pai e o marido da mulher”. A Lei do Vente Livre, de 1871, concedia a liberdade às crianças nascidas de mães escravas, visando a gradativa extinção da escravidão infantil. Entretanto: O menor deveria permanecer sob a autoridade do proprietário de escravos e de sua mãe, que juntos deveriam educá-lo até 8 anos de idade, quando o proprietário teria duas opções: poderia receber uma indenização estatal de 600 mil réis pagos em títulos do governo, a 6%, no prazo de 30 anos ou se utilizar os serviços do menor até que ele completasse 21 anos.

A primeira Constituição Republicana é omissa sobre a infância e a juventude, apesar de já vigente uma mentalidade filantrópico-médico-higienista, relacionada a uma preocupação mundial com *reformas* no tratamento dado à infância, já que até então o tratamento jurídico destinado à criança não diferia muito daquele direcionado ao adulto. Essas reformas foram forjadas por *um sentimento de indignação moral*, vindo de cidadãos preocupados com a devassidão dos costumes, com a indisciplina cívica em suas mais variadas formas, e aparecem em vários pontos da América Latina, legitimadas pela suposta proteção da infância “abandonada” e “delinqüente” e abrindo a possibilidade de intervenção estatal ilimitada para dispor dos “menores material ou moralmente abandonados”.

Fica claro, a partir de então, a forte tendência à institucionalização, bem como que “a indignação moral dos reformadores se referia muito mais aos excessos e à promiscuidade do encarceramento, deixando intacta a cultura hegemônica de seqüestro e omissão aos conflitos sociais”. Foram reformas fundamentadas em “modernos princípios extraídos da psicologia, da psiquiatria e da pedagogia”. O isolamento era estratégico para a manutenção da parte sadia da sociedade³³

No início do século XX, o Código Civil Brasileiro da República, de 1916, dentro de uma influência do Direito Romano e dos civilistas napoleônicos, subordina a mulher e os filhos menores dentro de um *pátrio poder* quase absoluto, centralizado na figura do homem-varão como chefe supremo da família, fazendo com que estes sujeitos somente viessem à público no âmbito da ilegalidade, como era o caso das crianças e adolescentes expostos pela pobreza.

A Lei 4242 de 1921 afasta da legislação penal brasileira a Teoria da Ação com Discernimento, e a idade penal foi fixada aos 14 anos³⁴. A partir de 1923, com o *juizado privado de menores*, começam a surgir os primeiros Juizados de Menores no Brasil. Uma das primeiras iniciativas foi a criação de um *abrigo provisório de menores*, onde era feita a triagem em abandonados ou delinqüentes para posterior encaminhamento para outros estabelecimentos.

As *causas* da existência de abandonados, delinqüentes e anormais eram associadas à desorganização familiar, como o desemprego que levava à carência, à

³³ MÉNDEZ R. Garcia. *Infância e cidadania na América Latina*, São Paulo: Hucitec/Inst. Ayrton Senna, 1998 p.32; ADORNO, Sérgio. “A experiência precoce da punição”. In Martins, J. de Souza. *O Massacre dos Inocentes; a criança sem infância no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 1991, p. 181.

³⁴ Vigorou no Brasil entre 1830 e 1921. A partir de então, crianças menores de 14 anos que cometessem ato de infração eram recolhidas às Casas de Correção.

pobreza e à indigência. As soluções propostas giravam em torno da reclusão dos pais em hospitais, cadeias públicas ou manicômios, justificadas pela falta de idoneidade moral, além de outras “degenerações” ligadas à natureza das ocupações, às influências étnicas e à imigração e migração desordenadas.

O Código de Menores de 1927 conseguiu corporificar leis e decretos que, desde 1902, se propunham a aprovar um mecanismo legal que desse especial relevo à questão do menor de idade. Ele alterou e substituiu concepções obsoletas, como as de discernimento, culpabilidade e responsabilidade, disciplinando ainda que a assistência à infância deveria passar da esfera punitiva para a educacional.

Algumas controvérsias surgiram em relação à legislação civil em vigor. Por exemplo, o pátrio poder foi transformado em pátrio dever, pois ao Estado era permitido intervir na relação pai e filho ou mesmo substituir a autoridade paterna, caso esta não tivesse condições ou se recusasse a dar ao filho educação regular, recorrendo então, o Estado, à utilização do internato.

A solução para o problema do “menor” estaria na racionalização da intervenção judiciária a fim de oferecer assistência e amparo com finalidades profiláticas quanto ao crime, à loucura, à prostituição e a anormalidades em geral. Uma mentalidade afinada com uma modernidade renegava seu passado escravocrata e trilhava o caminho da civilização pela negação permanente da barbárie, vista de formas diversas. Mentalidade que permanece atual, quando ainda nos deparamos com exércitos de crianças cotidianamente “submetidas à guerra de todos contra todos, transfiguradas precocemente em adultos, todavia reduzidas em um mundo adultocêntrico a sujeitos desprovidos de autonomia e de liberdade”³⁵. Soldados da própria subsistência, umas se sujeitam ao mundo do trabalho, outras vagam pelas ruas e tornam-se presas fáceis das instituições de amparo social, que as convertem em “carentes” ou em “abandonados”.

O termo “menor” foi cunhado pela medicina legal para divisar a população responsável e irresponsável, e foi reconhecido pelo direito público. Entretanto, seu emprego se generalizou, passando a se referir a toda criança ou adolescente excluído das políticas públicas, expressando, na realidade, um descompasso com o discurso civilizatório, que supõe o preparo das crianças e adolescentes para a vida social na condição de cidadãos sujeitos de sua própria história. Crianças que são “criminalizadas”, inscritas na ordem social como “menores”.

³⁵ ADORNO, Sérgio. “A experiência precoce da punição”. : *O Massacre dos Inocentes...* Op. cit.

A primeira Constituição republicana brasileira que menciona questões vinculadas à infância e juventude é a de 1934:

Incumbe à União, aos Estados e aos municípios, nos termos das leis respectivas: amparar a maternidade e infância e proteger a juventude contra a exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual (art. 138, letras c e d)³⁶

O Código Penal brasileiro de 1940 fixa a idade penal em 18 anos. Em 1941 foi criado o Serviço de Assistência a Menores – SAM, com a tarefa de prestar, em todo o território nacional, amparo social aos menores desvalidos e infratores. A medida buscava centralizar a execução de uma política nacional de internação, em que a exposição máxima ao trabalho resultaria na recomposição da identidade do menor abandonado e infrator dentro dos padrões de comportamento aceitáveis pela sociedade brasileira.

O terceiro período, militar-científico, vigorou de 1964 a 1988, quando predominou a visão de que o menor abandonado e infrator é uma questão de segurança nacional e que o Estado devia propiciar disciplina, reprimir e reeducar, para que a criança abandonada não se tornasse instrumento de oposição ao sistema democrático capitalista.

Com esse espírito, em dezembro de 1964 foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM. Esta instituição segue a linha pedagógica de internação do antigo Sistema de Atendimento ao Menor – SAM, acrescentando-se ao seu Programa Nacional de Bem-Estar do Menor – PNBEM o apoio doutrinário e logístico da Escola Superior de Guerra – ESG e sua Doutrina de Segurança Nacional. A síntese dessa mentalidade está no Código de Menores de 1979, baseado na *doutrina da situação irregular*, que acaba produzindo uma nova categoria jurídica para a criança menor de 18 anos materialmente abandonada, vítima de maus-tratos, em perigo moral, desassistida juridicamente, com desvio de conduta ou autora de infração penal, ou seja, “menor em situação irregular”. É mantida a inimputabilidade do menor de 18 anos...

O quarto período tem como princípio o espírito democrático-humanista e teve início em 1988, fruto de uma grande mobilização da sociedade civil organizada — movimentos sociais, ONGs, sindicatos, igrejas — desde os anos 70, com embasamento nos direitos humanos da criança e do adolescente. Buscou-se materializar uma

³⁶ VERONEZI, *Os Direitos da...* Op. cit, 1996.

legislação especial que tratasse a criança e o adolescente abandonados e infratores como um sujeitos de direitos.

Após as conquistas constitucionais, em abril de 1990 o governo Collor de Mello extingue a FUNABEM e cria a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência – FCBIA com o objetivo de formular, normatizar e coordenar a política de defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como de prestar assistência técnica a órgãos e entidades que executassem essa política. Em 13 de julho de 1990, a Lei 8.069 cria o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Baseado na *doutrina jurídica da proteção integral*, essa Lei veio pôr fim às situações repressivas permitidas pelo CM/79 e às políticas da FUNABEM, buscando varrer todas as ameaças aos direitos das crianças e dos adolescentes, suscitando, no seu conjunto de medidas, uma nova postura a ser tomada tanto pela família quanto pela escola, pelas entidades de atendimento, pela sociedade e pelo Estado, objetivando resguardar esses direitos.

As primeiras formas jurídicas sobre o *trabalho infantil* surgem na passagem do século XIX para o XX. O Decreto 1313, de 1891, estabelecia a jornada diária máxima de 7 horas para trabalhadores de sexo feminino com idade entre 12 e 15 anos e de sexo masculino na faixa de 12 a 14 anos; e de 9 horas diárias para os meninos com idade entre 14 e 15 anos. Posteriormente, o Decreto 22.042, de 1921, “regulamentou o trabalho dos adolescentes entre 14 e 18 anos no setor industrial”, expressando preocupação com a saúde e a educação desses trabalhadores, conforme os seguintes artigos:

Art. 7º: As autoridades incumbidas da inspeção do trabalho, os seus delegados, poderão, em qualquer tempo, requerer o exame médico nos menores de idade inferior a 18 anos, empregados na indústria, para efeito de verificar se os trabalhos de que estão encarregados são prejudiciais ao seu desenvolvimento físico, afim de fazê-los abandonar o serviço, se assim se concluir o referido exame.

Art. 16º: Nos estabelecimentos situados em lugar onde houver escola primária, dentro do raio de um quilômetro, será concedido aos menores analfabetos, o tempo necessários à frequência da escola.

Parágrafo único: Os estabelecimentos situados em lugar onde a escola estiver a maior distância e que ocuparem, permanentemente, mais de 30 menores analfabetos, de 14 a 18 anos, serão obrigados a manter o local apropriado em que lhes seja ministrada a instrução primária³⁷.

A Constituição de 1934 fixou o limite mínimo de idade para o trabalho do menor que não tivesse permissão judicial em 14 anos, para o trabalho noturno de menores de 16 anos e, nas indústrias insalubres, para os menores de 18 anos. Estes termos foram mantidos pelas Constituições de 1937 e 1946. Esta última proibia o trabalho em indústrias insalubres para mulheres, independentemente da idade.

Fica claro, para Spindel, que, dado “o sistema ineficiente de fiscalização e no contexto de um processo de implantação da infra-estrutura do parque industrial brasileiro, portanto, de intensa industrialização, que tais normas foram burladas com frequência”³⁸. Além disso, a incidência maior de crianças no trabalho recai sobre o trabalho agrícola e o informal, muito mais difíceis de serem fiscalizados em qualquer tempo.

A CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, Decreto-lei 5.452/43 traz maiores restrições ao trabalho do menor, fixando a idade-limite em 14 anos, e as condições de

³⁷ CASTRO, João A. L. e Castro, Dayse S. L. “Aspectos jurídicos da proibição do trabalho infantil e da proteção ao trabalhador adolescente”. In: In: CARVALHO NETO, Antonio. (orgs) *Trabalho Infantil: Infância Roubada*. Belo Horizonte: PUC-MG, Instituto de Relações do Trabalho, 2002 p.62.

³⁸ SPINDEL, Cheywa R. *Crianças e adolescentes ...* Op. cit. , p. 36.

trabalho para menores na faixa de 14 a 18 anos começam a ser regidas por regulamentos específicos. Tais avanços, mesmo que precários pela falta de fiscalização, são interrompidos e revertidos pelas disposições da Constituição de 1967 em dois pontos fundamentais: o rebaixamento da idade mínima de 14 para 12 anos e a eliminação da proibição, estabelecida na Constituição de 1946, de qualquer discriminação de salário por motivo de idade³⁹. São mudanças que fazem sentido se levarmos em conta a articulação entre as normas legais reguladoras do processo econômico e as características conjunturais daquele momento, em que se lançavam as bases para a expansão econômica de 1968-73 programada pelo regime militar.

Nesse contexto, a contrapartida social para a ampla oferta de força de trabalho migrante — criança, adolescente e adulto — foram as políticas de arrocho salarial, que “empobreceram as já pobres famílias dos estratos de renda mais baixos, de tal forma que a única solução encontrada por elas para garantir sua reprodução foi transformar precocemente filhos e filhas em provedores monetários”⁴⁰.

Foram mais de vinte anos de legalização do uso predatório do trabalho infanto-juvenil, ou seja, durante todo o período de maior crescimento da economia brasileira. Os números apontam uma absorção acelerada do emprego da mão-de-obra de crianças e jovens entre 1970 e 1985. Dentro desse período, entre 1980 e 84, houve um arrefecimento nessa absorção, que se inverte totalmente a partir de 1981. Nessas três fases, demanda e oferta acompanham as exigências do mercado de trabalho em geral, mas, quando a crise dos 80 se intensifica, o excedente de mão-de-obra será tanto do adulto quanto da criança.

O quadro social das grandes cidades passa a expressar o subemprego, o aumento da criança *na* e *da* rua, explicitando que o universo da mão-de-obra infanto-juvenil começa aquém da faixa etária de 10 anos, aferidos pelos dados estatísticos, e que representam um pequeno universo de trabalhadores com contrato de trabalho. Tal hipótese ganha consistência quando levamos em consideração o universo de crianças que trabalham e escapam da regulamentação legal, vivendo um mundo de trabalho

³⁹ Permitindo o pagamento de salário inferior ao mínimo regional a todos os menores, e não apenas aos menores aprendizes, como era até então determinado pela CLT em seu artigo 80. Este artigo diz que o salário do aprendiz deveria ser equivalente a meio salário mínimo no primeiro ano e a 75% a partir do segundo ano.

⁴⁰ SPINDEL. Idem.. A autora trabalha com informações de fontes oficiais de recenseamento, como os censos decenais e as pesquisas nacionais por amostragem domiciliar, que trabalham com a população economicamente ativa maior de 10 anos de idade.

invisível aos olhos do grande público, mas arcando, dentro de casa, com os encargos domésticos de toda família e de outras⁴¹.

Em sua segunda edição, o Código de Menores de 1979 coincidiu com a comemoração do Ano Internacional da Criança, fruto de uma mobilização mundial que exigia atenção especial aos direitos das crianças, fundamentada nas reflexões sobre direitos humanos que permeavam as ações dos diferentes mediadores sociais desde a década de 1970⁴². Os movimentos sociais visavam mudanças na legislação, na mentalidade social e nas práticas judiciais e sociais dos órgãos do Estado que implementavam a política destinada a esse segmento. Novas concepções, de criança, direitos, Estado de Direito, de democracia participativa, começavam a ser engendradas.

O Ano Internacional da Criança deu repercussão internacional às discussões já existentes e, dez anos depois, em 1989, seriam sintetizadas na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a doutrina da Proteção Integral.

A conjuntura econômica internacional que antecedeu o Estatuto da Criança e do Adolescente registrava o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores, das categorias profissionais e das geracionais, ou seja, o enfraquecimento do paradigma da proteção social na Europa e, no Brasil, a “situação irregular”. Por outro lado, o movimento de lutas por expansão de direitos fortaleceu valores democráticos, liberais, jurídicos e princípios de diferença individual, moral, social, religiosa, cultural e educacional, buscando anular os pressupostos da “situação irregular” do CM/1979. A problemática ganhou expressão nacional num contexto de profundas mudanças, ocorridas nos anos 1980⁴³. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, formado no

⁴¹ Pesquisas que buscaram enfocar este universo de trabalho infantil tolerado e reproduzido na cotidianidade de crianças que não são visíveis, que não falam de si, mostram que elas *compõem um universo muito maior do que aquele composto pela criança que vive ou está na rua ou no trabalho regulamentado* e que, entretanto, não são contempladas pelas convenções internacionais, pois sua condição não apresenta risco aparente, e sequer por políticas públicas. MACHADO, Leda Maria Vieira. *A corporação do gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999. [as políticas públicas não comportam também perspectiva de gênero ... sobre a criança, o enfoque atual, com base na Convenção 182/2001, recai sobre as “piores formas de trabalho infantil” e as crianças em “situação de risco”]

⁴² SADER, Eder. *Quando Novos Personagens ...* Op. cit, 1988. De forma nítida na mediação feita pela Igreja Católica - Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados e pela Comissão de Justiça e Paz. Tal mediação atingiu as CEBs, os Clubes de Mães e os movimentos sociais.

⁴³ Eleições para o legislativo, em 1982, seguidas do movimento constituinte e do movimento Diretas-Já. Entre 1985-89, sob os ditames do liberalismo democrático e do Estado de Direito, o poder foi dividido em

início dessa década a partir de uma rede composta por pessoas e instituições engajadas em programas alternativos de atendimento à criança e ao adolescente, é o primeiro interlocutor em âmbito nacional sobre a problemática da criança pobre e excluída. Ganhou expressão nacional por ressaltar o “protagonismo de crianças, adolescentes e educadores no processo de mobilização para a discussão e a aprovação da nova legislação. Com o propósito claro de lutar por direitos de cidadania, denuncia a violência institucionalizada, exercida pelos aparatos de repressão e controle do Estado: policiais, delegacias de polícias” e Febems⁴⁴. A estrutura social desigual, e a omissão completa por parte do Estado em relação às políticas sociais básicas.

1. NOVAS MEDIAÇÕES E NOVOS DIREITOS

As contradições geradas pelo desenvolvimento urbano lançaram as classes populares contra o Estado a partir da década de 1970, porque este se mostrava incapaz de realizar e preservar sua imagem ideológica de “provedor” do conjunto da sociedade. Confrontos e contradições foram gerados pelas demandas de serviços e equipamentos urbanos, engendradas pelas novas exigências de acumulação do capital e pelo “aprofundamento das atividades produtivas e da divisão social do trabalho”, cujo lócus privilegiado passou a ser as metrópoles. O capital foi se apropriando das cidades em dois planos: pela renda urbana e pela concentração das inversões privadas e públicas nos setores mais rentáveis. O Estado aparece como uma agência de empregos ao alcance somente de uma burocracia inoperante, formada de “apadrinhados” da chamada “classe política”, tendo que assegurar funções sociais, políticas e ideológicas, contraditórias entre si.

As condições de vida para o conjunto da população e ao mesmo tempo o uso desenfreado do solo, em função da instituição da propriedade privada; criar as condições para o funcionamento da cidade, como lócus de atividades produtivas e de reprodução da população trabalhadora sem ter, por outro lado os recursos e os meios materiais suficientes... manter o caráter impositivo da concentração espacial das

três instâncias e, dada abertura de espaço para a organização e expressão da sociedade civil, pela descentralização administrativa, municipalização e fortalecimento do Terceiro Setor, nos anos 1990.

⁴⁴ GOHN, Maria da Glória M. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez Editora, 1997 “Num espaço de poucos anos o perfil do Movimento altera-se no sentido de passar das denúncias à fiscalização” e a “proposição básica passa a ser a da cooperação na elaboração de políticas sociais” p. 119. OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduina. *O Controle sócio-penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo: entre a “proteção” e a “punição”*, Doutorado em Serviço Social. PUC-SP: 2005 p. 78.

atividades produtivas, decidido descentralizadamente, e, de outra forma assegurar o controle e a coesão dessa população através da repressão e da ideologia da sua representatividade...⁴⁵.

O descortinar destas contradições põe em evidência a fragilidade das “cidade para os cidadãos”, a igualdade de todos os consumidores de equipamentos coletivos, do “interesse da maioria sobre a minoria” etc. Enfim, novos valores afloravam no processo de aprofundamento das contradições urbanas. Na emergência dos movimentos sociais, a ideologia do Estado forte começou a se esfacelar e o “poder político” a aparecer como um “poder privado”, um poder de poucos. No conjunto, ocorria o acirramento das “questões urbanas” e a politização do urbano (Capítulo. I).

Os movimentos sociais do período de 1945-64, somente ganharam sentido no discurso estatal, uma politização do urbano segundo a versão dominante, apesar de já haver delineado um cenário de crise social urbana desde o início do século XX. Diferentemente, na década de 1960 as novas formas de reivindicações populares e pressão sobre o Poder Público ganharam novas formas de enfrentamento, como novas também eram as condições sociais, por meio das CEBs, que passaram a desempenhar as funções de coordenação das atividades de várias associações locais — como sociedades amigos de bairros, clubes de futebol de várzea, clubes de jovens, de mães e outros — e a dirigir ondas de reivindicações diretamente ao Estado.

Na década de 1970, a diversidade dos movimentos sociais produzia-se enquanto tal “apesar da presença de referências comuns cruzando os vários movimentos, embasados em diferentes matrizes discursivas de contestação, mescladas nas práticas concretas que transcorreram fora do reconhecimento estatal”. Eles tiveram que constituir suas identidades como sujeitos políticos precisamente porque eram ignorados nos cenários políticos instituídos. Assim, a autonomia foi uma constante em seus discursos e, por isso, a *diversidade foi afirmada como sinal de identidade*, que, em última instância, “expressava as diferentes experiências do cotidiano dos trabalhadores, no campo e na cidade”⁴⁶.

No novo espaço social urbano, bairros formados pela autoconstrução e por mutirões expressaram carências e lutas coletivas por equipamentos urbanos, e, devido o caráter público da gestão coletiva destes serviços, a solução que restou foi a

⁴⁵ MOISÉS, J. Álvaro & MARTINEZ-ALIER, Verena. *A revolta dos suburbanos ou “Patrão, o trem atrasou*, In *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. 2ª ed. SP/RJ: CEDEC/Paz e Terra, 1978 p. 52.

⁴⁶ Idem.. SADER, Op. cit.

manifestação coletiva, sob duas formas: a *ação organizada*, vinda das associações ou Sociedades de Amigos de Bairros, que, no pós-guerra foram um espaço de passagem para os movimentos sociais mais amplos da década de 1980, e a *ação direta*, vinda de protestos repentinos e inesperados em face da deterioração de um setor do serviço público (consumo coletivo) diretamente ligado às condições urbanas de reprodução da força de trabalho, diante das contradições urbanas e contra o Estado.

Os clubes de mães aparecem como extensão das relações de vizinhança, da busca de alternativas para uma rotina opressiva da mulher, somada a uma reflexão coletiva sobre as carências do cotidiano que mostrava que os problemas antes encarados como “naturais” eram, na realidade, fruto de descaso do poder público e se configuravam em ausência de direitos. Eles organizaram ações “para fora”, reivindicações, ante os poderes públicos, de escolas, creches, ponto de ônibus, postos de saúde, mutirões para limpeza, centros comunitários para cuidar de crianças etc. As motivações de seus membros se tornaram pontos de partida para o redimensionamento tanto de aspectos da vida doméstica, do cotidiano, quanto da vida política. Nesses microespaços sociais de caráter pedagógico-político foram sendo engendrados os valores apreendidos nos movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, que se fortalecerão na década de 1980.

O pulsar da periferia repercutia nos movimentos sociais que, após 1975, passaram a comportar novos significados, tirados da reflexão sobre as precárias condições das classes subalternas, cada vez mais evidenciadas. Emergiram novos projetos, estilos, temas, imagens e aspirações religiosas, sociais e políticas. No final dos anos 1970, novas falas já haviam se misturado e modificado às próprias matrizes que os alimentaram⁴⁷.

Com alta dose de expressões e significados, os movimentos sociais adentraram os anos 1980 com a marca dos “anos de resistência” popular. Resistência que nasceu fora dos locais de trabalho, forjando um fluxo importante de mobilizações que aglutinou inúmeros e variados grupos excluídos dos benefícios do desenvolvimento econômico urbano e rural, denunciando, ao mesmo tempo, o caráter elitista do regime.

⁴⁷ SADER, Eder. *Quando novos ... Op. cit.* p. 145. A sintaxe dessas reelaborações pode ser identificada no discurso de três agências sociais ou centros de elaboração discursiva que visavam o cotidiano popular e a reelaboração da ótica de uma luta contrária às condições dadas: a Igreja Católica; grupos de esquerda desarticulados; estrutura sindical/novo sindicalismo. A diferença entre eles está na incidência social e na consistência argumentativa, que expressavam resistências e projetos de rupturas embasados em uma *valorização do cotidiano*.

Os sujeitos sociais passaram a reconhecer e a lutar por seus direitos, a perder o medo de pensar e agir e, de forma ainda embrionária e fragmentada, começaram a esboçar um campo de resistência e organização popular⁴⁸, uma consciência de insubordinação, fazendo alastrar “um sentimento de oposição e revolta que culminou em passeatas, ocupações de terras, depredações e inúmeros tipos de manifestações, organizadas ou espontâneas, que, a partir dos finais dos anos 1970, passaram a desafiar abertamente a ordem instituída”⁴⁹.

Eram novas forças sociais que impingiam pressões sobre o regime militar. Este, por sua vez, passou a conceder reformas graduais desde 1974, fortalecendo ainda mais os movimentos sociais⁵⁰. Entretanto, segundo Kowarick e Bonduki, apesar de todos os avanços e de todas as conquistas, na realidade,

A sociedade brasileira, nos primórdios dos anos 1980, mesmo nas grandes regiões metropolitanas, era como continua sendo ainda muito pouco estruturada em organismos populares capazes de interferir autonomamente na esfera política... é preciso que se diga que os movimentos sociais, mesmo tendo presença marcante no cenário político, organizaram efetivamente uma parcela minoritária da população, fazendo com que as concepções defendidas por estes agrupamentos partidários tenham grandes dificuldades de se enraizarem de maneira mais ampla”⁵¹.

Tais avanços tampouco impediram a grave crise nas condições de vida em meados dessa década. A análise desses autores aponta para a fragilidade da sociedade civil, que se acentuou sob os impactos do neoliberalismo nos anos 1990. Em contrapartida, tal fragilidade comprometeu a dinâmica de funcionamento das políticas sociais, que previa a participação efetiva da sociedade civil.

A explosão dos movimentos sociais, por assim dizer, esteve ligada mais fortemente aos problemas habitacionais e de retorno à terra, relegadas até então ao âmbito individual. Resolvidos anteriormente os problemas de moradia, pelo processo da autoconstrução, para uns poucos e com o crescimento das favelas e a proliferação de

⁴⁸ Processo semelhante ocorre em Teófilo Otoni nos anos 1970/80.

⁴⁹ KOWARICK, L. & BONDUKI, N. *Espaço Urbano e espaço político: do populismo à redemocratização*, In *As Lutas Sociais e a Cidade*: São Paulo; Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra.p. 169.

⁵⁰ Idem., p. 179. “As matrizes ideológicas que regem a formação do PT jamais poderiam ter germinado se os próprios setores populares não estivessem previamente organizados pela base e impregnados daquilo que chamamos de ‘consciência de exclusão e insubordinação’, gerados nos períodos mais repressivos da ditadura militar”.

⁵¹ Idem., p. 182.

cortiços, as invasões/ocupações organizadas de terra começaram, a partir de 1981, a mostram um grau de mobilização e organização popular anteriormente desconhecido. É importante voltar a dizer que, nas cidades, esse impulso só foi conseguido graças à existência de núcleos de aglutinação popular nos bairros periféricos formados no período anterior e, em boa parte, impulsionados pela ação das CEBs.

Da gama de problemas que se tornaram conhecidos, a violência contra menores expressou-se, por pressão parlamentar (1976), numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Em contrapartida, em 1979 foi reelaborado o Código de Menores de 1927, sem romper com a doutrina da situação irregular. A nova filosofia oficial de atendimento à criança e ao adolescente estaria então condensada na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FNBEM.

Nesse mesmo período, as primeiras pesquisas sobre crianças de rua em São Paulo mostraram que a maioria delas tem família e que estas, apesar de pobres, não são todas desestruturadas⁵².

A trajetória comum do menino que “ganha” a rua, inicia-se com:

[a] ida para a rua em horários determinados como em qualquer emprego, mantém relações com a família, mas vai gradativamente espaçando as voltas ao lar [...] vai adquirindo autonomia e passa a interagir mais intensamente com os grupos da rua. Afasta-se da família, mas não o descompromete da obrigação de contribuir para a manutenção da família e, para tanto, ele vai visitar ou é procurado no “ponto” (um cruzamento, uma praça ou uma calçada). Ele passa assim a ser responsável exclusivo pela própria manutenção e contribuinte generoso para o sustento do grupo familiar, que já não o apóia material ou afetivamente⁵³.

O indício da carência doméstica na ida da criança para a rua, e a sua contribuição no sustento da família, aparece na fala de uma mãe entrevistada em 1979, no Campo Belo, periferia Sul de São Paulo. Ela relata a experiência do filho de dez anos

⁵² MELLO, Sylvia Lesser de. “*Constância e permanência: as mulheres* Op. cit.

⁵³ FERREIRA, Rosa Fisher. *O menino de rua*. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz e CEDEC, 1980. O estudo acompanhou, durante vários meses, cinco grupos de garotos de rua, cada um composto de 10 a 20 crianças e adolescentes, a maioria do sexo masculino. augura os estudos sobre crianças de rua em São Paulo. Apud CAMPOS, Maria Machado Malta, *Infância Abandonada: o piedoso disfarce do trabalho precoce*. In MARTINS, J. de S. (org.). *O Massacre dos Inocentes; a criança sem infância no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 1991. p. 118. O vínculo dos meninos de rua com as famílias foram confirmados por pesquisa realizada no início da década de 1990, também em São Paulo. GREGORI, Maria Filomena. *Viração: Experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

em “sumir de casa”: “Eu passei a noite em claro procurando nos vizinho... de manhã, quando eu já ia para a delegacia... sete horas da manhã, ele tinha chegado”. A irmãzinha, que assistia, completou: “e ele trouxe o pão e o leite”⁵⁴.

Um dado da subsistência apresenta-se como elemento central da saída da criança: “e ele trouxe o pão e o leite”, lembrou a irmãzinha. As relações entre as crianças e as famílias permanecem encobertas nos depoimentos das mães e em outras representações. No caso das mães, exprimem mais uma tentativa de se eximirem de culpas, preocupação e reprovação.

No caso da sociedade, a representação perpassa um discurso que pretende disfarçar uma situação de miséria e exploração. O que se verifica, entretanto, é que “os filhos menores são encaminhados para o trabalho nos casos em que a sobrevivência do grupo familiar encontra-se em jogo”⁵⁵.

Uma mudança de concepção sobre criança, infância, trabalho e direitos, amadurecida num processo de lutas sociais desde os anos 1970, mostra os equívocos dos tratamentos assistenciais, caritativos e com fins correcionais que vinham sendo aplicados ao longo do século XX.

Eram enfatizadas as idéias de carência física e psíquica das crianças pobres: elas não estariam preparadas para enfrentar os desafios da sociedade moderna, por isso as políticas tinham, todas, caráter compensatório e, ao mesmo tempo, assistencialista, paternalista e correcional⁵⁶. A partir de então, com os engajamentos políticos, as reivindicações e conquistas de muitos novos sujeitos sociais urbanos amadureceu a compreensão de que uma conjuntura político-econômica desigual como a brasileira explica a realidade da criança pobre que se sujeita ao trabalho, o que levou ao despertar de uma *reflexão sobre direitos humanos, pobreza e miséria, concentração fundiária e migrações* que permitirá que a *problemática da infância das classes subalternas* se torne objeto de reflexão e ação de diferentes mediadores nos anos 1980/90.

Os elementos que uniam os movimentos sociais, tanto no campo quanto nas cidades, vinham desse conjunto de novas idéias. A estrutura fundiária era a responsável

⁵⁴ Idem., p.117..

⁵⁵ DREXEL, John e IANNONE, Leila Rentroia. *Criança e miséria: vida e morte*. São Paulo: Moderna, 1989 p. 23.

⁵⁶ GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e ...* Op. cit. p.118. O ECA pretende romper justamente este caráter assistencialista.

pelo êxodo rural das décadas precedentes. As crianças estavam na rua ou eram da rua porque pertenciam a famílias camponesas expulsas das suas terras.

Assim, das três agências discursivas apontadas por SADER, a ação da Igreja Católica define-se nitidamente a partir da expansão da Linha Seis da Declaração da CNBB, que define sua Ação Pastoral fortalecida pela expressiva presença das CEBs.

A sintonia da ação social da Igreja Católica com as questões relacionadas às migrações pode ser percebida pela Campanha da Fraternidade de 1980, que teve o tema “Para onde vais?”, enfocando diretamente as migrações compulsórias⁵⁷ e lançando a problemática de que as mazelas do contexto urbano estavam associadas às migrações forçadas, à fome e miséria do pequeno agricultor; às zonas de conflitos sérios, armados, em regiões onde a disputa pela terra é mais acirrada; à migração desordenada e ao inchaço nas zonas urbanas⁵⁸.

Sobre a criança, a Campanha da Fraternidade de 1987, baseada na mensagem de Cristo “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”, aborda a marginalização do menor nos centros urbanos e as relações dessa situação com a estrutura sócio-político-econômica injusta e geradora de desagregação cultural em decorrência da concentração fundiária, da expropriação do camponês e dos fluxos de migrações contínuas. Os problemas urbanos estão nas origens dos problemas da população rural, que, sem terra para plantar, passa a alimentar a ilusão da cidade, formando bairros empobrecidos e expandindo a periferia.

Nas cidades, os migrantes formaram novos espaços sociais, passaram a viver afastados das raízes culturais, a pagar aluguel elevado em habitações periféricas e sem infra-estrutura, a viver em bairros dormitórios e a gastar parte substancial do salário em transportes.

⁵⁷ É com este espírito que, dentro da Linha 6 da Declaração da CNBB – Ação Social, é criado o Serviço de Pastoral do Migrante na Igreja da Paz, na Baixada do Glicério em São Paulo. Uma iniciativa que esteve atrelada ao Centro de Estudos Migratórios dos teólogos scalabrinianos, que, formados pela Arquidiocese de São Paulo nos moldes da Teologia da Libertação, passaram a direcionar uma ação pastoral voltada para as migrações internas. MIRANDA, S. M. de . *O vaivém da sobrevivência: a Pastoral dos Migrantes e as ...* Op. cit. , p. 18.

⁵⁸ DREXEL, e IANNONE *Criança e miséria: vida e ...* Op. cit, p. 48

Políticas públicas praticamente inexistem. Todos esses elementos afetam a estrutura familiar e potencializam a “marginalização” de grande parte dos migrantes nas cidades.

A situação da criança é de completa exposição a um leque de privações, descuidos e violências, que compromete qualquer possibilidade na perspectiva dos direitos humanos, incluindo os direitos políticos — democracia/cidadania — sociais, culturais etc.⁵⁹. Elas aparecem nos semáforos, vendendo artigos para complementar a renda familiar, guardando carros, engraxando, soprando vidro, vendendo flores e em outras atividades, muitas vezes ocultas como a das mini-empregadas domésticas, ou permanecem em completa ociosidade na periferia. Vão, aos poucos, “ganhando” as ruas dos próprios bairros, trabalham nas vizinhanças e chegam aos espaços centrais.

As situações aviltantes a que uma parcela da infância pobre estava submetida, naquele contexto alimentaram debates, alinhavaram discursos, elegeram valores que passaram a subsidiar ações sociais e políticas desde os anos 1970.

Os movimentos sociais denunciaram o papel pouco educativo das Febems, a falta de escolas, creches, postos de saúde etc. Tais denúncias foram alimentadas por uma nova mentalidade, fundamentada nos direitos humanos, que fomentou o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, os Fórum de Direitos da Criança e culminou com a Carta Constitucional de 1988.

Naquele contexto de reivindicações e lutas, a organização dos trabalhadores avançou. Foram sendo criadas as centrais sindicais, que, em algumas regiões, tiveram forte penetração nos sindicatos e locais de trabalho. Houve um aumento importante dos sindicatos, tanto rurais quanto urbanos, do número de greves e de grevistas. Entretanto, apesar de revigoradas, as lutas trabalhistas não conseguiram reverter a tendência à deterioração salarial que adentrou os anos 1980, e a ampliação do mercado de trabalho informal acentuou a tendência do trabalho infantil na informalidade.

⁵⁹ Idem., p. 52 “a falta de vivência da afetividade com os pais, motivada pelas longas ausências, é a causa de um amadurecimento emocional mais lento, da falta de estimulação e insegurança que se reflete, muitas vezes, na falta de concentração nas atividades acadêmicas, na linguagem infantilizada, no rebaixamento de desempenho (desencadeado preliminarmente por subnutrição e déficit protéico), agravado por situações emocionais características do desamparo”.

2. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Um aparente consenso permeou o processo, composto por forças políticas divergentes, nas discussões e na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. Divergências já marcavam as propostas enviadas à Assembléia Constituinte, a saber: a emenda “Criança constituinte”⁶⁰, de iniciativa governamental e com a finalidade de subsidiar as propostas do Poder Executivo, sobretudo as relacionadas à criança na faixa etária de educação infantil de 0 a 6 anos. e a emenda, de caráter popular, chamada “Criança prioridade nacional”, que expressava as propostas dos movimentos em defesa da infância.

Enviada ao Congresso Nacional em abril de 1987, a emenda “Criança prioridade nacional” promoveu na sociedade organizada uma articulação que, em março de 1988, convergiu para o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDC⁶¹. Seu objetivo era desenvolver ações conjuntas de combate à violência contra crianças e adolescentes e organizar a participação das entidades não governamentais nos *lobbies* da Assembléia Constituinte. Desempenhou um importante papel político, sobretudo na junção das duas emendas.

Seus objetivos foram traçados na direção de promover a conscientização e a sensibilidade da sociedade sobre os direitos de crianças e adolescentes, além de contribuir para a transformação das determinações econômicas, dos condicionamentos político-sociais e jurídico-institucionais e dos fatores histórico-culturais responsáveis pela atual situação da infância e da adolescência no Brasil.

Em relação à defesa dos direitos de crianças e adolescentes, o Fórum propunha-se a contribuir para o cumprimento cabal, pela família, pela sociedade e pelo Estado, do dever constitucional de assegurar com absoluta prioridade os direitos consagrados na Constituição de 1988, a denunciar as omissões e transgressões que resultam na violação daqueles direitos e a colaborar para o resgate da integridade física, psicológica e moral das vítimas de negligência, abuso, exploração, maus-tratos, tráfico e extermínio.

A principal característica desse Fórum foi a força jurídica que as ONGs ganharam a partir da década de 1980, por serem entidades mistas, organizações de

⁶⁰ Anteprojeto de Constituição apresentado pelo “Centrão”, o qual trazia propostas de teor meramente assistencialista, paternalista e correccional-repressivo para esse seguimento social. OLIVEIRA E SILVA, . *O Controle Sócio-Penal dos Adolescentes ...* Op. cit, p. 78.

⁶¹ O Fórum DCA constituiu-se com 34 ONGs, sendo dez entidades que desenvolviam trabalhos diretos com crianças, oito centros de pesquisa, três sindicatos, quatro movimentos sociais, uma ONG internacional e oito membros de defesa de crianças.

direito privado, porém com características públicas, não-estatais e sem fins lucrativos, voltadas para a defesa e construção das causas públicas de ordem comunitária⁶².

A diferença entre o Fórum e os movimentos sociais é a concepção de trabalho de ambos. O primeiro preserva a autonomia e a identidade de cada membro e baseia-se no trabalho voluntário, de modo que o elemento que costura a aliança, a rede social, é a *solidariedade*. Outro elemento é o compromisso com a legalidade, pois o Fórum se propõe à cooperação com órgãos e entidades governamentais, portanto não se posiciona contra o Estado, como é o caso dos movimentos sociais.

Em termos comparativos, podemos relacionar algumas situações que sofreram mudanças entre o Código de Menores, de 1979, e do ECA, de 1990. O primeiro destinava-se apenas aos menores em situação irregular (carentes, abandonados, inadaptados, infratores); o segundo dirige-se a todas as crianças e adolescentes sem exceção. O Código tratava apenas da proteção (carentes e abandonados) e da vigilância (inadaptados e infratores); o ECA trata da proteção integral, isto é, da sobrevivência, do desenvolvimento e da integridade de toda criança e adolescente. Um usava o sistema de administração da justiça para fazer o controle da pobreza, enquanto o outro usa o sistema de justiça para o controle social do delito e cria mecanismos de exigibilidade para os direitos individuais e coletivos da população juvenil. No primeiro menor era visto como objeto de intervenção jurídico-social do Estado, no segundo a criança e o adolescente são vistos como sujeitos de direitos exigíveis com base na lei.

O Código era centralizado e autoritário; o ECA é descentralizado e aberto à participação da cidadania por intermédio de conselhos deliberativos e paritários. Um foi elaborado sem audiência da sociedade; o outro foi elaborado de forma tripartite, imposta por movimentos sociais, juristas e formuladores de políticas públicas. O primeiro segregava e discriminava os menores em situação irregular; o atual resgata direitos, responsabiliza e integra adolescentes em conflito com a lei. A formulação do primeiro não distinguia os casos sociais (pobreza) daqueles com implicações de natureza jurídica (delito); o atual estabelece uma clara distinção entre os casos sociais e aqueles com

⁶² GOHN, Maria da G. Os Sem Terra e... Op. cit. “o teor acadêmico, altamente analítico, correto porém generalizante, predominou nos objetivos relativos à *promoção* do menor, fazendo com que eles se perdessem enquanto objetivos e se incorporassem aos princípios da “articulação”. Na área da *defesa*, o objetivo do Fórum era mais preciso sendo inclusive aí que ele mais se destacava, especificamente no que fiz respeito às *denúncias*”. p. 125.

implicações de natureza jurídica, destinando os primeiros aos conselhos tutelares e os últimos somente à Justiça da Infância e da Juventude.

O Estatuto foi institucionalizado na contraditória conjuntura nacional e internacional que seguia as determinações do neoliberalismo, representadas no Brasil, em 1989, pelo início do governo Collor de Mello. O grupo de redação do Estatuto foi composto por diferentes mediadores, que divergiam em várias questões relacionadas às concepções metodológicas, educativas, filosóficas, de criança, de adolescente, de direito, de justiça. Havia uma “tensão nos diferentes projetos políticos societais” submersa nas relações, que sustentavam as discussões. Os principais mediadores ou forças políticas podem ser divididos em três grupos: jurídico, de políticas públicas e movimentos sociais⁶³.

Assim, mesmo que parcialmente, anseios populares, valores amadurecidos, conceituados, foram contemplados no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, destacando-se três situações distintas em relação ao trabalho da criança e do adolescente:

- 1 – a proibição de qualquer trabalho a menores de 14 anos — até que se complete o ensino fundamental, conforme a Convenção 136/173 da OIT;
- 2 – a proibição de trabalho aos adolescentes com idade entre 14 e 16 anos, salvo na condição de aprendiz (Emenda 20 de 98);
- 3 – a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos adolescentes com idade entre 16 e 18 anos.

O parágrafo 1º. do art. 227 da Constituição Federal estabelece que, “o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitindo a participação de entidades não governamentais”. Foi a partir desse artigo que se deu a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, que representou o ponto culminante da organização e mobilização da sociedade civil, no Brasil, em torno da criança e do adolescente nos anos 1980. Uma lei que vinha sendo forjada pela sociedade civil desde a segunda metade da década de 1970, num

⁶³“1) No mundo jurídico – representado por juízes, promotores, advogados e professores de direito; 2) nas políticas públicas – representado por assessores da FUNABEM e por dirigentes técnicos de órgãos estaduais inscritos no FONACRIAD (Fórum Nacional dos Dirigentes de Políticas Estaduais para a Criança e Adolescência; 3) nos movimentos sociais – representado pelo Fórum DCA e por um considerável grupo de entidades não governamentais”. OLIVEIRA E SILVA, *O Controle Sócio-Penal dos Adolescentes* op. cit, p. 86/87.

movimento intenso de ações sociais que propunham modificações fundamentais na política de atenção à criança e ao adolescente⁶⁴.

O artigo 1º. do ECA *dispôs* sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, o artigo 3º *reforçou* as garantias inerentes à pessoa humana previstas na Constituição, a fim de assegurar-lhes todas as oportunidades e facilidades no sentido de lhes possibilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade⁶⁵.

Pelo ECA, a responsabilidade em relação à criança e ao adolescente fica dividida entre a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público, ou seja, *o dever de assegurar*, “com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos inerentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Seus princípios fundamentais são três: da cidadania, do bem comum e da condição peculiar de desenvolvimento. Sua principal diretriz é a “articulação das políticas básicas e das assistenciais e a execução de programas e serviços de proteção especial”⁶⁶.

Ele propôs ainda uma nova divisão de trabalho e de responsabilidades entre as instâncias jurídicas, executivas e ONGs, ou seja, conforme determina a Constituição, que o atendimento às crianças e aos adolescentes seja feito com a participação da população, por meio de organizações representativas, o que reforçou o papel da sociedade e de entidades que trabalham na área da infância. Por causa dessa distribuição de responsabilidades, é comum a presença e a manifestação de diferentes ONGs, disseminadas em espaços urbanos e rurais. O fortalecimento do Terceiro Setor e a eficiência decorrente de então confundem as ações de uma parcela da sociedade civil organizada, como se fossem ações da sociedade como um todo. Além disso, em vez de parceria, o Terceiro Setor acaba cumprindo o papel do Estado, como fizeram os movimentos sociais nos anos 1980/90.

É importante lembrar que, ao assumir a política neoliberal e aplicar o ECA, ou seja, ao enxugar suas responsabilidades na efetivação das políticas sociais, o próprio

⁶⁴ PEREIRA, Irandi. *O Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: CEDOC/CUT, s/d.mimeo, p. 2.

⁶⁵ FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. *Cotidiano de crianças e adolescentes nas ruas da metrópole paulista: sob o fogo cruzado de posturas e opiniões* (1964-85). 1997. São Paulo: FFLCH da USP, 1997 “Reunião de organizações religiosas e assistencialistas e alternativas, representantes de movimentos de mulheres, negros e outras organizações e associações comunitárias, integrantes o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, profissionais da área do direito, da sociologia, da educação, da psicologia, da medicina, da assistência social etc., além de outras expressões sociais como sindicalistas, parlamentares, jornalistas, etc.” p; 184.

⁶⁶ Artigo 4º.

Estado liberou de seus quadros funcionários que tinham muita experiência no trato com a questão da infância e dos direitos. Pode-se dizer que esse capital humano foi canalizado para as iniciativas do Terceiro Setor, que tendem à expansão a partir de então.

Em Teófilo Otoni esse movimento de transferência de conhecimento para o Terceiro Setor é mais nítido na relação com os movimentos sociais. Uma porcentagem altíssima do atendimento à infância é realizada por ele, conforme analisarei no próximo capítulo.

3. ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Somente no início dos anos 1990 o tema trabalho infantil entrou na agenda nacional brasileira. As primeiras políticas sociais com tal objetivo foram enunciadas a partir de 1993, pela Lei 8.642, que criou o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e Adolescente – PRONAICA. Extinto em 1995, esse programa foi substituído pelo Conselho da Comunidade Solidária, criado para coordenar ações no campo social a partir de iniciativas locais. Apesar de extinto, o PRONAICA estimulou a articulação, como resposta à “mobilização de entidades locais, o levantamento da situação geral e a sensibilização dos atores e dos governos locais, visando à formação de Comitês Regionais compostos por organização locais da sociedade civil e representantes dos governos federal, estadual e municipal”⁶⁷.

O PETI foi criado por deliberação conjunta de governos, empregadores e trabalhadores, e exigiu que o Brasil ratificasse a Convenção 138 da OIT, de 1973 — sobre a idade mínima para o trabalho — e assumisse o compromisso internacional de eliminação do trabalho infantil. Integramos a rede de 25 países que acolheram o Programa, que surgiu com a missão oferecer cooperação técnica aos estados membros da OIT para a formulação de acordos e programas de erradicação e prevenção do trabalho infantil, visando restringir progressivamente essa modalidade de trabalho e a regulamentá-lo tendo em vista a sua eliminação definitiva⁶⁸.

⁶⁷ Governo Federal. *Documento preliminar do Governo Brasileiro para a Conferência internacional sobre o trabalho infantil, em Oslo, 1997*. citado : CAMPOS, Marta Silva e outros, p. 17. DRAIBE, Sonia Miriam. *O Welfare state no Brasil: características e perspectivas*. 1993

⁶⁸ CARVALHO, Maria do Carmo B. de. *O Combate do trabalho infantil na voz e na agenda da sociedade e do Estado brasileiro*. p. 11.

Os meios para a erradicação do trabalho infantil centram-se numa política de crescimento econômico que resulte na diminuição da pobreza, opção feita pelo Brasil desde a primeira reunião Ibero-americana tripartite — em nível ministerial — sobre a erradicação do trabalho infantil, realizada em 1997, em Cartagena das Índias. Além de sinalizar nesse sentido, o País assumiu o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, cujo objetivo é retirar crianças do trabalho insalubre ou degradante.

Inicialmente procurou-se diagnosticar os focos do trabalho da criança e do adolescente juntamente com a SAS – Secretaria de Assistência Social, dentro dos marcos da Política Nacional de Assistência Social, e *formular programas e projetos* que contribuíssem para a permanência e inserção ou reinserção da criança e do adolescente de 7 a 14 anos na escola como solução para a eliminação do trabalho em atividades perigosas, insalubres e degradantes⁶⁹.

A iniciativa do Ministério do Trabalho constitui-se numa ação interministerial que integra o conjunto de ações realizadas. Desse modo, as políticas sociais para a erradicação do trabalho infantil, a partir de 1990, convergiram para o PETI, em consonância com os anseios da sociedade civil, representada no FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, articulação resultante da organização de diversos setores e instâncias governamentais e não governamentais. Visa reunir, em nível municipal, os esforços de governos, organizações de trabalhadores, empregadores, ONGs, educadores, pais e crianças para uma cruzada contra o trabalho infantil.

Dado o percurso de cerca de três décadas de lutas por direitos da criança e do adolescente, se pudermos considerar o FNPETI uma espécie de síntese dos períodos anteriores, considerando seu viés de atuação — análises da situação para a capacitação de agentes das diferentes organizações e mobilização da sociedade em torno da questão —, talvez tenha ocorrido um distanciamento das bases sociais ou, talvez, tudo tenha se resumido no que se verifica em relação aos limites das políticas sociais sob os auspícios do neoliberalismo, que dirigem a atenção somente para as piores formas de trabalho infantil. O próprio Fórum encara o problema dessa perspectiva, mas tem a compreensão

⁶⁹ A Central Única dos Trabalhadores, nos primeiros anos da década de 1990, tem uma ação simultânea e correlata às diretrizes interministeriais. Firmou convênio com a OIT com o objetivo de promover debate, pesquisa e conscientização entre as categorias profissionais sobre o trabalho infantil. A tônica das mediações recaía no processo educativo, na escola como lugar de realização das potencialidades da infância.

de que o fenômeno é violência estrutural do sistema, pois está conectado aos mecanismos do mercado, de retirada de liquidez das economias formais e informais.

O PETI tem apoio técnico e financeiro da OIT e está assentado em três eixos: a escola, a jornada ampliada — reforço escolar, atividades esportivas, artísticas e de lazer — e o trabalho com as famílias, elemento central na doutrina da proteção integral, ou seja, promover meios para que famílias possam ser sujeitos do seu processo de promoção social.

Além do atendimento à criança e ao adolescente, o Programa pretende ainda proporcionar apoio e orientação às famílias por meio de oferta de ações socioeducativas e da implementação de programas e projetos de geração de trabalho e renda, objetivando contribuir para o processo emancipatório da família.

Uma avaliação dos técnicos do Ministério do Trabalho de Minas Gerais reconhece positivities no PETI, pela abrangência ou pelo número de crianças e adolescentes beneficiados, na possibilidade de atividades de formação e capacitação para os pais, na exigência de as crianças e adolescentes ter de frequentar a escola e participar das atividades de *jornada ampliada*. As críticas apontam seus limites operacionais, como a dificuldade no preenchimento de formulários, a demora na liberação das verbas e a dificuldade no monitoramento⁷⁰, ficando difícil analisar a qualidade da implementação no âmbito do município e as mudanças na vida das pessoas.

Nesta tese, busquei, nos bairros, junto às famílias, analisar as possíveis mudanças em prol do processo emancipatório do grupo da Vila Solidariedade e do bairro Novo Horizonte, em Teófilo Otoni, que ainda se apresentam imperceptíveis. Tal processo implica a eliminação de diferentes processos de exclusão/inclusão⁷¹. As políticas de proteção à criança e contra o trabalho infantil apresentam sérios comprometimentos. A precariedade com que os programas são implementados não

⁷⁰ MARQUES, M^a Elizabeth, FAZZI, Rita de Cássia e LEAL, Rita de S. “As representações das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais”, Belo Horizonte: PUC-MG, Instituto de Relações do Trabalho, 2002p. 217. As famílias do Novo Horizonte e da Vila Solidariedade registram uma irregularidade no pagamento do benefício. Existe uma caótica política de cadastramento de famílias para os programas sociais, relacionada às distorções no preenchimento dos formulários. A solução empregada tem sido o recadastramento das famílias e a concentração dos benefícios no programa Bolsa-Família. Em janeiro de 2006, esse recadastramento estava sendo empreendido pela prefeitura de Teófilo Otoni.

⁷¹ Parece que a aplicação do programa numa dimensão mais aprofundada ainda está por ocorrer, pois questões básicas de infra-estrutura e de qualificação pedagógica foram apontadas como graves por alunos que frequentaram-no até 2005, confirmando indícios de seu uso para fins políticos.

permite que ocorra esse desdobramento qualitativo, ponto nevrálgico apontado por diferentes mediadores.

III – NECESSIDADES HUMANAS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Peritos das Nações Unidas, em 1996, definiram as prioridades de uma política social que contemple direitos básicos para uma vida digna, Incluindo o direito a uma moradia adequada, segurança alimentar, saúde, educação, trabalho etc.

O direito de se alimentar suficientemente faz parte do núcleo essencial dos direitos humanos, pois representa mera extensão do direito à vida. Na segurança alimentar está reconhecido o direito fundamental de toda pessoa estar protegida contra a fome e a obrigação de os estados adotarem, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas necessárias.

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena 1993) enfatizou que os recursos alimentares não podem ser usados como instrumento para o exercício de pressões políticas entre estados. Deixa claro em seus artigos o direito a políticas de saúde, não só de natureza preventiva como também curativa.

A situação de acesso à terra e da propriedade da terra rural no Brasil revela que os minifúndios totalizavam 3.183.055 imóveis, 88,7% do total de imóveis, detendo 92,1 milhões de hectares, apenas 22,2% da área total cadastrada. Enquanto isso, as chamadas grandes propriedades totalizavam 104.744 imóveis, 2,9% do total, detendo, porém, 238,3 milhões de hectares, 57,3% da área cadastrada no país⁷², sendo 21 mil megalatifúndios, representando apenas 0,6% do total de imóveis rurais cadastrados, detendo mais de 149 milhões de hectares, ou seja, cerca de 36% da área cadastrada. Em contrapartida, os estudos do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento Agrário apontam para a existência, na área rural, de mais de cinco milhões de famílias demandantes de terra e de terras disponíveis, dentro dos limites da legislação vigente, para assentar mais de 2,5 milhões de famílias. O número de famílias sem acesso à terra cresceu de 4.145 mil para 4.455 mil famílias, indicando um crescimento absoluto de 310 mil no número de famílias sem terra.

⁷² Análises do Cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), relativas a 1998, apud TRECHOS DA PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS ECONÔMICOS SOCIAIS E CULTURAIS. Op. Cit. *Passim*.

Estes dados justificam o pressuposto de que os problemas vividos hoje pelas populações das periferias urbanas, numa explicativa de regresso ao passado, relacionam-se, necessariamente, às migrações que se deram em decorrência do esvaziamento que ocorreu no campo após 1964, em detrimento de uma reforma agrária largamente aspirada desde os anos 1950⁷³.

Fazem parte dessa população que fluiu pelos veios migratórios as famílias que vivem na Vila Solidariedade e no bairro Novo Horizonte. As perspectivas presentes e futuras quanto a educação, condições de trabalho, padrão alimentar, infra-estrutura urbana, grau de organização da sociedade civil — espaço de cidadania — remetem-nos à análise das condições de vida e das políticas sociais existentes.

Uma visão ampliada sobre a fome não permite reduzir seus efeitos apenas ao impacto biológico mensurável. A fome é um fenômeno mais amplo, que incorpora dimensões relacionadas a diferentes necessidades históricas, culturais, psicológicas e espirituais dos seres humanos, incluindo a questão básica da dignidade.

Toda população que se encontra abaixo da linha da pobreza está em situação de insegurança alimentar, ou seja, não tem garantido o acesso diário a uma alimentação adequada, podendo em diferentes momentos ser submetida à fome, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo⁷⁴.

Viver indignamente de parques “benefícios” de políticas sociais implica o reconhecimento de que a situação é assim mesmo e que dificilmente vai mudar, equivalente ao caso das famílias da Vila Solidariedade e do bairro Novo Horizonte analisadas nesta tese, onde a alimentação é extremamente precária e gira em torno dos ingredientes da cesta básica. Verduras, legumes, frutas, leite e carne quase nunca são consumidos. Há casos de anemia, verminose e desnutrição. As famílias de Cinthya e Cida Nogueira vivem esse drama.

Desfrutam de uma infra-estrutura urbana muito frágil. Casa sem piso, sem portas, sem calçamento, telhado improvisado, banheiro sem descarga, sem móveis, sem geladeira. São sete pessoas. Os adultos confessam que muitos dias dormem sem comer e

⁷³ CASTRO, Josué. *A Geografia da fome*.

⁷⁴ Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (54 milhões de pessoas). Os 24 milhões que se encontram abaixo da linha da indigência, segundo o mesmo documento do GB, estão submetidos diariamente às diferentes dimensões da fome, incluindo a situação indigna de sobreviver à custa de restos de lixo e da alimentação dos outros.

que passam o dia tomando café — bem fraco e bem doce. As crianças dependem da alimentação da creche e da escola

Cida Nogueira, com suas quatro meninas, mora muito mal, passa necessidades profundas e até fome. É arrimo de família. Quando não tem creche funcionando e sai para trabalhar, é a mais velha, Amanda, de 8 anos, quem cuida da casa e de todas as menores, inclusive Aiandra, de 2 anos, que é desnutrida e teve verminose antes de um ano de idade. No final de 2004, ficou internada com diarreia vários dias. Requer cuidados alimentares constantes, mas leite, frutas e verduras são alimentos raros nestas famílias.

Dona Etelvina, netas e a filha Aparecida Nogueira.

O que é a fome? Uma política de segurança alimentar deve partir do consenso de que fome é insegurança alimentar, como desnutrição, subnutrição etc.. advindas da situação alimentar e nutricional. Estudos sobre saúde pública apontaram situações, que podemos observar entre estas famílias, como o aumento significativo da prevalência de anemia da década de 1980 para a década de 90; a íntima associação entre a ocorrência de desnutrição na infância e o aumento da morbidade e mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis, associadas à alimentação, na idade adulta; a associação entre desnutrição materna e aumento na prevalência de baixo peso ao nascer e mortalidade infantil; a anemia causada pela deficiência de ferro, que aumenta a mortalidade materna durante o parto, aumenta o risco de baixo peso ao nascer e afeta

negativamente o crescimento e o desenvolvimento físico; a reduzida resistência a doenças, que afeta a capacidade de aprendizagem de crianças e a capacidade para o trabalho dos adultos ⁷⁵.

A história de Cinthya, Aiandra confunde-se com estas informações. Cinthya sofre de anemia há mais de dez anos. Mãe de quatro filhos, com 24 anos, não conseguiu realizar a cirurgia contraceptiva mais cedo por causa da doença. Seus filhos, entre 10 e 5 anos, em diferentes momentos tiveram problemas de desidratação e anemia, necessitando receber sangue como forma de tratamento.

Na casa de dona Fátima, onde também vivem sua filha Sabrina e seis de seus 11 netos, a falta de comida e os problemas infantis com saúde não são diferentes. Angariar a comida de cada dia para a grande quantidade de crianças é uma luta constante. Os adultos sacrificam-se para deixar a pouca comida para elas, uma renúncia presente nos depoimentos de Cida, Cinthya, Sabrina, Vanilda, dona Etelvina, dona Maria e outras.

Sabrina, filhos e sobrinhos – 2006.

Histórias de crianças que morreram antes dos 2 anos de idade são corriqueiras. Dona Eva, mãe de Vanilda, perdeu quatro filhos em tenra idade. Sabrina perdeu um, Vanilda também.

⁷⁵ Idem.

Há muitas barreiras a serem transpostas para se ter acesso aos serviços públicos essenciais, e os que são oferecidos não possuem qualidade compatível com os padrões das necessidades básicas — relativas aos direitos fundamentais. No caso da creche Cantinho da Solidariedade, ela é a única opção de atendimento à infância, desde o berçário. Apesar de todo o empenho das pessoas responsáveis, não se pode dizer que o atendimento seja bom em todos os aspectos. Surgida há cerca de 15 anos, suas instalações foram sendo ampliadas e melhoradas *pari passu* ao seu funcionamento e sempre funcionou além de sua capacidade. Praticamente todas as experiências de programas sociais estão a ela atrelados, incluindo o Programa do Leite do Governo Federal, via Pastoral do Menor, e o PETI.

A centralização das iniciativas sociais exercida pela Creche é alvo de controvérsias entre as usuárias, pois ao fim e ao cabo acaba ocorrendo interferência do público com o privado, o que significa uma interferência direta do representante do poder público na vida privada daqueles que vivem a dependência imposta pela miséria⁷⁶. Parece que ocorre uma disputa na distribuição de direitos, um verdadeiro equívoco ao sentido da democracia social.

O direito do adulto ao trabalho digno e compatível com a condição humana pressupõe uma remuneração que deve ser compatível com o trabalho realizado e que seja capaz de garantir ao trabalhador e à sua família uma qualidade de vida digna e satisfatória em consonância com os padrões vigentes. Deve ser desenvolvido em condição de liberdade e segurança, sem pôr em risco a saúde física e mental, respeitada uma jornada suportável e legal de trabalho. O trabalho escravo de adultos e especialmente de crianças e de jovens deve ser proibido e punido com a maior severidade, porque é de todo incompatível com a nossa humanidade.

O direito ao trabalho é considerado fundamental porque dele deriva a reprodução da própria vida. Nessa sociedade nitidamente demarcada pelo trabalho, *o não trabalho implica a não sobrevivência*. Antes da OIT, as lutas socialistas já reivindicavam o direito ao trabalho e às condições dignas de existência.

⁷⁶ Uma centralidade que também significa controle e medo de questionamentos. Nossa presença na Vila gerou uma controvérsia nesse sentido. O alerta feito a algumas famílias era no sentido de duvidar das intenções da pesquisa. “Uma estranha, e ainda fotografando?” As fotos tiradas poderiam estar sendo usadas para outras finalidades.

Oliveira e Silva⁷⁷ também apurou, como esta pesquisa, que as campanhas contra o trabalho infantil sugerem a sua substituição pela escola, mas não reconhecem “a incompatibilidade inevitável entre escola e trabalho”. Outros estudos também comprovam que crianças que freqüentam regularmente a escola trabalham, principalmente em casa, nos afazeres domésticos. Afazeres que deveriam ser distribuídos entre todos os membros do núcleo familiar, que devem ser defendidos e considerados como socialização, segundo a autora citada, “enquanto instrumento familiar de socialização dos mais jovens, sobretudo no nível da pobreza”.

Concordamos com a autora no que se refere à divisão do trabalho doméstico como socialização e como forma de alimentar uma nova cultura na qual cada um arque com os serviços necessários para a reprodução de sua existência, rompendo com as relações sociais de desigualdade dentro de casa. A ressalva, “sobretudo no nível da pobreza”, é que não a percebemos como necessária, pois entendemos que uma cultura que dilua as diferenças de gênero, portanto sociais, devem ocorrer em todos os seguimentos, principalmente nas classes médias e nas elites, onde esse trabalho é pago ou, melhor dizendo, explorado e mal pago.

De fato, a maioria das crianças trabalha no âmbito doméstico familiar, e uma parcela destes trabalhadores presta serviços no âmbito doméstico alheio. Formam uma legião de crianças que trabalham de forma “invisível” e que não são contempladas em políticas sociais⁷⁸.

Se o direito ao trabalho garantiria as condições dignas de existência, o que dizer de comunidades cuja realidade é o não trabalho? Nos dois bairros pesquisados, famílias com mais de seis pessoas estão desempregadas há muitos anos. É o caso do Sr. Evangelista Avelino dos Santos, que em janeiro de 2005, quando a prefeita Maria José assumiu, todos os dias, bem cedo, ia para o parque de obras para saber se teria serviço. Foi um período de grande insegurança para todas as famílias⁷⁹.

⁷⁷ Op. cit.

⁷⁸ MADEIRA, Op. cit.; MACHADO, Op. cit.

⁷⁹ Depoimento concedido em janeiro de 2005. Há o hábito de esmolar, exercido pela sogra dona Tereza, em pontos centrais do comércio. Comentários de vizinhos – indiretamente – de prostituição e uso de drogas — não perguntado e não mencionado por ninguém da família.

Sr. Avelino e família – 2005.

Muitos jovens (moças e moços) não tiveram ainda o primeiro emprego, mas trabalham desde crianças nos mais diferentes serviços — na coleta de materiais recicláveis, como vendedores, olhadores de carro, freteiros etc. Reproduzem os mesmos processos de “viração” já bem conhecidos pelo pais, parentes e amigos.

Em muitas famílias somente as mulheres - mães, avós e até bisavós – assumem todas as despesas da casa. Há certa mobilidade de crianças entre parentes, de acordo com circunstâncias objetivas e subjetivas da família, que se apresentam instáveis como instáveis são as condições de vida. Moisés foi criado pela avó, dona Maria, pois a mãe está desaparecida. Eduardo foi criado pela avó, dona Serafina que hoje cria dois filhos do neto. Ana Paula, mãe de Eduardo, hoje cria uma filha dele. Fernanda foi criada pelos avós e depois voltou a morar com a mãe. O filho de Raquel é criado pela avó paterna porque ela constituiu nova família e teve outros filhos.

Outro ponto importante a ser considerado é a dinâmica de reprodução acelerada das gerações. Conforme observamos com a experiência de Cida, Cinthya, Érica⁸⁰, Vanilda, Weslane⁸¹ e Izabel, todas com experiência de maternidade precoce e em condições muito adversas, num curto espaço de tempo forma-se um núcleo familiar

⁸⁰ O marido de Érica, Fabrício, é irmão de Fabiano, marido de Cinthya. Os dois irmãos foram meninos de rua juntamente com Cinthya, Renata, Sabrina, Cida e Vanilda. Érica não frequentou a rua. Há rivalidade entre as cunhadas. As privações são semelhantes, pois, assim como Fabiano, Fabrício vive há muito tempo sem emprego.

⁸¹ A família de Weslaine e Izabel (foto) é praticamente sustentada pela aposentaria da bisavó, Dona Maria, que é cega. No início de 2006, a menina Nicole foi com a mãe, Weslaine, para Salvador, que a deixou com estranhos para se prostituir, o que permitiu que a menina fosse vítima de violência sexual. Pessoas estranhas encaminharam-na ao Conselho Tutelar e este a um abrigo. Após mais de dois meses ela foi resgatada pela avó materna, enquanto Weslaine ainda estava fora de casa.

estruturado na “viração” de mulheres, crianças e idosos. Um outro fator, não menos importante, relacionado a essa característica, é a ausência da presença do pai.

Os homens, também muito jovens, constituem também novas famílias. Nessas comunidades pequenas é comum as mulheres que têm filhos do mesmo pai se relacionarem sem rancores sentimentistas. Parece que as mazelas do cotidiano dirimem qualquer conflito nesse sentido. É impressionante observar que muitos homens são pais de oito e até mais filhos. Há aqui um problema sério de saúde pública, ou seja, uma completa ausência de efeitos de uma política de planejamento familiar. Isto, pensado sob a perspectiva da fome no sentido amplo, conforme apontamos antes, potencializa o problema. Pensado, então, do ponto de vista do desemprego, potencializa ainda mais.

Bisavó, avó, mães e filhos.

Érica, 23 anos – Vila Solidarietà – 2005.

São raros os núcleos familiares que mantêm a estrutura tradicional de casa, pai, mãe e filhos. Muitas mulheres tiveram filhos de mais de um pai, de modo que foram se arranjando junto a parentes, dada a falta de opção de moradia e as relações de consangüinidade, elo determinante na organização e dinâmica de reprodução social do núcleo familiar. Nestas circunstâncias, as crianças já nascem em meio a processos demarcados de busca da sobrevivência.

O direito à educação, configurado nas formas legais, não é garantia de direitos econômicos, sociais e culturais, como deveria ser, para as famílias analisadas. Conforme salientamos antes, o artigo 26 dos DESC defende que “a educação deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao reforço do respeito aos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais. Deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos”.

A abrangência da orientação do artigo é diluída na realidade analisada. Os níveis de escolaridade são baixos, e o índice de evasão escolar altíssimo. Predomina um analfabetismo funcional e poucos anos de escolaridade — menos de cinco entre os adultos. Os jovens acumulam mais anos de estudo, o que não garante emprego. Muitos

deles carregam a defasagem idade-série, que compromete mais ainda a remota possibilidade de emprego.

Um indício da ineficácia da escola no atendimento a crianças e adolescentes das famílias analisadas pode estar representado na fala de Eduardo, 27 anos, pai de quatro filhos, residente no Novo Horizonte. Ele estudou somente até a 5ª série e é um privilegiado, pois trabalha como motorista. Dos quatro filhos, dois são criados pela bisavó, dona Serafina, que criou Eduardo. Uma é criada pela sua mãe e a outra ele cria junto com a esposa.

Sua família é grande e foi constituída, nos últimos trinta anos, dentro da favela Boiadeiro. Suas expectativas em relação à escola foram de frustrações: a sua própria e a de seus filhos.

Eu falo procê, moça, não sabem de nada, tá aqui, olha, não sabem de nada; se mostrar e perguntar qual é a letra A, não sabem qual é. Agora eu não tenho tempo de ensinar, vovó também não sabe ensinar, entendeu?

Ele considera que a escola “não vale nada, só sabe mandar reclamação. Você sabe, toda criança é levada. Eu chego lá e digo, não manda me avisar não, fez o errado, bota de castigo”.

Eduardo esboça uma expectativa em relação à escola que ultrapassa suas funções tradicionais, ou seja, um aporte educacional e disciplinar que seria patrimônio da própria criança ao chegar à escola. No caso de Eduardo e de muitos outros moradores, a escola teria que desempenhar um papel que, a nosso ver, seria de uma família que podemos chamar de tradicional, ou seja, incluída e participante de certo desenvolvimento econômico, social e cultural. Eduardo vê que ele não pode, que a avó também não, e que se o menino é malino a escola deve educar, colocar de castigo. Apesar de todas as críticas, ele considera importante a formação escolar e se arrepende de ter sido indisciplinado na escola, de não ter estudado mais.

Entre os problemas que mais vulnerabilizam as famílias urbanas, a habitação é direito fundamental e do seu desrespeito decorre o flagelo de milhões de brasileiros que forjaram moradia nos espaços exíguos e precários das favelas, como é o caso da família de dona Serafina, avó de Eduardo, que vive na favela há cerca de trinta anos. Família

grande que se ramificou por vários pontos dentro da favela. A grandeza da família é também a grandeza dos problemas enfrentados⁸².

Ana Paula, sua filha, mãe de Eduardo, tem menos de 50 anos e já é avó de quatro netos. Sua filha Vanessa, de 21 anos, mãe de um menino de 3 anos, ficou viúva em 2005. Seu companheiro foi assassinado dentro do bairro por motivos que a família não comenta. O marido de Ana Paula faz trabalhos temporários de pedreiro e outras atividades. Abaixo de Vanessa, Ana Paula tem mais dois filhos e cria uma neta — filha de Eduardo.

Dois adolescentes, de 17 e 15 anos, estiveram no PETI e contam suas péssimas condições, também relatadas por outras crianças. São jovens como Moisés e Fernanda que acumularam atraso escolar. O PETI foi improdutivo e nada foi oferecido como alternativa a não ser o subemprego esporádico e perigoso.

Dentro da casa de Ana Paula, chove a ponto de ela ser coberta com uma lona preta. Cerca de dez pessoas moram em péssimas acomodações. Além dos filhos e netos que transitam continuamente entre os adultos, ela cuida do sogro, que sobrevive acamado.

O desemprego crônico condiciona a migração temporária do homem a ser a única opção⁸³. Muitos, por falta de trabalho, passam horas do dia no ponto dos chapas, esperando um serviço qualquer. A disputa é grande. Os quatro filhos de Dona Nair, da Favela do Boiadeiro, estão todos desempregados. Dentre as diferentes maneiras de ganhar a vida, uma que eles encontraram é juntar as fezes de bois no pasto — pasto de uma fazenda contígua à Favela —, secar e vender na feira como adubo para jardim e horta.

É uma quantidade enorme de mão-de-obra ociosa, de energia humana impedida de lutar por melhores condições de vida por falta de oportunidades. Um crime do sistema, que relega milhões de seres humanos ao Quarto Mundo — mundo da pobreza — e este a ser aceito como natural e, portanto, relegado ao esquecimento.

⁸² Depoimentos coletados entre janeiro de 2005 e julho de 2006. Um ramo de sua família tem sérios envolvimento com o tráfico de drogas, fato que não foi exposto nas entrevistas.

⁸³ É o caso de Fabiano, marido de Cinthya, que atualmente trabalha do Espírito Santo em uma empresa que terceiriza serviços para o Governo Federal no programa “Luz para todos”, de eletrificação rural. Fabiano trabalhou em vários lugares, vindo periodicamente ver a família.

O desemprego crônico, nestas famílias numerosas, a baixa escolaridade, entre outras carências materiais e ausências de direitos, reduzem as chances de disputa por uma vaga em um seleto mercado de trabalho.

Outro aspecto a considerar é a fraca organização e mobilização social registrada, justificada por pelo menos duas razões importantes: o desarranjo neoliberal e a ausência de expectativas, que de forma contundente compromete as mudanças sociais no sentido do exercício da cidadania num sentido radical e, portanto, a efetivação dos direitos humanos. Tais expectativas de direitos estão atreladas ao movimento de idéias — internacional/nacional — fundamentadas nos princípios dos direitos humanos, fundidos nos e com os preceitos da Teologia da Libertação, expressas na ação das CEBs, nos diferentes movimentos sociais que foram incorporados à Carta Constitucional de 1988. Tais princípios e direitos deveriam ser realizados na sociedade por meio de políticas sociais. Entretanto, o Estado federalizado foi tragado pela política econômica neoliberal, que vinha impondo sua hegemonia em diferentes pontos da economia capitalista e marcando nítida imposição da política econômica como sinônimo de política pública — econômica e social ⁸⁴.

A partir da conjuntura política e econômica dos anos 1990, tornou-se praticamente impossível a realização dos direitos fundamentais — trabalho, comida, saúde, educação, moradia etc. — por causa do novo componente de regulação do capitalismo, o neoliberalismo presente nas novas políticas sociais, induziu que se elega ações direcionadas aos casos mais críticos, no caso do trabalho infantil, as piores formas, conforme a Convenção 182/1999 da OIT.

O que verificamos, em termos de políticas sociais para a criança e o adolescente em Teófilo Otoni na década de 1990, foi um processo de municipalização permeado de confrontos políticos, precarização dos serviços públicos, enfraquecimento dos movimentos sociais, fortalecimento do Terceiro Setor e enfraquecimento da Teologia da Libertação, conforme será tratado no capítulo IV.

Da perspectiva da conquista de direitos e do exercício da cidadania, as políticas sociais fundamentadas na legislação a partir dos anos 1990 pressupõem que a sociedade civil organizada seja também protagonista na promoção e execução de projetos sociais, uma nova concepção de política pública. A sociedade organizada também pode fazer e

⁸⁴ Política econômica e política social são políticas públicas que deveriam ser controladas pelo Estado para engendrar um desenvolvimento econômico e social equilibrado.

deve exigir a consonância do Estado com o Direito Internacional, sistema de direitos humanos no plano nacional e internacional. Entretanto, o desdobrar da década de 1990 encarregou-se de expor as contradições entre um paradigma legal promissor adiante da realidade social de crianças que estão na “viração” com suas famílias

Os entraves à universalização dos direitos da criança e do adolescente são de várias naturezas. No contexto pós-1990, as políticas sociais trazem a característica de priorizar as situações consideradas de risco para alcançar logo os efeitos esperados. Essa equação pode legitimar um discurso que usa os bons resultados dessas ações generalizando-os para uma realidade maior, que foi precariamente atendida nos outros setores. Gera ocultamento da realidade.

Parece que, na última década e meia, houve um período de acomodação da nova legislação diante de uma realidade social gritante de necessidade. O que se verifica, entretanto, é uma política econômica que permite apenas realizações sociais pontuais, ações pontuais, programas pontuais, que não chegam a alterar radicalmente a realidade social de famílias e crianças do Mucuri.

Tivemos, nas três últimas décadas do século XX, ocorrendo simultaneamente, alterações no modo de produção e no mundo do trabalho, a crise do Walfaire State e o desemprego, que se tornou crônico, liberando uma população sobrando que sobrevive nas franjas de cidades de diferentes portes. Nas grandes metrópoles, o personagem criança de rua é objeto de atenção e de análises desde os fins da década de 1970, em meio aos movimentos sociais. Na década de 1980, esses movimentos organizaram lutas nacionais e internacionais contra a miséria e a falta de espaços reivindicativos mais conseqüentes.

No caso do Mucuri, sua história, vista “a contra pêlo”, deixa claro que os ancestrais das famílias analisadas, há três ou quatro gerações eram camponeses e desfrutavam as últimas fronteiras mais ou menos livres entre e mesmo dentro das grandes fazendas no Vale do Mucuri. O último êxodo rural, provocado a partir do Estatuto da Terra e da nova política agrícola e agrária do regime militar, engendrou um movimento brusco de desenraizamento da população camponesa, que foi em grande parte absorvida por um desenvolvimento urbano industrial em pleno vigor nos anos 1970, como mão-de-obra barata, subalterna e informal. Um movimento que evidencia novos personagens na construção e na forma como os espaços urbanos foram sendo

ocupados. Personagens que deixaram para trás conflitos pela terra camponesa e passaram a enfrentar novas lutas pela apropriação do espaço urbano.

Acreditamos ser possível classificar as políticas sociais pelo viés da “proteção” e da “punição”, como sugere Oliveira e Silva⁸⁵, pois nosso caminho de análise, como os dela, mostram aspectos autoritários no funcionamento de programas e ações sociais, que denunciam um grau elevado, porém tolerado, de violência verbal e de atitudes discriminatórias dos serviços prestados aos subalternos em geral.

Na fala de muitas crianças há a denúncia de atitudes autoritárias, discriminatórias e de descaso do poder público com a dignidade humana desses seres frágeis, em “condições peculiares de existência”, e, de forma mais ampla, de milhões de famílias condenadas à mais absoluta miséria, como as que vivem no bairro Novo Horizonte e na vila Solidariedade, conforme será relatado no Capítulo IV.

As migrações ganharam dimensões internacionais. Há trinta anos o destino era os Estados Unidos. Nos últimos dez anos, fortaleceu-se a saída de mineiros para Portugal. Todos saem com o objetivo de mandar dinheiro para a família. O retorno às vezes é em dinheiro, o que fez com que esse fluxo econômico injetado na economia local aquecesse o mercado imobiliário, elevando em muito o valor da terra.

Outro movimento que elevou esse valor foi o fortalecimento do sindicato rural junto aos sitiantes e o surgimento do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, que incorpora uma leva de migrantes que saíram, mas voltaram para reclamar direitos e buscaram a reprodução social em uma pequena propriedade. Isso mostra como a área rural do município está esvaziada do camponês. Estes foram se aglomerando nos arredores de vilas e cidades.

O caso de Teófilo Otoni leva-nos a perceber a dimensão estrutural e sistêmica do problema, que se agudizou na década de 1990 e não apresenta indícios de que será equacionado nas primeiras décadas do século atual. Finalmente, trata-se de uma questão que se impõe para o conjunto da sociedade, pois ameaça a soberania do País, o futuro das várias classes sociais e a democracia como substantivo. A tolerância ao intolerável deve ser o tema das agendas sociais e educacionais do Brasil.

⁸⁵ OLIVEIRA E SILVA *O Controle Sócio-Penal dos...* Op. cit. 2005.

CAPÍTULO IV – INFÂNCIA, POLÍTICAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

I. INFÂNCIA POLITICAS SOCIAIS E DIREITOS

Infância é um modo particular, e não universal, de pensar a criança. Um caminho interessante para entender como se compreende e vivencia o período da vida em que se é criança talvez seja partir da concepção de pessoa. No caso do Ocidente, o sentimento de infância e de adolescência constituiu “uma formulação sobre a particularidade da infância em relação ao mundo dos adultos”¹, o que trouxe para o centro do humanismo a idéia de que todos podem ser moldados, que a consciência só pode ser adquirida fora de nós, por meio de agentes especiais, e que não vivemos sem alguém que olhe por nós. Assim se constituíram normas e instituições para educar crianças incluídas e outras para cuidar de crianças que não tivessem quem por elas olhassem.

Os espaços públicos da aprendizagem e do trabalho de crianças, adolescentes e jovens, que eram os parques, praças e ruas, foram substituídos pelo espaço privado das instituições sociais, como a escola, os orfanatos etc. As diferentes faixas etárias ganharam abordagens específicas em razão de suas particularidades.

A concepção de adolescente/jovem nasceu diretamente vinculada à escola e à família nuclear, com traços característicos de um tipo humano concreto, nitidamente identificado pelo viés da classe burguesa: menino, rico e estudante, cujas principais funções estavam ligadas à escola, e esta, por sua vez, tinha como objetivo educar e formar cidadãos úteis e produtivos para o trabalho.

Pensar a criança e o adolescente sob o viés do direito e das instituições implica considerar o percurso histórico de conceitos como criança, família, escola, trabalho, minoridade e suas implicações no mundo moderno² — capitalista — como garantidores da eficácia da produtividade do trabalho, da extração das forças econômicas do corpo, da docilização política, das transparências dos espaços de vigilância, da incorporação de outros povos, dentro da “normalidade da lei”.

¹ ARIÈS, PH. Op. cit 1981; COHN, Clarice. Op. cit. 2005. p. 22; OLIVEIRA E SILVA, Op. cit. 2005.

² MAUSS, Marcel. *Antropologia e Sociologia...* Neste texto o autor aponta como cada sociedade cria estratégias para o uso do corpo, reflexão muito presente nos estudos sobre a valorização do juvenil e fator que moraliza na sociedade capitalista, o trabalho infantil.

Talvez o que aqui foi sendo entendido como “menor” (João do Rio) já fosse o equivalente aos *Miseráveis* de Vitor Hugo: uma gama de subalternos que ia sendo engendrada pela urbanização/industrialização, desde o século XVIII, na Europa. Numa perspectiva de longa duração Geremek ³ partiu da literatura para apreender as formas como a sociedade se preveniu contra mendigos e miseráveis e como estes se organizaram, criando esquemas de sobrevivência com padrões estabelecidos e tolerados, pela sociedade, como manifestação da intolerância das elites. .

Assim ocorre com os na sociedade brasileira há o viés de classe está presente na concepção que se tem da infância. Antes do ECA, a criança estava sob a tutela familiar e só aparecia publicamente no âmbito da ilegalidade. A esta eram reservadas as instituições públicas de correção e formação. O ECA, pode-se dizer, ameniza, mas não rompe com a conotação pejorativa contida no termo “menor”. No Estatuto os menores passaram a ser considerados “crianças em estado de risco social” e, para elas as políticas sociais. Talvez pudéssemos dizer que o ECA é eficiente para a infância que já está incluída em uma parcela de famílias e de escolas...

Resultado de diferentes mudanças sociais ocorridas na estrutura da sociedade Ocidental, as concepções atuais de criança e de adolescente estão fundamentadas na legislação e são consideradas como uma fase peculiar da vida que requer direitos especiais. Por isso, três instâncias passaram a ser nomeadas responsáveis pela defesa e efetivação desses direitos: a família, a sociedade e o Estado.

O problema da infância pobre e excluída está relacionado aos efeitos sociais das migrações forçadas de um exército de camponeses desenraizados de terras que foram cercadas pelo grande capital, em seu desdobramento na política agrícola e agrária do regime militar, uma modernização conservadora empreendida desde a chegada das idéias liberais no final do século XIX, numa sociedade de bases fortemente escravistas. Modernizações sem mudanças, já que se mantém uma estrutura excludente determinada por uma cúpula que se moderniza na superfície social e moderniza também as formas de exclusão *pari passu* às evoluções tecnológicas e revoluções no mundo do trabalho, que engendraram formas mais perversas de exclusão.

Está relacionado também ao desenvolvimento urbano industrial e à sua própria crise nos anos 1980. Nesse momento as migrações refluem nas cidades grandes, mas desembocarão nas cidades médias e pequenas porque a pressão pela exclusão da terra

³ GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: Vagabundos e Miseráveis na Literatura européia 1470-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

dava a tônica no intenso movimento de população que transitava por diferentes caminhos, trazendo em sua história vários endereços temporários.

Diferentes mediadores constituíram interpretações sobre a pobreza, a miséria, as migrações, as crianças de rua. As razões destas anomalias não são mais aceitas como elementos “naturais” a partir dos anos 1930/40, mas consideradas próprias de uma estrutura arcaica que se renovava ciclicamente apenas nas superfícies. Pode-se dizer, que todas as ações sociais que amadureceram a partir de então na luta por direitos sociais foram praticamente abortadas pelo regime militar e recolhidas às ações comunitárias de Igrejas e paróquias⁴. Elas começaram a ressurgir, a partir de meados da década de 1970 e somadas aos movimentos sociais, potencializaram a crise do regime militar.

As “matrizes discursivas” dos diferentes mediadores estavam plenamente amadurecidas na década de 1980⁵. Combativos na defesa dos direitos sociais, os anseios por direitos que impulsionavam os movimentos sociais foram apreendidos no novo arcabouço jurídico do Estado federativo de 1988.

O processo de constituição do Estado federalista de 1988 começou a ser pensado na discussão que se convencionou chamar de “buraco negro de centralismo”, no final dos anos 1970⁶, em consonância como o processo de reestruturação do capital iniciado nessa década, que aciona a crise do Estado de Bem-Estar Social na América Latina e impõe os princípios do Consenso de Washington⁷.

O processo de descentralização administrativa teve início com as eleições diretas nos estados em 1982, com as reformas tributárias com a da Ementa Passos Porto (Emenda nº. 23/83) que alterou a distribuição dos fundos constitucionais em favor dos

⁴ O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poté, o primeiro de Minas Gerais, foi fundado em 1961. Um de seus fundadores, Serafim Cardoso, ainda residente em Poté, relata a Ribeiro, [op. cit 1997^a], detalhes daquele processo de recolhimento das ações políticas e suas imbricações com a Teologia da Libertação. Para nossa pesquisa, em conversa informal em janeiro de 2006, Serafim enfatizou a força dos movimentos ressurgindo no interior das CEBs, das celebrações, nas letras das músicas que animavam e estimulavam a reflexão popular. Ele próprio, poeta e violeiro, autor de cerca de 150 músicas, muitas delas conhecidas no universo da música sertaneja de raiz. Serafim foi camponês e trabalhou desde criança; foi também sindicalista, agente pastoral e militante sindical em nível local, estadual e nacional.

⁵ SADER, Emir. *Quando novos ...* Op. cit. 1988,

⁶ CAMARGO, Aspásia. “Federalismo e identidade nacional”. In: SACHS, Ignac; WILHEIM, Jorge & PINHEIRO, Paulo Sergio. Brasil: *Um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.307-347/2001, p. 307-347

⁷ ANDERSON, Perry; THERBORN, Göran & BARON, Atílio. “A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social”. In: GENTILI, Pablo & SADER, Emir (org.) *Pós neoliberalismo: políticas sociais e o estado democrático*. 6^a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 2003, p. 139

municípios e dos Estados e, durante essa década foi acelerado pela força dos movimentos sociais e das eleições diretas para presidente em 1989⁸.

O artigo 204 da CF de 1988 “regulamenta a participação popular, como um processo democrático que envolve a *participação da sociedade* na elaboração, na execução, na fiscalização e no controle das ações sociais”⁹.

As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:
I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis¹⁰.

Por inúmeras limitações da sociedade civil como um todo, o Estado consegue impor um sistema de controle por meio das políticas públicas e sociais, limitações que se reproduzem em uma “participação tutelada”, porque excluem a parcela da sociedade mais interessada na questão, os subalternos. Essa “participação possível” é “arma” e “armadilha”, pois, ao mesmo tempo em que é instrumento de luta, é também a expressão de uma “participação tutelada” pelo poder governamental, já que é comum a cooptação do mediador¹¹ pelo poder público, e/ou pela dificuldade dos conselheiros em administrar e operar a coisa pública¹². Na realidade, o que está posto é que a idéia de gestão democrática implica a interação entre Estado e sociedade civil, a participação, o universo organizacional, a qualificação dos gestores. Nesse sentido, a sociedade civil precisa inventar um Estado, segundo Nogueira¹³.

A emancipação histórica do indivíduo perante os grupos sociais aos quais ele sempre se submeteu — família, clã, estamento, organizações religiosas — se deu com o amadurecimento da noção de direitos a partir da declaração de direitos norte-americana e da Declaração francesa de 1789. Estas últimas transformações, entretanto, deixaram

⁸ CAMARGO, Aspásia. Idem. 2001, p. 338.

⁹ MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questões sociais: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005p. 16.

¹⁰ Brasil. Constituição 1988. 2ª ed. Câmara dos Deputados, 1988 p. 137.

¹¹ É mais comum ocorrer com presidente de Associações de Moradores, diretores de escolas e creches.

¹² OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduina. Op. cit. 2005, p. 76.

¹³ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. 2005, p. 19.

vulneráveis os trabalhadores, e a sociedade burguesa, sob o signo da isonomia — todos são iguais perante a lei —, deu-lhes a segurança da legalidade.

Patrões e operários eram considerados, pela majestade da lei, como contratantes perfeitamente iguais em direitos, com inteira liberdade para estipular o salário e as demais condições de trabalho. A lei assegurava imparcialmente a todos, ricos, pobres, jovens e anciãos, homens e mulheres, a possibilidade jurídica de prover livremente à sua subsistência e enfrentar as adversidades da vida, mediante um comportamento disciplinador e o hábito da poupança¹⁴.

As organizações de trabalhadores perceberam que os flagelos vividos pela classe operária não eram naturais, nem efeito necessário da organização racional das atividades econômicas, mas vinha da lógica capitalista de atribuir aos bens de capital valor superior ao das pessoas.

A socialização, pelo trabalho, de crianças e adolescentes pobres como algo positivo vincula-se à concepção do adolescente-problema, originada a partir do final do século XIX, para referir-se à “ameaça” representada pelos jovens desempregados para a reprodução da sociedade, resultando que, a partir de então, “em face das desigualdades sociais passa-se a criminalizar a pobreza, atribuindo ao adolescente e ao jovem a ‘culpa’ e a ‘responsabilidade’ pelos comportamentos decorrentes de sua condição¹⁵. Fica claro que as relações entre adolescência/juventude e trabalho estão vinculadas ao controle da sociedade e das gerações pelo trabalho e pela máquina, como mostrou Marx¹⁶.

Sob a bandeira do combate à exploração do trabalho humano, os movimentos socialistas do século XIX chamavam uma atenção especial para as condições perversas do trabalho de mulheres e crianças, associando a pobreza familiar e as condições de trabalho, especialmente de crianças, jovens e mulheres, ao modelo econômico.

O princípio de justiça distributiva embasa e justifica os DESC e as políticas sociais como deveriam ser realizadas hoje. Ele está formulado e configurado na Constituição de 1988, juntamente com os direitos fundamentais, nos seguintes momentos: no Título I “Dos princípios Fundamentais”, art. 4º, o segundo princípio refere-se à *prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais*. O art. 7º. *repudia terrorismo e racismo* e no artigo 170, sobre os princípios de ordem econômica, estão a *função social da propriedade e a redução das desigualdades sociais*. No Título VII, referente à ordem social, um capítulo cuida da “Seguridade Social” incluindo a

¹⁴ COMPRARATO, A *Afirmção histórica* Op. cit. 2001, p. 51/52

¹⁵ “OLIVEIRA E SILVA, 2005. FRONTANA 1997.

¹⁶ MARX, Karl. *O capital*. Vol.II São Paulo: Nova Fronteira, 1985, p.

assistência social, outros capítulos cuidam “Da família, da criança, do adolescente e do idoso” e “Do índio”.

No que se refere à igualdade de acesso aos serviços fundamentais, os artigos 196 e 205 reconhecem a *saúde e a educação como direitos de todos e deveres do Estado*.

De forma mais direta, o enunciado dos direitos humanos aparece no Título 2 — “Dos direitos e garantias fundamentais”. O capítulo I refere-se aos direitos e *deveres individuais e coletivos*, que são enumerados em 77 incisos do artigo 5º, incluindo várias garantias formais. E no Capítulo II, que vai dos artigos 6º ao 11, está a enumeração dos *direitos sociais*. Esses dois capítulos refletem, em muitos pontos, a influência dos Pactos de Direitos Humanos aprovados pela Organização das Nações Unidas em 1966, do Pacto de Direitos Civis e Políticos e do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais¹⁷.

A idéia de justiça distributiva posta em textos filosóficos e religiosos foi convertida no princípio da solidariedade, presente nas lutas por direitos desde o séc. XIX, que levaram à compreensão de que, no mercado de trabalho, o trabalho da criança concorre com o trabalho dos adultos, inserindo-se, portanto, na cadeia produtiva, contribuindo para a acumulação de capital na sua dinâmica, podendo ser caracterizado, por isso, como violência estrutural¹⁸.

Para haver a efetivação de direitos está implícito que deverá haver uma *interferência, por parte da sociedade civil*, em relação às ações do Estado, como, por exemplo, ações que impeçam que este exerça a tortura e outras violações dos direitos individuais, ou a exigência de políticas sociais com objetivos sociais. Deve-se considerar a pobreza, a fome, a exploração do trabalho infantil como violência estrutural e crime do sistema contra os direitos fundamentais.

A questão da “mínima social” deve, então, relacionar-se aos direitos fundamentais ou básicos de modo que não se torne realmente isso, o mínimo — claro, esse é o propósito do neoliberalismo: que as coisas não andem bem. A realização de políticas sociais fundamentadas nos DESC pressupõe a busca da equidade entre política econômica e política social. Dada as adversidades do neoliberalismo, Dedecca propõe

¹⁷ DALLARI, Dalmo de Abreu. *Os Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira*. In FIOCCA, Demian e GRAU, Eros Roberto (orgs.) *Debate sobre a Constituição*, São Paulo: Paz e terra, 2001, p. 60/61. O autor lembra que essa influência dos DESC na Constituição de 1988 foi indireta porque o Brasil somente viria a ratificá-los em 1992, por influência da Constituição portuguesa.

¹⁸ GNACCARINI, José César. *O trabalho infantil agrícola...* Op.cit. , 1991.

retomar a construção de uma mínima social como fundamento para a construção de ambas as políticas inscritas no artigo 7º.¹⁹

Nos países ocidentais, a consciência social vem sendo despertada há mais de um século para as diferentes faces do trabalho humano. No curso deste tempo, cada país construiu uma legislação específica, capaz de regular as relações de trabalho em geral e o trabalho infanto-juvenil. No último estágio, a legislação avançou no sentido da conquista de direitos, mas são grandes as resistências — econômica, política e cultural —, e acaba sendo mantido o aspecto arcaico de uma sociedade que moderniza setores restritos e convive e explora, de diferentes formas, uma sociedade quase inteira. Exemplo dessa contradição é o trabalho de crianças, mulheres e idosos no “sistema de turma”, arregimentados pelos “gatos” para o corte de cana nos CAIs paulistas²⁰.

São crianças subjugadas à reprodução do círculo da pobreza, da fome, da ausência de direitos e sem expectativas de rompê-los. Um exército de pequenos trabalhadores colhe produtos já negociados nas Bolsas de Valores do capitalismo globalizado e vive sem perspectivas de mudança em suas condições de vida, em detrimento das garantias legais.

Trabalho infantil é definido pela OIT e por outras agências das Nações Unidas como aquele executado por criança menor de 15 anos com o objetivo de prover seu sustento e/ou o sustento de sua família. Essa mesma linha de raciocínio permeava os movimentos sociais pela infância e os fóruns dos direitos da criança e do adolescente nos anos 1980/90, considerando trabalho infantil qualquer atividade que tenha por objetivo, direto ou indireto, a manutenção da vida por crianças, toda atividade que impede a escolaridade regular, o descanso e as brincadeiras. Até atividades domésticas rotineiras seriam consideradas trabalho, uma vez que liberam o adulto para a atividade no mercado de trabalho formal ou informal.

A partir da década de 1970, com o movimento internacional por direitos humanos, a I Convenção internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (1979), e a Convenção 138 da OIT (1973) sobre a idade mínima para o trabalho, o trabalho infanto-juvenil foi recolocado em discussão por organismos internacionais como um problema social quase universal. Formou-se, então, uma mobilização contra o trabalho infantil que fundamenta a doutrina dos direitos e culminou na Marcha Global Contra o

19 DEDECCA. Cláudio Salvadori. *Política Social e ..* Op.cit. . 2001, p. 33. Vale dizer, “garantir liberdade de organização dos trabalhadores, direito de representação no local de trabalho, vinculada aos sindicatos e acesso a esses das informações sobre a gestão e os resultados das empresas”.

²⁰ GNACCARINI, José César. *O trabalho infantil agrícola na era da alta tecnologia*. 1991, p. 94.

Trabalho Infantil e Piores Formas de Trabalho Infantil (Convenção da OIT nº.1982, de 1999).

1. POLÍTICAS SOCIAIS E A INFÂNCIA NO BRASIL

Historicamente, o Estado brasileiro interveio, por meio de assistência social e da justiça, com a missão de “salvar a criança” e transformar o Brasil num país desenvolvido, numa nação civilizada. Alicerçado na ideologia do trabalho, fez a sociedade acreditar que os filhos de pobres devem trabalhar, “naturalizando” pobreza e o trabalho infantil, este corretivo e disciplinador. Crianças e adolescentes que destoassem da racionalização do Estado republicano eram estigmatizados, desqualificados, considerados preguiçosos, ociosos e vagabundos. Empenhou-se em buscar o controle de crianças e jovens.

Antes de 1920, o atendimento restringia-se à filantropia privada; de 1930 a 1980 ficou evidenciada uma intervenção crescente do Estado, regulamentada pelo Código de Menores de 1929 e de 1979, que vigorou até 1990 quando, quando o ECA (art. 86) estabeleceu que a política pública de atendimento aos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

No contexto posterior aos anos 1990, dada a redução dos postos de trabalho, aumentaram as alternativas de trabalho precário e de nova ociosidade urbana. Conseqüentemente, novos tipos de controle, por meio de políticas sociais, seja de segurança seja de erradicação do trabalho infantil, foram instituídos, visando um controle sobre a pobreza²¹. São políticas sociais que buscam atingir situações de trabalho consideradas degradantes, não tendo um alcance mais profundo no sentido de solucionar o problema em sua real extensão e diferenciações, decorrentes da divisão hierárquica do capital sobre o trabalho, no controle da produção, da distribuição dos bens de consumo, na divisão social hierárquica do trabalho e da propriedade privada²².

Apesar do processo institucional estar todo alicerçado na descentralização das políticas sociais, a centralização no Executivo federal, com a concentração de recursos, a formulação e gestão da política até 1995 foi monopolizada pela Legião Brasileira de

21 OLIVEIRA E SILVA. Op. cit. 2005. A família no novo contexto é menos rígida. “A feminilização do trabalho rompe com a antiga estrutura nuclear — pai, mãe e filhos — e cede lugar às famílias monoparentais, e a mulher tem assumido postos de trabalho, responsabilidades econômicas e afetivas na criação dos filhos”. Entretanto, permanece o estigma de famílias desestruturadas e responsabilizadas pelos problemas que venham a ocorrer com seus filhos.

²² Idem, p. 50/51.

Assistência – LBA. Até então, a inflexão nesse padrão centralizado sofreu quatro medidas: a extinção da FUNABEM e a criação de Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – CBIA (1989); o deslocamento da LBA e do CBIA para o então criado Ministério do Bem-Estar Social (1990); a extinção, em 1995, tanto da LBA quanto do Ministério do Bem-Estar Social e a transferência dos programas para o Ministério da Previdência Social e a instauração do Fundo Nacional de Assistência Social e a implantação de seus congêneres estaduais e municipais (1996/1997)²³.

A partir dessa nova conjuntura de direitos da criança e do adolescente, apesar da instabilidade em que vivem as famílias analisadas, há um consenso de que as políticas sociais trouxeram benefícios a seus filhos. Se tomarmos como exemplo um grupo de sete amigos que foram crianças de rua nesse período e que vivem na Vila Solidariedade, observamos que todos tiveram em média 3 ou 4 filhos cada um. Nesse núcleo vivem mais de 20 crianças, de Vanilda (4), Cida (4), Cínthia/Fabrício (4), Érica/Fabiano (4), Sabrina (4), Renata (3).

Essas crianças de ontem — Vanilda, Cínthia, Cida, Renata, Fabrício e Fabiano — trazem em suas histórias de vida a história da expropriação no nordeste mineiro, das migrações daí originadas. A história de uma população que assimilou novos espaços na cidade, estabeleceu novas relações sociais e políticas e hoje é dependente de benefícios sociais.

O respeito aos direitos de crianças e adolescentes configura um amadurecimento por todo o século XX. Nos Pactos sobre Direitos Cíveis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, desde 1965, fica claro que cabe aos Estados-partes a adoção de medidas especiais de proteção e assistência em prol de todas as crianças e adolescentes. Elas devem protegê-las contra a exploração econômica e social, proibir que sejam empregadas em trabalhos nocivos à moral e à saúde ou que as façam correr perigo de vida, ou ainda que venham a prejudicar seu desenvolvimento normal. Esse viés incisivo de exigência de direitos por parte do Estado vem do movimento socialista do século XIX.

No Brasil, a síntese do avanço dos direitos da criança estão no artigo 227 da Constituição de 1988, na Convenção Internacional pelos Direitos da Criança e do Adolescente – CIDCA de 1989 e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990.

²³ DRIABE, Sonia Miriam. *A construção institucional da política brasileira de combate à fome*. 1998, p. 13/14

A responsabilidade que recai sobre o Estado vai no sentido da emissão das normas gerais e da coordenação geral da política social em prol da infância, de forma colegiada, por intermédio do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)²⁴, cuja incumbência são *traçar* as diretrizes para a Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência, *formular* a política de atendimento, *controlar* as ações públicas governamentais e não-governamentais decorrentes dessa política, ou seja, acompanhar, analisar, avaliar, responsabilizar e encaminhar aos órgãos competentes os casos de aplicação de sanções ou de correções, *mobilizar* a sociedade em favor da defesa dos direitos da criança e do adolescente. Ele deve oferecer a cada estado as diretrizes a serem adotadas para intervir na realidade social e buscar formas, por meio de projetos sociais, que atendam às necessidades da criança e do adolescente.

O conjunto dos esforços empreendidos internacionalmente sobre a questão do trabalho infantil visa a ratificação da Convenção 138 de 1973, sobre a idade mínima para o trabalho. Na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, em Genebra (1993), foi publicado o Relatório Sobre o Trabalho Infantil e, em 1997, na Conferência Internacional sobre o Trabalho Infantil, diferentes situações e dificuldades foram relatadas sobre um consenso a respeito da sua total proibição nas diferentes culturas.

As posições vindas do Brasil durante a Conferência Internacional sobre o Trabalho Infantil enfatizavam a intenção do governo de apoiar “toda iniciativa que promova a remoção das crianças das ruas para as escolas, um sonho que um dia virará realidade” “A prioridade é retirar a criança desse meio do trabalho inadequado, estabelecendo-se um diálogo com a sociedade civil, mas também com as próprias crianças que devem ser ouvidas”. Os representantes do Brasil referem-se a programas que formam a *rede de proteção social*, mas não lembram que eles funcionam marcados pelos limites do neoliberalismo. Foi lembrado o programa bolsa-escola que vinha sendo implantado em vários governos, (municipais, estaduais e federal)²⁵.

Dentro do Estado o assunto trabalho infantil é tratado a partir do Ministério do Trabalho, que centraliza o grupo de trabalho que estuda as medidas que visam abolir o trabalho de crianças. A compreensão e a “solução” imediata para tal, impressa nas

²⁴ Em 1992, pela Lei 8242/92, passou a vigorar o CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos Da Criança e do Adolescente.

²⁵ Realy Júnior. “Proibição de trabalho infantil é tabu”. O jornal OESP, 30/10/1997. A15. No ano seguinte, o jornal FSP, em 31 de maio (Brasil-17),

políticas sociais propostas, seria a transição da criança, do trabalho para a escola²⁶, contando com a parceria com a sociedade civil. Entretanto, considera-se que a pobreza não é a única causa do trabalho infantil: a educação de péssima qualidade também é um problema sério a ser enfrentado pelo governo. Observa-se que não se reconhecem as causas estruturais geradoras de trabalho infantil, pobreza e miséria como sendo falta de reforma agrária e de renda, ou seja, o problema é enfrentado somente na superfície.

Os limites das políticas sociais estão expressos na abrangência do Programa de Renda Mínima, projetado em 1998 para atender a famílias que tenham crianças entre 0 e 14 anos e renda *per capita* inferior a R\$ 65,00. Foram excluídos 40% dos municípios. Para se ter uma idéia do tamanho do programa, para atender às 10,3 milhões de famílias necessitadas, seria necessário investir R\$ 1,85 bilhões por ano. O investimento é de R\$ 100 milhões (20%)²⁷.

A expressão dos programas sociais empreendidos pelo Estado não sofreu alterações significativas desde então. O saldo, nestes últimos quatro anos, foi a ascensão de cerca de cinco milhões de pessoas do estado social da miséria para a pobreza.

No período de 2002 a 2006 as políticas sociais de combate à fome, estruturadas a partir do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome congregaram na Bolsa-Família todos os pequenos benefícios oriundos da política social titubeante diante da realidade social da exclusão que se desenhou a partir dos anos 1990, e começou a ganhar forma a partir do que o governo chamou de rede de proteção social. A palavra rede remete à nova configuração dessas políticas dado o seu caráter dependente da organização e da ação da sociedade civil.

26 Idem. No ano seguinte, o jornal FSP, em 31 de maio (Brasil-17), trouxe a matéria “Seca e fome acirram distúrbios mentais”. *Direito à Cidade*, Jornal da Vereadora Aldaíza Sposati, publicou: “Estas pessoas não existem”.

27 Em novembro de 1994, FHC incumbiu a equipe econômica de um estudo sobre a viabilidade de implantação do PGRM. Um mês depois, Ciro Gomes, Ministro da Fazenda, estimou em R\$ 4 bilhões um programa que complementasse a renda em R\$ 35,00. O jornal FSP, 9/8/1998, Brasil 1 – 13; SALOMÃO, Marta. “Pobres recebem fatia menor do gasto social do governo federal”. FALCÃO, Daniela. “País tem ‘África’ e ‘Ásia’ da mortalidade”, 8/11/1999, Brasil I, 8.

Bolsa Família.
A evolução dos programas de complementação de renda no Brasil.

- Evolução porque vai simplificar, juntando todos os programas num só.
- Evolução porque passa a proteger toda a família.
- Evolução porque vai aumentar, e muito, os benefícios pagos.
- Evolução porque nos próximos anos vai incluir milhões de famílias que antes não faziam parte de nenhum programa.

Bolsa Família

Figura ilustrativa. Não se trata de uma família real. A imagem é apenas uma ilustração.

II. CRIANÇA, FAMÍLIA, SOCIEDADE E ESTADO

Para que a criança se insira na sociedade em condições dignas de existência, ela depende dos deveres de três instâncias para a promoção e efetivação de seus direitos — considerados especiais em vista das condições peculiares de existência próprias à infância e à adolescência —: *sociedade, família e Estado*.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade os direitos fundamentais — à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão²⁸.

Observemos a profundidade desses deveres. Mesmo à primeira leitura, os que conhecem as privações da infância e as fragilidades de milhões de famílias deste país percebem que as três instâncias falham no cumprimento das leis.

Entre 1988 e 1990, representantes da sociedade civil e autoridades incumbidas de planos de atendimento à infância e à adolescência pobres mobilizaram-se para a regulamentação daquele preceito constitucional, o que resultou na promulgação da lei 8.069 de 13.07.1990, instituindo o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, cujos “propósitos consistem em oferecer integral proteção às crianças e aos adolescentes; assegurar seus direitos; facilitar-lhes o acesso aos meios e recursos indispensáveis ao seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”²⁹.

O ECA seguido do CONANDA, em 1992, são os melhores exemplos de que das três instâncias o Estado é a que melhor define sua ação, isso porque a sociedade quase que por inteira tolerou uma condição aviltante para crianças e adolescentes pobres. Ela ainda tolera o trabalho infantil e a criança exposta, não infratora, é objeto de compaixão e instrumento de realização cristã, por meio de caridade e voluntarismo. As instituições que frutificaram com essa postura foram as de caráter filantrópico, assistencial, e hoje estão em creches, abrigos etc.

As famílias pesquisadas não possuem condições de reprodução social por questões estruturais ligadas à terra e à ausência de direitos humanos — fundamentais,

²⁸ Constituição de 1988; Artigo 227.

²⁹ ADORNO, Sérgio e MESQUITA, Myriam. “Direitos Humanos para crianças e adolescentes: o que há para comemorar?” In: AMARAL Júnior, Alberto & PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.) *O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. 1999 p. 266.

políticos, econômicos, sociais e culturais. O que resta são as políticas sociais engessadas nos limites do neoliberalismo.

Nos primeiros anos após a Constituição cidadã, a crise inflacionária e do Estado formam um clima ideológico apropriado para a aceitação dos interesses neoliberais. Num período de trinta anos muda-se o discurso que defende a nacionalização para o que passa a defender as privatizações e a diminuição do Estado³⁰.

Nosso “horror econômico” — sinônimo de neoliberalismo na França³¹ — teve início no mesmo momento em que deveria ocorrer a efetivação de direitos pelas políticas sociais. Entretanto, a própria Constituição recém-promulgada será alvo de 25 emendas em sua primeira década, ganhando um colar de reformas com o nítido objetivo de restringir direitos³².

A interlocução entre movimentos, sociedade e Estado mudou radicalmente nos anos 1990. Na contramão das conquistas sociais, impõe-se o neoliberalismo, de modo que podemos afirmar que o ECA é “uma conquista tardia”, que já nasce esvaziada de suas potencialidades históricas ante os reveses neoliberais.

O cerne da oposição neoliberal à Constituição de 1988 está no artigo 170, que define a fundamentação da ordem econômica brasileira. “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”. Além deste artigo, foram expressos como princípios de ordem econômica a função social da propriedade e a redução das desigualdades sociais. Entretanto, apesar desses avanços, a Constituição “manteve integralmente e sem restrições o direito de herança, por força do qual haverá brasileiros nascendo muito ricos ao lado de outros que já nascerão herdeiros, unicamente da miséria de seus pais”³³.

É um período de combate aberto às diretrizes constitucionais de 1988, em especial naquilo que se refere à mínima social e ao caráter universal prevalecente da política social, que deverá “ajustar seus gastos à disponibilidade de recursos do Estado,

³⁰ BARÓN, Atílio. “A Sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”. In: GENTILI, Pablo & SADER, Emir (org.) Pós-neoliberalismo e ... Op. cit. 2003 p. 80.

³¹ FORRESTE, Viviane. *O Horror Econômico*; São Paulo: Ed. Da Univ. Estadual. Paulista, 1997. Idem. *Uma Estranha Ditadura*. A ensaísta aborda a efetivação da regulação neoliberal do capitalismo na França e na Europa na passagem da década de 1980 para 1990.

³² COMPARATO, Fábio Konder. “Réquiem para uma Constituição”. In: FIOCCA, Demian & GRAU, Eros Roberto. São Paulo: Paz e terra, 2001, p. 77.

³³ DALLARI, op. cit, *Os Direitos Fundamentais na ...* Op. cit. 2001, p. 62.

após a dedução dos dispêndios da dívida pública”³⁴. Deste condicionante surgem as políticas sociais que privilegiam as situações consideradas de risco. Elas são focalizadas para alcançar logo os efeitos esperados. Essa equação pode legitimar um discurso que usa os bons resultados dessas ações focalizadas generalizando-os para uma realidade maior que foi precariamente atendida nos outros setores.

Tudo que foi garantido na Constituição de 1988 foi refreado e impôs-se uma rigorosa mudança no tratamento dado às políticas públicas — econômica e social. Diante de tal conjuntura, a nova legislação tornou-se letra morta em seu nascedouro. Apesar de fundamentada na doutrina dos direitos, enfrentou, na contramão, as políticas públicas orientadas pela política econômica, em detrimento da política social.

Os desdobramentos do neoliberalismo na estrutura do Estado foram se concretizando simultaneamente com o processo de municipalização das políticas sociais, a constituição dos conselhos, o fortalecimento do Terceiro Setor etc. Em suas ações e formulações de políticas sociais, ele se apresenta distanciado das reais dimensões históricas de famílias e crianças dependentes dessas políticas. Tal distanciamento registra-se, por exemplo, pela ausência de perspectiva de gênero e de gerações nas políticas para a infância e a erradicação do trabalho infantil³⁵.

Os últimos cinco anos de estrangulamento das políticas sociais imposta pelo Estado neoliberal e o enfraquecimento da organização da sociedade civil, provocaram séria perda de antigos militantes das lutas sociais dos anos 1980. Abandonaram os foram e foram para cargos políticos ou serviços públicos e Terceiro Setor.

A dimensão alcançada pela organização dos movimentos sociais por moradia nos anos 1980/90 tornou-os referência nacional, como já afirmamos. Os mediadores observam que esses movimentos fizeram, em muitos casos, o papel do Estado. O papel

34 DEDECCA, Cláudio Salvadori Op. cit. 2002, p, 28-33 As reformas por que passaram a própria Constituição e as políticas sociais formuladas sob a égide neoliberal visam restringir cada vez mais os direitos conquistados, registrados no seu Cap. V.

35 MACHADO, Leda Maria Vieira. *A Incorporação do gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. 1999. MADEIRA, F. R. *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. 1997.

Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu cap. IV sobre o trabalho infantil. **..[somente em situação de risco social. um limite...?]** O que viria a ser a erradicação do trabalho infantil senão a erradicação de todas as formas de trabalho infantil e não apenas as piores formas (Convenção 182/1999)? Seria a eliminação das formas de trabalho “invisíveis”, como, por exemplo, de meninas que dentro de lares arcam com boa parte dos custos pela reprodução da família? De crianças que estão submetidas a situações aviltantes de diferentes naturezas, aliciadas por adultos próximos em troca de morada e alimentação? **[Zilda pergunta: não seria o caso de questionar a Escola?].** Pq. ã avaliar o processo descrito por seus interlocutores?! } A escola seria a porta de entrada para algumas mudanças, mas outras não dependem dela e sim de políticas de distribuição de renda e de terra. Mesmo assim, cabe questionar seu papel, sua eficácia e seu fracasso, que, em última instância, é da própria sociedade.

da Igreja dos Pobres foi fundamental para a conscientização por direitos e um dos motivos do enfraquecimento da mobilização social foi o distanciamento da Igreja Católica, reflexo lento, mas sem dúvida, provocado pela nova orientação da Igreja, em 1986, quando João Paulo II, passou a perseguir os teólogos da libertação na Europa, África e América Latina.

As dificuldades provocadas pela perda da grande aliada, a Igreja Católica, influuiu num conjunto de apoio até então existentes, tais como os trabalhos nas dioceses, os recursos das agencias como o *Meseror*, *Adveniat* ou *Caritas*, a quase desativação das comissões de Justiça e Paz ou de Direitos Humanos. A pergunta que permanece é: como os movimentos sociais estão reagindo diante da inércia gerada pelo impasse entre uma cidadania formal, a única possível para esse formato de Estado, e a plena realização de direitos sociais, econômicos e culturais usurpados por um sistema que reproduz a violência estrutural e institucional? Um sistema que, na interpretação de Martins “mutila no berço”³⁶ as potencialidades históricas de crianças e adolescentes, que são socializados pela dura rotina do trabalho, a maior parte deles realizando trabalho invisível aos olhos da sociedade e ausentes nas políticas sociais³⁷.

O que está em questão é como equacionar o amplo espectro de novas situações de pobreza e miséria que a economia nos moldes do neoliberalismo enfrenta sem olhar. Parece haver repugnância em se custear a sobrevivência de quatro quintos da população mundial. Cabe a pergunta: “depois de explorados e excluídos, bilhões de seres humanos, considerados supérfluos, devem ser exterminados?”³⁸

1. O PODER LOCAL E AS AGENCIAS OPERADORAS DE DIREITOS

O processo de descentralização das políticas sociais pressupõe o município como locus privilegiado de superação da crise político-institucional do Estado brasileiro. A participação popular é regulamentada por meio de conselhos — tutelares e de direitos —, que visam *focalizar* um público determinado como prioritário em determinado contexto social para dirigir as políticas sociais.

No caso do público crianças e adolescentes necessitados de políticas sociais, por ser amplo demais, ele tem que passar pelo crivo da “escassez de recursos para

³⁶ O massacre dos Inocentes ... Op. cit. 1991.

³⁷ Exemplo de Kelly...

38 CONY, Heitor, In FORRESTER, Viviane *O horror econômico*. (orelha).

investimentos sociais” típica do neoliberalismo. A Convenção 182/1999 atende a esse espírito ao focar as piores formas de trabalho infantil.

A normatização das políticas sociais para esse segmento assentam-se no ECA, no CONANDA e na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que pautam a *descentralização ou municipalização*, concretizada em uma gama de programas cujo financiamento, regulamentação e execução são de responsabilidades dos três níveis, federal, estadual e municipal³⁹.

O processo de municipalização da política de atenção à criança e ao adolescente é um desafio colocado no bojo da descentralização das políticas básicas. Aos conselhos das *políticas setoriais*, em especial os da educação, saúde e assistência social, cabem ações que visem o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes conforme as leis.

O sistema de proteção integral conta com o *sistema de justiça*, cabendo em particular ao Ministério Público da área da infância e do trabalho a proteção às crianças e adolescentes em estado de risco social. Os conceitos que passaram a subsidiar a nova interpretação sobre a criança e o adolescente pobres presentes no ECA consideram-nos “em situação de risco” e que devem receber a cobertura das políticas sociais.

A presença maciça da sociedade civil nos Conselhos de Direitos *deveria* facilitar o controle das políticas sociais e a propositura de programas de atendimento direcionados às necessidades mais amplas e prioritárias para garantir os direitos de cidadania. Entretanto, observamos no nordeste mineiro, desde 1997, que a participação popular ou as iniciativas da sociedade civil para organizar os Conselhos — de Direitos e Tutelares — apresentavam-se precarizadas em muitos sentidos. Um aspecto importante é que a população que mais necessita das políticas sociais não conhece estas instâncias e tão pouco a sua importância para ela.

Os mediadores da causa da infância e da adolescência carentes de direitos praticamente se distanciaram dos movimentos sociais, eles próprios enfraquecidos, e passaram a atuar nos Fóruns Estaduais de Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA), no CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), espaços pedagógicos de debate sobre as causas e conseqüências do trabalho

³⁹ TELES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*, p. 145. PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*, 2002, p. 26-28.

infantil, influenciando na mobilização geral da sociedade no sentido de que a luta pela erradicação deste trabalho se amplie⁴⁰.

O ECA coloca dois pontos básicos para a revisão das ações: as novas relações entre União, estados e municípios, pautadas na descentralização, e a nova relação Estado e sociedade, por meio de Conselhos — instâncias públicas de gestão da política pública —, cabendo-lhes formular, deliberar e controlar as ações nos três níveis da administração pública.

Os Conselhos devem reunir condições de articular as ações no campo da infância com base num projeto político de interesse público. Devem criar mecanismos que permitam a possibilidade real de mudanças significativas no campo das políticas sociais, que visam a *promoção e defesa* dos direitos da infância e juventude brasileira.

O Conselho Tutelar ouve os reclamos da sociedade sobre os problemas relativos à infância e ao adolescente “em condição de risco social”, reivindicações e solicitações que são encaminhadas pelas crianças, jovens, por suas famílias e pela população em geral. Tem funções advocatícias de defesa e garantia dos direitos; de representação e encaminhamento; de escuta das necessidades e demandas das crianças e comunidades; de orientação educativa, entre outras. Compõe-se de cinco membros escolhidos pela comunidade local, que devem ter idoneidade moral reconhecida, idade superior a 21 anos e residir no município.

Os recursos financeiros para a implantação dos Conselhos devem vir das prefeituras, para a infra-estrutura, e do Fundo para a Infância e a Adolescência – FIA, para projetos socioeducativos.

Teófilo Otoni sofreu drasticamente o impacto da expansão urbana a partir dos anos 1970, conforme mostramos nos capítulos I e II. Camponeses errantes foram fixando-se em suas grotas e morros, reproduzindo formas precárias de vida, embates e lutas sociais que ampliaram os espaços políticos e fortaleceram as expectativas de direitos na década de 1980.

A tolerância à criança exposta por abandono, orfandade, abuso sexual etc. encontra-se misturada de compaixão e caridade e pela constituição de instituições assistenciais para protegê-las. Beatriz Nogueira observa que “quando tem uma creche ou uma entidade passando por necessidade a sociedade comparece”, movida por um sentimento caritativo, muito diferente da consciência de que a criança exposta pelo

⁴⁰ FECTIPA – Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infante-juvenil e Proteção ao Adolescente – MG. Boletim Informativo, Ano VII nº. 13, mai/jun/jul/ago/2005.

abandono ou orfandade, a criança de rua e o infrator são personagens engendrados da mesma realidade social desigual. Entretanto, essa mesma sociedade não tolera a criança infratora: “quando pula o seu muro, quando roubam a sua roupa é que se a sociedade se lembra que estes meninos existem”; então querem punição⁴¹.

Muitas crianças que chegam às instituições de atendimento à infância em Teófilo Otoni são frutos de abandono por mães que não possuem qualquer ambiente familiar propício para criar uma criança. As instabilidades das famílias manifestam-se de diferentes formas e ao mesmo tempo.

Muitas mulheres entrevistadas deixaram transparecer o medo de não poder sustentar os filhos e de ter que “entregá-los ao juiz”. No início de 2005, Cinthya confessava que em muitos momentos sentia vontade de “ir para a rua”, pedir comida para seus filhos. Sua lembrança da infância vivida na rua remete-se ao não passar fome. Quando indagada pelo filho mais velho sobre por que da falta comida, sente medo de ter que “entregar para o juiz”, por não ter como criá-los, ou que eles busquem na rua, como ela fez, a solução para a falta de comida e de outras necessidades⁴².

O poder local atrela-se a uma rede de leis, instâncias públicas, privadas e ONGs nos três níveis de governo. Nos estados, os Conselhos Estaduais de Direitos da Criança e do Adolescente atuam atrelados ao Ministério do Trabalho e às Delegacias Regionais de Trabalho, que juntamente com o Ministério Público do Trabalho recebem denúncias, fazem levantamentos e elaboram estudos.

Nos municípios, a sociedade é representada nos Conselhos Municipais de Direitos e nos Conselhos Tutelares atrelados ao Ministério da Justiça por intermédio do CONANDA.

Fica a cargo da Secretaria de Assistência Social implantar e gerenciar o Programa de Atendimento à Infância – PAC.

Dos programas do Governo Federal, um é destinado a atender creches. O Governo repassa para os municípios e estes repassam para as entidades, ONGs. Antes da LOAS essas entidades eram conveniadas com a antiga LBA — extinta no Governo Collor. Com FHC foi criado

⁴¹ Depoimento de Ana Beatriz Nogueira, concedido em janeiro de 2006.

⁴² Depoimento de Cinthya, concedido em julho de 2005.

novo Ministério e a municipalização da Assistência Social com a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social”⁴³.

Outro programa social local promovido pela sociedade em parceria com a prefeitura foi o “Cozinhas Comunitárias”, que funcionava em creches, escolas e igrejas. O objetivo era atender à fome da população pobre. Todo dia, em determinada hora, era certo encontrar comida, que resolvia o problema alimentar de muitas famílias.

No período de 2002 a 2006, as políticas sociais de combate à fome foram estruturadas a partir do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Atualmente, o Bolsa-Família está presente em 11,1 milhões de lares brasileiros. A previsão é de que, este ano, sejam investidos R\$ 8,3 bilhões no programa.

As pesquisas realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento social, apontam melhoria na alimentação e redução da desnutrição infantil. Na região do semi-árido brasileiro, a desnutrição entre crianças de até 5 anos de idade baixou de 17,9% para 6,6% nos últimos dez anos. Outro levantamento constatou a melhoria na alimentação em 85,6% dos lares beneficiados com o Bolsa-Família⁴⁴.

Taxado de assistencialista, de ser o reconhecimento oficial da pobreza e da impossibilidade de solução radical do problema, ele é também considerado “um programa de investimento nas crianças das famílias pobres e, como tal, poderá ser extremamente eficaz na redução da pobreza e da desigualdade no futuro. O fato é que talvez os dois opostos sejam coerentes.

Em 2 de agosto de 2006, sem emendas, o Projeto de Lei 81/2006, da Câmara do Deputados, que cria o SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar/agosto, foi aprovado pela CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Segundo dados (PNAD/IBGE-2004), cerca de 72 milhões de brasileiros vivem em situação de insegurança alimentar leve, moderada ou grave. Desse total, 14 milhões estão em situação grave. O Projeto de Lei estabelece os princípios, as diretrizes, os objetivos e a composição do SISAN. A concepção do sistema foi uma das deliberações da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de 2004.

Por meio do novo sistema, o poder público e as organizações da sociedade civil deverão implementar políticas e ações destinadas a assegurar o direito da população a

43 Sandra Otoni Vamberg, profissional concursada da Prefeitura Municipal. Coordenadora dos projetos do Governo. Depoimento concedido em janeiro de 2005. Governos municipais da última década: 1996-2000, Edson Soares; 2001-2004, Getúlio Neiva; 2005, Maria José Hauenser.

44 <http://www.mds.gov.br/noticias>. acesso em 30.10.2006.

uma alimentação adequada. O sistema prevê o monitoramento da situação alimentar e nutricional da população, a adoção de medidas que garantam o acesso alimentar adequado e o estímulo ao desenvolvimento de pesquisa e de recursos humanos...

O PETI, a partir de 2006, também foi incorporado pelo Bolsa-Família, por meio da Portaria GM/MDS nº. 666, de 28 de dezembro de 2005, na busca de racionalizar a gestão de ambos os programas, com o incremento da intersetorialidade e da potencialidade das ações do Governo, evitando-se a fragmentação, a superposição de funções e o desperdício de recursos públicos, além de estender às famílias com crianças/adolescentes em situação de trabalho.

2. CONSELHO DE DIREITOS E CONSELHO TUTELAR DE TEÓFILO OTONI

Fundado entre 1992/93, O Conselho Tutelar de Teófilo Otoni, foi um dos primeiros da região. Entretanto, em 1997, conselheiros tutelares, diretores de escola e líderes sindicais detectavam que a constituição dos Conselhos Tutelares era incipiente ou inexistente em muitos municípios do Médio Jequitinhonha e do Mucuri⁴⁵. É um exemplo regional de organização, embora marcado por inúmeras limitações, oriundas de vários fatores: descaso do poder público municipal no que lhe compete de obrigações para a constituição de um Conselho Tutelar; diálogo com o poder judicial que em muitos casos não é de parceria com os conselheiros; trabalho árduo de conscientização dos direitos da criança e do adolescente junto à opinião pública.

O espectro de problemas da cidade espelha a história do Nordeste mineiro, desdobrada em pobreza, fome e violência nos bairros novos. Naquele momento, dentro do espírito de constituição de uma rede de proteção social sinalizado pelo Governo Federal, alguns programas apontavam na direção de uma renda mínima, como, por exemplo, um programa de cesta básica para famílias da Favela Boiadeiro, exigindo, em contrapartida, a frequência escolar dos filhos⁴⁶.

A vasta área rural do município, com uma intrincada malha de estradas de terra, quase sempre em estado precário, promoveu, na gestão de Edson Soares, um programa de nucleação rural, com transporte municipal para conduzir alunos a um núcleo escolar em alguma comunidade, povoado ou distrito.

Os conselheiros reclamavam, em 2006, da insuficiência da política de atendimento à criança e ao adolescente. O maior número de “casos que a gente tem são de crianças que precisariam de uma entidade que fizesse um trabalho de recuperação”. São crianças que vêm de famílias “que chegam aqui dizendo que não estão agüentando mais o filho que não obedece, que não quer ir para a escola, fica na rua”. Há exemplos claros:

A polícia pega uma criança na rua e traz para o CT, nós fazemos todo um trabalho de conscientização sobre o papel da família, do Conselho Tutelar e, se tivermos retirar da mesma e encaminhar, não temos uma instituição que possa nos dar cobertura. Não temos um assistente

45 RELATÓRIO. Op. cit. CUT/OIT, 1998.

46 A Favela Boiadeiro já era uma área urbana conflituosa desde o início dos anos 1980, conforme depoimento de padre Mamede. Cf. Cap. I.

social, um psicólogo para atender estes meninos, enfim, uma equipe de apoio prevista na Lei”⁴⁷.

Além da falta de programas, outro agravante é que *a demanda é grande*, “as instituições existentes estão lotadas. Aqui chegam muitos pais que querem entregar os filhos para o juiz porque não têm condições cuidar. É assim que eles falam, eu vou entregar meus filhos pro juiz”.

Deveria ter, na cidade, um trabalho direcionado à família, porque não adianta trabalhar a criança e o adolescente se a família fica lá esquecida; deveria ser feito um trabalho direcionado mais à família, de conscientização do papel da família, de estrutura que a família deveria ter, porque a família sem alimento, sem trabalho, que vive no desespero, ela não pode cuidar dos filhos, não está tendo estrutura psicológica de criar os filhos. A tristeza maior da gente é saber que a violência tende a aumentar porque não tem perspectiva, em relação ao município mesmo, entra político e sai político, e tudo fica a mesma coisa⁴⁸.

Os relatos de mais de uma década sugerem que os problemas foram aumentando e que as políticas sociais não conseguiram reverter o processo e romper o círculo da pobreza. Dentre as causas sociais crônicas, o desemprego e o alcoolismo são fatores corriqueiros entre as famílias pobres. A imagem comum à chegada em bairros pobres como Novo Horizonte é de homens jovens, desempregados, alcoolizando-se desde as primeiras horas da manhã. Cada um deles tem uma história de perdas para contar.

Mesmo com toda a pré-disposição dos conselheiros, o trabalho do Conselho acaba sendo ineficaz por falta de infra-estrutura e de políticas sociais.

A Lei é muito bonita, é bonita no papel. Você pega o ECA e lê e acha que ele poderia resolver o problema da criança e da infância no Brasil todinho. Mas na realidade... E não é só o ECA, não; aqui as leis são assim, mas esta especificamente que considera que a criança é prioridade absoluta. Infelizmente, o que existe em outros lugares, segundo relatos de outros conselheiros, todos têm o mesmo problema⁴⁹.

Uma conselheira tutelar situa o perfil político do prefeito do PSDB Getúlio Neiva (2000-2004) em relação à problemática da infância:

47 Conselheira tutelar. Depoimento concedido em janeiro de 2005. A ação dos Conselhos Tutelares deveria contemplar cinco medidas socioeducativas previstas no ECA: advertência, família, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, privação de liberdade. Até 2006, em Teófilo Otoni, somente eram aplicadas duas delas: a advertência e a privação de liberdade.

48 Idem.

49 Idem.

Para ser sincera, ele não é a favor, chegou a falar que adolescente tem que trabalhar mesmo, que ele já trabalhou. O que ele está fazendo é sob pressão. E o que ele faz é lentamente. Ele não acata ordem de juiz, de promotor, de ninguém⁵⁰.

Em 2006, o Conselho Tutelar ainda não participava do SIPIA, sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente, constituído em 2000 pelo CONANDA para divulgar as diretrizes da política nacional sobre infância e adolescência em rede com os conselhos tutelares do País. Não participava porque a implantação do sistema depende de parceria com o Banco do Brasil, que tem o compromisso de doar equipamentos de informática aos Conselhos Tutelares. Ocorre, no caso de Teófilo Otoni, que o equipamento doado é ultrapassado para se conectar a ele.

O SIPIA tem uma saída de dados agregados em nível municipal, estadual e nacional e se constitui em uma base real, em todos os estados, para a formulação de políticas públicas no setor. Faz parte da Rede Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça⁵¹. A integração dos Conselhos Tutelares ao sistema depende de capacitação, por exemplo, em monitoramento do fluxo de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, monitoramento das situações de colocação familiar, adoções nacionais e internacionais, acompanhamento da implantação e implementação dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares.

A conexão do Conselho Tutelar refletiria na sua própria qualidade, tendo em vista que a capacitação colocaria o conselheiro num patamar mais seguro na afirmação de suas ações. Observamos em Teófilo Otoni, ao longo da década de 1990, as dificuldades enfrentadas para essa implantação. E, após década e meia, apesar da melhora a partir de 2005, a falta de eficácia ainda é enorme, conforme relatam os conselheiros.

O panorama urbano que acolhe a criança pobre em busca de sobrevivência e a dimensão da circulação que alcança a rotina que desenvolvem são narrados por esses agentes públicos, eleitos pela comunidade para defender, promover e fiscalizar a situação da infância e ainda encaminhar denúncias.

Viajam muito, viajam de carona ou vão escondido no eixo das carretas. Um deles, de 9 anos, chegou até Santa Catarina no eixo de uma carreta. Eles chegam sujos de óleo. O mais comum é eles irem de carona até G. Valadares e de lá eles se infiltram no trem de minério e

50 Depoimento de conselheiros tutelares concedido em dezembro de 2004.

⁵¹ <http://www.mj.gov.br/sedh/dca/sipia.htm>. Acesso em 30/11/2006.

vão para Vitória e outras praias. Lá eles ficam na rua e quando são descobertos nos comunicam e temos que providenciar a volta deles⁵².

Elas são vistas em certos lugares e funções já conhecidos:

Portas de supermercado, 3ª, 4ª e 5ª feira, dias de promoções e mais no período da tarde. Ontem à tarde tinha vários tomando banho na fonte da praça central. Eles são até encaminhados, mas depois retornam porque chegam às suas casas e lá não tem nada. No horário até as 10 da noite, que muita gente sai para fazer lanche, eles estão por ali, na praça central, pedindo. São todos meninos de periferia⁵³.

A maioria dos casos mediados pelo Conselho Tutelar é de crianças à beira do abandono, meninos que fogem de casa, violência doméstica, apesar de pouco expostas, assim como de abuso e violência sexual⁵⁴. Também é difícil detectar o trabalho doméstico:

Porque as famílias sempre escondem o fato alegando que se trata de uma sobrinha, filho de algum parente que mora na roça e que veio para estudar. Outra coisa que dificulta é que, por lei, a gente não pode entrar na residência, e a criança tem medo de denunciar porque às vezes a casa dos pais é pior. A exploração não é só do trabalho, ocorre também o abuso sexual e os maus-tratos⁵⁵.

Denúncias sobre trabalho infantil, por mais explícito que seja, são raras em virtude de uma cultura da necessidade que considera o trabalho da criança e do adolescente educativo e disciplinador. Prostituição infantil e abuso sexual ocorrem mais com meninas, mas é difícil chegarem até o Conselho Tutelar.

Conforme contextualizam os conselheiros, a cidade possui perfil turístico por causa da feira internacional de pedras preciosas que ocorre anualmente e por ser ponto de passagem para o litoral baiano, para o Sudeste e para o Nordeste, o que potencializa a prostituição infanto-juvenil por causa das rodovias BR-116 e 040. Casos de adolescentes que são convencidas por agenciadores, com promessas de emprego nas capitais são comentados por parentes de vítimas⁵⁶.

52 Um exemplo de tal situação é o filho de dona Maria Eva, do Novo Horizonte, de 13 anos, que foi para o Espírito Santo nessas condições e ficou lá mais de um ano, vivendo nas praias e ruas de Vitória. A família foi entrevistada em janeiro de 2005.

⁵³ Depoimentos de 2004.

⁵⁴ A questão é mais forte na zona rural, mas na cidade também tem muito. Depoimentos de conselheiros tutelares concedidos em janeiro de 2005.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Em janeiro de 2006, o artesão Cláudio, que vendia quadros na praça central, revelou o caso de uma sobrinha de 15 anos que viajou para São Paulo nessas condições. A família não havia tomado nenhuma providência, nem a adolescente havia mandado notícias depois de alguns meses.

Os conselheiros são conscientes de que o Bolsa-Família “é muito pouco e nem todos estão recebendo, ainda está irregular”. Para crianças que trabalham, o PETI teve um funcionamento precário até 2005.

O grau de vulnerabilidade social em que se encontram muitas famílias faz que as funções dos conselheiros sejam frequentemente ampliadas. “O que mais fazemos é tentar conseguir roupas e comidas para as famílias que temos contato”.

Eles identificam um novo comportamento social, ou seja, que os benefícios das políticas sociais acabam gerando briga entre família e comodismo no sentido de não buscar novas soluções para a sua vida de miséria.

O que tem de famílias brigando por causa desses benefícios, todo mundo está querendo pegar esse dinheiro, está criando certo comodismo. Na zona rural, por exemplo, está apresentando certo comodismo: têm terra, mas não plantam. Aqui na cidade foram implantadas as cozinhas comunitárias, o que acaba acomodando de vez. Elas são mantidas pela Prefeitura, e a comida é feita por voluntários, funcionam em creches, escolas, igrejas⁵⁷.

Os indícios de insuficiência das políticas sociais diante da realidade social que não se atenua estão em um levantamento recente (2005) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foi identificado um grupo de 15 meninos — de até 8 anos — que furtam no centro da cidade. Todos sabem, diz a Presidente do Conselho, e “pela vontade da sociedade eles seriam trancafiados em algum canto”. “Um de 8 anos já chegou aqui drogado e é um ‘ratinho’ no comércio”.

Identificamos as famílias e fomos fazendo os contatos. Entretanto, o que ocorre, via de regra, é isto: A polícia pega e traz aqui e nós vamos levar em casa, conhecer a família. Em alguns casos, a mãe não aparece para receber, aparece um adolescente e em algum ponto um camarada sem camisa e, com ela enrolada na mão, esconde uma arma. O conselheiro não tem o que fazer. A notificação fica sem validade⁵⁸.

São crianças abandonadas. Uma forma de conseguir falar com o responsável seria manter a criança em um abrigo e só liberar na presença dos pais para que fosse efetuada a notificação de que a criança teria que ser matriculada na escola e inscrita no PETI.

⁵⁷ Conselheira Tutelar. Depoimento de janeiro de 2005. É o programa da sopa, que ocorria em diferentes bairros. Em 2005, o governo petista de Maria José interrompeu.

⁵⁸ Ana Beatriz Nogueira, presidente do CMDCA de Teófilo Otoni. Entrevista concedida em janeiro de 2006.

Isto implicaria uma logística que o Conselho não possui, que seria ter um abrigo para estas crianças permanecerem até a vinda dos pais e contarem com o pronto atendimento do PETI. Foi uma operação pontual, pois o problema não se limita a 15 crianças, que não poderá se repetir por falta de espaço de moradia temporária para as crianças⁵⁹.

Entretanto, a matrícula no PETI não é garantida por conta do limite no qual ele funciona. Tudo isso revela a fragilidade na implantação dessas políticas sociais. A primeira impressão que se tem é de que nada está mudando.

Ana Beatriz Nogueira, presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente⁶⁰, há seis anos no Conselho, assistiu à passagem de três prefeitos (Edson Soares, Getúlio Neiva e Maria José - PT), e considera que a relação do Conselho com o Poder Executivo sofreu uma mudança “gritante”, “apesar de enfrentar, ainda, inúmeras dificuldades de infra-estrutura. Antes o diálogo com o Poder Executivo era, às vezes, impossível, a ponto de a promotoria entrar com Ação Civil Pública contra a Prefeitura, no mandato de Getúlio Neiva, para obrigá-lo a propiciar infra-estrutura para o Conselho”⁶¹.

No período entre 2000 e 2004, esse prefeito, por meio da Secretaria de Ação Social, reivindicou a presidência do Conselho Municipal e, segundo Ana Beatriz, “apesar desta representação vir, originariamente, da sociedade civil, as discussões consideraram que seria no mínimo democrático que a parte governamental chegasse à presidência”. Assim, Ivanildo Chamileti Neves assumiu a presidência e corroborou com o descaso do Poder Executivo pela omissão na defesa do Conselho. Parte da mídia também trabalha contra tudo que vai no sentido dos direitos da criança: “a Rádio Teófilo Otoni, se pudesse, colocaria fogo no ECA em praça pública”⁶².

No fogo cruzado que se trava na esfera ideológica, o Conselho Tutelar registra uma história de luta contra o Poder Executivo local e contra parte da opinião pública.

As políticas sociais que foram engendradas com fundamento nos direitos humanos deveriam retornar à sociedade, mas quando esse retorno deveria se dar, o Estado foi tragado pela política econômica neoliberal, que vinha impondo sua

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Voluntária na creche Ninho, entidade criada e dirigida por Irmão Zoé, fundada na década de 1970.

⁶¹ Depoimento concedido em janeiro de 2006.

⁶² Um exemplo de manipulação do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente pelo poder público foram os relatórios manipulados enviados à ABRINQ, que concedeu a Getúlio Neiva o prêmio Prefeito Amigo da Criança em 2004. Outra distorção foi quanto aos inscritos no Conselho. Tinha até torcida organizada. Ele era usado como instrumento para o currículo de candidatos a cargos públicos. Cerca de 140 entidades estavam inscritas. Um cadastramento reduziu para 27 entidades, que realmente desenvolvem atividades com criança e adolescente — creches, abrigos, o Centro de Internação para Adolescente e a Associação de Bairro.

hegemonia em diferentes pontos da economia capitalista⁶³, num nítido apoio à política econômica como sinônimo de políticas públicas, tornando praticamente impossível a realização dos direitos básicos à vida, ou seja, trabalho, alimentação, saúde, educação, moradia etc., pois um dos componentes básicos deste Estado é a redução dos gastos com políticas sociais. Esse componente que limita a ação do Estado nas realizações das políticas sociais está presente na legislação que trata dos financiamentos de programas e ações, que são pautados por prioridades e acabam se realizando em ações pontuais, fazendo com que, no cômputo geral, a dimensão da realidade infanto-juvenil contemplada por elas seja ínfima, embora se apresente eficaz no discurso das instituições responsáveis.

A Convenção 182/1999 da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil configurou-se elegendo algumas formas de trabalho infantil, o que indica uma prioridade de ação e de investimento social em casos específicos. Nesse sentido, os efeitos do PETI sobre essa população infantil que circula pela cidade e que está submetida ao trabalho e à exploração são inexpressivos, e os resultados benéficos que poderiam oferecer têm relação com a estrutura familiar.

Aquelas que estão mais unidas procuram assegurar essa chance aos seus filhos; as mais desestruturadas não se interessam. O PETI aqui é um sonho, deixa muito a desejar, pois ainda temos muitas crianças na rua, vendendo sorvete, fazendo frete. Muitos não ficam no PETI porque os R\$ 25,00 que o programa oferece é muito pouco para eles. Nós até fizemos um cadastramento para o programa e constatamos que eles ganham até R\$ 100,00 fazendo trabalhos por aí⁶⁴.

As expectativas do Conselho Tutelar são praticamente nulas. Os depoimentos dos conselheiros apontam uma série de dificuldades no enfrentamento da situação. Segundo conselheiros, “a tristeza maior da gente é saber que a violência tende a aumentar porque não tem perspectiva em relação ao município mesmo; entra político e sai político, e tudo fica a mesma coisa”

Uma situação nova apontada por eles é um certo *comodismo ou desânimo* das famílias, de tanto procurar e nada encontrar em termos de solução de subsistência ou por causa dos benefícios vindos das políticas sociais. É possível, segundo dizem, que muitas famílias estejam desanimadas, mas muita gente não faz nada mesmo porque fica

63 ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: GENTILI, Pablo & SADER, Eder (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas ...* Op. cit. . 2003, p. 15.

64 Segundo Conselheiros, informações da Ação Social dizem que tem criança no PETI (do São Jacinto) usando droga e fazendo isso na frente dos pequenos.

esperando sabendo que vai ter pelo menos o que comer. “E a dignidade de cada um, como fica?”, perguntam. Eles consideram que “o mínimo seria que cada pai de família pudesse ir ao supermercado comprar a feira para sua família”⁶⁵.

Dentre as várias facetas do trabalho infantil, o trabalho doméstico é uma modalidade de difícil identificação porque as famílias que o exploram sempre escondem o fato. Kely é um exemplo⁶⁶. Ela trabalha desde os 7 anos de idade nos serviços domésticos, uma vida de trabalho registrada em suas fortes mãos, em seu espírito ávido de novos conhecimentos, mas mutilado pelas circunstâncias sociais a ela impostas, ou seja, do trabalho nos limites da exploração, realizado em condições inadequadas, prejudiciais e/ou perversas, que exige da criança ou do jovem uma atividade constante e desproporcional às suas forças, ao seu estágio de desenvolvimento psicossocial. É uma atividade cotidiana que impede as brincadeiras, os jogos, o descanso e a escolarização regular.

Violência sexual contra meninas também ocorrem nessas circunstâncias de limites de subsistência. É algo mais freqüente na zona rural, mas ocorre também na cidade, sendo, entretanto, de difícil identificação.

O CMDC relaciona-se com todas as instâncias sociais no que se refere à criança e ao adolescente. Em se tratando da presença de crianças circulando no comércio, nadando na fonte, roubando pequenos objetos, a relação é diretamente com a Polícia Militar e vai no sentido de tirar essas crianças de circulação do centro da cidade. Está “plenamente consciente de que o problema da criança é social e que, portanto, nós temos que atuar de forma social e dar nova chance à criança”. Entretanto, por uma questão de visão, os métodos ainda não estão plenamente sintonizados com as orientações do ECA. Por exemplo, propõe criar uma escola para encaminhar crianças que estejam perambulando pelos espaços públicos, entretanto, isso implicaria na segregação das mesmas, o que contraria as determinações do Estatuto. Propuseram que conselheiros saíssem para fazer ronda com PM, o que fugiria às nossas atribuições e afastariam famílias do CT.

Não há, segundo a presidente do Conselho, Ana Beatriz, denúncias de violência da polícia contra adolescentes em Teófilo Otoni, mas em municípios vizinhos. Como são precárias as políticas sociais de atendimento à infância e às famílias pobres da

⁶⁵ Depoimentos de conselheiros em janeiro de 2006. Denota uma visão moralismo sobre a pobreza.

⁶⁶ Kely nasceu em Resplendor, tem 15 anos. Trabalha e estuda em Capelinha, município próximo. Cursa a 1ª série do ensino no período noturno. Vive na casa de uma família que lhe paga R\$ 100,00 por mês. Cuida de uma casa de 17 cômodos, cozinha, passa e cuida de uma criança (julho/2006).

região — medidas socioeducativas — os casos de infração são direcionados para o Centro de Internação que funciona em Teófilo Otoni⁶⁷.

Apesar do arrefecimento das organizações sociais no período recente, ainda há teófilo-otonenses que atuam de diferentes formas em relação à situação infanto-juvenil da cidade, que não possui nenhum projeto governamental. “Tudo que funciona é não governamental e vem da sociedade civil organizada”, graças à força dos movimentos sociais e “graças aos padres italianos”. Infelizmente, parte dessa mobilização não se origina da consciência social de que criança exposta, a que está na rua e a que comete um ato infrator, é personagem de uma história mais ampla. A criança exposta é vista pelo sentimento da caridade e a de rua pela intolerância, como infratora que deveria ser encarcerada. Não se enxerga que essas crianças estão no seio de famílias marcadas pelo tráfico, que chegam a abandonar os filhos em muitos casos.

A praça central é um ponto de convergência da cidade. Ela é palco de inúmeros recortes da sociedade. Fervilha durante o dia e, no começo da noite, nela se estabelecem inúmeras relações. É comum crianças de diferentes pontos da cidade, oriundas de famílias muito fragilizadas, migrarem cotidianamente para a praça em busca de novidades. Muitos, nos dias de calor intenso, nadam na água suja da fonte. Alguns nus.

Lazer e sobrevivência na praça – 2006.

⁶⁷ O Centro de Internação de Teófilo Otoni funciona desde 2005 e, segundo Ana Beatriz, foge às orientações do CMDIC. Sua presença na unidade, como Presidente do Conselho, não deveria ser restringida, o que não ocorre. A informação da Conselheira sobre a não violência da PM é contraditória com o fato de ter havido mortes de adolescentes ligados ao tráfico em ação coordenada das polícias em novembro de 2005.

O fotógrafo Paraíba conhece todas, novas e os veteranas, que alimentam esse ciclo diário entre as casas pobres dos bairros e o centro da cidade⁶⁸. Além do lazer, elas também conseguem também comida. Desse convívio precoce com a rua, como se fosse uma extensão de sua casa, essas crianças demarcam e realimentam formas seculares de busca da sobrevivência na sociedade brasileira.

Feira de Malacacheta – MG – janeiro de 2006.

⁶⁸ O próprio Paraíba passou por esse percurso. Viveu nessa praça e passou a cuidar de famílias de bichos-preguiça que vivem nos arvoredos da praça. Sua história de vida é marcada por diversas passagens pela Justiça, vários filhos e a acusação — de que foi absolvido — de estupro. Vive fotografando a população que circula nos principais pontos da cidade. Há um esquema de venda que lhe garante um sustento precário.

Novo Horizonte – Julho de 2005.

São crianças que freqüentam a escola, e muitas freqüentam o PETI. Dividem-se entre escola, Programa, afazeres domésticos e trabalho. Uma infância dividida entre escola de péssima qualidade e a busca pela sobrevivência de diferentes formas. O mais inquisitivo é a constatação da falta de perspectivas futuras. Nesse novo modelo de Estado e configuração de políticas sociais que pressupõe o fortalecimento da sociedade civil, constata-se que a parcela da sociedade civil engajada, fortalecida desde os anos 1970, tanto no campo quanto na cidade, e que contou com a disseminação mais enraizada na sociedade com as CEBs e os movimentos sociais dos anos 1980⁶⁹, está hoje esvaziada, resumindo-se a um número de pessoas de fácil mensuração, que compõem uma rede na qual um mediador participa em várias frentes sociais.

A presidente do Conselho diz que a expectativa do Conselho é de que a sociedade civil mais ampla reconheça que vale a pena participar. É preciso realizar assembléias públicas, pois o caminho é realmente esse: “Trazer para o Conselho esta sociedade que fica aí reclamando do menino na rua, que exige uma solução, que venha

⁶⁹ Um ensaio de identificação dos antigos militantes, iniciado junto a lideranças locais — Lídia, Liota, Cristina, Fátima e outros —, arrola entre 40 e 60 pessoas que se envolveram em movimentos de base a Teófilo Otoni. Se ampliado para o Vale do Mucuri, o número supera em muito essa estimativa. Há uma expectativa de pesquisa nesse sentido na região: fazer um levantamento e colher depoimentos desses militantes para recompor esse universo ainda muito fragmentado.

trazer esta solução, porque eu não sei qual é”. Ela acredita que a sociedade civil está mais atenta aos problemas que se referem à criança e ao adolescente⁷⁰.

Liota, ex-vereadora e hoje Secretária de Obras — militante vinda das CEBs —, entende que a sociedade civil mais ampla é completamente apática nos dias de hoje. Ela acredita que se a Igreja ainda estivesse junto com o povo a alienação seria menor. Padre Geovani, com seu aguçado senso filosófico, interroga-se sobre o porquê de uma alienação tão profunda.

⁷⁰ Teria se cansado dos desmandos de Getúlio Neiva e mostrado um amadurecimento ao eleger uma mulher petista de terceira idade para prefeita — a atual prefeita da cidade, Maria José. Reconhece, entretanto, que a participação é limitada e que os mediadores são quase sempre os mesmos.

3. O PETI EM TEÓFILO OTONI

O PETI foi o primeiro programa do Estado diretamente relacionado à erradicação do trabalho infantil. Implantado em 1996, seu objetivo é erradicar as chamadas piores formas de trabalho infantil, aquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Para isso, ele concede uma bolsa às famílias desses meninos e meninas em substituição à renda que traziam para casa.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil insere-se no perfil da política de transferência de renda para famílias de crianças e adolescentes na faixa dos 7 aos 15 anos envolvidos no trabalho precoce em suas piores formas⁷¹. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los frequentar a *jornada ampliada* do PETI, que deverá funcionar em horário inverso ao da escola e ser preenchida com atividades previstas em um projeto pedagógico elaborado por uma equipe de profissionais (educadores) capacitados no município.

A partir de 2005, as ações de proteção social especial às crianças e adolescentes vêm sendo transformadas em política pública e em ações continuadas a serem executadas regularmente por meio do Sistema Único da Assistência Social – SUAS⁷².

O procedimento na implantação parte de órgãos gestores da Assistência Social dos estados, que realizam um levantamento dos casos de trabalho infantil nos municípios e apresentam às Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil, que avaliam e estabelecem os critérios de prioridade para o atendimento às situações de trabalho infantil identificadas⁷³.

⁷¹ Essas atividades foram regulamentadas pela Portaria nº. 20 de 13 de setembro de 2001, da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Algumas delas: carvoarias, olarias, corte de cana de açúcar, colheita de fumo, mineração, lixões etc.

⁷² Existe o compromisso do Governo Federal de alcançar, até 2006, todas as crianças e adolescentes utilizados como mão-de-obra. Segundo o PNAD/2003, são 2,7 milhões na faixa dos 5 a 15 anos, representando 7,46% das crianças nessa idade. Em 1995, um ano antes da criação do PETI, eram 5,1 milhões — 13,74% das crianças entre 5 e 15 anos. <http://200.152.41.8/ascom/peti/peti.htm>. Acesso em 30/10/2006.

⁷³ O Ministério do Trabalho e Emprego, em 2005, publicou o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente por regiões, condições de trabalho e consequências para a saúde e atividades ilícitas por região. Mapa Indicativo do Trabalho da Criança e do adolescente. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2005.

Um levantamento inédito sobre os beneficiários do PETI, de junho de 2005, abrangendo o período de dezembro de 2004 a abril de 2005, em 2.011 municípios e envolvendo 568.608 atendidos pelo Programa, indica uma redução do número de crianças trabalhando em diferentes atividades. O levantamento visa aperfeiçoar a gestão do PETI e facilitar o processo de integração do programa Bolsa-Família por meio do cadastro. Ele mostra que dos 930 mil atendidos pelo PETI, 54% estão no máximo há 3 anos frequentando o Programa, uma permanência que indica melhoria na vida do beneficiário, com a diminuição do número de trabalhadores e o progresso no sistema escolar,

As entidades envolvidas no município são a Secretaria de Assistência Social e a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil; no estado, são as Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil; e no Governo Federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este aprova e informa ao estado as etapas a serem cumpridas, pelos municípios, para implantação do Programa⁷⁴.

Para o município, a primeira etapa é a entrada no Cadastro Único, depois a matrícula da criança na escola, a promoção da capacitação de monitores, de espaço físico adequado e transporte.

Em 2005, uma migração das crianças cadastradas no PETI para o Cadastro Único visava a junção daquele à Bolsa-Família, reservando a verba do programa para a ampliação das atividades da jornada ampliada no turno contrário à aula. Com o Cadastro Único, a verba do PETI irá para a família, e a parte destinada ao município será destinada à jornada ampliada.

A Bolsa corresponde a R\$ 40,00 nos municípios com mais de 250 mil habitantes e a R\$ 25,00 nos com menor número. A perspectiva do Governo Federal é atingir, até o final de 2005, um milhão de Bolsas⁷⁵. O Programa está presente em mais de três mil cidades⁷⁶. Foi implantado em Teófilo Otoni em 2001, com quatrocentas crianças inscritas, e em 2005 havia dobrado para oitocentas.

⁷⁴ São elas: inserção das famílias no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal, informando, no campo 270, a atividade exercida pelas crianças; inserção ou reinserção das crianças e adolescentes na escola; seleção, capacitação e contratação dos monitores que trabalharão na jornada ampliada; documentação das famílias (que deve ser viabilizada); estruturação de espaços físicos para a execução da jornada ampliada; disponibilização de transporte para crianças e adolescentes, principalmente os que se encontrarem em área rural; encaminhamento do Plano de Ação devidamente preenchido e assinado pelo gestor municipal, que, posteriormente, será enviado pelo estado ao MDS; e envio da declaração emitida pela Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, declarando o cumprimento de todas as etapas e atestando o efetivo funcionamento do Programa.

⁷⁵ Outro programa vinculado ao MDS é o PAIF – Programa de Atenção Integral à Família, um serviço continuado de proteção social básica (Decreto nº. 085, de maio de 2004), desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou “Casas da Família”, espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de pobreza. O CRAS presta atendimento socioassistencial, articula os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção social básica. Visa a emancipação social da família [ela tem que se emancipar da pobreza, em 1º lugar]. Outro programa é o Programa Agente Jovem. Ambos estão sendo implantados em Teófilo Otoni. A Vila Solidariedade foi selecionada como um dos bairros a serem atendidos pelo PAIF. O programa Sentinela estava sendo implantado a partir de julho de 2006 e objetiva a tender a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

⁷⁶ <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/07/12/materia.2006-07-12.4>. A meta é que o programa Sentinela, que atende a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, também seja integrado ao PETI e ao Bolsa-Família. Esse programa está sendo implantado no município de Teófilo Otoni a partir de julho de 2006. O primeiro caso atendido foi o de Nicole, filha de Weslane da Vila Solidariedade, citado nesta tese. “A idéia é levar também o PETI para crianças e adolescentes que estejam sendo usadas, exploradas sexualmente, para que elas possam se libertar dessa atividade inaceitável sob qualquer aspecto: ético, físico, humano, espiritual e social”. Patrus Ananias, Ministro do MDS e Combate à Fome.

Essa expansão em quatro anos aponta para duas situações diferentes. Primeiro, a grande demanda realmente existente. Esse número atende a uma parte modesta das crianças necessitadas. Há avaliações que dizem que a demanda urbana e rural de crianças em situação de trabalho no município estaria em torno de duas mil crianças. Se forem considerados os direitos de famílias e crianças que estão sendo violados, esse número passaria de vinte mil.

A demanda por atendimento a crianças e adolescentes no município é relatada por conselheiros e pessoas envolvidas em projetos sociais. Assim, quando, em 2002, o Programa começou a ser implantado, na gestão de Getúlio Neiva, a Secretaria de Ação Social criou a comissão de implantação do programa e começou a cadastrar as crianças que eram vistas como ociosas ou trabalhando nas ruas centrais. Chegar a quatrocentas crianças foi rápido. A documentação oficial foi preenchida, e a Prefeitura começou receber verbas.

A segunda situação remete à forma como foi implantado o Programa e às bases nas quais ele passou a funcionar. A instalação de um núcleo do PETI passou a ser problema para muitas instituições, que se viram obrigadas a ceder espaço, tendo em vista que todas funcionam com capacidade máxima e sob inúmeras dificuldades. Assim, espaço decente e alimentação são problemas do cotidiano denunciado por muitas crianças e adolescentes. O suporte pedagógico do Programa é frágil, conforme indicam muitos relatos, e o projeto pedagógico é vago.

As mães também reclamam. Uma das reclamações é de que há mais de um filho em condições de estar no PETI, mas que a Prefeitura diz que só pode inscrever uma criança de cada família. Essas reclamações, mais as nossas constatações, indicam uma demanda acentuada de crianças que dependem de uma alternativa imediata que lhes propicie condições de romper com o círculo vicioso da pobreza e da miséria, começando por não passar fome e estudar. Entretanto, para gozar de direitos e exercer a cidadania, como ser imediato?

A avaliação do PETI pelos alunos aponta incongruências, da infra-estrutura às relações humanas. Aspectos autoritários no processo de efetivação de programas e ações sociais denunciam um grau elevado, porém tolerado, de violência verbal e atitudes da sociedade perante os filhos dos subalternos. A fala de muitas crianças que freqüentam ou freqüentaram o PETI reveste-se de denúncia de atitudes autoritárias, discriminatórias

e de descaso de funcionários e do poder público ante a dignidade humana de crianças e de milhões de famílias condenadas à mais absoluta miséria como as do bairro Novo Horizonte e da Vila Solidarietà.

Tawan, 11 anos, filho de Raquel, da Vila Solidarietà, frequenta o PETI que funciona na creche Cantinho da Solidarietà, diz gostar do programa, mas considera:

Algumas coisas têm que melhorar. Lá eles não dão reforço, educação pra gente ficar brincando lá na quadra, eles não têm nada, só deixam a gente ficar lá no pátio, e muitas vezes mandam a gente ir embora. Não tem merenda, a merenda é muito..., às vezes só tem chá pra beber e quando tem, tem uns pães que nem dá pra todo mundo.

Para ele, o Programa deveria:

Colocar outra professora para ajudar a Gláucia, porque é muita criança. Às vezes tem briga e ela coloca um pra fora e ele fica de lá jogando pedra, pedra grande, em tempo de acertar um menino que não é culpado. Que seria bom se tivesse um horário, um dia reforço, outro dia um pouco de reforço e educação física, educação artística, quando um tivesse com dificuldade, a professora chegar perto e ensinar.

Sua mãe, por sua vez, argumenta:

Deveria ter uma sede só para as crianças do PETI porque aqui eles são atendidos na Creche e ficam todos amontoados numa sala, e tem hora que dá muita confusão. A alimentação também não é boa, eles comem apenas uma canjiquinha, uma sopa. Eu não reclamo, mas acho que deveria melhorar. As atividades, o que precisava muito era uma professora de aula de reforço.

Camilo, também da Vila, observa que “às vezes ela [a professora] fica muito cansada, fica com dor de cabeça porque a gente faz muito barulho brincando, o espaço é muito apertado”. Seria bom, segundo ele, “que tivesse capoeira, futebol”⁷⁷.

O espaço reservado para o PETI dentro da creche “é um pátio estreito, com as mesas, não dá pra brincar, e aqueles meninos que não obedecem nem a professora, ficam subindo em cima das mesas que lancham, nos bancos que a gente senta, fica tudo sujo e dá trabalho para faxineira, que toda hora tem que estar limpando”.

A falta de espaço e a péssima qualidade da comida oferecida no Programa são denunciadas por muitas crianças e pais. Dona Fátima, que tem Isaac de 11 anos no Programa, é enfática ao observar:

⁷⁷ Depoimentos concedidos em janeiro e abril de 2005.

Seria melhor arranjar um espaço para pôr eles, porque aqui é muito cheio, tem muita criança, e só um corredorzinho onde eles podem brincar. Então sai muitas brigas. Quando eles começam a brigar, a professora manda cada um ir para suas casas, dá conselhos. Ela fala, “gente vocês tem fazer uma reunião, ir na Prefeitura e conversar com a prefeita, porque aqui não tem condições, não tem espaço, por isso que eles brigam, não pode jogar futebol, não tem material”. Tem umas 70 crianças, e o espaço é minúsculo. Quando não está chovendo, vão para a quadra, tem reforço escolar; quando está chovendo, fica todo mundo amontoado e quando brigam ela manda embora⁷⁸.

Luana Ramos, 12 anos, também faz referência aos espaços minúsculos destinados à implementação do Programa. O espaço tem que ser “maior, porque tem muitas pessoas misturadas, assim, as pequenas com os grandes; e então eles não sabem respeitar. Deveriam colocar num espaço melhor, só para as pessoas do PETI, deveria também pôr mais professores porque só uma não dá conta de muitos meninos”⁷⁹.

Na Vila Solidariedade, um dos problemas do funcionamento do Programa é a heterogeneidade das faixas etárias atendidas em um espaço único e por professores sem qualquer apoio material e emocional para enfrentar tamanha adversidade. Tal problema é observado por crianças menores, que reclamam da bagunça dos maiores, o que culmina com a punição de todos. Outro aspecto conflitante é a disputa pelo espaço dentro da creche. Os espaços determinados para o funcionamento do Programa muitas vezes são espaços nada condizentes com o bem-estar do grupo. Há ainda a falta de adequação da capacitação do instrutor/educador aos diferentes níveis de aprendizagem, resultando que, nas aulas de reforço, uma jovem que esteja na 6ª, 7ª ou 8ª série tenha que fazer as atividades propostas, na maioria dos casos, atendendo apenas a conteúdos de 1ª a 4ª séries.

A alimentação também é muito precária. Segundo alguns alunos, parece que a pior merenda era destinada às crianças do PETI⁸⁰. As atividades pedagógicas têm uma orientação limitada para a abrangente faixa etária envolvida. O reforço escolar centra-se no esporte, que também funciona precariamente.

A sobrecarga da professora, é reconhecido e justificado por Tawan:

A professora é boa, só que aí mistura os meninos tudo, uns do PETI, outros não, e ela não tem condições de dar aula para todos. Tem que colocar outra professora também porque é muita criança. Às vezes

⁷⁸ Depoimentos concedidos em janeiro e abril de 2005

⁷⁹ Depoimento concedido em junho de 2005. Luana não vive mais na Vila Solidariedade.

⁸⁰ Depoimento de Moisés em janeiro de 2005, no bairro Novo Horizonte.

tem briga e ela coloca um pra fora e ele fica de lá jogando pedra, pedra grande, em tempo de acertar um menino que não é culpado.

Outro ponto de fragilidade é a ausência de atividades:

Não dá, só dava quando a filha de Graça estava lá que ficava um bucado de menino lá na sala dela e ela dava uns desenhos pra pintar, aí nós pintava e colocava lá, e os outros meninos iam embora. Ou voltavam pra casa ou ficavam na rua e, às dez horas, voltavam para merendar e depois ia embora.

Os professores não conseguem um bom desempenho no reforço escolar porque não possuem formação para ensinar o conteúdo de séries avançadas como 7ª e 8ª. Estes alunos acabam ficando entre os menores e tendo como obrigação copiar no caderno do PETI as lições que são dadas no reforço das séries iniciais.

As expectativas de Tawan em relação ao programa vão no sentido de que “seria bom se tivesse o horário, um dia reforço, outro dia um pouco de reforço e educação física, educação artística, quando um tivesse com dificuldade a professora chegar perto e ensinar”⁸¹.

Camilo entende que o Programa “é bom porque ensina a gente muitas coisas”. Reconhece que há brigas e bagunça demais e que “tem muitas crianças lá”. O benefício é fundamental na renda familiar de Camilo. Segundo ele, antes de estar no Programa, trabalhava, “ia para a rua pegar frete, a gente ganhava um dinheiro”. A mãe diz que não aprovava, mas que a falta de dinheiro e comida obriga as crianças a buscar uma alternativa de ganho. Seu filho de 9 anos já demonstra vontade de “ir para a rua”. Mesmo no Programa, Camilo ainda trabalha: “a gente vai para o aeroporto de domingo olhar carro”.

Sua vida seria pior sem o benefício: “Falta muita coisa aqui em casa porque a gente recebe o dinheiro, mainha vai e compra alguma coisa que falta para a casa”. Estando no Programa, a criança tem garantida, durante o dia, uma certa alimentação. “A gente merenda lá, toma café, depois chega em casa e toma banho e vai para a escola”. Na escola fazem pelo menos mais uma refeição.

A renda familiar de Camilo em janeiro de 2005 era de apenas R\$ 40,00 da Bolsa-Escola e R\$ 25,00 do PETI. O pai e uma irmã de 20 anos estavam desempregados e dona Maria ganhava vinte reais por semana fazendo faxina.

81 Depoimento de Tawan concedido em janeiro de 2005, juntamente com Raquel, sua mãe.

No momento está desempregado. Ele trabalha assim, de biscate, ele faz qualquer coisa, pedreiro... Quando ele adoece, eu passo o maior aperto. Esses dias mesmo ele caiu de bicicleta e se machucou todinho, ficou duas semanas sem trabalhar, eu que tive que me virar. Eu ganho 20 reais do meu serviço⁸².

Assim como muitas mulheres que criam sozinhas seus filhos, Eliana de Lourdes Fontoura, de 30 anos, cria cinco filhos. Kely Loudes Fontoura, 9 anos, está no PETI, mas, em janeiro de 2004, fazia seis meses que não recebia. Um atraso assim era comum. “Algumas pessoas pegam o dinheiro do PETI no Cartão Cidadão então vem todo mês, mas o meu não é assim”.

Quanto ao funcionamento e à qualidade do Programa, Eliana observa que quase não tem professor, “que as crianças ficam sozinhas, na rua ou almoçam e vem embora. A comida é sempre sopa de canjiquinha; uma vez ou outra que tem arroz e feijão. O PETI não manda dinheiro fixo para a merenda; é a Prefeitura quem tem que arrumar”⁸³.

Eliana tem uma renda mensal de R\$ 145,00, sendo R\$ 60,00 da pensão de um dos filhos, R\$ 25,00 do PETI e R\$ 60,00 da Bolsa-Cidadão. Como muitas outras mulheres do bairro, ela também depende do trabalho que a Prefeitura oferece.

⁸² Depoimento concedido em janeiro e abril de 2005.

⁸³ Idem.

Eliana Fontoura e seus filhos – 2004.

Segundo Eliane, no bairro existem muitas mulheres com mais de um filhos, que dependem da creche e do trabalho oferecido pela Prefeitura. As reclamações sobre a creche são as mesmas, ou seja, de crianças que apanham de professoras por causa de brigas entre elas e em relação ao fato de a diretora Graça tratar os assuntos particulares de cada família em público, mesmo que os interessados não estejam presentes⁸⁴.

São histórias de vida que têm em comum as famílias atingidas pela migração forçada e pelo trabalho precoce de crianças à beira do abandono. Com 11 anos de idade, Eliana começou a trabalhar de empregada doméstica. Tinha mais sete irmãos, e ficaram órfãos. Ela diz, “aí eles me batizaram porque eu era pagã, eram tantos filhos... Depois fui trabalhando em várias casas diferentes”. Estudou até a 5ª série. O primeiro filho foi com 18 anos; os dois primeiros filhos foram de pais diferentes. “Eu fui mãe solteira. Depois me amasiei com o pai dos outros três, mas não vivo mais com ele”.

⁸⁴ Idem.

Eduardo Martins Pereira – Novo Horizonte – 2005.

Eduardo Martins Pereira, tem 27 anos, nascido e criado dentro do bairro Novo Horizonte, quatro filhos. Tirou dois filhos do PETI.

Eu só ando viajando, e todas as vezes que eu chegava tinha reclamação do Henrique. Então é o seguinte: um menino na idade de Henrique está numa fase de malino, menino muito levado, e lá no PETI ele se juntava com outros e a culpa só caía em cima dele e, muitas vezes, eles diziam que iam para o PETI e não iam, ficavam aí pelas ruas jogando pedras nos outros, nas casas dos outros. Lá no PETI tem meninos da idade deles, outros maiores que, eu não posso comprovar, mas às vezes têm uns que estão até usando entorpecentes; e vai que seu filho fique emanado com um menino destes e acaba indo para o mau caminho?⁸⁵.

“Além desses contratempos, no caminho não tem segurança nenhuma”, alega Eduardo. Ele se refere ao fato de o núcleo do Programa ficar numa escola que é longe da favela. Seus filhos têm que atravessar a Rodovia, a antiga Estrada do Boi, é distante e perigoso em vários sentidos. Ele explica: “eu acho que esse PETI deveria ter o seguinte, deveria ter um meio de transporte. Vem aqui pega de manhã e traz à tarde, ou então ser aqui no bairro mesmo. Tem uma creche aqui no bairro disponível para isto aí”.

Eduardo refere-se à Creche Mei Mei, que, entretanto, se recusa a formar em suas dependências um núcleo do PETI. Em decorrência disso, o deslocamento diário da criança entre a escola e o núcleo do Programa é exaustivo e perigoso.

Eles vão para o São Jacinto de manhã (PETI) e voltam para estudar à tarde aqui perto de casa. No trajeto eles têm que atravessar a rodovia

⁸⁵ Depoimento concedido em janeiro de 2005.

onde vira e mexe morre alguém; vão e voltam a pé. Então, é a distância, o perigo e o medo de se envolver com más companhias. Claro que os R\$ 50,00 dos dois ajudariam, mas pode vir coisa pior.

Há uma polêmica entre Eduardo e sua avó, dona Serafina, quanto a esse ponto. A avó acha que os meninos — seus bisnetos — deveriam estar no Programa e ele acha que, nessas circunstâncias, “é melhor os meninos irem para a escola e no outro período ficar aqui no bairro, na feirinha⁸⁶, olhando carro; chegam com um dinheirinho, que ela mesma é testemunha”. Mas, reitera: “eu não gosto, quando eu chego, ó [faz sinal se surra], porque eu não gosto, eu não deixo, porque na rua só fica no mau caminho”.

Eduardo lembra que, com 7 anos de idade, já engraxava sapatos e vendia picolés. Depois entrou na guardinha⁸⁷, com 12 anos. Considera: “na época que vovó me criou era mais fácil; hoje criar um menino é muito difícil”

Ele fala do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Considera que hoje a criminalidade está muito mais próxima e que se os seus filhos estiverem ali mesmo dentro do bairro, mesmo que na rua, uma pessoa sempre poderá contar onde ele está: “se a gente precisa, alguém vai lá e chama, diz, vou contar para seu pai, vou contar para sua avó; agora ir lá para o São Jacinto, quem vai estar sabendo?”.

A avó rebate o neto. Ela considera que se o menino está matriculado no Programa ou na escola, o poder público tem que se responsabilizar pelo que acontece lá; ela acha mais seguro estar no Programa.

Como Eduardo trabalha como caminhoneiro, fica vários dias fora de casa. Diz que, quando chega, se souber alguma coisa que os filhos tenham feito de errado ele bate. E se justifica:

Olha, moça, eu dou umas cipoadas mesmo, porque olha eu estou batendo neles não é para o mal deles, é para o bem, é mais antes eu estar educando aqui dentro de casa do que amanhã, lá pelos 15 anos, a polícia estar quebrando o pau...

Lembra que teve muitas oportunidades de cair na malandragem, mas que nunca foi pela cabeça de ninguém. Nunca esteve no Juizado nem na delegacia e acha que os filhos têm que seguir o exemplo do pai.

⁸⁶ Feira coberta do bairro Bela Vista: ocorre todas as 4ª, 5ª e 6ª feiras. Eles cuidam de carro e carregam sacolas para os fregueses. Simultaneamente à feira, nos demais dias da semana, funcionam bares no período noturno, e eles cuidam de carros.

⁸⁷ Instituição fundada por comerciantes, e a Secretaria de Segurança fardava meninos e meninas em idade acima de 12 ou 13 anos para trabalhar em várias atividades ligadas ao comércio e aos serviços. Foi extinta há menos de 4 anos.

Estudou somente até a 5ª série e é motorista profissional há dez anos. Trabalha na única empresa que existe em Teófilo Otoni, a Incoregui, de temperos. Situa-se socialmente assim: “olha, eu fui nascido e criado dentro da favela, mas eu tenho o meu nome limpo e eu tenho muito conhecimento na rua” — a cidade, o comércio. “Aqui este negócio de emprego é muito complicado”.

Segundo Eduardo, as mudanças que o Programa deveria sofrer seriam no sentido de proteger/educar melhor as crianças, ou seja, “como eles são muito rebeldes, eles (os professores) é que têm que dar as instruções certas, porque eu estou trabalhando, só vou estar com eles à noite; então, eles é que têm que fazer alguma coisa, depois vem a instrução dos pais”⁸⁸.

O caderno de Marcília apresenta o mínimo de matéria registrada, somente exercícios do fundamental I. Ela desabafa:

O pior é que lá não tem carteira para quase todo mundo, o lugar é muito pequeno e eles querem dar aulas de capoeira e dar aulas também; misturam tudo. Por exemplo, estou na classe e eles passam lição da 2ª série e eu tenho que copiar, o que eu vou aprender?⁸⁹

Controle e discriminações são apontados pelos alunos:

Até água ela [uma diretora] não gostava que os meninos bebessem depois do jogo. Dizia que a água iria ser regradada. Seria assim, na hora da merenda tomava um copo e na hora de ir embora tomava outro só. O professor João, de artes, reclamou para aumentar a água.

Marcília observa: “a gente só entrava lá dentro para merendar, até para ir ao banheiro ela reclamava”. Lembra ainda que “em uma visita de voluntárias à creche, saíram comentários que parecia que alguns meninos não tomavam banho, que tinham um cheiro de macaco”.

A discriminação contra os alunos do Programa que vivem no bairro Novo Horizonte é notória.

Todos os lugares que nós fomos, nós fomos expulso; fomos pra Praça Esporte, para o Germano, para o Iano, no campo lá perto da Pampulha e agora estamos nesta creche. Dizem que o pessoal é muito bagunceiro. Até abaixo-assinado fizeram lá no São Jacinto⁹⁰.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Depoimento concedido em janeiro e julho de 2005.

⁹⁰ Idem.

Regiane Ferreira dos Santos tem 16 anos e esteve no PETI desde que começou, em 2001, e ficou até 2004⁹¹. Ela gostava da capoeira e do coral. Saiu porque chegava sempre atrasada, já que morava longe e era impedida de entrar. Além disso, sentia que a “humilhada porque morava em favela”. “Lá têm muitos meninos bagunceiros e se um faz uma coisa errada eles jogam a culpa em todos, chamam de favelados”.

A diretora disse que ela teria que sair por causa dos atrasos. Quando saiu, a diretora teria dito: “menos um!” Depois Regiane, passou a ficar em casa cuidando dos afazeres e das crianças e ainda trabalhando na vendinha da mãe, que funciona no canto da casa. Diz que o Programa tem muito a melhorar, principalmente quanto ao tratamento. Trata-se de uma adolescente para quem o Programa pouco contribuiu. Por incompatibilidade de várias naturezas, ela mergulhou no trabalho que lhe foi possível, já que a realização do programa não lhe permitiu viver essa experiência.

Caso semelhante é o de Fernanda, do mesmo bairro, que em 2005 saiu do Programa porque havia completado a idade. Não foi encaminhada para nenhum outro programa de formação profissional. Passou a ajudar a mãe a catar latinhas quando tem festas públicas, chegando trabalhar como servente de pedreiro, em parceria com o avô, em janeiro de 2006⁹².

⁹¹ Regiane é filha da Ana e irmã de Eduardo. Dona Serafina é a mãe de Ana. Esta família vive no bairro Novo Horizonte há mais de vinte anos. Regiane, depois que saiu do PETI em 2005, cuidava da casa e das crianças. Em janeiro de 2006, trabalhava como manicure num salão de beleza das imediações do bairro.

⁹² Depoimentos concedidos em janeiro de 2005 e janeiro de 2006.

Fernanda – Novo Horizonte Janeiro de 2006.

José Pacheco e Ana Amália tiveram três filhos: Rosinha, com 16 anos, Vaneide, com 12, e Alex, com 8 anos. Rosinha e Vaneide estão no PETI. Os dois estão desempregados. O Sr., José Pacheco trabalha como chapa⁹³. Recebem R\$ 15,00 bimestralmente do Vale-Gás e R\$ 50,00 do PETI. Afirmam que não passam fome, mas que as contas estão sempre atrasadas.

Vivem em uma casa muito apertada, baixa, sem piso. Têm fogão a lenha como estratégia para economizar gás. Fica nos fundos de outras casas. O acesso é por um beco. É a única possibilidade de habitação desta família que vive no coração da antiga favela, vivem em condições de insegurança social. As perspectivas presentes e futuras para que eles possam prover as condições dignas de existência para si e sua família

⁹³ A função do chapa é carregar, descarregar caminhões e orientar motoristas que não conhecem os postos de descarga. Os pontos de chapa estão espalhados por diferentes estradas do Brasil e são muito visíveis na Marginal do rio Tietê em São Paulo. É uma atividade disputada por homens desempregados.

inexistem. Seus direitos ao trabalho, à moradia, à segurança alimentar, saúde, educação, não tem vigorado.

Sr. José Pacheco e família – Novo Horizonte – 2005.

As opiniões de Vaneide, Jussimeire e Rosinha sobre o PETI, em relação a aspectos como aula de reforço, instrutores, merenda, relações humanas etc., reforçam a opinião corrente de que o Programa existe apenas formalmente e que a sua qualidade é muito prejudicada em todos os sentidos⁹⁴. As incoerências são muitas para que ele continue a existir como está.

De fato, houve uma explosão do PETI em Teófilo Otoni. Ele foi implantado em 2001 e começou com cerca de 400 vagas. Em 2005 estava com cerca de 1.200. Parece óbvio que a infra-estrutura municipal/estadual não poderia comportar esses números. Por isso as crianças se sentem espremidas em espaços até insalubres ou rejeitadas em espaços que prioritariamente não são seus. A segregação é tanta que até o consumo de água e o uso do banheiro são controlados⁹⁵.

Suas atividades são direcionadas para práticas esportivas, talvez como forma de manter as crianças fora do espaço prioritariamente da escola que assume um núcleo do

⁹⁴ Participavam da entrevista os pais e as crianças.

⁹⁵ Depoimento de Jussimeire, 15 anos, Rosinha, 16, Vaneide, 12, juntamente com o Sr. José Pacheco e a dona Ana Amália. A família pensou em tirar as crianças do Programa. Dias havia, segundo dona Ana, em que eles não nem chinelos tinham para calçar. Há uma questão política de fins eleitoreiros nessa explosão do PETI no município.

Programa. Nessa área, muitas atividades são apreciadas, principalmente o futebol pelos meninos.

No que se refere ao reforço escolar, a opinião da maioria das crianças que freqüentam o Programa, principalmente as do ensino fundamental II, é de que nessas aulas as suas necessidades não são atendidas, pois elas são obrigados a participar de atividades únicas, direcionadas às séries iniciais. Essa disparidade está registrada em seus cadernos de atividade. Dizem que há uma obrigatoriedade do registro da atividade no caderno.

Não observamos possibilidade de mobilização por reivindicações em que a família esteja envolvida no bairro. No tempo que sobra, e quando tem material, o Sr. José vai arrumando a casa que, aos poucos, está se tornando de alvenaria.

Dona Maria Aparecida e família – Novo Horizonte – 2005.

Maria Aparecida Pereira da Silva, 30 anos, é mãe de quatro filhas. Seus pais vieram de Carlos Chagas e, por meio de um acerto por questões de terra, compraram uma casa no bairro Taquara, depois venderam e foram para a favela, onde vivem há 17 anos, com exceção de um período em que ela viveu em São Paulo. Vive com João

Carlos G. Silva, de 35 anos, seu terceiro companheiro, com quem não tem filhos ainda. Suas duas filhas mais velhas foram registradas pelos avós maternos. Fernanda, de 17 anos, e Mariele, 14, estão no PETI⁹⁶.

Os pais de Fernanda tinham 15 e 16 anos quando ela nasceu. Ela está na 5ª série com 17 anos. Perdeu anos de escolaridade por causa da tentativa de sua mãe de morar em São Paulo, período em que não conseguiu frequentar a escola. Está para sair do Programa e não tem nenhuma perspectiva de arranjar emprego. É um exemplo de falta de perspectiva presente e futura⁹⁷. Mesmo que haja algum programa que atenda a essa jovem agora, ela traz um *déficit* em sua formação que pode comprometer as poucas oportunidades futuras.

Igor, Douglas, Raoni e Leandro: Bairro Novo Horizonte – 2005.

⁹⁶ Depoimentos concedidos em janeiro de 2005, junho de 2005 e janeiro de 2006.

⁹⁷ O município de Teófilo Otoni parece que está recebendo o programa Agente Jovem para tentar atender a jovens nessas circunstâncias...

Igor Boldom Pereira, 13 anos, está no PETI desde 2001. Douglas B. do Santos, 14 anos, e Raoni Santos de Oliveira, 12 anos, também. Leandro Mendes Pereira, 9 anos, na 3ª série, não frequenta o Programa. Estes meninos, como vários outros, mesmo frequentando o Programa, trabalham nos finais de semana. O grupo carrega sacolas cheias de produtos para os fregueses. Ganham dinheiro e verduras. São amigos no cotidiano, tanto na escola quanto no Programa e no trabalho. Dizem que o dia-a-dia é difícil, e sobre o Programa são enfáticos: “a merenda é ruim, é fubá velho, [...]canjica lá é sem leite [...] quando tem”.

Frequentam o núcleo que funciona na creche Flor da Manhã⁹⁸. Têm boa lembrança de alguns instrutores, Viviane, João e Toninho. Viviane dava aula de reforço e conversava muito com eles, só que o reforço era fraco para as séries mais avançadas.

Na opinião dessas crianças, o PETI que eles frequentam está ruim, “não tem campo, a gente não pode nem correr que a diretora já começa a xingar; lá não tem água, não tem bebedouro, às vezes eles dão água pra gente no copo, às vezes dão o copo pra gente pegar na torneira”.

Muitos comentam que precisam trabalhar mesmo estando no Programa. O benefício “ajuda muito, para comprar arroz... coisas pra casa”, mas segundo eles, o Programa precisaria melhorar muito.

Ter bolas, computadores, artes, peteca, capoeira... Precisa ter coisa para fazer, a gente não faz nada, nós só chega lá e fica sentado na chuva, enquanto estava consertando o galpão que estava quase caindo em cima da gente...

Dizem que pensam em arrumar emprego logo que saírem do Programa. São crianças que sabem que não podem ficar sem trabalhar. Os pais estão desempregados e indiretamente eles estão assumindo parte das despesas familiares. Frequentam a escola, vão para o PETI e ainda trabalham.

⁹⁸ Outras crianças do Boiadeiro também reclamam de pessoas nessa creche, que as tratam mal. Depoimento concedido em junho de 2005.

Meninos do Novo Horizonte – 2005.

Em janeiro de 2006 a vida desses garotos não havia sofrido mudança significativa. Um grupo de 10 a 15 freqüenta a feira coberta da Bela Vista ou olhando carros nos dias em que funcionam os bares. Alguns ainda continuavam no Programa, mas não sentiam sinais de melhoria. Outros perceberam uma melhoria na qualidade dos uniformes. Alguns, no corpo de educadores.

Ganham muito pouco, ficando uma longa jornada disponíveis para disputar algumas moedas — menos de cinquenta centavos. Em alguns casos, o dinheiro vai para a família, em outros é para comprar coisas que a família não pode dar. Imaginam que na cidade grande daria para ganhar muito mais, que poucas pessoas dão menos que um real⁹⁹. Sonham ter bicicleta, tênis, comer bem etc., superar as privações, que são incalculáveis, como incalculáveis são os prejuízos para eles e para a sociedade. Como avaliar, por exemplo, as mudanças registradas na vida de Moisés? Em 2005, ele saiu do PETI por ter completado a idade, mas ainda estava na 5ª série. Pretendia arranjar emprego e estudar à noite¹⁰⁰. Entretanto, nesse ínterim de apenas um ano, enveredou pelo tráfico. Não estuda mais e vive em outro lugar, na parte interna da favela, em outro

⁹⁹ Eles trabalham em todos os lugares. Talvez os meninos da Bela Vista, em Teófilo Otoni, tenham razão. Neste início de 2006, vi meninas vendendo picolé em Poté, MG, e em Cotia, SP. Fazendo frete em um supermercado, um menino de 8 anos me disse, num começo de noite, que haviam roubado os vinte reais que ele havia acumulado durante o dia. Tinha vendido balas de goma e ajudado a puxar carrinhos no estacionamento. O dinheiro seria dado à mãe para comprar blocos para construir a casa deles.

¹⁰⁰ Dona Maria, sua avó — a quem ele chama de mãe por tê-lo criado — nasceu no distrito Rio Pretinho, teve 11 irmãos e oito filhos, uma, a mãe de Moisés, está desaparecida, e um filho está preso.

morro. Aparece e desaparece rapidamente entre as ruelas internas, que ele conhece como a palma de sua mão¹⁰¹.

E a vida de Fernanda, citada antes, do mesmo bairro, também com defasagem entre a idade e a série escolar e sem perspectivas de entrada no mercado de trabalho? Nenhuma política social beneficiou estes jovens, nesse momento crucial de chegada à vida adulta. Fernanda continuou catando latinha e fazendo serviços diversos, até como servente de pedreiro juntamente com seu avô.

A fragilidade no funcionamento do Programa em Teófilo Otoni relaciona-se a diferentes fatores: infra-estrutura física precária e exígua, formação pedagógica insuficiente do educador, falta de extensão, às famílias, de programas de geração de renda, valor da bolsa muito baixo, de modo que muitas crianças preferem trabalhar ou conciliam escola, Programa e trabalho. O número de vagas é insuficiente.

A realidade vivida no Brasil, particularmente na periferia de Teófilo Otoni, demonstra a oposição entre o que reza o novo paradigma legal e as práticas e atitudes efetivadas cotidianamente em programas de atendimento à infância e adolescência. Práticas e atitudes que ainda não romperam com as representações relativas à antiga doutrina da situação irregular. Na verdade, vários fatores são impecilhos no processo de promoção social das famílias. Eles se multiplicam nas esferas federal, estadual e local e no desrespeito aos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se das expectativas de futuro. Até quando durará o *apartheid* social, econômico e cultural de milhões de famílias que vivem em grandes, médias e pequenas cidades?

Uma avaliação feita por educadores do PETI sobre o ano de 2005 aponta muita indisciplina, falta de regras e limites por parte dos alunos. No núcleo que funciona no bairro Eucalipto, um dos bairros mais problemáticos da cidade, a indisciplina é marcante; a relação entre eles é bastante violenta; violência verbal; as famílias são muito numerosas; muitas crianças estão à beira do abandono; o trabalho do educador vai além do que está previsto. Somente algumas famílias contribuem, outras não.

Os educadores sentem que é muita responsabilidade assumir “um grupo de noventa crianças — em dois turnos — , preparar reforço escolar para diferentes séries, além de envolver diferentes aspectos da vida da criança e do adolescente da jornada ampliada”¹⁰².

101 Depoimentos de Moisés e dona Maria concedidos em janeiro de 2005. A partir de então, Moisés tornou-se arredio à nossa presença.

102 O caso do Núcleo São Jacinto, que atende a 93 crianças.

O que se verifica na fala dos novos educadores do PETI, a partir de 2005, é que o índice de escolaridade é muito baixo e os problemas das familiares que geraram essas crianças são de difícil mensuração, dada a sua profundidade, e que conceitos como pobreza, miséria, fome, exclusão, subalternos não dão conta de explicar. Mesmo uma teoria do conhecimento, conforme sugere Henri Lefebvre¹⁰³, esbarra em inúmeros limites em virtude da distância que existe entre analisar tais dimensões conceituadas e a real correspondência das mesmas.

Na área rural, o PETI atende a cerca de 250 crianças e adolescentes¹⁰⁴. Geovana, coordenadora na área rural, nos diz que a maior dificuldade é reconquistar a confiança das crianças, “que eles entendam que o Programa está comprometido com a formação dessas crianças”¹⁰⁵.

Na área urbana, coordenada por Tatiana, “o que mais impressiona é a mudança da nomenclatura: de monitor do PETI para educador. Isso mexeu muito com o comprometimento de cada um, foi uma tomada de consciência que supera a redação dos manuais do programa, que não fala em educador”.

A jornada ampliada ainda não é realizada plenamente na experiência do PETI em Teófilo Otoni, porque isso implicaria uma infra-estrutura condigna em vista da elevada quantidade de alunos que atualmente se espreme em espaços exíguos, discriminada e mal alimentada. Foi comum não ter reforço, soltar mais cedo, não cumprir quatro horas. “Muitos pais não sabiam e muitos ainda não sabem que as crianças têm que levar o caderno para fazer o reforço, que o educador está ali para ajudar”. Para a maioria das famílias, o PETI resumia-se ao esporte e à falta de compromisso com a escola.

A malha de atendimento espalha-se por 14 núcleos, que atendem oitocentas crianças, mas a demanda é grande, muitas crianças que trabalham não são contempladas. Além do que, em muitos casos, a necessidade da criança é muito maior do que a oferecida pelo PETI.

No início de 2006, observamos uma mudança na assimilação do Programa, principalmente do ponto de vista pedagógico. O termo “instrutor” foi substituído por “educador”, e o novo grupo realizou curso de capacitação com assessoria da PUC-MG. Do ponto de vista administrativo, a gestão petista que assumiu a Prefeitura no início de

¹⁰³ LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia ...* Op. cit.

¹⁰⁴ Nos distritos de Itamunheque, Mucuri, Topázio, Rio Pretinho, Pedro Versiani.

¹⁰⁵ Encontro realizado em janeiro de 2005 entre a equipe de pesquisa e os educadores e coordenadores do PETI.

2005 transferiu o pagamento do benefício para uma conta bancária. Antes, ele era realizado na própria prefeitura, e havia atrasos frequentes, de até três meses. Está em andamento o processo de recadastramento para a Bolsa-Família, ou seja, a instituição de um cadastro único que incorpore todos os benefícios recebidos pela família. A atual coordenação do PETI, na Secretaria de Assistência Social, acredita que se “as vagas atuais tivessem sido ocupadas com os critérios e não de forma aleatória como foi feito, estariam atendendo melhor às necessidades reais de muitas crianças que acabaram ficando de fora”¹⁰⁶.

A demanda é grande, e não há uma interligação entre as instâncias envolvidas no atendimento a crianças e adolescentes que necessitam de políticas sociais. Uma criança ou adolescente que chegue ao Conselho Tutelar com alguma necessidade de atendimento urgente dificilmente encontrará uma vaga disponível no PETI, por exemplo.

A falta de projetos que atendam às medidas socioeducativas aparece na fala de conselheiros, que vivenciam há mais de uma década as dificuldades para sua de ação.

106 Não foram feitos diagnósticos com as famílias para saber as reais necessidades. Cerca de 50% das vagas podem estar sendo ocupadas indevidamente.

CAPÍTULO V – DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE

I. NOVAS QUESTÕES, VELHOS PROBLEMAS

A compreensão da dignidade suprema da pessoa humana e de seus direitos, no curso da História, tem sido em grande parte o fruto da dor física e do sofrimento moral.
Comparato¹

1. DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE

Segundo Amartya SEN o desenvolvimento deve ser considerado a partir de um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam, que se configura em cinco tipos diferentes e fundamentais para a condição de *agente livre e sustentável* e somam-se como motor fundamental do desenvolvimento: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias e transparências, segurança protetora.

Além de índices de crescimento tradicionais como renda, industrialização, avanço tecnológico etc., as liberdades citadas dependem das disposições sociais e econômicas — educação, saúde etc. — e dos direitos civis — participação, discussão e averiguação. O passo primordial para o desenvolvimento com liberdade é remover as principais fontes de privações de liberdade: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”².

O exercício da liberdade é mediado por valores influenciados por discussões públicas e interações sociais. Duas razões justificam a liberdade para o processo de desenvolvimento: uma razão avaliatória, que verifica se houve aumento das liberdades das pessoas, e a razão da eficácia ou condição de agente das pessoas. Ambas dependem dessa condição que vem das relações reforçadas das diferentes liberdades e inter-relações subjetivas. Assim, os aspectos a serem considerados da idéia de “desenvolvimento como liberdade” relacionam-se, por uma lado, à ligação entre liberdade individual e realização social, influenciada por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e, por outro lado, às condições habilitadoras como saúde, educação, incentivos e aperfeiçoamento

O impedimento do exercício da liberdade nessas dimensões compromete qualquer processo democrático. O impedimento de participação no mercado de trabalho

¹ Op. cit. 2001.

² SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. p.18.

é uma das maneiras de manter a sujeição e o cativeiro da mão-de-obra. Em contrapartida, há uma luta contra o trabalho informal e precário, contra a exclusão e a escravidão no mercado de trabalho, e uma luta para entrar nele pelo contrato de trabalho. É nesse espaço de lutas que estão as possibilidades de democracia em qualquer sociedade capitalista.

A história da democracia no Ocidente define-se a partir dos séculos XVII/XVIII, quando as questões do pacto social e da representação se tornam centrais para a constituição do Estado democrático burguês. Foram instituídas liberdades individuais em relação ao Estado e demarcadas as esferas do privado e do público. As liberdades civis e políticas entendidas como participação direta na formação das leis por meio do corpo político ou assembléia de cidadãos, como era o ideal de Rousseau, foram se firmando e também se transformando pelos escritos liberais, na idéia de que a única forma de democracia compatível, que reconhece e garante alguns direitos fundamentais — como os direitos de liberdade de pensamento, religião, imprensa —, encontra-se no Estado liberal, sob uma democracia representativa ou parlamentar.

As formas representativas de democracia desdobraram-se no alargamento gradual do voto e na multiplicação dos órgãos de representação compostos por cidadãos e evoluíram para duas assembléias legislativas e depois para outras assembléias e órgãos dos poderes locais. Pode-se dizer que esse parâmetro de democracia avançou nos séculos seguintes, sofrendo mudanças apenas quantitativas no regime de representação, mantida a essência do Estado de garantias, como foi concebido. Se tomarmos o ideal de participação ou democracia direta inspirado por Rousseau, na democracia liberal há uma restrição à representação popular, ou seja, à emancipação política do homem. Assim, esse ideal continua posto como conquista utópica de transformação das relações de produção pelo socialismo.

Marx partiu da crítica de Rousseau sobre o princípio da representação e fundamentou sua convicção de que a verdadeira democracia implicava o desaparecimento do Estado e o fim da separação entre este e a sociedade civil. Considerou que a constituição da democracia, por um lado, sancionava o poder do Estado liberal e, por outro, retirava-lhe poder e gerava condições para a vitória das classes que lhes são hostis.

As controvérsias que se seguiram a esse momento inaugurado por Kautsky estão nos escritos clássicos de Rosa Luxemburgo, Lênin e Gramsci. A questão posta ao longo

do século XX é saber a qual classe social a democracia favorece como um instrumento político.

A representação do consenso democrático como conquista para o socialismo é tratada por Gramsci, que entendeu a *sociedade civil* não somente na esfera de necessidades individuais, mas também nas organizações que tem o potencial de auto-regulação racional e de liberdade. Ela é constituída por momentos e espaços na elaboração das ideologias e técnicas de consenso e momento da direção cultural do domínio político. Uma distinção entre sociedade e Estado — trincheira avançada de poderes constituídos na sociedade civil — situa-se apenas no campo metodológico, porque todas as intervenções desse influenciam a sociedade. Em última instância, o desaparecimento do Estado dependeria de um pleno desenvolvimento dos atributos auto-reguladores da sociedade civil.

Os regimes democráticos devem ser considerados a partir de plataformas históricas, que podem subsidiar lutas por novas e mais fecundas formas de participação e construção do poder político. Os valores apreendidos pela democracia formal devem ser considerados conquistas da humanidade, patamares que subsidiaram e subsidiarão novos valores que possam transcendê-los³. Continuam sendo condições necessárias — ainda que insuficientes — para a construção de uma *democracia socialista* oriunda das lutas por direitos obtidos ao longo do século XIX. Por essas lutas, os valores relacionados a uma justiça distributiva e à melhoria das condições de vida das pessoas ressurgiram depois da Segunda Guerra Mundial com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao longo do século XX, “impulsionada pelas lutas populares, as democracias burguesas tiveram que introduzir uma série de reformas que objetivamente beneficiaram as classes subordinadas” — o Estado Social. Entretanto, no final do século XX, os dados apontam um crescimento na pobreza na América Latina⁴, mostrando que, ao contrário das nações que se sobressaíram por investirem consistentemente em capital humano — o que as levou a reduzir a pobreza e a construir sociedades mais justas —, no continente, assim como no Vale do Mucuri, continuam a espoliação e a exclusão de ex-camponeses, sem se levar em conta que para que haja democracia é preciso um grau mínimo de justiça distributiva.

³ BORÓN, Atílio. *A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*. In GENTILI, Pablo e SADER, Eder (org.). *Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. 2003, 76.

⁴ Idem, p. 84

2. DESCAMINHOS DA CIDADANIA NO BRASIL

Os avanços da democracia no Brasil a partir da década de 1970 acabaram por escancarar um sistema de desigualdades por força de conflitos e lutas sociais e colocaram a questão social numa dimensão institucional, como “dívida social” a ser resgatada, equação necessária a uma sociedade democrática baseada no Estado de Direito. Naquele período, procurava-se constituir um pacto social, pois o cenário de recessão econômica não permitia à classe dominante impor a velha política excludente em vista das lutas urbanas e rurais em curso. Esse pacto resultou na Constituição (1988), denominada por Ulisses Guimarães de “cidadã” por expressar a aspiração por uma sociedade democrática e mais igualitária. Sua efetivação, entretanto, não se concretizou naquilo que ela parecia ser, a promessa de redenção para os dramas da sociedade brasileira, pois, findo o século XX e iniciado o XXI, temos o “espetáculo de uma pobreza talvez jamais vista em nossa história republicana”⁵.

Registrada por diferentes observadores, documentada e tematizada no debate público e nos discursos políticos nas últimas décadas, a pobreza brasileira, apesar de conhecida de todos, nunca foi suficiente para construir uma opinião pública crítica capaz de mobilizar vontades políticas na defesa dos padrões mínimos de vida. Tal apatia talvez se dê pela condição social de que a pobreza e a miséria na sociedade brasileira aparecem naturalizadas, pautadas por regras culturais hierarquizadas que fundamenta um *padrão de sociabilidade* que desconsidera o princípio de reciprocidade que confere ao outro a condição de sujeitos com direitos legítimos. É um padrão que constitui a *matriz* segundo a qual as *leis*, ao contrário dos modelos clássicos, não foram feitas para dissolver, mas para cimentar os privilégios dos “donos do poder”; e, por isso mesmo, a modernidade anunciada não se completa, engendrando, ao contrário, a *incivilidade* — ausência de direitos — que atravessa de ponta a ponta a vida social brasileira e compromete toda uma força social que poderia somar na organização, pela base, dos pobres contra a pobreza.

A reposição de hierarquias e diferenças no solo social tem a ver com o modo mesmo como os direitos, as leis e a justiça social montaram os termos da cidadania brasileira e teceram as figuras do Brasil moderno, por exemplo, no novo corpo jurídico, que deveria proteger as crianças e os adolescentes pobres de serem condenados à

⁵ TELLES, Vera da S. *Pobreza e cidadania*. 2001, pp. 16-17.

humilhante falta de liberdade que a pobreza impõe, ou nas expectativas de futuro de famílias e crianças, que podem ser definidas pelos riscos de pauperização e miséria como as analisadas no Mucuri. Tal situação atualiza o paradoxo da sociedade brasileira, ou seja, o fato de que seu projeto de modernização, que desfez as regras da República oligárquica em 1930 e desencadeou um vigoroso processo de modernização econômica, social e institucional, continuou repondo a incivilidade nas relações sociais em consonância com um sindicato limitado e por um Estado que se arvorava de ser o *supra-sumo* do moderno.

O modelo de cidadania que se constituiu, então, foi o de uma cidadania dissociada dos direitos políticos e sociais, de um código universal de valores políticos, que *não construiu a figura moderna do cidadão* correspondente a uma noção de indivíduo como sujeito moral e soberano em suas prerrogativas políticas na sociedade.

[Os direitos] estabeleceram uma relação vertical com o Estado, que retribui na medida da contribuição de cada um, formalizando no mundo público da lei uma matriz privada na qual as garantias contra as privações materiais dependem inteiramente da capacidade de cada um em conquistar o seu lugar no mercado de trabalho⁶.

Em detrimento dos direitos garantidos, as oportunidades não são oferecidas para potencializar o pobre como agente livre num processo que vise o desenvolvimento como liberdade, como indicado por Amartya SEN⁷ conforme será mostrado adiante, no que se refere às realidades analisadas, de modo que se pode considerar que a justiça social é a peça que obstrui a dinâmica da desigualdade porque conta com um direito não garantido por falta de forças sociais para exigir a igualdade da lei. Ao contrário das experiências clássicas de conquistas de direitos, os caminhos da democracia brasileira bloqueiam os efeitos igualitários que em princípio as leis e o direito deveriam produzir.

Os direitos fundamentais estão garantidos na Constituição de 1988 e os direitos da criança e do adolescente no ECA. Estes últimos são considerados sujeitos de direitos especiais por suas condições peculiares de existência, e sua proteção e desenvolvimento devem ser assegurados por três instâncias — família, sociedade e Estado. Entretanto, apesar das indicações estatísticas de diminuição da pobreza e do trabalho infantil, percebemos mudanças apenas pontuais, além disso realizadas pelo Terceiro Setor, no sentido de fazer valer os direitos fundamentais da infância pobre.

⁶ Idem.

⁷ SEN, Amartya, Desenvolvimento como ... Op. cit, 2000.

Nestes anos de vigência da legislação sobre crianças e adolescentes no Brasil, podemos localizar no cotidiano de muitas famílias o lugar dos não-direitos e da não-cidadania, onde a pobreza vira carência, justiça caridade e os direitos a que o pobre tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído. O objetivo da assistência social não é elevar as condições de vida, mas minorar a desgraça e ajudar a sobreviver na miséria, e traduz, no registro da carência, esse mundo sem sujeitos que é o chamado mercado informal de trabalho no qual está submergida sua clientela potencial. Justamente nesse núcleo confuso de relações e concepções sobre a pobreza é que se insere a discussão sobre os efeitos das políticas sociais, se elas devem atender aos mínimos sociais ou às necessidades básicas⁸, e sobre a condição social que vem sendo estudada como uma nova pobreza, a da assistência social, e os efeitos psicossociais da “desqualificação social”⁹.

A igualdade não opera com um valor cultural transmitido pela força da tradição; é um valor constituído historicamente. Se considerarmos a linha do desenvolvimento como liberdade ou condição de agente livre, confrontada com a pobreza social que caracteriza as comunidades analisadas nesta tese, impõe-se necessariamente discutir a questão social, problematizar e reabrir o problema da justiça social, a redefinição do papel do Estado, o sentido mesmo da responsabilidade pública no contexto da Constituinte de 1988, que tornou constitucional um amplo campo de direitos aqui analisados.

A força dos movimentos de base nos anos 1970 forjou conquistas diretamente relacionadas aos direitos fundamentais. O embate que mobilizou tais forças sociais nos anos 1970 e 1980 envolvia questões que visavam retirar os programas sociais da tradicional esfera da benemerência e colocá-los sob a ótica dos direitos e a égide das políticas públicas pautadas pelos critérios universais da cidadania, o que significou romper com a invisibilidade e a fragmentação em que sempre foram mantidos e organizar fóruns públicos de representação, abertos à participação da sociedade civil, para um debate público sobre os “mínimos sociais” a serem garantidos por políticas públicas abrangentes e promover um conjunto de programas, projetos e serviços capazes de garantir direitos fundamentais e evitar riscos e vulnerabilidades sociais.

⁸ PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2002; DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Política social e política econômica*. 2002.

⁹ PAUGAN, Serge.. *Desqualificação social: ensaio sobre a Nova Pobreza*, São Paulo: Cortes, 2003.

A Constituição de 1988 assimilou essa gama de anseios por direitos com a promessa de colocar o enfrentamento da pobreza no centro mesmo das políticas governamentais. Entretanto, passados 15 anos, a questão parece que foi banalizada diante das mais de quarenta emendas que praticamente transformaram essa promessa em desalento. Os conflitos políticos dos tempos da constituinte prolongam-se até os dias de hoje. Um deles é sobre o ECA, já citado no Capítulo III, e outro se deu em torno da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e da criação de fóruns e conselhos de assistência social. O embate na construção dessa nova institucionalidade democrática se deu em torno do que se entende por “mínimos sociais”. Entretanto, a obstrução contra a sua formulação — pela opção neoliberal — foi e ainda parece ser mais poderosa.

Em meio às limitações da participação popular no que se refere às questões relativas a pobreza, cidadania tutelada, sociedade civil restrita, troncada e fragmentada, conforme verificamos, as práticas de representação e negociação se generalizam, perdem-se, e os direitos não se realizam. O Estado desvirtua a sua função, deixando famílias pobres sem direitos e condições de cumprir com as obrigações que lhes são postas em relação aos filhos e sem meios objetivos de lutar por direitos, gerando um movimento lento, próprio da sociedade organizada do modo como o *universo legal e institucional* — direito — se organiza.

A partir dos direitos definidos na Constituição de 1988 poderia ter se desdobrado um virtuoso ciclo de programas de distribuição de renda, regido pelos critérios universalistas de cidadania contidos no texto. Entretanto, ao longo dos anos 1990, as mais de quarenta emendas minaram as possibilidades de transformações sociais contidas antes, num exemplo de como, no Brasil, a exclusão se dá nas formas de regulamentação da lei, evidenciando uma espécie de estado de natureza em que os direitos não existem como regra de sociabilidade e justiça.

No contexto dos anos 1990, antes começarem a ser efetivados, os direitos garantidos começaram, na realidade, a ser restringidos pelas reformas impostas pela avalanche neoliberal que devastou conquistas sociais, destituiu direitos e levou à erosão as mediações políticas entre o mundo do trabalho e as esferas públicas. A destituição e a erosão dos direitos e das esferas de representação impuseram-se pela pressão do consenso de que o mercado seria o único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política. A consequência é uma população excluída dos benefícios sociais, mas também da cena política, típica destes tempos de neoliberalismo vitorioso,

que se apóia em um discurso universal e abrangente dificultando o poder de interpelação de sindicatos, partidos e associações de classe.

Nos termos desse *contrato social excludente*, pelo qual a sobrevivência cotidiana depende inteiramente dos recursos materiais, das energias morais e das solidariedades que cada um é capaz de mobilizar e que se organiza em torno de princípios inteiramente projetados da vida privada, com suas lealdades e fidelidades pessoais, seus vínculos afetivos e sua teia multifacetada de identificações e sociabilidade, a importância da família é primordial. Em torno dela, homens e mulheres constroem uma ordem plausível de vida. É o espaço que viabiliza a sobrevivência cotidiana pelo esforço coletivo de todos os seus membros. Essa é a sua importância, e sua frágil estabilidade, de modo que “qualquer acaso” pode jogá-la nas fronteiras da pobreza ou mesmo da miséria. Em outras palavras, as condições vigentes acabam por minar a eficácia possível das estratégias familiares, de modo que as expectativas de futuro de muitas delas são definidas pelos riscos de pauperização e miséria em detrimento dos esforços que são dispensados.

No que se refere à cidadania de crianças e adolescentes, o paradigma da proteção integral, originário de um debate internacional que envolvia posturas opostas, oscilantes entre proteção e punição, ou seja, uma “proteção” que foi exercida pelas instituições de atendimento, na realidade protegia a sociedade das “classes perigosas”, que exigia medidas mais severas de punição dada a gravidade das infrações cometidas por adolescentes.

Nos movimentos por direitos humanos que se articularam em nível internacional após os Pactos de Direitos de 1965 e nos movimentos sociais no Brasil nos anos 1980, o debate girava em torno da violência contra crianças e adolescentes, e a explicação era de que tal situação tinha relação com a desigualdade social. Assim, se houvesse uma justiça social efetiva e se o Estado implementasse de fato a universalização das políticas públicas, a questão central decorrente dos descuidos, maus-tratos e violências à infância e à juventude seria superada¹⁰.

Pela nova legislação, ser sujeito de direitos significava ser agente de sua própria história, o que implicava ter seus direitos viabilizados pela *tríade família, sociedade e Estado*. Sujeito histórico e político, que atuaria como protagonista das transformações

¹⁰ OLIVEIRA E SILVA, p. 109.

sociais, uma “justiça distributiva” favorecedora dos socialmente desiguais, que alcançasse crianças, adolescentes, famílias, e não uma “justiça retributiva”, compensatória.

Ao Estado, que deveria ser ampliado e não mínimo, caberia a tarefa de construção, implementação e execução das políticas públicas, com a obrigação e a responsabilidade de ampliar uma rede de atendimento para crianças e adolescentes e suas famílias, totalizando a atenção da “proteção integral”.

O sentido da “proteção integral” passou por uma ressignificação a partir das conjunturas e dos interesses políticos, jurídicos, sociais e econômicos, nacionais e internacionais, estruturados na CIDCA¹¹, primeiro instrumento jurídico que contém o dispositivo central da Doutrina da Proteção Integral. Essas ações deveriam ocorrer na promoção da cidadania de crianças e adolescentes, sendo “o conceito-chave do Estatuto, identificado a partir de três eixos, no mundo jurídico: ‘sujeito de direitos’ (cidadania de crianças e de adolescentes); no mundo das ‘políticas públicas’ (novo conceito de público) e no mundo das ‘organizações não governamentais’ (terceiro setor), que está mediado pela relação família, sociedade e Estado”¹².

Questão polêmica referente à cidadania da criança e do adolescente é a interpretação de que se a “condição de cidadania” e de sujeitos jurídicos pressupõe uma autonomia, isso fere o princípio constitucional pelo qual crianças e adolescentes são responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Em outras palavras, crianças e adolescentes não são responsáveis por si quando se normatiza a sua proteção. Outra questão visível é o fato de que a demasiada ênfase jurídica na categoria “sujeito de

¹¹ “O paradigma da ‘proteção integral’ foi pensado, formulado e estruturado no conjunto de várias normativas/doutrinas internacionais da ONU: CIDC; Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil (Regras de Beijing); Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio); Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de RIAD); Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (Regras de Havana).” “No âmbito internacional: o paradigma da ‘proteção integral’ foi concebido no contexto da crise do capitalismo, do enfraquecimento do *Welfare State* enquanto ‘modelo de proteção social’, do fortalecimento do neoliberalismo, da globalização de mercados, da ameaça da insegurança social, dos movimentos contra a impunidade (os quais clamavam por responsabilidade penal juvenil) e do impacto do aumento da incidência de comportamentos violentos de jovens”.

¹² Um conjunto de instrumentos jurídicos de caráter internacional de repercussão em três áreas: jurídica, de políticas governamentais e das organizações não governamentais. MENDEZ. Op. cit. 1998, p. 116. A expressão “proteção integral” popularizou-se a partir dos anos 1990 em meio a outros conceitos, como “desenvolvimento integral” ou intenção de cuidado, de atenção e de proteção, gerando, de início, um distanciamento do significado jurídico inovador que o termo propunha. Muitos pontos ainda não estão suficientemente esclarecidos em relação ao significado da doutrina da Proteção Integral em sua constituição e posterior efetivação. Há controvérsias entre visões filosóficas, ideológicas, jurídicas, nas políticas sociais e sua efetivação etc. OLIVEIRA E SILVA. Idem, p. 114.

direito” prioriza o “sujeito jurídico” e secundariza o “sujeito em desenvolvimento”, no caso o infrator, em detrimento daquele que está submetido ao trabalho precário. É preciso ter cuidado no uso do argumento da responsabilidade e da capacidade jurídica, pois ele pode ser usado para justificar a exploração do trabalho infantil ou mesmo a exploração sexual infanto-juvenil, a ausência de políticas públicas e mesmo a menoridade penal.

O uso político da categoria “cidadania” como sinônimo de “direito social”, por outro lado, popularizou o termo “resgate da cidadania”, com conotação política, tornando-o mágico para a solução dos problemas que envolvem crianças e adolescentes¹³. Uma distorção evidenciada no transcorrer da década de 1990 pode ser observada no fato de que, nesse quadro conceitual, quem assumia a função de sujeito histórico-político eram o educador e os militantes dos movimentos sociais, na medida em que denunciavam arbitrariedades, omissões das políticas governamentais, a “situação irregular”, os abusos, as torturas policiais, os maus-tratos, a negligência e as omissões da família, da sociedade e do Estado. Na realidade, é uma continuidade do desvio da questão principal, que se estende à década de 1980, quando a compreensão sobre crianças e adolescentes já era permeada de ambigüidades e contradições no que se refere à noção de “sujeito histórico-político”¹⁴.

Nas políticas públicas a distorção ocorreu no âmbito das mudanças de um Estado centralizador para um Estado Mínimo. No período de elaboração do ECA, predominava a concepção de Estado Democrático de Direito, que prima pelo enfoque da “cidadania infantil”, dos direitos civis, sociais e humanos, das garantias constitucionais e da eficácia instrumental do direito¹⁵. Posteriormente, com o modelo do Estado Mínimo, o conceito de público foi ampliado: até então limitado à esfera governamental, teve incluído no seu dimensionamento a ação privada, também considerada pública. A “proteção integral” incorporou as ações da sociedade civil como parceira e aliada do Estado na formulação e execução de políticas públicas, o que reduziu a intervenção estatal no âmbito das políticas sociais e “ampliou” a responsabilidade social num discurso de “universalização” e com o argumento da solidariedade e da participação ativa da sociedade nos problemas sociais — comunitarização da assistência.

¹³ OLIVEIRA E SILVA. *Idem*, pp.122-131. GREGORI, *op. cit.*

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ Art. 15 a 18 e 106 a 111 do ECA.

Nessa linha, o ECA inaugura uma nova forma de gestão das políticas públicas, ou seja, a participação formal da sociedade civil por intermédio dos Conselhos de Direitos (órgãos governamentais e não governamentais federais, estaduais municipais), como instrumento de elaboração, controle e fiscalização das políticas públicas ou por meio dos CT, que compõem o sistema de garantia dos direitos como representantes da sociedade, ou, ainda, através da execução direta das ONGs. A “proteção integral” deixa de ser responsabilidade somente do governo para tornar-se responsabilidade da sociedade civil organizada e das ONGs¹⁶.

A “refilantropização” da assistência no contexto da despolitização da questão social, faz com que, mais uma vez “não prevalece o reconhecimento do outro como sujeito de direitos, muitos se encontram à mercê de poucos, na qual vigora acentuada assimetria no acesso aos recursos bem como à sua distribuição, a vida de muitos não tem o mesmo valor e significado da vida de alguns, somente pode ser instituída a ‘guerra de todos contra todos’ como modo de funcionamento regular e normal”¹⁷.

16 Os artigos 86 e 87 do ECA e 12 e 13 da CIDCA/1989 dispõem que a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, nas esferas da União, dos estados e dos municípios.
CHAUI, Marilena. “Ética e violência”. In: Revista *Teoria e Debate* nº 39, out/dez 1998, pp. 32-41.

II. SOCIEDADE CIVIL E CIDADANIA

O processo de despolitização verificado a partir de 1990 como um dos efeitos da imposição do “consenso” neoliberal, facilitado pela sua assunção por parte de alguns, engendrou o esvaziamento do conflito e das possibilidades de aperfeiçoamento do processo democrático. As lideranças políticas apontam também como fator desse processo do distanciamento da Igreja Católica das ações de base.

Ao incorporar o tema da sociedade civil no discurso da reforma, sobrepõe-se uma visão dessa sociedade civil reduzida a *recurso gerencial*, na qual “grupos, indivíduos e comunidades deveriam se organizar, automaticamente, para transferir sustentabilidade e recursos às políticas públicas”. Seria uma sociedade civil cooperativa, parceira, em outros termos, uma organização domesticada, concebida de modo técnico. Seria um espaço diferente do Estado e com um incontornável vetor antiestatal “dependente bem mais de iniciativa, empreendedorismo, disposição cívica e ‘ética’ do que de perspectiva política, organização política e vínculos estatais”¹⁸.

O *discurso alternativo* que poderia vir dos movimentos sociais ainda impulsionados pelas ressonâncias das décadas anteriores, contrariamente, espelhará a operação semântica oficial.

Abandonará a fronteira do Estado como campo de lutas e emancipação para se concentrar numa idéia de Estado como espaço de regulação, elaboração e implementação de políticas. Haverá menos antagonismos e mais consenso racional, menos democracia política e mais deliberação democrática¹⁹.

Tal imprecisão semântica afetará a todos e consiste num paradoxo, ao descartar a idéia de que a sociedade civil só pode existir nos quadros de um Estado e, ao mesmo tempo, falar em uma sociedade civil fora do Estado, subalterna a governantes e gestores, sintonizada com suas políticas e decisões. Em outras palavras, afasta o Estado e enfraquece a idéia de superação do formalismo da democracia liberal.

Em Teófilo Otoni verificamos uma sociedade com fragmentações e rupturas, e mesmo um abismo entre a opulência e o mundo da miséria. Opulência que se verifica nos carros potentes e luxuosos que rompem as estradas de terra e unem rural e urbano em quase todos os sentidos. Opulência que ferve no centro da cidade, nas imediações

¹⁸ NOGUEIRA, idem.

¹⁹ Idem.

das áreas de comércio, em especial em torno do comércio de pedras brasileiras que funciona na praça central, onde garimpeiros de municípios vizinhos vendem sua produção e articulam negócios maiores. É visível a presença de estrangeiros de diferentes origens para essa finalidade. Todo mês de agosto, a praça se transforma na Feira Internacional de Gemas. Por outro lado, há a miséria constatada em muitos novos bairros, no trabalho de crianças e adolescentes, em garimpos escondidos na vastidão do lugar e distantes de fiscalização.

As crianças e adolescentes, na base da cadeia produtiva, geram trabalho não pago que será ultravalorizado e apropriado nos diferentes momentos e formas como a mercadoria circula. Não é diferente com o trabalho precário e informal ao qual estão submetidas famílias e crianças, pois mesmo o “submundo” da economia informal está inserido no mercado, com alguns setores muito bem organizados, principalmente os de recicláveis, que dão oportunidades de existência, ainda que subumanas, a uma gama de adultos e crianças. A exploração e a persistência do trabalho infantil se justificam porque geram riqueza em diferentes momentos do sistema e mantêm, na base, a “socialização pelo trabalho”, a disciplina e o controle dos subalternos.

Essa sociedade tão desigual, dividida e opressora mesmo assim não ocultou essas características na forma de conflito político; ao contrário, manifestou disputas ideológicas bem delineadas desde os anos 1960, com o sindicalismo rural, a ação do Partido Comunista²⁰, a ação social da Igreja, que foi assumindo a Teologia da Libertação e passou a confundir ações paroquiais com sindicalismo mesmo durante o regime repressivo.

Os movimentos sociais que se fortaleceram a partir dessas lutas marcaram uma atuação de confronto em relação aos antigos poderes econômicos e políticos que exploraram e governaram sem oposição por décadas a fio. Eles fortaleceram a sociedade civil, democratizando as relações entre Estado e sociedade.

Esse conjunto de ações — de teólogos da libertação, sindicalistas, líderes comunitários — que forçaram a conquista dos direitos fundamentais foi duramente desqualificado pela contra-ideologia dominante, que se mantém sob uma trama política que se sustenta defendendo privilégios de grupos tradicionais e fazendo justiça social

²⁰ A presença do Partido Comunista no Nordeste mineiro, conforme apreendido nesta pesquisa, não foi registrada de forma clara como foi na região do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares, conforme nos mostra BORGES, Maria Eliza Linhares *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais, 1950-1964*, 1994, pp 73-86.

como favor político, ou seja, doando comida, dando brinquedos, realizando cirurgias contraceptivas, extraindo dentes e dando dentaduras, o telhado de um barraco, uma consulta médica, um exame etc.

A profundidade dos problemas sociais urbanos e rurais foi mediada por uma sociedade civil dinâmica e combativa que conseguiu, juntamente com o esforço nacional empreendido nesse sentido, imprimir direitos fundamentais na lei maior. Todavia, as formas como tais direitos viriam a ser efetivados dependeria de uma conjuntura econômica e política que promovesse mudanças nas matrizes discursivas do Estado e nas instâncias da sociedade civil organizada conforme tentamos mostrar a partir do Capítulo IV.

Em Teófilo Otoni, a complexidade do urbano, a partir dos anos 1970, é visível pela expansão da periferia e pelo esvaziamento do camponês da área rural. Prevaleceu a grande propriedade, que sufoca a pequena, e a população das periferias é constituída pelos deserdados das terras do Brasil, um exército de reserva que alimenta a grande propriedade, os complexos agroindustriais, as fábricas, o comércio e os setores informais, cada vez mais complexos.

A organização social desse exército de reserva se apresenta esgarçada, nas comunidades analisadas, pela ausência de direitos fundamentais e pela luta pela sobrevivência, que absorve praticamente todo o tempo de famílias muito pobres, sem oportunidades de trabalho, educação e alimentação, e a energia de milhões de pessoas, que não dispõem de tempo para pensar e questionar a sociedade e os mecanismos que os exploram e se reproduzem.

A partir das reflexões sobre as condições necessárias para o *agente livre e sustentável*, apresentadas por Sen²¹, se compararmos as mesmas condições nas comunidades analisadas, observamos apenas o contrário, ou seja, a privação da liberdade econômica, sob a forma de pobreza extrema, que torna a pessoa uma presa indefesa da violação de outros tipos de liberdade²². A falta de trabalho como elemento que compromete o direito à vida e à reprodução social da família, o precário acesso à educação, elemento fundamental no processo de desenvolvimento com liberdade, o grau de escolarização dos adultos e as péssimas condições do sistema de ensino não os impedem de querer estudar e de criar expectativas de futuro.

²¹ Op. cit, 2000.

²² Que pode ser lida como protesto silencioso presente na esfera pública.

Como pudemos observar nesta tese, a realização da liberdade nos termos de SEN não se realizou no processo histórico da região, caracterizada pela expropriação rural e pela falta de direito à cidade²³, que se apresenta de diferentes ângulos — por exemplo, as gerações mais velhas, que poucas oportunidades tiveram, são em muitos casos semi-analfabetas e viveram oscilando entre desempregos e migrações; as novas apresentam pouca escolaridade, como é o caso das mães citadas nesta tese, Aparecida, Cinthya, Sabrina, Vanilda e outras, que, no início da década de 1990, eram meninas de rua.

Os filhos dessa geração que teve filhos na década de 1990, como Fernanda e Moisés, de 17 anos, foram pouco à escola e estão passando pela adolescência vivendo o desemprego e a violência. Outros adolescentes, apesar de mais anos de escolaridade, também oscilam para o desemprego. Para eles, o PETI não foi uma experiência positiva, pelas circunstâncias já narradas e também por atender a uma quantidade de crianças muito inferior à demanda registrada.

Mesmo com as expectativas de melhoria na sua efetivação, observadas, mas não analisadas a partir de 2006, as limitações do Programa e das políticas sociais como um todo não parecem que serão sanadas dentro da conjuntura política e econômica deste início de século. Na mesma proporção minguada do PETI, o programa Agente Jovem, que começou a ser implantado em julho de 2006, atenderá a uma quantidade de jovens muito aquém da demanda verificada dentro dos lares.

Inserida nesse contexto de perdas e ausência de direitos, essa população parece aceitar as condições sociais impostas sem oposição organizada. Manifesta críticas ao sistema, sente que seus direitos não são respeitados, mesmo que as indignações ainda não se tornem coletivas, não ganhem força ou não encontrem mediadores que também tenham força. Isso representa, em última instância, um potencial de rebeldia e de novas possibilidades de transformação que necessita ser lido e reinterpretado pelos mediadores que se afastaram das bases nos anos 1990.

As políticas sociais e campanhas pela erradicação do trabalho infantil, nesse processo tortuoso, apontam a escola como locus privilegiado de substituição ao trabalho. Trata-se de um parâmetro importante, restrito ao analisar questões relacionadas ao mundo do trabalho infantil. Entretanto, dizer que a criança frequenta a escola não significa dizer que o sistema esteja propiciando qualidade de ensino à

²³ LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*.

população e nem que os demais direitos estejam garantidos. Ao contrário, é preciso lembrar que ir à escola, na verdade, implica não passar fome, não ser doente, ter um teto onde dormir, um nome, uma família, e que “dezenas de milhões de jovens e crianças por todo o mundo estão privados de tudo isso”²⁴.

O viver no Mucuri, com todas as impossibilidades já analisadas, ainda guarda rebeldias, como, por exemplo, o uso do espaço público como fonte de subsistência e lazer — caso do chafariz da praça central, usado pelos meninos, que para lá migram todos os dias vindos dos bairros periféricos. Isso escancara as inconsistências de uma sociedade que não resolve seus problemas sociais em relação a uma pobreza que atinge metade da população, ainda que os dados oficiais insistam em apontar a sua diminuição, assim como a do trabalho infantil.

A nova conformação política e administrativa abriu espaço para o fortalecimento de um novo personagem social na década de 1990, o Terceiro Setor, que já vinha se fortalecendo há cerca de trinta anos, um tipo de mobilização da sociedade civil que visa recursos privados para fins públicos, uma tendência em romper com a tradicional e perversa apropriação privada dos recursos públicos²⁵. O leque de possibilidades de ação dentro do Terceiro Setor é imenso e abarca as seguintes experiências sociais: associações comunitárias, organizações não-governamentais – ONGs, instituições filantrópicas, projetos de caridade, igrejas e seitas, fundações, organizações sociais – OS, projetos sociais desenvolvidos por empresas e sindicatos.

Muitas lideranças de movimentos sociais souberam encontrar novas formas de ação social, previstas no novo modelo de Estado federativo, pautado pelo princípio da descentralização do poder e das ações, ramificando-se por órgãos e instituições, pressupondo, assim, a participação da sociedade e parcerias públicas e privadas²⁶.

O atendimento à infância no município de Teófilo Otoni é, em grande parte, feito por esse seguimento. Um diagnóstico das ONGs, realizado em 2004, registra que

24 KHAN, Z. S. *Os direitos da criança*. São Paulo: Augustus, 1992, p. 32.

25 O Terceiro Setor pressupõe um espaço onde público e privado se misturam, Assemelha-se ao Estado (Primeiro Setor) na medida em que tem como objetivo e alvo de atuação o espaço público, mas diferencia-se dele por ser uma iniciativa da sociedade; algo bem diferente da iniciativa privada (Segundo Setor), regida pelas regras do mercado.

26 O impulso do Terceiro Setor ocorrido em Teófilo Otoni se deve à ação de padres italianos e militantes locais que fortaleceram os trabalhos de base desde os anos 1970. A relação com a Itália, via familiar e pastoral da região de Turim possibilitou intercâmbio intenso entre os dois lugares e muitas experiências são realizadas por este intermédio, apesar de não ser o único. Importante registrar que esta tese não teve como objetivo investigar o Terceiro Setor, espaço que oferece promissora pesquisa que dê as reais dimensões de sua malha de atendimento e muitos outros aspectos.

esse atendimento se espalha por 16 entidades, distribuídas em 47 unidades de atendimento à criança e ao adolescente. As experiências mais antigas do Terceiro Setor em Teófilo Otoni para esse seguimento social são a Casa das Meninas e a Creche Ninho, mencionadas no Capítulo I. Na APJ – Aprender Produzir Juntos, experiência em formato de cooperativa que introduziu muitos jovens em uma atividade profissional e contribuiu com o reforço escolar para um montante de mais de 600 crianças e adolescentes, anualmente, desde meados dos anos 1980, um verdadeiro sistema de política social é realizado paralelamente ao município.

Um dado que indica o envolvimento da sociedade e a força dessas instituições é o fato de quarenta delas possuir sede própria, apesar de várias irregularidades e carências de infra-estrutura²⁷. A gestão municipal de Getulio Neiva, (2002-2004), usando a terminologia “menor” e “assistência ao menor”, denunciava que as creches receberam o maior volume de dinheiro da história do município entre 2002 e 2004. Quase toda a arrecadação do IPTU é destinada ao atendimento às creches. Dos R\$ 3.856.096,51 arrecadados no período, R\$ 3.179.809,06 foram destinados a 16 entidades ligadas ao atendimento de crianças e adolescentes. Apesar da alta quantia, esse atendimento pouco supera o número de 1.500 crianças e muitas vezes é destinado a crianças de mães que não trabalham²⁸. São posturas opostas, que expressam, na realidade, a rivalidade ideológica acirrada nas duas últimas décadas, entre o conservadorismo tradicional e a ação fervilhante dos mediadores que encabeçaram lutas por direitos, muitos dos quais, a partir dos anos 1990, pelos reveses do neoliberalismo, passaram a desenvolver projetos relacionados ao Terceiro Setor.

Podemos considerar que se antes da Constituição de 1988, com o Estado centralizado, os movimentos sociais substituíram-no com ações organizadas que ampliaram os espaços democráticos, a partir de 1990, o esvaziamento da política pela

²⁷ Relatório das ONGs de Teófilo Otoni, enviado à prefeitura, reivindicando compromisso no atendimento e atenção às principais irregularidades, como: regularização de planta, escritura, habite-se, impostos e projetos contra incêndios. Mimeo. 2004. UAI BRASIL, ONG “que mantém projetos como a Casa Nazaré e vários outros” com recursos vindos da Itália via lideranças católicas. As principais irregularidades são: regularização de planta, escritura, habite-se, impostos e projetos contra incêndios.

As ONGs relacionadas são: Creche Ninho, Associação Comunitária Turma 37, Associação Comunitária Bela Vista, APAE, Sociedade Beneficente Frei Dimas, Associação Moradores de Topázio, AMCA, Estrela da Esperança, Creche Raio de Luz, Conselho Desenvolvimento Rural de Teófilo Otoni, CESPACTO, Creche Lar da Criança, NPCA, Cantinho da Solidariedade, Casa de Meimei, Aclumavs

²⁸ O vereador Semir Rachid Said era favorável, em março de 2004, a uma sindicância nas creches pois havia desconfiança de parte da sociedade de que havia pessoas se beneficiando dos recursos destinados às creches. Dizia ser natural uma fiscalização, pois era o meio natural de mostrar à sociedade como era feita a “assistência ao menor”. Jornal o Cristal, 21/3/04. Este é um indicativo dos conflitos ideológicos que se configuraram na cidade, em torno de questões relativas à criança e ao adolescente.

fragmentação da sociedade, o refluxo dos movimentos sociais e sindicais e o aumento da população excluída de direitos fundamentais fizeram com que o Terceiro Setor tendesse a fazer o papel do Estado.

Iniciativas no sentido de geração de renda podem ser ilustradas pela constituição do Conselho de Trabalho Emprego e Geração de Renda como alternativa para criar grupos de pessoas que se unam com o objetivo de produzir algum serviço e, a partir daí, sobrevivam de sua renda. Alguns grupos se articulam em torno da produção de farinha, desinfetantes, confecção, temperos, cogumelos, doces, compotas, mel. Tais iniciativas revelam a urgência das questões relativas ao desemprego, que é marcante no município²⁹.

A sociedade representada pelo Terceiro Setor em Teófilo Otoni, está muito mais qualificada e mais bem fundamentada na perspectiva pedagógica e dos direitos, para o atendimento à infância, que o atendimento oferecido pelo Estado. O exemplo pode ser o PETI, pelas condições já relatadas e uma iniciativa como a Casa Nazareth, uma creche da Vila Esperança. Outro poder ser a creche Cantinho da Solidariedade, da vila Solidariedade, do sistema municipal de atendimento à infância e a Casa Nazareth. As diferenças são gritantes, em relação ao acabamento da construção, espaço de lazer, precauções contra acidentes, qualidade da alimentação, quantidade de crianças em relação ao número de professores e funcionários etc.

Uma iniciativa articulada ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Teófilo Otoni conseguiu, nos últimos anos, organizar parte da coleta de materiais na cidade e congrega mais de cinquenta catadores. São famílias que vivem do que era considerado lixo. No barracão da Associação, os catadores guardam o material coletado e os “carrinhos”, vendem e recebem o material. É ainda oferecida uma sala para a alfabetização, serviço prestado por uma religiosa da comunidade, como voluntária.

Entre os pequenos agricultores, há uma organização fruto das lutas das décadas anteriores, disseminada em diferentes comunidades rurais. Vale dizer que em Teófilo Otoni elas chegam a noventa, pois o município é muito vasto. Um exemplo é a Comunidade da Lajinha, ao Sul da cidade uns 15 quilômetros, cortada pela BR-116. Suas características podem ser consideradas privilegiadas em muitos sentidos. Os lotes

²⁹ Elgueta em Ação. Informativo nº. 3, junho de 2003. Jornal da Ação Político Parlamentar da Vereadora Elgueta Starick Wnuk.

rurais são pequenos e muitíssimo valorizados. O forte da produção é a floricultura. Dos diferentes canteiros, saem caminhões de mudas semanalmente para todo o Nordeste do País.

A comunidade é dividida entre católicos, adventistas e luteranos. Estes, originários da forte presença da colonização alemã no Nordeste mineiro, formam uma comunidade tradicional que conquistou um espaço produtivo e cultural com características próprias. Católicos e adventistas disputam os fiéis cristãos, principalmente os jovens.

Segundo as lideranças católicas, a comunidade teve sua identidade fortalecida nos antigos círculos bíblicos, nas discussões litúrgicas encabeçadas por teólogos da libertação, como Padre Domingos, pelas lideranças dos movimentos sociais e sindicais, como Pio de Castro Mota, hoje vereador, Silvio R. Pereira, vereador duas vezes pelo Partido dos Trabalhadores, morador da Lajinha desde os anos 1940, Serafim Cardoso, fundador do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais de Minas Gerais e ainda sindicalista em Poté, e outros que continuam atuando apesar das limitações impostas na última década, vindas das imposições do mercado e do cerco à Teologia da Libertação.

A comunidade da Lajinha dispõe de escola até o ensino médio, Posto de Saúde, centro comunitário, Associação de Moradores etc. Há denúncias de trabalho infantil nos muitos canteiros de mudas de flores produzidas na comunidade, mas não há fiscalização e ainda não há um núcleo do PETI funcionando. Segundo as lideranças locais, é preciso retomar os Círculos Bíblicos, pois os católicos estão muito acomodados. Contudo, verifica-se uma volta dos jovens para a igreja todos os domingos.

Paralelo e correlato à história do sindicalismo na região, o Movimento dos Sem Terra apresenta uma organização expressiva, tendo realizado a primeira ocupação na região em 1986. Os assentamentos que se constituíram a partir de então possuem cada um uma história singular de articulação e desarticulação com Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Movimento dos Sem Terra, a Comissão Pastoral da Terra, a Casa dos Movimentos e a Comissão de Direitos Humanos.

Há experiências de ONGs desenvolvendo projetos de geração de renda dentro de assentamentos. A produção agrícola de muitos assentamentos e pequenos proprietários que circundam a cidade é vendida nas feiras livres, organizadas em dois pontos diferentes e realizadas três dias por semana. Entretanto, no marco da extensa área do Jequitinhonha e do Mucuri, há assentamentos rurais que não conseguiram autonomia econômica e acampamentos aguardando solução para as ocupações realizadas. Muitos

homens ainda migram para as colheitas em outros estados, deixando mulheres e filhos nos lotes para o cultivo da terra. Em muitos casos, a qualidade do solo e a falta de chuva em períodos prolongados inviabilizam a produção. É corriqueiro encontrarmos assentados que continuam trabalhando como bóias-fria nas agroindústrias locais. O trabalho da criança e do adolescente continua fazendo parte da manutenção do núcleo familiar.

O Movimento do Pequeno Agricultor, surgido no Sul do País em 1996, chegou a Teófilo Otoni em 2003 e tem o objetivo de resgatar a agricultura familiar³⁰, o que de certa forma fortalece os laços sociais e econômicos destes remanescentes de camponeses na área rural do município.

No âmbito nacional, a política de proteção à infância no Brasil é irradiada do CONANDA, instância governamental com representação de entidades da sociedade civil³¹ em consonância com o Estado na proposição, formulação e execução de políticas públicas. As exigências da sociedade representadas no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil coincidem com a ação do Governo e com a legislação nacional e internacional, ou seja, exigiram que o Governo Federal adotasse um Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil³², com prioridades, metas, ações e obrigações advindas das Convenções nº. 138 e nº. 182. O objetivo central é apresentar — aos governos, aos poderes Legislativo e Judiciário, às organizações de trabalhadores e empresários e às ONGs — um conjunto de recomendações e atividades essenciais para o combate ao trabalho infanto-juvenil, reconhecidamente ligado à “cadeia produtiva” — ou seja, se em uma das pontas do sistema há crianças trabalhando, na outra há empresas que se beneficiam de tal trabalho. São priorizadas as situações mais graves de trabalho infantil, tendo como parâmetro a Convenção 182 da OIT de 1999. As ações propostas — políticas sociais — apontam a necessidade de se incentivar os programas de trabalho e renda para os pais, programas de renda mínima hoje garantidos por lei federal.

³⁰ *Elguita em Ação*. Mandato da Vereadora do Partido dos trabalhadores, Elguita Starick Wnuk. Informativo nº 3. junho/2003, p. 1.

³¹ Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e mais de cinquenta entidades governamentais e não-governamentais.

³² “Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”, aprovadas por todas as entidades que o compõem, síntese de uma discussão iniciada em 1998 e aprovadas pelo CONANDA em 1999.

Pelas novas configurações constitucionais, os sindicatos têm a obrigação institucional de lutar para que o trabalho infantil desapareça no interior de suas categorias, com a colaboração das Centrais Sindicais. A norma determina que o tema entre na pauta das negociações coletivas e integre as cláusulas de acordos e convenções coletivas. O que se pode apurar é que as Centrais desdobram suas ações no campo da educação e trabalho, promovendo estudos, pesquisas, campanhas, organizando jovens trabalhadores e seus familiares no combate ao trabalho infantil, participando das instâncias de gestão de políticas para a criança e o adolescente — CONANDA, FNPETI e outros —, fomentando o debate da política econômica e social, da justa distribuição de renda, geração de emprego, qualificação e requalificação profissional, articulando o movimento sindical de trabalhadores no plano internacional e visando a erradicação do trabalho infantil.

O discurso otimista do Estado enaltece os feitos da institucionalização dos direitos e ilustra as mudanças em relação a crianças e adolescentes por meio da colocação, na agenda pública, de questões fundamentais que certamente têm impacto na mudança das relações do Estado, da família e da sociedade com a criança e o adolescente no seu atendimento³³.

Em nível internacional, a articulação, desde o início da década de 1990, foi marcada pelo acordo entre 190 países, “que se comprometeram em atingir 27 metas em diversas áreas, para melhorar a vida de crianças e o desenvolvimento humano relativo à infância, até o ano de 2010, de acordo com a Cúpula Mundial da Infância”. “O governo brasileiro, em parceria com a sociedade civil, continua a unir esforços, nos próximos dez anos, com vistas a promover a inclusão social e a radicalização da democracia”³⁴.

Após a Marcha Global pela Erradicação do Trabalho Infantil em 1988, a intenção foi a ratificação da Convenção 182, de 1999, sobre as piores formas de trabalho. Os esforços articularam-se em todos os níveis. Em 2004, uma grande articulação dos Fóruns Estaduais e do Fórum Nacional culminou na Caravana Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, de onde saiu um Termo de Compromisso assinado por 27 governadores e pelo Presidente da República³⁵.

³³ SOUZA, Paulo Renato de. Ministro da Educação. Jornal FSP, --2001/2 (Tendências/Debates)

³⁴ Idem.

³⁵ <http://200.152.41.8/ascom/peti/peti.htm>. Em cada estado do País, crianças e adolescentes que já foram trabalhadores infantis elaboraram uma carta aberta com sugestões para erradicar o trabalho infantil e entregaram ao seu governador durante uma audiência pública. Depois da entrega da carta, o governador assinou um Termo de Compromisso para implementar políticas para eliminação do trabalho infantil em seu estado.

O papel da sociedade civil, suas dimensões e graus de engajamento colocam-nos como parâmetro os anos 1980, quando seu papel de protagonista pode ser definido pela força dos movimentos sociais. A partir dos anos 1990, ela se afigura como coadjuvante menor ou talvez mais fragmentada, apesar de configurar na lei como parceira igual ao Estado e à família na defesa e proteção de crianças e adolescentes.

Temos que considerar as múltiplas instâncias da sociedade quando pensamos nas questões relativas a democracia e cidadania, inclusive que as ações transformadoras tanto ocorrem para a inovação social quanto para a reprodução das relações sociais existentes, de modo que uma militância pela transformação radical da sociedade é impossível, pois, na realidade, as mudanças ocorrem na proporção das lutas e das resistências.

Se, por um lado, temos setores da sociedade organizados e jovens com perspectivas mais positivas dadas as oportunidades e o envolvimento da comunidade, por outro, em comunidades urbanas como as duas aqui analisadas, as oportunidades parecem mais distantes, e a própria população não transformou ainda as suas necessidades em reivindicações políticas definidas. Essa população foi bem contextualizada por Ribeiro³⁶ como sendo uma massa de expropriados da terra que não encontraram mediadores que conseguissem ajudá-los a romper com os mecanismos de exclusão a que são submetidos. O autor lembra o distanciamento do sindicalismo dessa população, o que não se verificou em relação ao pequeno proprietário, que, aliás, se fortaleceu, conforme citado antes³⁷.

É importante analisar como os movimentos sociais estão reagindo diante da inércia gerada pelo impasse entre uma cidadania formal — a possível para esse formato de Estado — e a plena realização de direitos sociais, econômicos e culturais usurpados por um sistema que reproduz a violência estrutural e institucional. É importante ainda pensar a dimensão da crise das mediações nesse início de século; o esvaziamento da política pela imposição do consenso neoliberal; os refluxos dos movimentos sociais; o aumento da pobreza³⁸; a nova configuração do Estado e da sociedade civil a partir dos anos 1990; a nova complexidade de situações sociais e dinâmicas societais, que se

³⁶ Op. cit. 1997a.

³⁷ RIBEIRO, op. cit, 1997.

³⁸ Segundo dados oficiais, seis milhões de pessoas subiram da miséria para o nível da pobreza entre 2002 e 2006. No âmbito da América Latina, a diminuição teria sido da ordem de 13 milhões de pessoas. www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult9112130.shtml. 02/11/2006.

articulam e desarticulam num entrecruzamento de diversas dimensões do mundo da dominação contemporânea, no qual crianças sem infância, filhos da dívida externa, estão entre milhões de famílias que formam uma espécie de humanidade separada e mutilada, um Quarto Mundo, que, em última instância, coloca toda a sociedade em perigo.

2. O LUGAR DO NÃO DIREITO

O cronista João do Rio falava da rua como acolhedora da miséria no final do século XIX. Neste início de século, outro cronista se pergunta como equacionar o amplo espectro de novas situações de pobreza e miséria: “depois de explorados e excluídos, bilhões de seres humanos, considerados supérfluos, devem ser exterminados”³⁹? Talvez a resposta seja o extermínio cotidiano das cada vez menores oportunidades do desenvolvimento como liberdade que “mutila no berço” potencialidades humanas que fariam a diferença no vir a ser das conquistas sociais em uma sociedade em que o direito primordial para que outros direitos, inclusive o direito à vida, sejam garantidos, o direito ao trabalho, não é garantido. O dever do cidadão correspondente a esse direito está na disposição para o trabalho manifestada como determinação na saga de cada núcleo familiar analisado. Lilá e José Mauro expressam a consciência da disposição para o trabalho; eles têm por princípio que seria melhor trabalhar do que receber benefício, melhor que não houvesse desemprego, pobreza, miséria e fome, como ocorre no contexto que os envolve.

Eu, no meu modo de pensar eu preferia que ele me desse o meu trabalho porque a gente não pode ficar dependendo todo mês daquele tiquizinho. Ele deve espalhar serviço para o Brasil inteiro. Você não sabe, não tem nada melhor do que você trabalhar e todo mês saber que vai receber do seu suor, ninguém quer ganhar dinheiro à toa. Hoje em dia nosso governo é muito fraco, principalmente para os humildes. Agora mesmo está todo mundo desempregado, muitos têm o Cartão e muitos não têm. Se todo mundo tivesse sem o Cartão, muitos estavam passando fome porque com ele, se é 40 ou 50, dá para comprar um pacote de feijão, um pacote de arroz, mas a gente quer uma coisa certa⁴⁰.

Esse contexto abre poucas perspectivas de futuro, principalmente se levarmos em consideração outros direitos que não são respeitados ou são atendidos como se

³⁹ CONY, Heitor, In: FORRESTER, Viviane, *o horror econômico*. (orelha).

⁴⁰ Depoimento concedido em julho de 2005.

fossem concedidos como favor, uma postura que mantém a sociedade pobre sob tutela, disposta como massa de manobra.

O direito à alimentação decorrente do não direito ao trabalho, submete a sociedade pobre à humilhante falta de liberdade que a pobreza. No limiar da fome, o foco principal dos núcleos familiares pode armar estratégias para conseguir comida como fonte primeira de subsistência. Todos os membros da família desempenham funções desde cedo, principalmente nos cuidados de outras crianças e nos afazeres domésticos⁴¹.

Essa socialização que envolve as crianças na busca da sobrevivência, demarcada pela ausência do direito ao trabalho e pela iminência da fome, comporta uma *gradação de situações* que definem aspectos diferenciados da exclusão. Segundo José de Souza Martins, há processos sociais excludentes, mas há exclusões consumadas, definitivas, irremediáveis. Entretanto:

A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm teto, não tem trabalho e, sobretudo, não têm esperança⁴².

O grau extremado da exclusão das famílias analisadas é de difícil mensuração. Ausência de trabalho significa falta de comida, quer dizer, fome, o que remete ao terceiro direito fundamental negado: a saúde. Nem o melhor sistema de saúde pública pode resolver os problemas de saúde desencadeados pela fome.

As crianças nas famílias analisadas demonstram um interesse expressivo quando vêem comida, porque ela é sempre regrada, dividida e redividida no dia-a-dia. Do que tem, elas comem primeiro; se sobrar, os adultos comem, do contrário, dormem sem comer. Parece estar sempre com fome. Até os bem pequenos já assimilaram que uma moedinha pode ser trocada por uma ou duas balas. Muitos não se inibem de pedir uma coisa ou outra.

⁴¹ Talvez a demarcação de gênero seja mais diluída nestes núcleos familiares muito pobres porque as necessidades imediatas são muitas e tendem a ser resolvidas por aquele que estiver mais apto, seja menino ou menina. Na casa de Vanilda, por exemplo, o mais velho é Felipe, de 13 anos (Ingrid tem 9), de modo que muitos afazeres da casa e cuidados dos irmãos menores é ele quem assume. Entretanto, na socialização fora de casa, a demarcação é nítida: por exemplo, na escola e no PETI, Felipe joga bola e Ingrid aprende a bordar no programa desenvolvido pela creche.

⁴² MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. 2002. pp.21; 42-47.

Alguns aspectos da fome são visíveis nas fisionomias muito magras. Os aspectos da pobreza podem ser observados no cuidado com os dentes, muitas vezes nos pés descalços — ou, no máximo, um chinelo.

As preocupações com a insegurança social geram muitos quadros depressivos e alcoolismo. O atendimento médico do Posto de Saúde receita *Diazepan* para Cinthya, e seu estado de saúde ainda inclui um quadro de anemia agravado pela carência alimentar. Vanilda também passou a tomar medicamento controlado, para problemas de fundo emocional, depois que perdeu um filho, ao nascer, por causa das péssimas condições de trabalho a que foi submetida durante a gestação completa.

O alcoolismo é muito acentuado entre os homens. Eles são visíveis, desde cedo, nos botequinhos, que infiltram muitos ideais de consumo nos microespaços do cotidiano, em sociedades que perderam outros meios de subsistência, ficando entregues ao mundo das mercadorias sem, entretanto, possuírem qualquer moeda de troca, pois, a única que lhes restou, o trabalho, agora também lhes é negada.

O processo de deterioração das condições de vida deve ser entendido a partir de um conceito ampliado de saúde, que entenda como a mesma violência estrutural que provoca o êxodo das crianças de seus lares em busca de sobrevivência se articula à violência da delinquência adulta, que as vitima e vitimiza, tornando-as parceiras compulsórias e precoces do crime organizado, condenando-as à mendicância, aos roubos, ao uso das drogas, aos traficantes, ao extermínio físico e à morte política⁴³.

Certamente a eficácia do PETI nos próximos anos dependerá de alguns elementos básicos. Primeiramente, tornar o valor da bolsa mais atrativo, pois em muitos casos o trabalho rende mais, e as atividades da jornada ampliada não apresentaram elementos mais convincentes — ao contrário, registraram situações de extremo desrespeito à criança e à família pobres, submetendo uma quantidade exagerada de crianças e adolescentes de diferentes idades sem nenhum planejamento pedagógico fundamentado.

Dentro das circunstâncias históricas em que o Programa foi implantado — precarização dos serviços públicos, em meio a conflitos ideológicos acirrados, poucos recursos, fraca cultura democrática, enfraquecimento dos movimentos sociais —, não se pode dizer, entretanto, que não ocorreram mudanças na situação da criança e do

⁴³ MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) *O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil*. p. 11.

adolescente pobres nas duas últimas décadas. O que não podemos avaliar é o impacto destas na realidade em questão.

Se considerarmos o início da década de 1990, quando os jovens pais e mães analisados nesta tese eram crianças de rua em Teófilo Otoni, os Conselhos Municipais de Direitos e os Conselhos Tutelares ainda não existiam, ou seja, a doutrina da proteção integral era assimilada apenas por uma parcela seleta de mediadores, inserida em reflexões mais gerais sobre direitos sociais e condições de vida. De lá para cá, a chamada “rede de proteção social” foi ampliada, culminando na Bolsa-Família e no PETI.

Entretanto, num plano mais profundo, não vislumbramos mudanças significativas na vida destas crianças em um futuro próximo, a contar pelo que essas políticas lhes proporcionam. Considerando o PETI, além da qualidade, que nos primeiros quatro anos foi péssima, outro fator importante é a demanda. Levando-se em conta outros fatores relacionados às condições de vida das famílias, a demanda abarcaria no mínimo cinco vezes mais crianças atendidas (oitocentas), além de um projeto pedagógico que envolvesse a família, conforme consta na sua formulação. Além disso, a infra-estrutura de funcionamento teria que passar por uma profunda reformulação e por um investimento em capital humano equivalente e correlato ao sistema de ensino vigente.

Outros fatores corroboram para o entendimento de que os avanços na questão da pobreza e do trabalho infantil tendem a se manter sem melhoras, como, por exemplo, a falta de perspectiva de trabalho para os jovens nos próximos anos. Muitos tendem a repetir as experiências de vida de Fernanda, Moisés e tantos outros, que frequentaram o PETI e, ao completarem a idade, não tiveram nenhuma outra oportunidade além das tradicionais, relacionadas ao trabalho precário. Pior ainda, aqueles que, ao término do período da creche — agora seis anos —, não têm nenhuma oportunidade de desenvolvimento criativo no período inverso à escola regular.

A forma como o atendimento à infância está estruturado faz com que nossa análise não seja isolada. Segundo a coordenadora dos programas do governo na Secretaria de Ação Social do Município, “os programas, por mais que ajudem, não são suficientes, não são direcionados e nem coordenados entre si”. A verba da União não é aumentada *per capita* tem quase dez anos. O valor para crianças de 8 horas é de R\$ 17,02, e de R\$ 8,52 para as de 4 horas. É evidente que se gasta muito mais, e as entidades conseguem sobreviver porque têm ajuda das empresas.

O ponto mais frágil ocorre em relação à criança que 7 anos. Não existe nenhuma verba destinada a programa que a atenda fora da creche. Isso porque o PETI é um programa recente e atende a uma quantidade mínima em relação ao total de crianças nesta faixa etária. Segundo a coordenadora, “é aí que mora o perigo”, porque é justamente esse o momento em que ela fica mais vulnerável e que as chances de se envolver no trabalho precário e no tráfico são enormes.

A Prefeitura atende a um total de 2.480 crianças. Até os 6 anos de idade, quase todas estão atendidas. Depois dos 7 anos, o atendimento além do período escolar é impossível, pois o número é muito maior. Embora não haja dados, é certo que o PETI e as experiências de ONGs não são suficientes para atender à demanda.

Dentre as opções alternativas, o atendimento mais volumoso foi o dispensado pela APJ – Aprender, Produzir, Juntos, de 600 crianças. Essa instituição atende no horário inverso ao período da escola, oferecendo oficinas pedagógicas com propostas profissionalizante em diversas áreas, lazer e reforço escolar⁴⁴.

Há também duas iniciativas da Prefeitura, por intermédio da Secretaria da Educação: uma em parceria com a AABB (Banco do Brasil), que atende 80 crianças em três bairros diferentes, e um programa articulado entre as três instâncias, chamado “Segundo Tempo”, que atende cerca de 200⁴⁵.

A quantidade de crianças não agregadas a nenhum projeto após os 7 anos de idade é grande e suas necessidades materiais as empurram para o mercado de trabalho precoce e precário, ao qual já estão submetidos os membros de sua família e de sua comunidade. Mesmo a ínfima parte que consegue ser incluída em um programa social como o PETI, por exemplo, não interrompe o trabalho quando surge a oportunidade, porque as carências são profundas.

A dinâmica societal na qual estão inseridas faz com que essas crianças trabalhadoras desenvolvam uma sociabilidade ligada a amizades travadas nas brincadeiras da primeira infância. São amigos que, juntos, vão para a escola e começam a assumir as funções produtivas. Continuam dividindo o tempo entre brincadeiras, escola, trabalho, afazeres domésticos, e alguns com o PETI.

⁴⁴ Sandra Ottoni Vamberg, assistente social, coordenadora dos programas de governo da Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni. Depoimento concedido em janeiro de 2005.

⁴⁵ Jacira de Moura Sander, secretária adjunta da Secretaria da Educação. Depoimento concedido em julho de 2005.

A demanda volumosa pelo atendimento à infância nos dois bairros analisados generaliza-se pelo Município e, certamente, por todo o País. Nos municípios vizinhos, um levantamento superficial, realizado em oito deles pela Secretaria Regional do Trabalho, confirma tal asserção⁴⁶.

⁴⁶ Dados apontados pelo Delegado do Trabalho Vantuil. Pesquisa interrompida. Julho de 2005. Relação de crianças e adolescentes inscritas no PETI em julho de 2006. A fruticultura também é forte no município e espaço de exploração do trabalho infantil de difícil fiscalização. No distrito de Topázio, a uns quarenta quilômetros a nordeste da cidade, funciona um Núcleo do PETI que atende 53 crianças vindas do trabalho nos pomares. Atende também 46 crianças vindas das atividades em horticulturas dos arredores da cidade. Na creche Cantinho da Solidariedade, da vila Solidariedade, das 77 crianças atendidas, 59 estavam praticando o comércio ambulante, cinco vendiam cosméticos, cinco vendiam picolés, três eram engraxates, três eram frentistas de posto de gasolina e duas eram babás.

III – NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS OU MÍNIMOS SOCIAIS?

Questões fundamentais para o exercício da cidadania, como o aperfeiçoamento das formas democráticas de governo, esbarram em questões como desenvolvimento e liberdade, justiça distributiva, mínimo social e necessidades humanas básicas.

Duas opções teóricas acerca das necessidades humanas básicas interferem na formulação de políticas sociais. Uma vem dos liberais clássicos e parte do princípio de que as preferências subjetivas podem ser medidas cientificamente, o que justifica a falta de interesse da economia neoclássica pela construção do conceito de necessidades sociais. A outra expressa uma visão essencialista do mercado, lugar superior ao Estado regulador e paternalista, o Welfare State, que “entende que a intrusão estatal nas liberdades individuais e na salutar autonomia do mercado pode se transformar em abuso de poder”. Com essa justificativa, fica implícito que as operações do mercado pressupõem que todas as pessoas que dele participam, mesmo compulsoriamente, possuem as mesmas chances de satisfazer suas preferências individuais, revelando total desconsideração em relação à desigualdade social.

Ambas as tendências “cometem o erro grosseiro de equiparar satisfação de necessidades sociais sem funcionamento seletivo e discriminatório dos mecanismos de mercado”⁴⁷. Influentes correntes de pensamento rejeitam a idéia de que existam, de fato, necessidades humanas básicas comuns a todos, argumento que favorece a regulação pelo mercado.

O conceito de mínimos sociais é controverso, pois se encontra relacionado às dimensões das necessidades humanas e dos direitos fundamentais. A noção de mínimo faz parte do discurso neoliberal e minimiza as necessidades básicas nos moldes de sua política social. O debate sobre estas questões envolve conotações ideológicas importantes e está relacionado aos contextos de elaboração do ECA e da LOAS, que refletem, em última instância, a noção liberal de mínimos sociais que perpassa as políticas sociais nos anos 1990.

O conceito de necessidades humanas básicas, por suas raízes clássicas, é mais correlato à imposição da realização dos direitos fundamentais e, por essa razão, serve melhor como contraponto crítico às políticas neoliberais minimalistas de satisfação de necessidades sociais.

⁴⁷ PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2002, p. 46.

O conceito de “necessidades sociais básicas” é imprescindível na justificação dos *direitos sociais*. Estes, “diferentes dos civis e políticos, que se apóiam, preponderantemente, em conceitos como liberdade ou autonomia individual, por sua própria natureza coletiva, guardam estreita vinculação com o conceito de necessidade, que tem relação com os princípios da igualdade, equidade e justiça social”⁴⁸.

Faz-se necessária a relação entre direitos e políticas sociais públicas, assim como entre necessidades humanas básicas e direitos humanos, visando a proteção social. Tal relação deve ser considerada “nas decisões políticas econômicas, culturais, ideológicas e jurídicas”.

Dentre as várias concepções inespecíficas de necessidades sociais, as mais recorrentes são “centradas nos aspectos somáticos e psicológicos dos indivíduos e suas demandas relativas” Elas aparecem em diferentes correntes ideológicas, que partilham os mesmos valores, pautados em “uma justificação ética que expressa a convicção de que é moralmente mais consistente equiparar necessidades a preferências subjetivas, porque só os indivíduos ou grupos particulares sabem dos seus carecimentos e, por isso, são mais capazes que as instituições coletivas de traçar os objetivos e prioridades que melhor lhes convêm”⁴⁹.

A questão do mínimo social remete ao artigo 7.º do Capítulo II da Constituição — “Dos direitos sociais” — que, em 34 itens, permite estabelecer um mínimo social. A Constituição de 1988 procurou “definir um projeto que garantisse a centralidade do desenvolvimento social em uma situação de expansão da economia”. As inovações mais importantes referem-se à “universalização da educação, saúde e de garantia de renda para os idosos”, à “definição de um orçamento específico para a seguridade social”, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, ao seguro-desemprego, à formação profissional e à intermediação da mão-de-obra⁵⁰.

A necessidade de um *mínimo social* e a garantia de organização dos trabalhadores para o desenvolvimento futuro do país foram reconhecidas na definição dos pilares básicos para a estruturação da nova política social, dando origem a um conjunto amplo de direitos sociais básicos, inscritos nos artigos 7º, 8º e 9º da Constituição.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ DEDECA, Cláudio S. Op. cit, p. 31.

Os constituintes entenderam que um *mínimo social* garantido pelo Estado e a pressão sobre este, vinda dos trabalhadores, fossem suficientes para transformar em realidade o conjunto de direitos por eles aprisionados, que essa amarração garantiria “as bases para o desenvolvimento econômico estritamente associado a um desenvolvimento social”⁵¹.

1. PERSISTÊNCIA DA “QUESTÃO DO MENOR”

Consideramos o período dos últimos trinta anos repleto de contradições no que se refere aos direitos de crianças e adolescentes. Primeiro, porque ele foi marcado pela ampliação dos direitos da criança e do adolescente, mas, simultaneamente, permeado de ações de extermínio e a explícita *persistência* da “questão do menor”, do trabalho infantil, da pobreza e miséria, por inteiro implicada “no modo como os direitos humanos são denegados na trama das relações sociais” No modo como “os efeitos igualitários da lei são desfeitos pelo reiterado *não reconhecimento do outro como sujeito de direitos legítimos*”⁵².

Estes elementos constituem a matriz da incivilidade que atravessa de ponta a ponta a vida social brasileira. Incivilidade ancorada num imaginário persistente, que fixa a pobreza com a marca da inferioridade que se reproduz no âmbito do Estado e no interior da própria sociedade, engendrando um modo de ser que descredencia indivíduos para o exercício de direitos e evidencia o desrespeito aos direitos humanos, concretamente, verificado na falta de condições básicas para uma vida digna, nas diferentes fomes — de comida, de saber, de afeto —, na supressão da infância, elementos que se configuram como violência estrutural e institucional.

O fenômeno trabalho infantil é localizado em uma longa duração, relacionado à pobreza endêmica, à exclusão camponesa da terra ocorrida no Vale do Mucuri e representada na história das famílias da Vila Solidariedade e do bairro Novo Horizonte, como mostramos nesta tese. Registramos mudanças na modalidade de trabalho infantil, que por mais de um século esteve vinculado ao trabalho familiar e que, apesar de precoce, possuía uma dimensão socializante na medida em que se dava no

⁵¹ Idem, p. 33. Esta questão leva à temática da chamada “nova pobreza” e da exclusão ou desqualificação social. Esse enfoque traz à discussão os estigmas relacionados às condições de vida degradadas, revelando a importância das abordagens multidimensionais sobre tais problemas. Os países do 1º mundo que conseguiram um bom nível de bem-estar social tendem a discriminar segmentos sociais cada vez mais amplos. PAUGAN, S. Op. cit. 2003.

⁵² TELES, Op. cit. 2001.

âmbito da reprodução familiar, que tinha a terra como meio de produção. Mesmo assim, nem todo o universo dessa mão-deobra estava totalmente isento de exploração. Dependia da relação da família com a terra. Se esta fosse agregada ou posseira, em alguns casos tinha que pagar uma “corvéia” ao fazendeiro e, então, todos trabalhavam para pagar o uso da terra. À medida que a terra foi sendo vorazmente apropriada pelo capital, as transformações ocorridas nesse modo de produção, ou seja, a perda da terra como meio de produção, a proletarianização da família e da mão-de-obra de todos do núcleo familiar, engendrou um tipo de exploração sistemática que se caracteriza como violência estrutural e como contradição gritante perante os direitos propostos e as pretensões democráticas que atravessam o discurso...

Esse processo de proletarianização de milhões de famílias camponesas se liga aos processos de exploração do seu trabalho em pólos receptores, como a agroindústria e as cidades. A exemplo do que ocorre em São Paulo, seu processo de desenvolvimento potencializou a antiga “questão do menor”, oriunda do aparecimento de crianças pobres em busca da sobrevivência no espaço público das cidades republicanas. Trata-se de uma representação carregada de moralismo, caridade, piedade e indignação que, no desdobrar do século XX, se firmou juntamente com outras representações correlatas, como, por exemplo, “meninos de rua”, “trombadinha”, “menor abandonado” ou simplesmente “menor”.

Na longa duração também se verifica tal persistência nas práticas de intervenção, por parte do Estado e da sociedade, e na evidência de uma gama de instituições envolvidas no “problema”. Entretanto, a contradição recai na sua recorrência.

As explicações imediatas e convincentes relacionam o problema à miséria. Entretanto, também há jovens desassistidos ou violentos em outras situações sociais, de modo que a forma como se situam crianças e adolescentes na nossa sociedade remete a um problema muito maior, que toca o *cerne da cultura ocidental no que se refere à infância e à juventude*. Considerando as diferenciações culturais que envolvem os referidos conceitos e que no Ocidente houve a compreensão da necessidade do período de dependência da criança em relação adulto, e a guarda foi atribuída primordialmente à família nuclear⁵³.

No nosso caso, guardadas as devidas diferenças em relação à Europa, o percurso do século XX é caracterizado pela “doutrina da situação irregular”, que somente sofrerá

⁵³ ARIÈS, Philippe. *A história social da família e da criança*. ELIAS, Norbert. *Processo civilizatório da cultura ocidental*. 1939. Especificamente os “Manuais para a infância”.

mudanças no final do século, com a legislação que propiciou o alargamento da guarda até os 18 anos e transferiu-a para três instituições sociais que sofreram muitas transformações no último século: família, Estado e sociedade.

Até a Constituição de 1988, quando a família falhava em relação aos filhos, o problema deveria ser equacionado pelo Estado. A partir dela, com a suposta participação da sociedade civil, as responsabilidades são diluídas por um amplo espectro de instituições, e o grande risco é não se encontrar a real causa ou o responsável pela situação de violação de direitos humanos que marca a dinâmica societária nas famílias de Teófilo Otoni e de muitos outros lugares deste país.

O equilíbrio de funções entre essa tríade — família, Estado e sociedade — pressupõe, de antemão, que a família pobre já não tem condições de se auto-reproduzir, o que conota uma aceitação da sua miséria e fragilidade na gênese da lei. Ela deixou de ser considerada responsável pela situação da criança pobre e passou a ser entendida, na sua pobreza, como excluída do processo de produção por mecanismos gerados pelo próprio sistema, ou seja, perdeu estas condições de reprodução social no processo de modernização. Amplia-se o lugar do pobre, que, como sujeito, se moderniza como símbolo da modernidade porque visto sob o prisma da lei. Temos uma nova pobreza, amenizada pelas restritas políticas sociais.

O Estado atribuiu a si uma função privilegiada e podemos dizer que vem cumprindo “bem” a parte do contrato ou pacto social que estabeleceu, à revelia dos pobres, ou seja, iniciativas de assumir o problema como ele está colocado na legislação e promover campanhas, pesquisas, detectar focos de trabalho infantil degradante, denunciar, normatizar, propor, formular e promover iniciativas que são mecanismos do processo de descentralização realizado entre o Estado e o município a partir de 1990. Entretanto, a parte que diz respeito à execução de políticas sociais, que pressupõe investimentos, revela-se limitada, atrelada que está ao neoliberalismo.

O terceiro elemento, a sociedade em sua amplitude, expressa representações antigas, como a tolerância ao trabalho infantil, um assistencialismo persistente vindo de diferentes mediadores, muitos voluntários, talvez movidos por uma espécie de religião civil, mescla de religião, moral, ética e consciência política.

Consideramos que os entraves na efetivação de direitos e na formulação de novas demandas que poderiam ampliar os espaços democráticos na sociedade não se desentranham por causa do *abismo* que nela se verifica, e que separa incluídos e excluídos, estes objeto do assistencialismo, das políticas sociais e das organizações da

sociedade civil — sindicatos, partidos, movimentos sindicais, igrejas e terceiro setor —, e aqueles, a parcela da sociedade de onde poderiam surgir novas demandas, não falam por si, por questões estruturais ligadas à concentração da terra, às perdas das condições de reprodução, à ausência de direitos fundamentais como trabalho, educação, saúde, habitação etc.

Verificamos que as demandas vindas da organização das famílias analisadas quase não são anunciadas. Os aspectos mais identificáveis de uma possível organização são aqueles vinculados ao atendimento do poder público, ou seja, políticas sociais para a infância, como creches berçário, educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio, posto de saúde, pronto-socorro, hospital municipal e programas como o Bolsa-Família e o PETI. Apesar do amplo espectro de atendimento, a forma como se estabelecem as relações entre direitos conquistados e direitos de fato dão sinais evidentes de uma cidadania tutelada.

Outra parte do atendimento à infância e à adolescência vem do Terceiro Setor, que, em Teófilo Otoni, abarca a maior parte das iniciativas nos anos 1990, em decorrência de vários fatores, sendo um deles a forma como a Constituição de 1988 (artigo 2004) determinou que fosse feito tal atendimento, ou seja, a descentralização administrativa, que pressupõe a constituição de uma rede de assistência e proteção à infância e contra a pobreza. Tal rede revela a existência de um emaranhado de iniciativas que se cruzam, e se rivalizam até, por recursos públicos e prestígio.

No caso de meninos e meninas de rua, conforme pesquisas dos anos 1990, “não é exagero afirmar que essa trama institucional — mais do que uma malha ou uma rede — passa a alimentar os aspectos singulares das experiências dos meninos de rua: a *viração* e a *circulação*”, ou seja, a dinâmica do menino com a rua como meio de subsistência, na qual ele “se vira”. E os vínculos familiares não se desfazem como foi mal entendido anteriormente. Ao contrário, as experiências de rua se perfazem numa constante circulação entre as idas e vindas de casa e da escola. Faz isso mantendo uma *circulação* que, de certa forma, conta até com o apoio de instituições. Ou seja:

De modo paradoxal, em vez de romper esse circuito e ajudá-los a construir um projeto de futuro, o mau relacionamento entre os agentes de intervenção resulta em uma situação em que o menino é transformado em objeto de disputa, alvo de conflitos e fica longe de projetar um caminho de saída da menoridade⁵⁴.

⁵⁴ GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. 2000, p. 21. No período da menoridade, ocorrem três momentos de risco na vida das crianças pobre: primeiro, aos 7 anos, quando

A luta é travada todos os dias, para conseguir o essencial para a manutenção da vida, a comida, pois a experiência da fome é conhecida, aprisiona crianças e adolescentes a mecanismos perversos de exploração que lhes tiram qualquer possibilidade e oportunidade de reverter, eles mesmos, suas histórias. Apresentam-se como uma população deslocada e com o futuro parece que fadado ao insucesso.

As crianças da Vila Solidarietà e do bairro Novo Horizonte são submetidas, todos os dias, aos trabalhos de coleta de material reciclável, fretes nas feiras e supermercados, olhando carros, vendendo sorvetes, doces, frutas ou pedindo dinheiro e comida em diferentes pontos da cidade, em canteiros de mudas, na horticultura e na fruticultura, além de garimpos isolados e lapidações. Elas trabalham no pouco tempo que poderia ser dedicado ao descanso ou ao lazer, à criatividade. Frequentam a escola regularmente, que além da tradicional função pedagógica também é ponto de referência de alimentação garantida, se bem que nem sempre de qualidade. Algumas ainda frequentam o PETI e, nesse caso, não deixam de trabalhar, uma das exigências do Programa.

A condição de agente livre poder-se-ia imaginar na eficácia das normas comuns, constituídas socialmente, que influenciariam a elaboração dos direitos, por exemplo, contra o trabalho infantil e a servidão vinda da privação econômica das famílias. Os obstáculos não são poucos e envolvem muitos elementos. Por exemplo, o papel limitado da condição de agente ativo das mulheres afeta gravemente a vida de todas as pessoas — homens e mulheres, crianças e adultos. A pobreza deve ser vista como *privação de capacidades básicas* e não apenas como baixa renda, pois engendra morte prematura, subnutrição, morbidez persistente, analfabetismo e outras deficiências. A liberdade é parte essencial dessas questões controvertidas⁵⁵.

Formatado: Cor da fonte:
Automática

2. PROTEÇÃO E PUNIÇÃO

As políticas sociais para a proteção à infância adquiriram e mantiveram um perfil permeado por proteção, vigilância, tutela e punição alimentado por uma gama de instituições, representações e disputas por verba e prestígio.

termina o atendimento da creche; depois aos 16 anos, quando termina o PETI, e aos 18 anos, quando termina o período da proteção integral.

⁵⁵ SEN, Op. cit. p. 45.

A persistência de uma visão que cultiva os valores do trabalho para os filhos dos pobres e que conota tolerância está bem representada na proposta de Feffer⁵⁶, ao defender o *trabalho infantil* “controlado e vinculado ao estudo” que, segundo ele, cria um “círculo virtuoso”, pois “o contato com uma atividade produtiva gera renda e eleva a auto-estima”. O empresário reconhece que é necessário “construir, e logo, um ambiente que permita a todo ser humano viver com dignidade”. Seu ideal é que “cada brasileiro possa ter as ferramentas e as condições mínimas para se sustentar e promover seus familiares”. Para que essa autonomia venha a ocorrer, é imprescindível que o núcleo familiar conte com essa “sadia renda complementar” vinda do trabalho da criança.

Uma segunda justificativa, de ordem moral e preventiva:

Impedir que jovens adolescentes com idade entre 12 e 16 anos tenham acesso a oportunidades de trabalho ou que possam responder às suas necessidades básicas é sinônimo de direcioná-los, para o ócio, para o crime ou para as drogas⁵⁷.

Por que não criar uma carteira de trabalho especial? — pergunta o megaempresário. “A carteira ‘trabalho-escola’ seria um documento único que mesclaria o registro de uma atividade profissional com o tradicional boletim escolar”. Os governos das três instâncias devem “estimular o trabalhador-estudante, inclusive viabilizando a redução da carga tributária”⁵⁸.

O empresário faz um apelo velado a outros empresários para que propiciem trabalho para crianças pobres. Propõe uma regulamentação do trabalho infanto-juvenil que alargue o universo legalmente já colocado. Tal posição expressa uma velha opinião da sociedade sobre o trabalho infantil e sua importância para a família pobre. Expressa ainda a possibilidade de o empresariado realizar a política social no lugar do Estado, ganhar isenção e fazer *marketing* sobre responsabilidade social.

Tendo em vista o fato concreto da persistência do trabalho infantil, as entidades que privilegiam o protagonismo infanto-juvenil tendem a concordar, que diante do fato de que estes trabalhadores existem e que seu trabalho é produtivo e beneficia o grande capital, quanto a que devam ser elaboradas regras que o permitam⁵⁹.

⁵⁶FEFFER. “Sim ao trabalho infantil”. *Revista Exame*, edição de 23 de abril de 2003. Opinião, p. 130.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem

⁵⁹ CARVALHO, Martha de. Tese de Doutorado defendida na PUC-SP; Depto de Ciência Política, 2005. As agências internacionais citadas são: Movimiento de adolescentes y Niños Trabajadores, Hijos de Obreros Cristianos (Manthoc) Peru; ; Bireau Internacional Catholique de L’Enfance BICE (Comissão Européia). Segundo a autora, a tendência em termos de Europa é privilegiar o protagonismo infanto-juvenil.

Notemos que a dimensão do problema abrange diferentes questões e insere-se no âmbito de uma cultura que o tolera e legitima porque, de certa forma, as elites não se sentem responsáveis pelo problema da pobreza de metade da sociedade brasileira. Esse, aliás, parece ser um problema que ninguém assume; por isso foi “naturalizado”.

A complexidade da sociedade diante do trabalho infantil, da legislação e da pobreza, pensados a partir do processo de constituição da nova legislação, envolve ambigüidades que apontam mudanças em aspectos importantes da doutrina dos direitos da criança e do adolescente. Aponta também muitas permanências de aspectos que indicam tolerância a esse tipo de trabalho.

Um dos motivos que impediram mudanças mais profundas no trato da questão é que o projeto de sociedade se manteve inalterado, ou seja, foram mantidos e até exacerbados os índices de pobreza e desigualdade social no momento da estruturação do ECA. Sua destinação, embora direcionada para todas as crianças e adolescentes, indistintamente de sua condição social, em seus fundamentos e nas intervenções que determina nos permite inferir que, à semelhança do Código de Menores de 1979, nele, adolescentes violentados socialmente estão representados por uma nova nomenclatura, mas não deixaram de ser considerados potencialmente “perigosos”. São nomeados como estando em “situação de risco pessoal e social” ou em “situação de dificuldade especial”, isto é, em “estado potencial de perigo”⁶⁰.

A questão vista pelos seus pressupostos fundamentais relaciona-se a uma *questão mais ampla, que é a dos direitos humanos*, cujas dificuldades, hoje em dia, não são tanto o de justificá-los, mas de protegê-los e executá-los. Trata-se, portanto, de um problema não mais filosófico, mas político⁶¹ e, por que não dizer, pedagógico, pois o desdobramento imediato para desmistificar falsos consensos ainda é o espaço educativo, que deverá incorporar o tema dos direitos humanos fundamentais com mais radicalismo, configurando-se uma educação para os direitos e, em última instância, uma militância em direitos humanos.

⁶⁰ Segundo Oliveira e Silva, as aparentes rupturas com uma tradição mais punitiva fazem parte do “jogo” pelo poder e acompanham as reconfigurações sociais, e as permanências ou “continuidades” são, portanto, “inerentes às reformas institucionais legais e burocráticas. O ECA “caiu na armadilha” do Estado globalizado, que propunha “novos” conteúdos e métodos, gestão e princípios de descentralização, participação popular, democratização da gestão da coisa pública e a “comunitarização” dos serviços sociais voltados ao segmento criança e adolescente. Op. cit. Pp. 72,75.

⁶¹ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*.

A ausência de direitos pretende ser compensada por *política social*, que, na realidade, é o reconhecimento, por parte dos poderes públicos, de que a remuneração paga ao trabalhador adulto é insuficiente para a sua sobrevivência mínima, e de sua família. Esse reconhecimento e o caráter compensatório das políticas sociais não devem anuviar as reais dimensões do problema da fome e do trabalho infantil. É compensatório, mas não compensa totalmente: dá uma recompensa para a manutenção da mesma situação. É preciso encarar os limites políticos e econômicos das políticas sociais, principalmente em relação às dimensões do processo de perda das condições de reprodução social das famílias, como as analisadas nesta tese. Perdas relativas à trajetória de exclusão da terra e da falta de condições de reprodução no espaço urbano, que culmina, nos dias de hoje, em situações sociais marcadas por carências de toda ordem, enfim, de ausência de direitos econômicos, sociais e culturais.

No âmbito da lei, a contradição no processo de garantia de direitos refere-se à realização das medidas previstas, ou medidas socioeducativas, advertência, obrigação de reparo de danos, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e privação de liberdade. O Estatuto distingue a criança de 0 a 12 anos do adolescente de 12 a 18 anos. Para as crianças são previstas medidas de proteção. Para os adolescentes infratores prevê-se a aplicação de medidas correspondentes, não de caráter punitivo, mas visando a reinserção social mediante o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Justamente essa dimensão da política social que envolve a família é praticamente ausente, pois envolve uma dinâmica no atendimento, na aplicação de recursos e na formulação das políticas sociais que depende no contexto econômico, político e social do município.

A efetivação dos preceitos do Estatuto depende de “uma nova divisão de tarefas e de responsabilidade entre as instâncias jurídicas, as instâncias executivas e as agências não-governamentais” e o atendimento à infância deve primar pelo atendimento em meio aberto, reconhecendo direito de defesa e garantias processuais, conforme as tendências e recomendações internacionais. Entretanto, no seu desdobrar nos anos 1990, “o Estatuto revela-se mais preocupado em proteger/punir os adolescentes autores de infração à lei do que as crianças e adolescentes em situação de risco”, isso porque o texto legal reafirma princípios constitucionais, mas “pouco ou quase nada disciplina quanto a esses direitos. O que demonstra que o novo estatuto legal não se desvencilhou completamente

de suas raízes policiaiscas e repressivas⁶². Sua efetivação depende da “capacidade do complexo institucional existente para incorporar transformações e mostrar-se sensível ao atendimento em meio aberto”. “A semiliberdade e a internação em estabelecimento educacional devem ser aplicadas somente como último recurso, naqueles casos comprovadamente graves”, determinados pelo Poder Judiciário, pelo Juizado da Infância e da Adolescência, e a sua execução é de responsabilidade do Poder Executivo municipal, por meio de entidades governamentais e mesmo em parceria com ONGs. O controle da execução das medidas socioeducativas é judicial, com fiscalização atribuída ao Ministério Público.

Grande complicador no atendimento são os investimentos previstos para a completa efetivação do Estatuto no que concerne às medidas socioeducativas, preferencialmente o atendimento em meio aberto, que pressupõe uma ação estendida à família. Por questões restritivas como essa, a medida socioeducativa que concretizou melhor o seu perfil foi a internação, porque remete diretamente ao ato infracional e, nesse ponto, a sociedade cobra o cumprimento imediato. O ECA, em sua amplitude e generalizações, ainda permite realimentar uma cultura de atendimento à infância pobre na perspectiva do vigiar e punir que impregna instituições e mediadores

A completa aplicação do Estatuto requer profundas alterações na filosofia e nos programas de trabalho.

Na medida em que o eixo central do novo texto legal repousa na concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, tornou-se imperativo, na formulação e implementação de diretrizes, olhar o ponto de vista destes sujeitos e não o ponto de vista dos adultos ou, ainda, dos agentes institucionais⁶³.

Nesse sentido, podemos afirmar, com base no programa analisado, que o ponto de vista de crianças e adolescentes na formulação e efetivação das políticas sociais ainda é ausente e, de certa forma, estes se colocam como passivos e, por que não dizer, como vítimas de discriminações e maus-tratos na efetivação de seus direitos.

É imprescindível ainda, conforme recomenda o Estatuto, “uma mutação nas mentalidades profissionais para que se manifestem mais sensíveis à cultura infantil e adolescente”⁶⁴. Imbricada na questão anterior, cabe perguntar: os quadros profissionais existentes mostram-se dispostos e habilitados e inclinados a promover essa mudança

62 ADORNO, Sérgio e MESQUITA, Myriam. *Direitos humanos para crianças e adolescentes: o que há para comemorar?* 1999, p. 269

63 Idem.

64 Idem.

radical de mentalidade? No âmbito do atendimento à infância e à adolescência há uma gama enorme e diversificada de ações e mentalidades, de modo que, conforme os indícios apontados nesta pesquisa, assim como indicados também na pesquisa de Oliveira e Silva⁶⁵ na análise de casos de adolescentes com processos de infração, ainda prevalece uma cultura autoritária e discriminatória em diferentes dimensões do atendimento à criança e ao adolescente.

Cabem outras perguntas, como a se há uma ação no sentido de romper com a fragmentação. Pelo que verificamos, tudo indica que ela ainda seja uma característica marcante, de que é exemplo uma certa impermeabilidade do Terceiro Setor no sentido de expor suas ações, talvez porque envolvam questões relativas à captação de recursos, ou seja, a exposição das fontes de financiamento dos projetos. As barreiras corporativas solidamente incrustadas nas instituições de tutela e de guarda devem ser rompidas.

No plano geral, a persistência de questões relativas à criança e aos direitos compõe três ordens de fenômenos, marcados por uma *contradição*: se, por um lado, as últimas décadas registram a tendência ao aprofundamento da legislação de proteção aos direitos humanos da criança e do adolescente e de alargamento da tutela, por outro lado, agravam-se o assassinato de crianças e adolescentes como questão pública e política e a forma como a delinquência juvenil é projetada no imaginário popular.

No âmbito dessa contradição, quatro pontos podem ser destacados: a legislação nacional, a violência, a desigualdade social e de direitos, que mediatizam a vida das crianças e adolescentes potencialmente vítimas e/ou autores de violência e revelam o conflito entre as exigências de uma democracia política e de uma democracia social.

No Brasil a ampliação dos direitos políticos não resultou em ampliação da justiça social. A desigualdade social ainda é o grande desafio para a preservação e o respeito aos direitos humanos para a grande maioria da população⁶⁶. É possível falar em

⁶⁵ Op. cit. 2005.

⁶⁶ Idem, p. 279. Pior índice de concentração de renda, consequência na saúde, educação, alimentação (9 milhões de famílias enfrentam o problema da fome), trabalho, habitação, segurança e seguridade... Nos últimos trinta anos a concentração foi crescente. Estudos indicam melhoria do bem-estar, porém os ganhos foram alocados de modo tão desproporcional, que acabaram acentuando pesadamente as desigualdades sociais. No perfil da distribuição de renda para o ano 1990, alguns números dão a dimensão da desigualdade: “os 10% mais ricos apropriam-se de 48,1%, isto é, quase metade de toda a renda nacional, e o 1% mais rico detém 13,9%; em contrapartida, os 10% mais pobres apropriam-se de tão-somente 0,8% e os 50% mais pobres detêm 12,1% do total de rendimentos”. Pela crise no mundo do trabalho, o desemprego e a utilização do trabalho de crianças entre 10 e 14 anos, (16,9%) pode-se perceber que não se deu a universalização do modelo contratual de organização societária no Brasil. Ao contrário, “a expansão acelerada do mercado informal, fragilizando a institucionalização das relações de trabalho e o agravamento das situações possíveis de pobreza parecem

respeito aos direitos humanos, em particular aos direitos de crianças e adolescentes, numa sociedade na qual vigem extremas desigualdades sociais e uma cultura que alimenta elementos de uma prática que não reconhece a criança pobre na dimensão da igualdade dos direitos humanos? Impossível não considerar violência estrutural quando sequer os direitos sociais fundamentais — o direito ao trabalho, educação, à saúde, ou seja, aqueles direitos que recobrem a dignidade da pessoa humana — estão universalizados para todos os cidadãos.

constituir indicadores dessa experiência brasileira de ‘modernidade inconclusa’ que afeta prioritariamente os seguimentos jovens da população”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerarmos, como Lefebvre¹ que há uma dupla alienação que separa a filosofia do cotidiano e que se configura como uma alienação filosófica, ou “verdade sem realidade”, e uma alienação cotidiana, ou “realidade sem verdade”. Uma tentativa de unir o filosófico, que fundamenta economias, leis, políticas sociais e ideologias, e o não filosófico imerso no cotidiano, composto de momentos que engendram diferentes momentos que compõe a cotidianidade na casa, no trabalho, da alimentação, da saúde, da educação, do descanso, da socialização etc.

Tivemos a intenção de tentar uma aproximação entre ambos e produzir um conhecimento que deverá ser capaz de engendrar novos modos de ação vindos da massa de subalternos que compõe a sociedade civil e produzir transformações em diferentes instâncias do cotidiano, priorizando a direção da efetivação dos direitos fundamentais.

O estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na sociedade. Pela vida cotidiana podemos virar pelo avesso esse mundo em que os determinismos e as opressões passam por racionais, mas que, na realidade, constituem uma ideologia disfarçada de racionalidade e ciência que se infiltra na cotidianidade. Podemos observar também o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção e reprodução social, que, por exemplo, levam crianças a trabalhar, e, num outro movimento de interpretação, observar como essa realidade é representada por diferentes mediadores, buscando situar o cotidiano no global².

Se a questão social em toda a sua extensão é o ponto que estrangula o exercício da cidadania e a realização da democracia, por este caminho, ao mostrar as condições de vida e ausências de direitos, foi possível produzir conhecimentos que podem fortalecer o poder de luta das classes subalternas. Procurei ter como contraponto a tríade modernidade, desenvolvimento e liberdade, desdobrada desde o final do século XIX em múltiplas situações de imposição da ideologia do progresso às culturas não europeias e na pulverização de múltiplos e diversos tempos históricos engendrados do encontro do

¹ LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana...* Op. cit. 1991, p. 30.

² Idem.

“moderno” e do “arcaico”, que produz, subjacente, uma modernização sem mudança, gerada na modernização agrícola que concentrou terra, provocou migrações, proletarizou e relegou camponeses à pobreza absoluta, tanto no campo quanto nas metrópoles e cidades.

A liberdade foi entendida como melhoria nas condições de vida, garantia de direitos fundamentais e exercício da cidadania. Liberdade e direito de desfrutar dos benefícios do progresso, que deveriam ser distribuídos a todos.

A marca dos direitos e das políticas sociais para a criança e o adolescente foi e continua sendo a disciplina e a repressão, um constante estado de alerta contra as “classes perigosas”. O trabalho infantil foi e continua sendo tolerado como natural, assim como a pobreza, mesmo com as conquistas internacionais que, em consonância com os direitos, expõem ao mundo uma realidade ocultada por silêncios, desconhecimentos e tolerância.

A tentativa foi partir do cotidiano para conhecer os mecanismos de exploração aos quais estão subsumidas as famílias e crianças que vivem na periferia de Teófilo Otoni, inseridas num processo de expropriação forjado pela concentração fundiária acelerada ocorrida no Brasil a partir dos anos 1960, e a forma como esta concentração atingiu o Nordeste de Minas Gerais, estimulando as migrações e provocando o esvaziamento do campo.

Ao longo da lenta ocupação do Nordeste mineiro, o trabalho infantil ocupou um lugar central na economia familiar. Fazia parte de várias etapas das estratégias de agregados e posseiros na busca da sobrevivência. O processo de expropriação e proletarianização atinge a família, e muitas caem no subemprego, submetidas a diversas formas de exploração e trabalho precário com o objetivo último de angariar a subsistência.

Na trajetória do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir da década de 1960, em 1964, a apropriação capitalista da terra tornou-se a antítese da luta pela reforma agrária. Questão eloqüente naquele momento, a reforma agrária estava na expectativa de muitos mediadores, que acabaram por fundir seus argumentos e ações às mediações da Igreja Católica, que soube articular ações comunitárias e reflexões sociais que estimularam um tipo de organização de diferentes setores da sociedade atingidos de alguma forma pelo processo de concentração fundiária e expropriação camponesa, seja nas cidades, seja na migração sazonal ou nas fronteiras agrícolas.

Em meio à complexidade adquirida pela pobreza e pela exploração do trabalho infantil na cidade e no campo, as reflexões estimuladas pelas Comunidades Eclesiais de Base incentivavam a politização da reforma agrária, do urbano, traduzindo-se em lutas por direitos e conquistas de espaços públicos. Em Teófilo Otoni as mediações destas questões envolveram os migrantes que foram se aglutinando no entorno da cidade e exibiam carências de toda ordem.

O fenômeno da infância pobre perambulando pelas cidades é antigo e generalizado nas grandes, médias e pequenas cidades. Em São Paulo, um dos principais pontos de absorção da mão-de-obra migrante, os problemas urbanos e o aumento de crianças na rua tornam-se marcantes a partir da década de 1970 e passam a fazer parte das reflexões relacionadas aos direitos da família no meio urbano.

A crise conjuntural do capitalismo, aguçada a partir dos anos 1980, tornou as condições mais adversas para a população migrante empobrecida. Nesses anos de crise, a legislação trabalhista baixou a idade de trabalho da criança de 14 para 12 anos, ou seja, num contexto de crise do trabalho, o trabalho infantil passa a entrar mais cedo em concorrência com o trabalho do adulto. Isso demonstra a estratégia de uso do trabalho infantil como solução da crise estrutural do sistema, o que implica violência estrutural contra crianças e adolescentes, que foram submetidos aos processos perversos de exploração do trabalho da família camponesa expropriada da terra..

O ônus do desenvolvimento e, posteriormente, da crise urbana, recaía sobre os trabalhadores em geral e sobre os mais pobres, de forma trágica. Grande parte dos migrantes que ainda estavam sendo expropriados deixou de migrar e muitos dos que haviam migrado voltaram para as comunidades de origem, onde se verificaram desdobramentos de duas naturezas: por um lado, as franjas das pequenas e médias cidades começam a se expandir pela chegada dos migrantes, que vão sobreviver do trabalho esporádico como bóia-fria ou cair no desemprego; por outro, uma parcela dos que voltam se envolve em atividades rurais e na luta pela terra, o que fortaleceu o sindicalismo rural, que se definiu na defesa do sitiante em detrimento do camponês excluído das periferias urbanas.

O contexto da crise estrutural do capitalismo fortaleceu a luta pelos direitos humanos, ampliados pelo Pacto dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, que

possibilitou relacionar as questões sobre direitos fundamentais como trabalho, alimentação, moradia, saúde, educação e justiça distributiva à realidade de ausência de direitos que se descortinava no processo de expropriação camponesa, na espoliação urbana, na criança na rua etc.

Não sem conflitos, uma nova concepção, amadurecida no âmbito da discussão internacional sobre a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos, convergente na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1989 e configurada na legislação brasileira (Constituição e ECA), alarga a período de tutela da infância até os 18 anos de idade, ampliando também o leque de instituições responsáveis por respeitar os direitos da criança e do adolescente — o Estado, a família e a sociedade.

Os conflitos que perpassam as questões relacionadas à infância e ao trabalho infantil ainda estão presentes nesse processo de assimilação do novo aparato legal pelos diferentes mediadores que povoavam a diversificada gama de instituições que atuam na área da infância e da adolescência. Questões controvertidas como a responsabilidade da família pela “marginalidade” do filho ainda são comuns. A pobreza é um elemento estruturante da sociedade brasileira que intriga e confunde a todos, principalmente os pobres, maiores interessados na transformação social.

A socialização de crianças pelo trabalho envolve uma gama de carências e ausências de direitos, violência estrutural do sistema que se acentuou no processo de expropriação camponesa. Dessa perspectiva, a origem dos problemas sociais que se aguçaram nos últimos cinquenta anos, como êxodo rural, espoliação urbana, miséria, trabalho infantil e ausência de direitos, relaciona-se à concentração da *terra*. Entretanto, a luta pela terra apresenta-se envolta em uma crise *de interpretação*, como se fosse somente pela terra, quando na realidade é uma luta na qual está implícita a reformulação das relações sociais e a ampliação dos direitos sociais, ou seja, a reordenação das relações de dominação de propriedade³.

³ . MARTINS, J de S. “As lutas dos trabalhadores rurais na conjuntura adversa”. In: *A chegada do estranho*, 1983, p. 93. Um “mal-entendido” que se traduz na concepção das organizações políticas de que os movimentos sociais são espontâneos e, por isso, desprovidos de um projeto político. Nesse caso, impõe-se a mediação e o primado dos partidos. Para estas organizações, os movimentos sociais deveriam ser instrumentos, pois são transitórios; devem existir apenas na fase da mobilização dos trabalhadores, o que se constitui um grande equívoco, pois “os movimentos sociais foram a única e significativa manifestação de vitalidade política das populações pobres no Brasil, tanto no campo quanto na cidade, nestas últimas décadas”.

Partimos do pressuposto de que tal crise — epistemológica — perpassa diferentes mediações — movimentos sociais, igrejas, sindicatos, partidos, Estado, política educacional — num contexto rural-urbano e que, da forma como os direitos foram instituídos, é possível considerar que a democracia contemplada na Constituição é uma *democracia comprometida e gravemente limitada*, pois os direitos fundamentais nela inscritos foram sendo empalidecidos pelas emendas que foram impostas, o que representa um grande desafio para a sociedade civil, para os movimentos sociais, organizações populares e partidos políticos.

Nessa perspectiva, podemos considerar que tal crise ganhou novos ingredientes com a forma como a reforma agrária se configura a partir da Constituição de 1988⁴, a forma como se deu a “desmobilização” dos movimentos sociais na década de 1990, com as reformas neoliberais e formulações das políticas sociais, o com o aumento da pobreza, a persistência do trabalho infantil, a ausência de direitos, ou, antes, cabe perguntar: as políticas sociais que se configuram na Bolsa-Família dão forma a um direito que garantido na legislação, mas o que ainda é necessário para a plena efetivação dos direitos fundamentais ausentes para as famílias analisadas aqui?

A constituição histórica dos direitos humanos envolveu um processo de convergência da humanidade sobre si mesma que, nos últimos quinhentos anos, delineou uma direção no sentido das invenções técnico-científicas e outra na afirmação desses direitos. Nas duas direções estão contidos os dois princípios da solidariedade humana. Um de ordem técnica, que transforma os meios ou instrumentos de convivência, *indiferente aos fins*, e outro de natureza ética, que procura submeter à vida social o valor supremo da justiça. O primeiro traduz-se na padronização de costumes e modos de vida, na homogeneização das formas de trabalho etc. e o segunda funda-se no respeito aos direitos humanos, estabelece as bases para a construção de uma cidadania mundial que elimine a dominação individual ou coletiva. O princípio da solidariedade constituiu o eixo de todo o

⁴ “Discutiu-se muito a reforma agrária na Constituinte, mas nem mesmo os trabalhadores puseram em discussão, em nome do moderno, o fato de que no Brasil ainda existem relações que são de servidão, ou seja, relações absolutamente atrasadas, como o trabalho escravo e o trabalho infantil”. Idem, p. 94.

sistema de direitos humanos, ao qual impõe “a repartição das vantagens ou encargos sociais em função das carências de cada grupo ou estado da sociedade”⁵.

A solidariedade humana aparece no grupo social, no relacionamento externo entre grupos e entre povos e nações, e comporta várias éticas em sua trajetória. Nesse sentido, pode-se dizer que a consciência contemporânea é movimentada pela exigência de novas regras para uma vida mais digna para todos. Podemos, então, perguntar quais necessidades humanas deveriam ser satisfeitas para que, nesta fase do processo de humanização, chegássemos a uma hierarquia de valores que estruturassem as relações sociais e possibilitassem a dignidade a todos.

Não podemos deixar de considerar que alcançamos um máximo de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza. Entretanto, a racionalidade engendrou irracionalidades, como, por exemplo, o incrível progresso individual, que aumentou o conforto em níveis inimagináveis, mais exclui dele grandes massas, condenadas à miséria. Os mesmos meios que permitem o progresso podem provocar a degradação da maioria.

O patamar de discussão sobre os direitos humanos não atinge questões como direito à redução da jornada de trabalho diante do conhecimento embutido nos modos de produção, direito à cultura, ao lazer, a infância, o respeito aos direitos da mulher, da criança e aos direitos fundamentais em geral. Talvez ainda se acredite que, removidos uns tantos obstáculos, como a ignorância e os sistemas despóticos de governo, as conquistas do progresso sejam canalizadas no rumo da felicidade coletiva, propiciada pela instrução, pelo saber, pela técnica. No entanto, nossa contradição é a marca da barbárie configurada nos modos de vida das comunidades analisadas ligada ao máximo de civilização.

Essa marca de barbárie refere-se à miséria e à pobreza a que está relegada metade da população brasileira. Uma de suas faces é a insensibilidade que mantém, negando idéias de direitos duramente conquistados a partir dos direitos formais no século XVIII, expandidos pelos socialismos no século XIX e que abriram perspectivas que pareciam solucionar os problemas dramáticos da vida em sociedade. O movimento pelos direitos humanos encontra-se aí enraizado, pois pela primeira vez foi possível, teoricamente, entrever soluções para as grandes desarmonias que geram a injustiça e a desigualdade, não apenas

⁵ COMPARATO, Op. cit. 2001.p.36.

como ideal, mas concretamente, pois se sabe que existem meios materiais necessários para promover uma vida digna para todos.

A luta por direitos humanos envolve a confiança de transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra, na certeza de que é possível a solução de tantos problemas, questionando o não empenho, o não engajamento a ela. Portanto, a base da reflexão sobre os direitos humanos consiste no esforço para incluir o semelhante no mesmo elenco de bens que reivindicamos para nós e os nossos. Consiste no reconhecimento da humanidade universal que nos une, o que pode se tornar um antídoto contra a miséria, a intolerância e a violência, tão marcantes nos dias de hoje. Isso exige um esforço de educação e auto-educação e a assimilação cultural do espectro dos direitos humanos, que é tão vasto, englobando a luta não somente por trabalho, alimentação, moradia, vestuário, saúde, lazer, descanso, pela eliminação do trabalho infantil e a diminuição da jornada de trabalho com garantia de postos de trabalho digno, para todos, mas o reconhecimento da arte, da literatura, como direito fundamental, sob pena de mutilar a personalidade, porque, pelo fato de ela dar forma aos sentimentos e à visão do mundo, ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto nos humaniza.

As resistências à efetivação dos direitos humanos esbarram na falta de vontade política e no enraizamento de uma cultura de direitos, que, contraditoriamente, é muito pouco cultivada entre os meios pedagógicos, que padecem do distanciamento da realidade que envolve as comunidades. Talvez os temas ética e cidadania, como se apresentam nos Parâmetro Curriculares Nacionais - PCN, se tratados de forma desvinculada da questão dos direitos, não contribuam tanto para o fortalecimento de uma cultura democrática que parta da realidade concreta como carências materiais e ausências de direitos, no sentido de traduzi-las em reivindicações, em exercício de cidadania e expansão de espaços públicos. Uma postura pedagógica que pensa a dimensão da cultura pressupõe um não à hegemonia neoliberal e um sim às “microrrealidades” e às iniciativas que possam se somar à luta pela afirmação dos direitos fundamentais, do exercício da cidadania e pela superação da pobreza e do trabalho infantil. Muitos órgãos falam do problema, formulam uma compreensão, tentam elaborar políticas sociais, mas o grande entrave parece ser a assimilação, em todas as instâncias da sociedade, de uma cultura de direitos que reconheça, faça mudar as diretrizes econômicas e valer os direitos fundamentais.

Na Constituição de 1988 o preceito da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais aparece no art. 5º, § 1º — “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidades do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”. Mas esse caminho foi se perdendo na medida em que as reformas constitucionais liberais foram fragilizando as conquistas anteriores e demonstrando a ausência do Estado e a presença do mercado como espaço para as soluções das carências sociais. Uma postura intervencionista atribui ao Estado a posição de cumprimento dos direitos sociais, além da redistribuição de recursos e da condução à mudança social. Deve estar de par com os direitos humanos de terceira geração, aquelas aspirações difusas, não mais de homens concretos ou grupos determinados, mas atinentes ao gênero humano e à qualidade de vida geral dos membros das comunidades humanas. Colocar-se em oposição à sociedade de ricos — problemas de ordem ambiental, sanitária, alimentar, de seguridade social, segurança pública, evasão de divisas, corrupção etc. que comprometem a paz social e o estabelecimento das relações internacionais .

Assim, o direito deve caminhar na afirmação do Estado Democrático de Direito, que pressupõe a exigência do cumprimento dos direitos fundamentais inscritos na Constituição. Em outras palavras, pressupõe uma resistência às reformas que a “Constituição Cidadã” sofreu desde a sua promulgação.

Os conflitos ideológicos sobre questões relativas à justiça social e à extensão dos direitos fundamentais, colocados já no processo da Constituinte, continuaram presentes na elaboração do ECA e nos embates que envolveram a LOAS, propagando os interesses que passaram a promover as reformas constitucionais, ou seja, os interesses neoliberais.

Considerados na longa duração, observamos a prevalência de interesses políticos econômicos que se distanciam cada vez mais dos direitos e da realidade social, bem como das políticas sociais e dos direitos fundamentais. As necessidades, em termos de expectativas de mudanças futuras, são muitas e talvez pudessem ser sintetizadas nas justificativas de uma militância em direitos humanos. No caso do trabalho infantil, a escravidão flagrante que se configura na condição social da criança que trabalha fornece

um argumento muito eloqüente para que se faça cumprir com mais empenho a legislação contra o trabalho infantil e se invista no fortalecimento de uma cultura que dissemine e fortaleça a consciência dos direitos, do exercício da cidadania numa democracia que transcenda a democracia formal burguesa, na qual os direitos econômicos, sociais e culturais sejam realizados em todos os espaços comunitários.

A questão de fundo que perpassa as relações entre os direitos sociais e a sua efetivação consiste em saber se é solucionável a contradição entre democracia e liberdade no sentido da realização das necessidades humanas básicas. Nos quadros desta tese, cabe perguntar qual o papel que as novas gerações de crianças pobres desempenharão em uma sociedade que quer ou diz ter como opção a gestão democrática.

A questão da pobreza não diz respeito apenas aos miseráveis, mas a toda a sociedade. As condições de vida dos grupos analisados mostraram a real ausência de direitos, a luta diária para se conseguir comida, roupas, lápis etc. Alguns pontos referentes às expectativas de futuro põem em questão as mudanças no modelo econômico, na cultura que considera positivo o trabalho de jovens e crianças e propõe a sua regulamentação. Põem em questão, também, uma militância pelo fim da miséria e pela efetivação radical dos direitos fundamentais, que não são questões menores, mas, ao contrário, envolvem um modelo de desenvolvimento, uma postura jurídica e um engajamento social educacional — educação em direitos humanos — que possam contribuir para propiciar a condição de agente livre e sustentável como expectativa de futuro para Aiandra, Amanda, João Vitor, Ingrid, Joãozinho, Vitor Manuel, Gabriel, Pedro, Raiane, Rafael, Camilo, Alisson, João Vitor, Breno, Ramon...

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVICH, Fanny (Org.). *O mito da infância feliz: antologia*. São Paulo: Summus, 1983.

ABRANCHES, S. H., COIMBRA, M. A., SANTOS, W. G. *Política social e combate à pobreza*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ADORNO, Sérgio. “A experiência precoce da punição”. In: MARTINS, J. de Souza. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 181.

ADORNO, Sérgio & MESQUITA, Myriam. “Direitos Humanos para crianças e adolescentes: o que há para comemorar?” In: AMARAL Júnior, Alberto & PERRONE-MOISÉS, Cláudia (Orgs.) *O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

AMARAL JR, Alberto do & PERRONE-MOISÉS, Cláudia. *O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. São Paulo: Edusp, 1999.

ANDERSON, M. *Elementos para a história da família ocidental* (1980). Lisboa: Editorial Quercó, 1984.

ANDRADE, Jorge. *Vereda da Salvação* (peça em dois atos). São Paulo: Brasiliense, 1965, (Brasiliense Bolso: Série Teatro Universal)

ANDRADE, Manuel Correia de et al. *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ARAÚJO, Teresa C., DABAT, C., DOURADO, Ana. “Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco”. In: *História da criança no Brasil*, **São Paulo: Contexto**, 1999.

ARIÉS, Ph. *História social da criança e da família..* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

ARRECHE, Marta. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

AZEVEDO, JÔ & HUZAK, Iolanda. *Crianças de fibra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BARRET-DUCROCQ, Françoise (dir.). *A intolerância*. Trad. Eloá Jacobina. Academia Universal das Culturas; Foro Internacional sobre a Intolerância. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BELIK, W., SILVA, J. Graziano da, TAKAGI, M. “Políticas de combate à fome no Brasil”. In: ANDRADE, Manuel Correia de et al. *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BENJAMIN, Walter. *A criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Sumus, 1984.

BENJAMIN, W. *Eduard Fuchs: o colecionador e o historiador*. **cidade: editora** (1937)

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do séc. XXI*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1996.

BIASOLI-ALVES, Zélia M^a M. (Org.) *Criança e adolescente: construindo uma cultura de tolerância*. São Paulo: Edusp, 1999.

BOFF, Leonardo. *O caminhar da Igreja com os oprimidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BORGES, Maria Eliza Linhares. “Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no leste de Minas Gerais”. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n^o. 47, p. 303-326.s/d.

_____. “Estilistas urbanos do universo rural: o PCB na luta pela sindicalização rural em Minas Gerais”. (Partes de Dissertação de Mestrado em Sociologia na UFMG, em 1988 sob o título *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais, 1950-1964*). *Revista Brasileira de História (São Paulo)*. n^o 27, p. 73-86, 1994.

CADERNOS ADENAUER 1: *Pobreza e política social*. São Paulo: Fund. Konrad Adenauer, 2000.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34/Edusp, 2000.

CAMARGO, Aspásia. Federalismo e identidade nacional. In: SACHS, I., WILHEIM, J., PINHEIRO, P. S. (Org.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.307-347.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. “A questão agrária: crise e poder e reformas de base (1930-1965)” In: BORIS FAUSTO (Diretor) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, v. 3. Sociedade e política: 1930/1964. São Paulo: DIFEL, 1986, p. 121/224.

CAMPOS, Marta Silva et al. *Trabalho infantil, desafio à sociedade: análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no período 1996/97*. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: Secretaria de Estado de Assistência Social/MPAS, 1999,

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. 8^a ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

CAMPOS, Maria Machado Malta. “Infância abandonada: o piedoso disfarce do trabalho precoce”. In: MARTINS, J. de S. (Org.). *O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

CANEVACCI, Massimo (Org. e Intr.) *A dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. “A trajetória dos movimentos sociais”. In: DAGNINO, Evelina (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. 2^a reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 81-90.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO NETO, Antonio. (Org.) *Trabalho infantil: infância roubada*. Belo Horizonte: PUC-MG, Instituto de Relações do Trabalho, 2002.

CASEY, J. *A história da família*. São Paulo: Ática, 1992.

CASTALDI, Carlo. “A aparição do demônio do Catulé”. In: *Estudos de Sociologia Rural*. São Paulo: Anhembi, 1957.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CASTRO, João A. L. & CASTRO, Dayse S. L. “Aspectos jurídicos da proibição do trabalho infantil e da proteção ao trabalhador adolescente”. In: CARVALHO NETO, Antonio. (Org.) *Trabalho infantil: infância roubada*. Belo Horizonte: PUC-MG, Instituto de Relações do Trabalho, 2002.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

CHAUI, Marilena. “Ética e violência”. *Revista Teoria e Debate* nº 39, out/dez 1998, p 32/41.

CHAVEAU, A. & TÉTART, Ph. (Orgs.) *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUC, 1999.

CHAVES, Antônio. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*, São Paulo: LTR, 1989.

COLLIER JR., John. *Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: EPU. Ed. da USP, 1973.

COMPARATO, Fábio K. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 2001.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COSENDEY, Elvira M.V. de Mello. “O trabalho infantil: características e malefícios”. In: MARQUES, Mª Elizabeth, NEVES, Magda de A., CARVALHO NETO, Antonio. (Orgs.) *Trabalho infantil: infância roubada*. Belo Horizonte: PUC-MG, Instituto de Relações do Trabalho, 2002.

DE JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: o grito da favela que tocou a consciência do mundo inteiro*. 2ª ed. São Paulo: Edibolso, 1976.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. 2ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DIAS, Maria Odila S. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. In: *Revista Projeto História* nº 17, novembro de 1998, p. 223-258.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. “Política social e política econômica”. *Revista Teoria e Debate*, nº 50, fev/abr 2002, p. 28-33.

DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

DIEGUES JR, Manuel. “Populações rurais brasileiras”. In: SZMRECSÁNYI, Tomás & QUEDA, Oriowaldo (Org.) *Vida rural e mudança social*. 3ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979. DRAIBE, Sonia Miriam. “O Welfare State no Brasil: características e perspectivas”. *Cadernos de Pesquisa* nº. 34, NEPP/UNICAMP, 1993.

_____. A construção institucional da política brasileira de combate à pobreza”. *Cadernos de Pesquisa* n°. (...) NEPP/UNICAMP, 1998.

DREXEL, John & IANNONE, Leila Rentroia. *Criança e miséria: vida e morte*. São Paulo: Moderna, 1989.

DUPAS, Gilberto. “A lógica da economia global e a exclusão social”. *Rev. Estudos Avançados*, 12 (34), 1998, p. 121-159.

ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. *Textos sobre educação e ensino*. 2ª. ed. São Paulo: Moraes, 1992.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005.

ESTERCI, Neide (Org.) *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

FARIA, N., SILVEIRA, M. L., NOBRE, M. (Orgs.). *Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feministas*. São Paulo: FOF – SempreViva Organização Feministas, 2000.

FAUSTO, A. & CERVINI, R. (Orgs.). *O trabalho e a rua – crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. Unicef/FLACSA/CBIA. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, Florestan. “Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil”. In: SZMRECSÁNYI, Tomás & QUEDA, Oriowaldo (Org.) *Vida rural e mudança social*. 3ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979.

_____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1961.

FERREIRA, Rosa Maria Fichmam. *Meninos de rua – valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: CEDEC/Comissão de Justiça e Paz, 1980.

FIOCCA, Demian & GRAU, Eros Roberto (Orgs.). *Debate sobre a Constituição de 1988*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FONTENELLE, L. F. Raposo. *Rotina e fome em uma região cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1969.

FORRESTE, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. da Univ. Estadual. Paulista, 1997.

_____. *Uma estranha ditadura*. São Paulo: UNESP, 2001.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

FRONTANA, I. C. R da Cunha. *Cotidiano de crianças e adolescentes nas ruas da metrópole paulistana: sob o fogo cruzado de posturas e opiniões (1964-85)*. São Paulo: FFLOCH da USP, 1997.

GENTILI, Pablo & SADER, Eder (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 6ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GNACCARINI, José César. *Latifúndio e proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural*. São Paulo: Polis, 1980.

_____. “O trabalho infantil agrícola na era da alta tecnologia”. In: MARTINS, J. de S. (Org.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia 1470-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOHN, M. da G. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Jerusa Vieira. *Socialização: um estudo com famílias de migrantes em bairro periférico de São Paulo*. São Paulo: IPUSP (mimeo) (Tese de Doutorado 1987)

GUERRA, R, et al. “A infância perdida”. *Revista Nova Escola*, nº. 75, maio de 1994.

HUZAK, I. & AZEVEDO, Jô. *Crianças de fibra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

IANNI, Octavio. “Relações de produção e proletariado rural”. In: SZMRECSÁNYI, Tomás & QUEDA, Oriowaldo (Org.) *Vida rural e mudança social*. 3ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. 2ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 1996.

IOKOI, Z. M. Gricoli. *Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1965 – 1986*. Tese de Doutorado, USP, 1990 JAQUARIBE, H. (Org.) *Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KLIKSBERG, Bernardo. *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOWARICK, L. & CAMPANÁRIO, M. A. “S. P.: Metrópole do subdesenvolvimento industrializado”. In: (vários autores) *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: passado e presente. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.

KOWARICK, L. & BONDUKI, N. “Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização”. In: *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo; Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra. s/d.

LA INFANCIA EM EL MUNDO: *Los niños refugiados*. Montevideu: Publicação del BICE, v. 4, nº. 1, 1992.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. “O café e o trabalho ‘livre’ em minas gerais – 1870/1920”.

Revista Brasileira de História(São Paulo), v. 6, nº. 12, mar./ago. 1986.

LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia*. Contribución a la teoría de las representações, México: Fondo de Cultura Económica, s.d.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991, p. 30.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1993.

LE GOFF, Jacques. "A visão dos outros: um medievalista diante do presente". In: CHAVEAU, A. & TÉTART, Ph. (Orgs.) *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru,: EDUC, 1999, p. 93-102.

LEVY, Evelyn. "Olhando para trás: 40 anos de planejamento urbano em São Paulo". In: *Espaço & Debates Revista de estudos regionais e urbanos*. Ano V, nº. 15, 1985, p. 35.

LUTFI, Eulina P., SOCHACSEWSKI, Suzana, JAHNEL, Teresa C. "As representações e o possível". In: MARTINS, José de S. (Org.). *Henry Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MACHADO, Leda Maria Vieira. *A incorporação do gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999.

MADEIRA, F. R. *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

MARCILIO, Maria Luiza. "A lenta construção dos direitos da criança brasileira no século XX". *Revista USP* (São Paulo) (37):46-57, março/maio, 1998.

MARQUES, M^a Elizabeth; NEVES, Magda de A., CARVALHO NETO, Antonio. (Orgs) *Trabalho infantil: infância roubada*. Belo Horizonte: PUC-MG, Instituto de Relações do Trabalho, 2002.

MARTINS, Ives Gandra. *A queda dos mitos econômicos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MARTINS, José de S. (Org.). *Henry Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. de S. (Org.). *O massacre dos inocentes; a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Caminhando no chão da noite*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1993.

_____. "Os novos sujeitos das lutas sociais, dos direitos e da política no Brasil rural". In: *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993,

_____. "Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão". In: *Caminhando no chão da noite*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1993.

_____. *O Poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. "Tempo e linguagem nas lutas do campo". In: *A chegada do estranho*, São Paulo: Hucitec, 1993 (Texto de 1980).

_____. "As lutas dos trabalhadores rurais na conjuntura adversa" In: *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 83/94.

_____. "Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia". In: *Caminhando no chão da noite*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1993.

_____. "A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira". In: NOVAIS, Fernando (Coord.) *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 659-725.

- _____. *Exclusão social e nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, Karl. *O capital*. Vol.II São Paulo: Nova Fronteira, 1985.
- MATEOS, S. B. “Quem lucra com o trabalho infantil”. *Revista Atenção*, n.º2, dez/jan., 1998.
- MATOS, Maria Izilda S. de. *Terceiro Setor e gênero: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Inst. Presbiteriano Mackenzie, 2005.
- MEDINA, Carlos Alberto de. “Estrutura de poder e resistência à mudança: a reforma agrária e os obstáculos à sua implantação”. In: SZMRECSÁNYI, Tomás & QUEDA, Oriowaldo (Org.) *Vida rural e mudança social*. 3ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979.
- MEIHY, José C.S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MELLO, Sylvia Lesser de. “Constância e permanência: as mulheres de um bairro da periferia de São Paulo”. *Travessia*, maio/ago/90, p. 17.
- MÉNDEZ, E. G.. *Infância e cidadania na América Latina*. São Paulo: Hucitec/Inst. Ayrton Senna, 1998.
- MENDONÇA, Maria Luisa & SYDOW, Evaniza (Org.) “Direitos Humanos no Brasil–2002”. In: RELATÓRIO DA REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS/GLOBAL EXCHANGE. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.
- MIRANDA, S. M. de. *O vaivém da sobrevivência: a Pastoral dos Migrantes e as migrações no Brasil na década de 1980*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1993.
- MIRANDA, S. M. PEREIRA, José Roberto G. & TERRA, David. *A exploração do trabalho infantil no Mucuri e Médio Jequitinhonha*. São Paulo: CUT/OIT, 1998.
- MOISÉS, J. Álvaro & MARTINEZ-ALIER, Verena. “A revolta dos suburbanos ou ‘Patrão, o trem atrasou’”. In: *Contradições urbanas e movimentos sociais*. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- MONTONÕ, Carlos. *Terceiro Setor em questão: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida de. “A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias”. *Travessia, Revista do Migrante* (São Paulo) CEM, n.º. 1, maio/agosto de 1988.
- MOURA, M. M. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Crítica à razão indolente: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria Célia (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduina. *O controle sócio-penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo: entre a “proteção” e a “punição”*. Doutorado em Serviço Social. PUC-SP: 2005.

PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930/1950*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 2000.

PALAZZOLO, Frei Jacinto. *Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

PAOLI, Maria Célia. “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 373.

PASTORE, José. *A evolução do trabalho humano: leituras em relações do trabalho*. São Paulo: LTr, s/d.

PASSETTI, E. “O menor no Brasil republicano”. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992, p. 148.

PAUGAM, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez/Educ, 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Do Estado patrimonial ao gerencial”. In: SACHS, I. WILHEIM, J., PINHEIRO, P. S. (Org.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 222-259.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura et al.. *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo: INEP, 1957.

PEIXOTO, M. do R. da C. “Transgressão tem cara de criança: o espaço social da infância em Ana Maria Machado”. *Revista Projeto História 14: Cultura e Representação*. São Paulo: Educ, 1997, pp. 145-160.

PIRES, Julio Manuel. *Trabalho infantil: necessidade e persistência*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Economia e Administração da USP, 1988.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

POCHMANN, Márcio (Org.) *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Cortez/Fund. Perseu Abramo, 2002.

PORTELLI, A. "Forma e Significado na História Oral. A Pesquisa como um Experimento em Igualdade". *Revista Projeto História 14: Cultura e Representação*. São Paulo: Educ, 1997, pp.7-39.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Direitos fundamentais sociais: considerações acerca da legitimidade política e processual do Ministério Público e do sistema de justiça para sua tutela*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

PRADO, Décio de Almeida. "Teatro: 1930/1980: ensaio de interpretação". In: BORIS FAUSTO (Diretor) – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 4º vol. (Economia e Cultura). São Paulo: Difel, 1986, p. 525-589.

PRIORE, Mary Del (Org.) *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O campesinato brasileiro: ensaio sobre civilizações e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo: EDUSP; Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. "Do rural e do urbano". In: SZMRECSÁNYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo (org.) *Vida Rural e Mudança Social*. 3ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979.

QUEIROZ, Renato da Silva. *A caminho do paraíso: o surto messiânico-milenarista do Catulé*. São Paulo: FFLCH/USP, CER, 1995.

RIBEIRO, Eunice T. "A difusão do 'adventismo da promessa' no Catulé". In: *Estudos de Sociologia Rural*. São Paulo: Anhembi, 1957.

_____. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: CEDEFES - Centro de Doc. Eloy Ferreira da Silva, 1997a.

RIBEIRO, E. M. "Lavouras, ambiente e migrações no Nordeste de Minas Gerais". : *Travessia*, nº. 28, maio/ago., 1997b. pp.

_____. "Migrações de retorno: breve história das viagens, lutas, vitórias e sofrimentos de camponeses do Nordeste Mineiro". *Travessia* nº. 39, jan-abr/2001, pp. 31-34.

_____. "Imigrantes, fronteira e agricultura nas matas do Vale do Mucuri - MG". *Travessia*, nº 48, jan/abr.,2004.

RIZZINI, Irma. "Pequenos trabalhadores do Brasil". In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

ROSA, João Guimarães. *Manuelzão e Miguilim*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, s/d.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. "Para outras democracias". In: SANTOS, B. S. (Org.). *Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 651.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Um, 1975.

- SANTOS, Boaventura de Souza. “Introdução geral à coleção”. In: _____. (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Globalização Alternativa – Vozes do Mundo, 1) p. 13-21.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, W. V. dos. “A Convenção nº. 138”. *Criança e adolescente; Trabalho e Sindicalismo* (Rio de Janeiro) CEAP, nº. 2, out, 1991.
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- SILVA, Vanda. *Sertão de jovens: Antropologia e Educação*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América latina*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SACHS, Ignac; WILHEIM, Jorge, PINEIRO, Paulo Sergio (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SOLA, Lourdes (Org.). *Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.
- SPINDEL, Cheywa R. *Crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SPOSAT, A. “Crianças: direito e discriminação”. *Revista Teoria e Debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, nº. 37, fev/mar/abr, 1998, pp.20-23.
- SILVA, M. A. M. “A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias”. *Travessia*, Ano I, nº. 1, maio/ago., 1988.
- SILVA, J. G. da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.
- SZMRECSÁNYI, Tomás & QUEDA, Oriowaldo (Org.) *Vida rural e mudança social*. 3ª ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979.
- TELLES, Vera da S. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: 34, 2001.
- TELLES, Vera da S. “Sociedade civil e a construção de espaços públicos”. In: DAGNINO, Evelina (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. 2ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- VASCONCELOS, Sônia. *Vila Esperança*. Teófilo Otoni,: Artes Gráficas Modelo, 2002.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os direitos da criança e do adolescente – origem, desenvolvimento e perspectivas: uma abordagem sócio-jurídica*. Tese de Professor Titular, UFSC, 1996 (mimeo.)

VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil de Getúlio a Geisel*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VIEIRA, José Carlos. *Democracia e Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2005.

ZAMBIASI, Alberto Romano. “A realidade sobre a migração brasileira: relato de viagens pelas ferrovias Central do Brasil-1968 e Alta Sorocabana-1969”. *Travessia. Revista do Migrante*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, Ano XVIII, nº. 52, maio-agosto de 2005, p. 5-15.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Trad. Paulo H. Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ANEXO I - DOCUMENTOS SOBRE CRIANÇA E ADOLESCENTE**DECLARAÇÃO DE GENEBRA SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA/1924****DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ONU/1959****PACTO DOS DIREITOS CIVIS E POLITICOS/1965 (ARTIGOS 23 E 24)****PACTOS DOS DIREITOS ECONOMICOS SOCIAIS E CULTURAIS/1965
(ARTIGO 10)****COMITÊ PARA OS DIREITOS HUMANOS****DECLARAÇÃO SOBRE OS PRINCÍPIOS SOCIAIS E JURIDICOS RELATIVOS À
PROTEÇÃO E AO BEM-ESTAR DA CRIANÇA/****REGRAS MINIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DA
JUSTIÇA E DA JUVENTUDE (REGRAS DE BEIJING)****DECLARAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DA MULHER E DA CRIANÇA EM
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CONFLITO ARMADO****CONVENÇÃO 138/73 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO****CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE 1989****CÓDIGO DE MENORES DE 1929****CÓDIGO DE MENORES DE 1979****CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA/1988****ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/1990**

ANEXO II - ORGÃOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA / 1947

UNESCO -

CONANDA – CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CMDCA – CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CT – CONSELHO TUTELAR

MINISTÉRIO PÚBLICO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

JUIZADO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

ANEXO III

QUADRO DAS FAMÍLIAS

BAIRRO: VILA SOLIDARIEDADE

FAMÍLIA	ORIGEM	CRIANÇAS	PROGRAMA	OBS.
Fabício Araújo da Silva, 126 e Érika L. de Souza, 24 anos. Rua das Tulipas, 62	T. Otoni: Érica veio do Morro do Cemitério	Larissa, 7; Fabrine, 6; Fabricia, 4 e Hudson, 3	Frequêntam a creche; recebe Bolsa Família	Fabício é irmão de Fabiano, marido de Cínthia. Juntos foram meninos de rua; Érica não foi menina de rua.
Sabrina B. dos Santos, 23 anos	Filha de dona Fátima	Vitor Manuel, 6; Gabriel, 5; Daniel (morto) e Pedro, 13 meses.	Frequêntam a Creche; Bolsa Família	Mora com dona Fátima
Renata B. Santos, 27 anos	Filha de dona Fátima	3 filhos: Raiane, 10 (Peti); Rafael, 8 (Peti) outro filho mora com a avó paterna.	Bolsa Família; Peti	Mora sozinha;
Dona Maria... Rua das Camomilas 247.		Camilo Pereira de Souza, 13 anos; Alisson 10	Camilo está no Peti. Bolsa Escola (15,00)	A família é de 7 pessoas. 3 adultos estão desempregados.
Dona Fátima		3 filhas/ 11 netos	Bolsa Família/2005; Inscrita no PAIF(aumentar a casa)	É analfabeta; diarista
Cinthy e Fabiano Costa Santos. Rua das Camomilas 123	T.Otoni. Até os sete anos ficavam na creche Irmã Chica	3 homens: João Vitor, 9 (PETI); Breno, 8; Ramon, 6. 2 mulheres: Raiane, 12; Maria Fernanda, 4	Bolsa Família e Peti	Fabiano migra sazonalmente; Família de sete pessoas. Cinthya ficou comprometida com drogas muito tempo.
Dona Etelvina Nogueira, mãe de Aparecida G.Nogueira		3 homens 2 mulheres	Wagner/PETI	Vivem na Vila Solidariedade. Já ouviram falar do MST mas acham que é muito

				perigoso.
Aparecida G. Nogueira R. das Camélias, 472-V. Solidariedade. T. Otoni.		4 mulheres com menos de 10 anos	Inscrita no PAIF; Bolsa Família	Empregada na prefeitura durante o ano de 2005; é arrimo de família. MST/perigoso
Vanilda/Rogério	Pai Sr. Adão era pequeno proprietário	4 homens (um morto) uma mulher	PETI do filho mais velho; Não recebe Bolsa Família.	A partir de 2005 tornou-se catadora de material reciclável
Eliana Fontoura, 31 anos; Cria as filhas sozinha. Rua das Camomilas, 136	T. Otoni	5 filhos: 4 mulheres; Kely, 10, está no Peti; Cristieli, 8; Flávia 7, Débora 3 e Denison, 5.	Peti; Bolsa Cidadã; Creche do bairro: muita reclamação/briga	Mudou-se da Vila Solidariedade para Frei Dimas; ainda trabalha na prefeitura nas obras públicas.
Lila e José Mauro	Teófilo Otoni	3 filhos	Freqüentam a Creche; Ana Luiza, 9 está no Peti	José Mauro migrou sazonalmente. Tarifas da Copasa
Evangelista A. Dos Santos, 53 anos e Dona Maria de Fátima P. dos santos. Rua das Camomilas, 142	Evangelista veio de Santaninha: o pai era fazendeiro	4 filhos: Isaac, 11; Isaías, 9; Izael, 8, Ismael, 4. dona Maria tem uma filha de 20 anos; já tem uma filha.	Isaac, está no Peti; Vale Gás	Trabalha no parque de obras há 9 anos; em janeiro de 2005 estava desempregado, depois voltou p/ o pq de obras. Vive a mãe e um irmão juntos: Família de 10 pessoas
Fabiana J. Teixeira. (próximo ao cemitério) Ela e marido estão desempregados.		Bianca jardim Teixeira está no Peti		A família reconhece que o Peti é bom mas que deveria melhorar muito: comi, atividades etc.

FAMÍLIA	ORIGEM	CRIANÇAS	PROGRAMA	OBS.
Raquel R. M. Da Silva	T. Otoni	5 filhos: Tawan, 12; Tainá, 10; Taric, 8; Alisson, 5; Ronieri	Tawan está no Peti	2 filhos morreram
Maria da Conceição (viúva)		Wende Paulo de Jesus, 10 anos	Esteve no Peti em 2005. Disse que foi muito ruim.	Rua das Camélias 622
Maria do Carmo Lopes dos Santos		Guilherme L. dos Santos		
Luana Ramos, 12 anos				Não mora mais na Vila
Vera Lucia Ramos		Um filho		Não mora mais na Vila

BAIRRO: NOVO HORIZONTE = cerca de 700 famílias

FAMÍLIA	ORIGEM	CRIANÇAS	PROG MA	OBS.
José P. da Silva e Ana Amália da Silva. Rua Marieta, beco B nº122		3 filhos: Rosa, 17; Vanei, 13 e Alex 8.	Vale e gás e Peti de Vanei	Tem vontade de ir p/ o MST; dona Ana é analfabeta, ganha 80,00 como doméstica; Sr. José é chapa
Maria Aparecida P. da Silva, 5 filhos Rua dona Mariet, 255, cep 39800-592. Teve o 1º filho c/ 15 anos, trabalha desde os 7 anos, começou na roça	Chegou em T. O. e foi morar no Taquara; veio p/o Boiadeiro em 1974, casou com 12 anos e teve Fernanda c/ 15.	3 mulheres	Bolsa Família Vale Gás	Fernanda, 16 anos esteve no PETI até o tempo limite; hoje poderia ser instrutora ou estar em outro programa. Trabalha como servente de pedreiro em janeiro de 2006. Mariele, 12, está no Peti s.Braz, 5ª

				série Jéssica 11
Maria Ap. Rodrigues. Rua Marieta, 155. Trabalha de domestica na roça.		6 filhos: Marcos, 24; Juliana, 23; Fabrício, 20; Valéria, 17; Camila, 15 (6ª s.); Jhonatan, 14 (4ª s.)	Bolsa escola (15,00)	Cria 2 netos
Dona Maria			Moisés esteve no Peti até 2004; em 2005 começou a trabalhar p/ o tráfico de drogas.	Avó de Moisés, 16 anos (5ª série)
Jéferson F. Pereira /Douglas B. dos Santos/Raoni Santos de Oliveira				9 , 14 e 8 anos
FAMÍLIA	ORIGEM	CRIANÇAS	PROGRAMA	OBS.
Dona Maria Eva		11 filhos		No inicio de 2005 seu filho de anos havia sido extraditado, via CT, p/ t. O., após ter fugido e vivido mais de um ano nas ruas de Vitória-ES.
Antonio Carlos Marinho,32/Márcia A. da Costa,30	Nasceu no Boiadeiro	2 mulheres 1 homem Marcilene,9/Lucilene,6 /Carlos Antonio,5		
Márcia Fr. Rodríguez,35.Viúva há 9 anos de Genaro Paulo dos Santos,43.	O pai veio de Marambainha/Catuji; viveu na roça/terra alheia e lavra;veio p/ o	2 filhos mortos e 3 vivos Carla, 13; Maurício, 11. Estudam na Escola Frei Braz	Bolsa Família; aposentadoria do marido (300 reais)	Prima de Márcia Fr.; filha de dona Anair.

	Boiadeiro c/ 12 anos			
Márcia Andreiza Gomes Ferreira, 17 anos	Lufa			Começou a trabalha aos 10 anos como babá. Em 2001 fez curso de manicure. Não freqüentou o PETI. Desde os 7 anos ajuda a mãe em casa. Em julho/05 estava desempregada.353 62004
Maria Aparecida G. Pinheiro/Nilson Ferreira Passos	Lufa			Era bóia-fria; depois foi cortar cana
Dona Sônia, 38; Sr. Noé, 38;	Dona Sonia nasceu em Pedro Versiane, em terra alheia,Santanin ha	Jussimeire,16 (8ª); Julimar18 (8ª)	Jussimeire esteve no PETI de 2002 a 2005.	Sr. Noé gosta mais da roça e gostaria de estar no MST
Terezinha B. Vieira, 39 e Domingos F. da Conceição	Ambos são de Catuji. Hoje: Rua Marieta, 210	5 filhos Jonas B. da Conceição (8ª), assim como os demais, faz frete; Marcos V. Ferreira, 21, (3º) tem os tendões dos braços curtos; apesar da deficiência também trabalha fazendo frete	Bolsa Família	Foram p/ SP em 1986. viveram lá até 1998/era guarda particular
Nelci Batista Rocha, 47/Izalino Miranda Rocha, 68.		8 filhos, o mais velho tem 30 anos O mais novo, Carlos B. Rocha, 16, nunca freqüentou o Peti. Desde os 12 anos é engraxate na praça central		Dona Nilce cria o neto Marcos Vinícios Miranda Rocha (4ª) <u>vende</u> <u>cocadas</u> .
Jéferson F. Pereira, 14 (7ª) R. Teófilo Rocha, 271	T. Otoni		Não gostaria de estar no PETI	Vende frutas na Praça Central. Ganha 70 reais por semana, Sequer conhecia o PETI

FAMÍLIA	ORIGEM	CRIANÇAS	PROGRAMA	OBS.
Herbert Pereira de Souza, 14, (8ª)	Boiadeiro		PETI	Gosta de futebol e capoeira. O reforço escolar é muito fraco. De vez em quando vai à feira trabalhar/frete
Marli Gomes T. Rosa, 36, viúva.		3 filhos: Valdir Gomes. T. Rosa, 16, PETI desde 2001. Marcília, 14, está no PETI desde 2001. Marcelo, 12, não frequenta o PETI	Cartão Cidadão (15 reais) PETI. Marcília está no Peti há 3 anos; diz que em 2005 o Peti está melhor (uniforme; merenda, professores, material	Trabalha como doméstica e recebe pensão. Tem companheiro: José dos santos. Apontou inúmeras deficiências no funcionamento do Peti, juntamente com Jussimeire.
Maria Aparecida Rodrigues		Bruno, 14 anos e Camila, 15 anos		Bruno vende sorvetes na Praça; Camila migra frequentemente do Boiadeiro p/ a Praça A amiga que estava junto é Karina, ...
Dona Anair Luiza Rodrigues		12 filhos, 4 solteiros: Petrônio, 23 anos, Sidônio, 22 e Paulo César, 19 anos		Cria 4 netos Paulo César faz frete desde os 13 anos, estudou até a 3ª série; na feira vende esterco que colhe no pasto.
Gisele Rodrigues dos Santos, 25 anos e Josemarcio Fr.		3 filhos		Em 2004 havia feito a inscrição do Bolsa Família e ainda não havia

Dos santos, 32: filho de Dona Anair				chegado
Altino Francisco Rodrigues 34 anos (filho de dona Anair) e M ^a Ap ^a A. da Costa		Vinicius Alves Rodrigues, 13 anos e Virlane, 10 anos, 4 ^a série	Virlane, Peti = São Braz; Vinicius, Peti São Sebastião	A mãe está arrumando emprego em oficina; ele quer trabalhar...
Maria Aparecida Luiz Rodrigues, 29 anos, 5 filhos		Gilvan Luiz Rodrigues, 14 anos, Jaime, 9 anos; Vitória (de outro pai), Gustavo Luiz Rodrigues, 5 anos.	Gilvan ficou 3 anos no Peti; passou por 3 núcleos. Em 2005 esta no projeto de Gouveia (Tutsal)	Em 2004 ficou sem estudar; em 2005 foi matriculado na E Germano Augusto c/ autorização do CT. Continua trabalhando. Está na 1 ^a série.
Sirlene G. Pires, 29 anos (irmã de Marconi; filha de d. Conceição) e Luciano dos Santos	T. Otoni	2 filhos: Raiane, 12; Larissa, 9; cria 2 sobrinhos: Davison, 9 e Michele, 6.	Bolsa Família	A mãe, d. Conceição estava presa no ES; envolvimento c/ tráfico de drogas.
Sandra Aparecida Rodrigues, 38 anos, 6 filhos; viúva há 14 anos		Alessandra Rodrigues de Souza, 19 anos, doméstica em BH; Iara, 16, 8 ^a série; esteve 2 anos no PETI; Roseli, 14, 7 ^a , saiu do PETI; Cínara, 11, nunca esteve; Jéferson, 10, 4 ^a ; José,		No Boiadeiro, próximo à casa de Fátima, à esquerda.
Maria da Cruz Gomes da Silva, 41 anos e José Maria Pereira de Souza, 40	Ataléia: filhos de agregados.	Paulo César Gomes da Silva, 18 anos, Ana Paula Silva de Souza, 14,	Vale Gás Ganha cesta básica; a casa não tem esgoto	José Maria Pereira de Souza, 40 anos. Trabalhou como bóia-fria

anos (chapa). 5 filhos Rua Marieta, beco 1 nº 10		Tiago Vitor Silva de Souza, 9 e Tamara S.S., 6 anos		até no Paraguai. É amputado de 2 dedos desde os 15 anos Tiago, 9, faz frete e olha carro na feira coberta.
Maria Domingas Bispo, 37 anos e Adilson da Cruz Costa, 36, desempregados		Núbia Bispo da Cruz, 14 anos, 6ª; Ademilson, 12, 5ª; Isael, 11, 5ª.	Todos estão no Peti	
Marconi Pires e Roseli A. da Silva Rm Marieta, 188	Teófilo Otoni. Novo Horizonte	4 filhos: Maxione O. Pires, 14; Harley da Silva Pires, 9 anos; Marcelo da Si. Pires, 7 anos e Milena S. Pires, 6 anos		Maxione está na 6ª série. Esteve no Peti e saiu para ir para a APJ. Estuda e olha carro e faz frete na feira coberta do Bela Vista. (foto)
Neuzilene Luiz Lopes, 32 anos. Rua Marieta, beco B nº 281. Estudou até 2ª série.		6 filhos: Manuela L. Soares, 9; Emanuel, 8. Mateus, 7; Ana Maria, 6; Gustavo, 3 e Tais de outro pai, de 3 meses.	Não tem nenhum benefício. Já se inscreveu no Bolsa Família mas nunca veio. Está alimentado os filhos com a ajuda conhecidos. Pega o leite da Pastora da Criança.	O marido foi assassinado por Márcia, sua irmã, por motivos de família e de bebida. Moram muito próximas. É doméstica mas está desempregada. Está com a água cortada (tiraram o relógio) e dois talões de luz vencidos.

BAIRRO: Novo Horizonte

FAMÍLIA	ORIGEM	CRIANÇAS	PROGRAMA	OBS.
Maria Neuza L.		8 filhos:	Nenhum	Faz cinco meses

dos Santos, 53 anos, viva'. Rua Marieta, beco B nº 20		Sebastião, 34; Neuzile, 32; Márcia, 31; J.Firmino, 25; Adélia, 23; Rodrigo, 18; Carlos, 16 e Bruno 14 anos	benefício. Carlos, 17 esteve no Peti mas tiraram pq faltava muito; em 2005 vivia amasiada com adolescente de 14 anos. Bruno idem. Atualmente faz frete. Passa falta de comida. Nunca comem frutas e verduras.	que está sem gás. A elétrica está cortada. Rodrigo, 18, estudou até a 5ª série, Carlos até a 7ª. Márcia nunca estudou. Vive próxima às filhas, Márcia e Neuzilene em meio aos 14 netos. (fotos)
Márcia Luiz Santos, 31 anos e José G. da Silva, 28; Rua marieta beco b nº 54. Márcia tem uma “venda” na frete de seu barraco	T. Otoni	5 filhos: Marcela, 11 (4ª); Mafran, 9 (1ª série: 4x); Iamara, 5; Kailane, 4 (ainda não foi registrada); Draion, 2 anos (não foi registrado)	Não recebe nenhum benefício	José G. da Silva é chapa; Márcia diz que quando falta comida sai na rua com as crianças para pedir. Pede desde os 5 anos; é analfabeta; diz que o que ganha dá para passar o mês. Marcela sai sozinha para pedir
Ana Paula P. dos Santos e Josino Carvalho dos Santos. Rua Marieta 301.	T. Otoni	4 filhos: Eduardo, 28; Vanessa (mãe de dois filhos (viúva), Regiane ,	Regiane esteve no Peti, em 2006 era manicure. Ana Paula foi operada da coluna e recebe benefício do INSS.	Vivem na casa o casal, três filhos, 4 netos; o sogro de 80 anos inválido e uma afilhada (11 pessoas)
Eduardo, 28	T. Otoni/Boiadeiro	5 filhos	Não tem benefícios; é caminhoneiro; estudou até a 5ª série.	2 filhos são criados por d. Serafina e 2 por Ana Paula; o 5ª ele cria junto com a esposa atual.
Dona Serafina, irmã de sr. Antoni e d.		 filhos; cria dois bisnetos, filhos de Eduardo:	Henrique e Whashington; estiveram no	Henrique e Whashington; olham carro e

Conceição. Avó de Eduardo; mãe de Ana Paula		Henrique e Whashington	Peti mas o pai tirou porque o núcleo era muito distante(5 km)	fazem frete na feira coberta.
Regiane Ferreira dos Santos		2 homem		Filha de Ana; irmã de Eduardo. Ficou viúva em 2005/marido assassinado
Diná G. Pereira, 31 anos. Rua Marieta, 31		2 filhos: Maria, 10; Robson, 12	Recebe vale gás (15,00)	
Maria Sebastiana, 40 anos. Rua marieta, 202.		5 filhos: Carla, 19 (casada, 1 filho); Rafael, 18 (era engraxate); Igor, 16 (ficou 3 anos no Peti); Danilo, 11 e Emine, 4		
Maria das Dores Barbosa e José Carlos de ° dos Santos. Rua Marieta 126.		3 filhos: Aline, 16 (grávida); Cleber, 13 e Ingrid, 9.	Não recebe nenhum benefício. Cleber trabalha em um bar.	Cleber esteve no Peti. Era muito longe; quebrou o braço, ficou um mês sem ir e foi cortado.

BAIRRO: Diversos

FAMÍLIA	ORIGEM	CRIANÇAS	PROGRAMA	OBS.
Auxiliadora Sabino de Souza, 31; José G. de Souza, 64	Os pais de Auxiliadora eram agregados; ela já nasceu em T. O.	Luciano de S. Gonçalves, 14. <u>Conserta</u> <u>sombrinhas na</u> <u>praça pública</u> <u>desde os 9 anos;</u> irmãos, 9, 7, 4	Luciano recebe Bolsa Família; Auxiliadora nunca recebeu Bolsa Família	Rua 68 nº 795, Frei Dimas. Auxiliadora parece não confiar nos programas. Diz preferir estar perto dos filhos, mesmo que seja no trabalho.
Eunice Sales. Avó. Cria Roberto desde os 5 anos. Ele não se lembra da		Roberto Silva, 15 anos (1ª s. E.M.). No Peti, gostava de capoeira e teatro	Esteve no Peti até meados de 2005. Foi tirado pq completaria 16 anos. Esteve	Rua 8 de março nº 46, Taquara. Adolescente que foi eliminado do Programa mas

mãe.		apesar de que quase nunca tinha. O reforço escolar lhe era insuficiente; ele ensinava os das séries iniciais.	desde que fundou (2001). Nunca recebeu B. E.	não tem outra oportunidade; voltou p/ o trabalho. Vende picolés e ganha 10 centavos cada. Poderia ser instrutor de reforço p/ as séries iniciais...Agente Jovem ..?
Rosilda Rodrigues Barbosa, 30		4 filhos de pais diferentes, criados pela avó. Paulo Rodrigues Barbosa, 12 anos, vive c	Não está em nenhum programa apesar de ser deficiente físico. Vende quadrinhos na praça (pirografados) por Luiz Cláudio (tio torto).	Rua Presidente Prudente, 100. Jardim São Paulo.
Josefina de Souza		Reney Aparecido de Souza. 11	Não está em nenhum programa e também vende os quadrinhos de Luiz Cláudio	Rua Santos Dumond.479. São Jacinto
Olívia R. dos Santos	Vila Pedrosa. Rua Juaema, 38			
Daniel Ferreira de Souza, 15			Está no Peti desde o começo. Disse que este ano não foi bom. Fica no Sacolão.	Rua das Camélias 314, Frei Julio